**Universidade de São Paulo
Instituto de Psicologia**

Adriana Simões Marino

**A criança autora de ato infracional - as medidas de proteção e o
Conselho Tutelar - um debate para o campo psicanalítico**

**São Paulo
2011**

**Universidade de São Paulo
Instituto de Psicologia**

Adriana Simões Marino

**A criança autora de ato infracional - as medidas de proteção e o
Conselho Tutelar - um debate para o campo psicanalítico
(versão original)**

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
como parte dos requisitos para obtenção do
grau de Mestre em Psicologia.

**São Paulo
2011**

**Universidade de São Paulo
Instituto de Psicologia**

Adriana Simões Marino

**A criança autora de ato infracional - as medidas de proteção e o
Conselho Tutelar - um debate para o campo psicanalítico**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Clínica

Orientadora: Prof. Dra. Léia Prizskulnik

**São Paulo
2011**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Marino, Adriana Simões.

A criança autora de ato infracional – as medidas de proteção e o Conselho Tutelar – um debate para o campo psicanalítico. / Adriana Simões Marino; orientadora Léia Prizskulnik. -- São Paulo, 2011.
199 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Menor 2. Infração disciplinar 3. Tutela 4. Criança
5. Psicanálise e Direito 6. Lacan, Jacques (1901-1981) I. Título.

HV721

Nome: Marino, Adriana Simões

Título: A criança autora de ato infracional - as medidas de proteção e o Conselho Tutelar - um debate para o campo psicanalítico.

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

A todos aqueles ainda em silêncio.

CRIANÇAS LADRONAS

AS AVENTURAS SINISTRAS DOS “CAPITÃES DA AREIA” – A CIDADE INFESTADA POR CRIANÇAS QUE VIVEM DO FURTO – URGE UMA PROVIDÊNCIA DO JUIZ DE MENORES E DO CHEFE DE POLÍCIA – ONTEM HOUE MAIS UM ASSALTO

“Já por várias vezes o nosso jornal, que é sem dúvida o órgão das mais legítimas aspirações da população baiana, tem trazido notícias sobre a atividade criminosa dos ‘Capitães da Areia’, nome pelo qual é conhecido o grupo de meninos assaltantes e ladrões que infestam a nossa urbe. Essas crianças que tão cedo se dedicaram à tenebrosa carreira do crime não têm moradia certa ou pelo menos a sua moradia ainda não foi localizada... fazendo jus a uma imediata providência do juiz de menores e do dr. Chefe de Polícia.

Esse bando que vive da rapina se compõe, pelo que se sabe, de um número superior a 100 crianças das mais diversas idades, indo desde os 8 aos 16 anos.

O que se faz necessário é uma urgente providência da polícia e do juizado de menores no sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos, que já não deixam a cidade dormir em paz o seu sono tão merecido, aos institutos de reforma de crianças ou às prisões.”

(Cartas à Redação do Jornal da Tarde da Bahia, “Fatos Policiais” citado por Jorge Amado, 1937/1971, p.14)

Agradecimentos

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho. Aos familiares, amigos, professores e colegas com quem pude contar, inúmeras vezes, com o suporte necessário para dar continuidade a esta empreitada.

A Léia Prizskulnik, minha orientadora, pelas portas que abriu, pela confiança que depositou em mim e neste trabalho, e por ter acreditado que é preciso boas doses de ousadia para uma investigação como esta.

Alceu, companheiro constante e fundamental, agradeço por sua motivação e paciência pelos tempos dedicados à minha formação. Estes momentos são a todo instante lembrados, e se misturam, dando o tom e o brilho de nossas conquistas.

A Beatriz e José, meus pais e amigos, por terem oferecido as bases necessárias para minhas caminhadas. Vocês foram e são fundamentais. Obrigada por transmitirem a ideia salutar de que o mais importante são pares e pares de muitas asas.

Andreia, minha irmã e amiga, pela confiança em mim depositada, pelas confidências e por toda uma vida em que se pôde dizer “saudade”. Obrigada por seu carinho e por ter trazido Andrzej, afilhado amado.

Degur e Daninha, amigas irmãs, sem o apoio de vocês este trabalho não teria sequer começado. Lembro sempre com sensação prazerosa de nossas conversas e cafés pelas madrugadas. A presença singular de vocês ensinou-me o que é “intimidade”.

Aos meus avós, Neide e José, por terem transmitido a paixão pelo ensino. Ao meu avô, em especial, por sua vida dedicada à escrita e à formação de seus alunos.

A Ana Laura Prates Pacheco, querida supervisora, pelo acompanhamento cioso e constante ao longo de todo este trabalho. Agradeço por sua leitura atenta e pelos comentários precisos que contribuíram para dar brilho às linhas deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio necessário à realização desta dissertação e ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), por ser o espaço para uma formação de excelência.

A Ana Paula Zomer, por trazer seus apontamentos e contribuições a este trabalho que ousou adentrar no campo do Direito.

A Miriam Debieux Rosa, pela recepção sempre calorosa e por transmitir o desejo de questionar a complexidade do psicanalista nos trâmites sociais e políticos.

A Alexandre Rabelo, pelos bons encontros literários, filosóficos, históricos e psicanalíticos.

Aos conselheiros tutelares e Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo, gestão 2008-2011, por trazerem suas palavras e experiências. Sem vocês, este trabalho não seria o mesmo ou, simplesmente, não teria sido. Espero poder cumprir com a promessa feita em forma de desejo de não deixar que este trabalho se restrinja aos muros da Universidade, mas que possa, ao contrário, ultrapassar quantos muros for preciso. Vocês são protagonistas desta história.

A Christian Dunker, por sua escuta.

A André Karst Kaminski e Edson Sêda, por terem apreciado minha entrada neste tema e pelo interesse humano. Nossas trocas de e-mails serviram de empuxo aos questionamentos trazidos nesta dissertação.

Ao grupo das noites de terças e quintas-feiras do curso de Psicopatologia e Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública (FSP-USP), pelas trocas públicas, políticas e íntimas.

Ao Instituto Brasileiro de Ciências Criminais de São Paulo (IBCCRIM) e ao Departamento de Iniciação Científica deste Instituto, pela disposição em receber meus questionamentos. Agradeço, especialmente, a Camila Akemi Perruso pela amizade fraterna e a Fernanda Carolina de Araújo por nossos encontros.

A Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos, Brasília-DF, e ao Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud) pelo interesse nesta pesquisa. Espero que possamos manter o diálogo sobre os direitos de crianças e adolescentes do país.

À Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano (EPFCL-SP) e, em especial, à Rede Clínica de Pesquisa em Psicanálise e Infância, por ser “Escola” do espaço-tempo de minha formação como psicanalista.

SUMÁRIO

RESUMO	12
ABSTRACT	13
Atravessamentos	14
INTRODUÇÃO	15
1º PARTE	
1. SITUANDO CRIANÇAS NACIONAIS	21
1.1. Concepções sobre o <i>infans</i> no começo da história do Brasil	23
1.2. De “menor” aos direitos da criança e do adolescente	33
2. CRIANÇA FORA-DA-LEI	44
2.1. O ato infracional em sua acepção jurídica	46
2.2. Das finalidades socioeducativas	52
2.3. As medidas de proteção e o Conselho Tutelar	62
3. DESBRAVANDO UM CAMPO	73
3.1. Roteiro de viagem: a pesquisa extramuros	75
3.2. Fragmentos de um diário de bordo	81
3.2.1. Competência: o lugar do conselheiro tutelar	88
3.2.2. Sobre os procedimentos	93
3.2.3. Interpretação das situações	104
3.2.4. Encaminhamentos	112
4. GARANTIA E RESTRIÇÃO DE DIREITOS	119

4.1. Pontos de chegada-----	121
4.2. A letra da lei: da restrição à garantia de direitos -----	124

2º PARTE

5. A PSICANÁLISE E SEUS LUGARES DE DISCURSO-----	135
5.1. O lugar da criança em psicanálise-----	138
5.2. Antecedentes políticos e históricos sobre a noção de discurso-----	140
5.3. Considerações teóricas sobre a construção dos discursos em psicanálise-----	147
5.4. A “criança” no laço dos discursos-----	155
6. A PSICANÁLISE DIANTE DO FORA-DO-LUGAR-----	162
6.1. O “fora-do-lugar” e o discurso do capitalista-----	165
6.2. Para finalizar-----	177
Atravessados-----	182
REFERÊNCIAS-----	184

FIGURAS

Figura 1 - Distribuição dos Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo-----	76
Figura 2 – Metáfora Paterna-----	149
Figura 3 - Montagem dos Discursos-----	152
Figura 4 – Grupos de Klein-----	152
Figura 5 – Esquema L-----	178

RESUMO

Marino, A. S. (2011). *A criança autora de ato infracional - as medidas de proteção e o Conselho Tutelar - um debate para o campo psicanalítico*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Este trabalho tem como objetivo abordar a temática da criança autora de ato infracional e a aplicação das medidas de proteção pelos Conselhos Tutelares de São Paulo-SP e, com isso, trazer contribuições para a aplicação destas medidas. Para que se possa apreender o contexto atual de sua aplicação, do surgimento dos Conselhos Tutelares e da situação da criança autora de ato infracional, faz-se um levantamento histórico sobre o assunto. Em seguida, apresenta um levantamento teórico, dentro do panorama jurídico, sobre os conceitos de ato infracional e as medidas socioeducativas e de proteção aplicadas pela justiça e pelo Conselho Tutelar, respectivamente, nestes casos. A pesquisa qualitativa de campo é o cerne deste trabalho. A escuta dos conselheiros tutelares, tendo como objetivo conhecer suas experiências no atendimento e encaminhamento destes casos, articula-se a uma série de problemáticas como a atribuição ou não de ato infracional praticado por criança, o entendimento das medidas de proteção como garantistas ou restritivas de direitos e a questão da competência nestas situações. Para concluir a primeira parte do trabalho, estas questões são desenvolvidas, onde se extrai a hipótese da pesquisa: “qual o lugar da criança autora de ato infracional sob medidas de proteção?”. Por meio deste questionamento, conjectura tratar-se da criança que está entre a garantia e a restrição de direitos, em que se forja a noção do “fora-do-lugar”. Encaminha-se uma articulação conceitual acerca dos lugares de discurso em psicanálise, elucida os lugares da criança enquanto sujeito nos quatro discursos propostos por Jacques Lacan e a concepção de infantil. Por fim, aborda a criança autora de ato infracional sob medidas de proteção por meio dos argumentos teóricos do discurso do capitalista e da noção de lei simbólica em psicanálise.

Palavras-chave: Ato infracional. Conselho Tutelar. Criança (autora de ato infracional). Direito. Lacan, Jacques. Medidas de proteção. Psicanálise.

ABSTRACT

Marino, A. S. (2011). *Child offender - protective measures and protection authorities - a discussion toward psychoanalytic area*. Masters Essay. Psychology Institute, University of São Paulo, São Paulo.

This paper aims at discussing the matter of child offender and the application of protective measures by child protection authorities in São Paulo-SP and, with that, aims to bring contributions for the implementation of these measures. To apprehend the current context of these measures, the emergence of child protection authorities and child offender's situation, makes a historical survey on the subject. Further, it presents a theoretical research within legal landscape on the concepts of act of infraction, socio-educational measures and protection applied by justice and child protection authorities, respectively, in these cases. Qualitative research field is the core of this work. Listening child protective authorities, aiming to understand their experiences in care and management on these cases, articulates a number of questions such as attribution or not of act of infraction committed by children, the understanding of protection measures as guarantees or restriction of the rights and the matter of competence in these situations. To conclude the first part of the work, these questions are developed, in which it extracts the research hypothesis: "what is the place of child offender under protective measures?". Through this questioning, conjecture that it is the child who is between the guarantee and the restriction of rights, which forges the notion of "out-of-place". Forward to a conceptual articulation about places of discourse in psychoanalysis, clarifies child's places as a subject in the four discourses proposed by Jacques Lacan and the child conception. Finally, discusses child offender under protective measures through the theoretical arguments of the capitalist discourse and the notion of symbolic law in psychoanalysis.

Key-words: act of infraction. child protection authorities. child (child offenders). Law. Lacan, Jacques. protection measures. Psychoanalysis.

Atravessamentos

Das utopias contidas em minhas próprias contravenções, encaminhou-se à abertura dita “subversiva” de movimentos um tanto ou mais criativos. Era o tempo preciso para certas infrações. Agora, no entanto, anuncia-se um tempo para sustentar uma travessia. Mas para isso seria necessário justificar um ponto de partida e, desde então, começo pela lembrança do menino.

Um menino cortado, ou melhor, atravessado no estômago por ser pequeno o suficiente para atravessar uma janela. Ele hoje carrega a cicatriz deste corte que naquela época era menor. Mas o tamanho da cicatriz cresceu também com o tempo, e hoje ele carrega uma muito maior. A cicatriz cresceu ou o corte que cresceu? Participando de um assalto, fora incumbido de entrar. Mas ele talvez não fosse tão criança pelo tamanho, porque o vidro da janela se quebrou e ele ficou preso, transpassado e fixado pelos cortes. Não lembro o seu nome, mas na casa de acolhimento onde se encontrava, ele já era grande, que nem o corte.

Outro corte foi o da menina que tinha as marcas das balas. Dizia que tinha começado cedo porque se lembra dos 10 e dos 11 anos de idade na prostituição. As marcas das balas eram muitas, mas ainda que davam pra contar. Tinha nas pernas, costas, braços e uma cicatriz no peito que ela mostrava junto a uma tatuagem... Queria comemorar seu aniversário, chamar os amigos, o namorado também e fazer uma festa. Ficou revoltada porque não a deixaram ir, quebrou uma janela com as mãos e dizia que, da próxima vez, não quebraria uma janela, mas alguém dali. E diante de tamanha dor, era preciso cortar o bolo, ali mesmo.

Havia também os cortes do menino que assaltava a avenida. A cidade era toda dele, apesar dele não se achar em lugar nenhum. Na verdade, tinha “lugar nenhum”. Então, encostava-se aos carros do trânsito parado, punha a cabeça pra dentro da janela, cortava alguém algumas vezes ou segurava o vidro pra dizer que era assalto. Mas depois saía com os braços balançando e girando o corpo. Dançava e cantava uma canção de infância. Era, apesar de instantes dantes, uma criança. Ou voltava a se imaginar criança?

Nestas vias, descortinam-se algumas crianças que carrego na memória. Crianças que podem embaraçar certas visões de infância, mas que no fundo carregam alguma coisa de comum. Ou melhor, não se parecem tão distantes assim. Em suma, nestas experiências, cortes e janelas demandam atravessamentos.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo desvelar o tema da criança autora de ato infracional e a aplicação das medidas de proteção pelos Conselhos Tutelares de São Paulo-SP e, com isso, poder trazer contribuições para a aplicação destas medidas. As investigações trazidas nesta dissertação têm sua origem em trabalhos realizados em casas de acolhimento e Centros de Referência ao atendimento de crianças e adolescentes no município de Guarulhos - SP e na capital paulista. Destas experiências, surgiram questões que envolveram a temática da violência doméstica e social que resultaram no levantamento de pesquisas acerca da problemática do adolescente e da criança autora de ato infracional; aqueles que encontraram na significação do “menor” o título de seu atemporal desprestígio.

Da criança não-dita (*infans*) do século XVI à criança sujeita à lei do século XX, um longo caminho de transformações e movimentos ocorreram. Na época no extinto Código de Menores de 1979, a lei estabelecia ao “menor” infrator, órfão ou pobre a Doutrina da Situação Irregular. Com a atual Doutrina da Proteção Integral, decorrente da Constituição Federal de 1988, reiterada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, crianças e adolescentes passaram a ser prioridade absoluta do Estado, da família, da sociedade e da comunidade, enquanto sujeitos de direitos (Art. 4º do ECA).

Perante a lei, não existe diferença entre a criança e o adolescente no que tange aos direitos à proteção integral e à prioridade absoluta (Sistema da Garantia de Direitos). A diferença recai, como poderemos acompanhar, nas medidas aplicadas quando da prática de ato infracional. Aos adolescentes lhes são reservadas as medidas socioeducativas e, às crianças, as medidas de proteção (Arts. 105 e 112 do ECA).

Tais medidas são marcadamente diferentes. Os adolescentes são submetidos às medidas de finalidade social e educativa que podem ser mais rigorosas, como na privação de liberdade. Apesar da inimputabilidade do agente, tais medidas são consideradas restritivas de direitos, ou seja, o adolescente em razão de sua conduta pode vir a ter seus direitos limitados. No segundo caso, ficam sujeitas às medidas de proteção, cujo tratamento pode ser estendido aos pais ou responsáveis. Tais medidas, como veremos, segundo o Estatuto, visam à(s) necessidade(s) da criança e/ou de seu

responsável, não trazendo incisos que possam ser considerados, ao menos num primeiro momento, como medidas restritivas de direitos.

Inclui-se nesta diferença, a competência dos casos. No caso do adolescente, a aplicação das medidas socioeducativas é feita pela autoridade judiciária e, no caso da criança, as medidas de proteção são da competência do Conselho Tutelar. Caracterizado por ser um órgão público permanente, autônomo e não jurisdicional, os Conselhos têm a função de atender em primeira instância todas as situações de ameaça ou violação dos direitos garantidos pelo ECA.

Para que se possa apreender o contexto atual da aplicação das medidas de proteção, do surgimento dos Conselhos Tutelares e da situação da criança autora de ato infracional, faremos um levantamento histórico sobre o tema. Tem-se como objetivo averiguar a função das medidas de proteção aplicadas atualmente às crianças autoras de ato infracional, inseridas em seu contexto histórico e político.

Ao situar a criança através do prisma histórico, ver-se-á que seu lugar esteve presente entre as linhas regimentais, nos documentos legais que, através de imposições e decretos, sinalizaram e sinalizam o lugar onde estão, estiveram ou deveriam estar. Nesse embate, o intuito deste trabalho parte do questionamento sobre o *lugar* oferecido à criança “fora-da-lei” ou, mais exatamente, da criança que está, ao mesmo tempo, fora e dentro da lei.

A criança autora de ato infracional encontra na lei estatutária a interpretação de que está fora-da-lei (ao ser infratora por cometer um delito) ou mesmo ao ser considerada em “situação de risco” (por estar fora daquilo que lhe é garantido pela lei, enquanto causa ou consequência de ato infracional). No entanto, as medidas de proteção podem se revelar como um lugar de acolhimento oferecido pela lei; a criança pode ser recebida pelo dispositivo de intervenção legal (quando ameaçada, violada ou mesmo quando autora de ato infracional) pelos conselheiros tutelares que, ao aplicar as medidas protetivas, recebem a incumbência de zelar pelos seus direitos (situando-as, portanto, dentro da lei).

Assim, o que se revela a princípio no tema da criança autora de ato infracional sob medidas de proteção é o eixo de suas entrelinhas, isto é, o “sob” onde se entrelaçam a criança autora de ato infracional e as medidas protetivas. Dessa forma, aos sujeitos considerados “fora”, isto é, fora daquilo que lhes é garantido pela lei, ao ser ameaçado, violado ou infrator, o ECA garante intervenções que devem visar os seus direitos (ao menos num primeiro momento na letra da lei).

Pertinentes discussões têm sido realizadas no que tange ao ato infracional praticado por adolescentes e a aplicação das medidas socioeducativas. Sob certa perspectiva, felizmente, inúmeros são os núcleos e laboratórios de pesquisa em Universidades, publicações em revistas científicas e livros de diferentes áreas do conhecimento que abordam e se aprofundam nesta complexa temática/tarefa.

No entanto, por razões não ditas, pouco se tem dito sobre a criança, menor de 12 anos de idade, inserida no campo infracional e a aplicação das medidas de proteção pelos Conselhos Tutelares. Com precisão, até o momento de conclusão deste trabalho, apenas um livro fora publicado sobre o assunto¹ e poucos artigos foram encontrados. Iniciar, desse modo, uma pesquisa sobre o ato infracional praticado por criança, foi como percorrer um deserto, tornando necessário recorrer a outras fontes para realizar esta investigação. A pesquisa de campo com conselheiros tutelares mostrou-se, portanto, como o recurso preciso para provocar o início dos necessários debates sobre o assunto.

Neste ínterim, consideramos de fundamental importância conhecer como estão sendo aplicadas as medidas de proteção. Assim, nosso objetivo foi investigar a aplicação e a função destas medidas e o *lugar* oferecido à criança autora de ato infracional, a partir da experiência dos conselheiros tutelares da cidade de São Paulo e da fundamentação teórica psicanalítica (de Freud e Lacan).

Para investigarmos a noção de lugar em psicanálise, traz-se uma breve contextualização acerca dos “laços sociais” propostos por Jacques Lacan (1969-1970/1992). As formulações trazidas por este autor permitem reflexões sobre o posicionamento do sujeito (seja este adulto ou criança) nos diferentes laços sociais. À luz deste conceito, pretendemos abordar dois aspectos que permeiam esta dissertação. O primeiro refere-se ao lugar da criança, enquanto sujeito, nos diferentes laços sociais e o infantil em psicanálise, e o segundo pretende abordar a criança empreendida por esta pesquisa, fora e dentro da lei, onde são trazidas algumas reflexões acerca do “discurso do capitalista” que, como veremos, é o único discurso que não faz laço social.

É digno de nota, neste momento, que se faça uma observação quanto à conceituação de sujeito para a psicanálise. Diferente da Psicologia que valoriza os aspectos da consciência psíquica e credita àquilo que é da ordem da percepção, a psicanálise entende que “o inconsciente é a verdadeira realidade psíquica” (Freud, 1900,

¹ Pesquisa realizada por André Karst Kaminski (2002), que abordou pelo prisma do Direito a atuação dos Conselhos Tutelares de Porto Alegre (RS), nos casos de ato infracional praticado por crianças.

p.637). Freud, em sua *Traumdeutung* de 1900, construiu uma analogia espacial para conceituar o inconsciente da psicanálise. Segundo ele, o inconsciente:

em sua natureza mais íntima, ele nos é tão desconhecido quanto a realidade do mundo externo, e é tão incompletamente apresentado pelos dados da consciência quanto o é o mundo externo pelas comunicações de nossos órgãos sensoriais. (pp.637 e 639).

A complexidade desta construção freudiana ganha aspectos topológicos – a matemática que versa sobre lugares - em Lacan, na medida em que este autor amplia e aprofunda a analogia espacial freudiana ao falar de um sujeito descentrado, dividido pela linguagem (simbólico), dividido pelo eu (imaginário) e pelo real, trazendo o inconsciente à superfície (Safatle, 2005). O conceito de inconsciente permite apreender que a adequação ao mundo, ou seja, a adaptação à norma condiz com uma impossibilidade inerente à própria constituição do sujeito, do inerente mal-estar dos laços sociais, dentro da concepção ética psicanalítica².

O mal-estar na civilização, o conflito pulsional do sujeito no mundo, é parte de sua constituição e inerente às relações humanas. A constituição subjetiva está atrelada aos laços sociais, nas relações ambivalentes estabelecidas com o outro na cultura, sob a influência dos discursos que vigoram na sociedade. A civilização convoca renúncias, donde se extrai uma parcela de prazer, em prol de uma parcela de segurança que resta sempre insuficiente à satisfação do sujeito (Freud, 1927/1998; 1930/1998).

Com o movimento crescente do Capitalismo, os laços sociais passaram a ser marcados por uma lógica em que se privilegia o ser individualizado e o acesso aos objetos de consumo. Chamado por Lacan (1969-1970/1992) de “discurso do capitalista” é um discurso que exclui o outro do laço social, na medida em que os sujeitos passam a se relacionar com os objetos-mercadoria oferecidos pelo Capitalismo (mercado). Neste discurso, o que é visado é o sucesso individual engendrado pela quantidade do ter dos objetos-mercadorias que são envoltos de uma falsa completude, mascarando a castração do sujeito (a incompletude inerente ao ser humano).

Neste discurso, como poderemos acompanhar, a infração penal pode ser entendida como uma manifestação de um direito de gozo, pois adquire uma dimensão

² Até a década de 70, Lacan sustentou a ética psicanalítica segundo a oposição do imperativo categórico de Kant “Age de sorte que a máxima de tua ação possa ser tomada como máxima universal” para o imperativo do “agir de acordo com o próprio desejo” influenciado pela obra de Sade. A ética psicanalítica é, portanto, da ordem do particular, ou seja, não passível de fundamento “moral” por não participar dos ideais de comportamento de toda uma sociedade (Lacan, 1959-1960/1997).

de correlação à liberdade e ao livre-comércio que se atualizam no consumo (Melman, 2000). Dessa maneira, o ato infracional pode ser entendido de maneira dialética aos ideais de liberdade e individualismo difundidos pelo Capitalismo, na medida em que o discurso do capitalista proclama o acesso ao objeto, o saciar do desejo, isto é, o gozo e promove a “segregação”. A segregação, no entanto, como pretendemos trazer, revela-se como a “velha conhecida” do sujeito submetido à lei da linguagem. Neste momento, portanto, anuncia-se aquilo que por estrutura pode ficar de “fora”.

Tendo como *objetivo* refletir sobre a situação da criança autora de ato infracional sob medidas de proteção, através da pesquisa de campo com conselheiros tutelares e da fundamentação teórica da psicanálise (de Freud e Lacan), faremos o percurso deste trabalho em duas partes.

No primeiro capítulo da primeira parte, empreenderemos um levantamento histórico sobre os dispositivos de assistência à criança no Brasil, em que se pretende localizar no tempo o *infans*, o “menor” e os direitos da criança e do adolescente conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em seguida, no segundo capítulo, faremos um levantamento teórico dentro do panorama jurídico sobre os conceitos de ato infracional, medidas socioeducativas e medidas de proteção aplicadas pela justiça e pelo Conselho Tutelar. Após este momento, no quarto capítulo, apresentaremos a pesquisa de campo realizada com os conselheiros tutelares de São Paulo. Como salientado, o objetivo foi o de conhecer os procedimentos de atendimento e encaminhamento nas situações envolvendo o ato infracional praticado por criança.

Após este trajeto, para concluirmos a primeira parte deste trabalho, empreenderemos uma reflexão que visa problematizar a garantia e a restrição de direitos no entendimento da situação da criança autora de ato infracional e a aplicação das medidas de proteção. Através desta reflexão, traremos alguns comentários que - esperamos - possam servir como contribuição à aplicação das medidas de proteção oferecidas às crianças autoras de ato infracional.

A segunda parte do trabalho tem como meta abordar e problematizar a criança autora de ato infracional *sob* medidas de proteção, por meio da articulação conceitual sobre os lugares de discurso - os laços sociais - propostos por Jacques Lacan. Inicialmente, encaminhamos um levantamento político, histórico e teórico acerca dos discursos em psicanálise e, em seguida, buscamos refletir sobre os lugares da criança,

enquanto sujeito, nos quatro discursos propostos pelo autor, elucidando a concepção de infantil em psicanálise.

Por fim, retomamos a noção do “fora-do-lugar”, isto é, da criança que está entre a garantia e a restrição de direitos (a criança autora de ato infracional sob medidas de proteção), por meio dos argumentos teóricos do discurso do capitalista e da noção de lei simbólica em psicanálise. Consideramos que, ante a segregação promovida pelos laços sociais, a qual todos estão submetidos quando imersos no universo simbólico da castração, ao discurso do capitalista interessaria seu resto, isto é, a miséria.

1º PARTE

1. SITUANDO CRIANÇAS NACIONAIS

Hoje a noite é alva em frente ao trapiche. É que na sua frente se estende agora o areal do cais do porto. Por baixo da ponte não há mais rumor de ondas. A areia invadiu tudo, fez o mar recuar de muitos metros. Aos poucos, lentamente, a areia foi conquistando a frente do trapiche. Não mais atracaram na sua ponte os veleiros que iam partir carregados. Não mais trabalharam ali os negros musculosos que vieram da escravidão. Não mais cantou na velha ponte uma canção, um marinheiro nostálgico. A areia se estendeu muito alva em frente ao trapiche. E nunca mais encheram de fardos, de sacos, de caixões, o imenso casarão. Ficou abandonado em meio ao areal, mancha negra na brancura do cais.

(Jorge Amado, Capitães da Areia, 1937/1971, p.29)

1. SITUANDO CRIANÇAS NACIONAIS

Primeiro porque o relato histórico sempre transtorna a verdadeira ordem de interesse e de interrogação. É no presente que os problemas solicitam uma reflexão. Se a reflexão leva a uma regressão, a regressão é necessariamente relativa à reflexão. Assim, a origem histórica importa menos, na verdade, que a origem reflexiva. (Canguilhem, 1982, p.41)

A concepção de infância como uma “fase da vida” pode ser pensada enquanto resultado de um processo de incursões ocorridas ao longo da história, marcado por transformações que propiciaram mudanças no que tange ao tratamento despendido à criança. Neste sentido, refletir sobre a criança implica em pensar a cultura, a sociedade, as formas de estruturação familiar e as relações de poder historicamente estabelecidas nas diferentes instâncias sociais. A noção de infância, portanto, pode ser entendida por meio de representações que foram e são estabelecidas nas relações entre o adulto e a criança no decorrer do tempo (Freitas & Kuhlmann, 2002).

É ao longo desta linha de representações sociais e históricas que encontraremos a criança vinda das embarcações portuguesas, as nativas no processo de consolidação da cultura européia na Colônia, a criança escrava enquanto propriedade dos senhores e as quilombolas, a abandonada e a trabalhadora no processo de urbanização e industrialização do país, e mesmo as que não se enquadravam - “pivettes” e “menores” - dito criminosos e alvos de repressão.

Ao situá-las através do prisma histórico, ver-se-á que seu lugar esteve presente entre as linhas regimentais, nos documentos legais que, através de imposições e decretos, sinalizaram e sinalizam o lugar onde estão, estiveram ou deveriam estar. À luz dos registros documentais, a história das crianças no Brasil pode também ser analisada através da letra das leis, ou seja, refletida pelo discurso jurídico. Curiosamente, como veremos, a criança adentrou no universo do Direito a partir de seus atos criminosos, isto é, cerceada pelo Direito Penal.

Um grande passo foi dado em 1990 com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assumiu uma tarefa importante ao tentar situar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos no país. Esta cartilha esforça-se por dar voz, através da letra democrática, situando-os como sujeitos de direitos e deveres. A partir desta lei, encontram-se ferramentas legais no enfrentamento de situações silenciadoras, de

ameaça ou violação de seus direitos. Hoje, crianças e adolescentes são considerados “prioridade nacional”, sendo dever da família, da sociedade, da comunidade e do Poder Público protegê-los integralmente enquanto sujeitos de direitos.

Através desta tarefa de imersão histórica, o objetivo desta primeira parte do trabalho será o de situar a criança brasileira, localizando no tempo: o *infans*³, o “menor” e, finalmente, a criança como sujeito de direitos, conforme preconizado pela lei do Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.1. Concepções sobre o *infans* no começo da história do Brasil

Para fazermos o resgate histórico daqueles cuja distinção se assentava numa suposta “desapropriação” da fala, o *infans*, utilizaremos como recurso pesquisas de historiadores reconhecidos na área e no tema deste trabalho. Trata-se, frente ao nosso objetivo, de lançarmos atenção sobre uma parte desta história: a história das crianças no Brasil.

Segundo Ramos (1999), rumo ao descobrimento, junto aos futuros colonizadores da Terra de Santa Cruz, lançou-se ao mar meninos para servir de grumetes ou pajens nas embarcações. Devido à falta de mão-de-obra adulta no período, muitos órfãos foram encaminhados ou vendidos por suas famílias. Sua força de trabalho, apesar de pouco eficiente, era aproveitada nas longas viagens portuguesas.

Havia aqueles cuja carreira na Marinha era uma forma de ascensão social. Noutros casos, como no de crianças judias, eram raptadas para servirem forçadamente nas embarcações. Outras a bordo estavam com seus pais ou familiares, chamados de “miúdos” ou então na qualidade de “órfãos do Rei”⁴ para se casarem com os súditos da Coroa.

Apesar de representarem uma ínfima porcentagem nas embarcações (5%), as crianças tinham menos chances de sobreviver às viagens. Segundo Ramos (1999), acabavam morrendo devido às precárias condições de higiene e alimentação, sendo

³ Explica Ariès (1981) que a etimologia da palavra “infância” vem de *infans* (de *enfant*) que significa “aquele que não fala”, ou seja, aquele que se distingue do adulto pela não apropriação da fala.

⁴ De acordo com o autor: “as meninas órfãs de pai e pobres eram arrancadas à força de sua família e embarcadas sob a categoria de ‘órfãos do Rei’.” (Ramos, 1999, p. 32). O recolhimento tinha por objetivo promover a constituição de famílias, sendo tal prática usada principalmente nas expedições ao Oriente.

comumente severamente castigadas e seviciadas durante as longas viagens em que, amiúde, incorriam em grandes riscos de ataques e naufrágios.

Nesta época, a relação entre o adulto e a criança era influenciada pela alta taxa de mortalidade infantil. A expectativa de vida da criança portuguesa, nos séculos XIV ao XVIII, era de 14 anos, sendo que muitas morriam antes de completar os sete. Sobre o costume das famílias enviarem os filhos às perigosas viagens, justifica o autor: “a alta taxa de mortalidade em Portugal fazia com que a chance de morrer vítima de inanição ou de alguma doença em terra, fosse quase igual, quando não maior do que a de perecer a bordo das embarcações.” (Ramos, 1999, p.22).

Quanto às crianças da terra, acreditava-se que elas seriam como o “papel branco”, em que se poderia sobrepujar à civilidade somando-se a palavra cristã que, em meados do século XVI (estendendo-se ao longo do XVII), passava creditar a figura do menino Jesus. A Igreja, dessa maneira, teve um papel fundamental no tocante ao início de uma maior valorização da infância na Colônia (mas não somente no Brasil).

A ideia de um “sentimento de infância” foi absorvida e aplicada na Colônia pelos missionários da Companhia de Jesus. Soma-se a isso, segundo Chambouleyron (1999), uma nova atitude no âmbito das relações sociais do Velho Mundo, onde a relação do adulto para com a criança também se transformava. Nas palavras de Priore (1995):

Foi, a nosso ver, a emergência das atitudes de valorização da infância, somada à elaboração de um modelo ideológico da criança-Jesus – ambos emigrados para a colônia na mentalidade jesuítica –, que fez a Companhia escolher as crianças indígenas como o “papel blanco”, a cera virgem, em que tanto desejava escrever; e inscrever-se. (p.12)

Aos ingênuos, tidos como fonte emergente de pecados e vícios de uma terra “diabólica”, ofereciam-lhes uma rigorosa disciplina. À custa de severos castigos, considerados manifestação de amor, os missionários basearam-se numa educação pautada na figuração de um pai divino que amava através de seus castigos⁵. A confiança nos pequenos gentios se baseava na crença do menino Jesus, uma criança, portanto, hábil para a missão jesuítica.

Nas escolas dos jesuítas, as crianças eram instruídas no exercício do escrever e na fé cristã. Muitas serviram de intérprete, o que ajudava no processo missionário de

⁵ Cumpre ressaltar que os índios desconheciam tais “métodos”. Tratavam seus filhos com liberdade, sem lhes aplicar castigos, davam de mamar, muitas vezes, até seis ou sete anos de idade, tinham boa aparência física, eram fortes e saudáveis. Tomavam muitos banhos frios nos rios desde que vinham à vida, andavam sempre nus ao ar livre, brincavam e tinham hábitos cuidadosos quanto à alimentação (Rocha, 1996).

conversão dos gentios e outras, aquelas que se destacavam, eram enviadas a Portugal, o que servia para creditar os feitos dos jesuítas na Colônia (Priore, 1995).

O aprendizado da doutrina cristã era feito através da memorização. Para facilitá-la desenvolveram como método os “catecismos dialogados”, além de ensinarem música e canto para facilitar a “transformação dos costumes” (Chambouleyron, 1999, pp.63 e 65). Sob a influência dos colonizadores, o divertimento se dava nas procissões, danças e nos cantos “que como um permanente canto de sereia” encantava “novos catecúmenos para a missão” (Priore, 1995, p.20). O brincar também era reservado aos tradicionais banhos de rio, no divertimento de “ver correr a argolinha”, com bonecos feitos pelas mãos indígenas ou pelas crianças, além das situações festivas nas aldeias.

Por meio da imposição do medo do inferno e do demônio, os indígenas eram inseridos no cotidiano religioso cristão, como em procissões e rituais, para afastar o mal (muitas vezes em circunstâncias de epidemias⁶). Neste processo, como observa a autora, muitas crianças coagidas afastavam-se de seus familiares para se juntar às missões. Outras, por sua vez, demonstraram pouco consentimento ante as imposições doutrinárias.

A puberdade era marcante na descrença dos nativos, ou melhor, na efetivação da crença de que estavam assolados pelo mal desde as “raízes” - a puberdade era tida como um período de vulnerabilidade e emergência da maldade. Para a autora: “o indígena adolescente ou adulto é o ‘outro’ estranho... entre o aquém e o além do humano, a lembrar as dificuldades que a Companhia deveria enfrentar para a sua consolidação em colônias.” (Priore, 1995, p.23). Era a descrença no futuro da criança gentílica, do papel branco, em que se acreditou poder escrever e inscrever-se.

Com o processo de escravidão dos africanos, as crianças filhas dos escravos, inseriram-se no cotidiano da Colônia. O batismo era um acontecimento importante, não somente no processo doutrinário cristão, mas também como uma forma de inserção social.

Enquanto eram pequenas, as crianças compartilhavam os espaços privados dos senhores com outras crianças e brincavam de forma livre. A partir dos sete anos de idade, enquanto as primeiras iam para as escolas (indicando uma maior preocupação educacional pelos adultos), os filhos de escravos, invariavelmente, passavam à labuta (inseridas na rotina da escravidão) (Priore, 1999b).

⁶ Segundo Priore (1999), entre as doenças mais comuns, trazidas em sua maioria pelos colonos, estão: mal dos sete dias, tinha, sarna, impingem, sarampo, bexiga e lombrigas.

A situação nas Minas Gerais foi, segundo a pesquisa de Scarano (1999), *sui generis*. Longe do litoral, no século XVIII, a região se caracterizava por ser essencialmente mineradora e urbana. A instabilidade no trabalho, tanto de negros escravos como de brancos, fazia com que tivessem de mudar de região com frequência, instabilizando a relação familiar entre adultos e crianças.

Tanto entre os brancos como entre os negros escravos, que, não por vontade própria, evidentemente, mas por conta do tipo de trabalho, aventureiro, precário e sujeito a mudanças, tinham que, em grande parte, viver por si mesmos, precisando, muitas vezes, abandonar relacionamentos familiares. (Scarano, 1999, p.111)

No cativeiro, muitas mães preferiam impedir ou abortar uma concepção, a fim de não exporem os filhos à escravidão. As crianças menores eram consideradas expensivas e por isso os senhores preferiam escravos maiores, especialmente entre 15 e 35 anos de idade. Entretanto, devido às precárias condições de trabalho e sobrevivência a que eram submetidos, poucos chegavam à idade adulta.

As amas de leite, por seu turno, eram muito lucrativas aos senhores. Segundo a mesma autora, o concubinato com mulheres negras “era encarado como natural pela maioria da população” (p.111). O mesmo não se dava, contudo, com relação às crianças mestiças nascidas forras ou alforriadas ainda pequenas pelos pais (mesmo quando incógnitos) com suas concubinas.

Diante da dificuldade da escravatura, a vida familiar dos escravos era sujeita a inúmeras instabilidades. Nas pesquisas de Góes e Florentino (1999), no Rio de Janeiro, a mortalidade infantil chegava a representar 80% das crianças até cinco anos de idade. Quando sobreviviam aos cinco anos, “metade parecia ser completamente órfã; aos 11 anos, oito a cada dez.” (p.180).

Nos quilombos a situação era proporcionalmente mais razoável, com maior número de nascimentos e menor número de mortes prematuras. Os quilombolas criavam animais, trocavam pedras, alimentos e armas, mas eram constantemente atacados e novamente escravizados. Quanto à vida nos quilombos mineiros, apresenta a autora:

No quilombo, havia uma mistura de costumes e tradições africanas e também portuguesas, inclusive do catolicismo, bem como aquelas indígenas. Seria muito difícil reproduzir totalmente as tradições e costumes africanos, mesmo a respeito das crianças, pois o meio era outro, havia mistura de “pretos” vindos da África, que eram no período chamados de “nação”, integrados por várias etnias africanas, “crioulos” nascidos no Brasil, “mulatos” e mesmo brancos que fugiam da justiça estabelecida e se refugiavam nos quilombos. No decorrer de todo século [XVIII] e enquanto houve escravidão, se

buscou destruir os quilombos, afirmando que seus habitantes atacavam casas e traziam perigo para a vida dos brancos. (Scarano, 1999, p.130)

Quanto às ideias acerca da sexualidade infantil, tal como concebida no continente Europeu até meados do século XVII, não eram revestidas de uma concepção dessexualizada⁷ da infância. A prática sexual ou mesmo a violência sexual, não era considerado um crime específico e, portanto, não condenado pelo Tribunal da Inquisição. Uma série de documentos levantados, por exemplo, no trabalho de Mott (1995), atestam que a prática não era vista com repúdio. A conduta era muitas vezes relacionada à didática. Entretanto, a sodomia era tida como o pior dos pecados e, deste modo, condenável pela Igreja. Segundo este autor: “o que se levava mais em conta era sobretudo a ocorrência ou não da *sodomia perfeita* (penetração com ejaculação) e a repetição dos atos venéreos... para a punição por parte do Santo Ofício.” (p.48).

A situação mudou no ano de 1821, quando da extinção do Santo Ofício (a sodomia deixou de ser um crime religioso). Somado a isso, a Independência no ano de 1822 e a promulgação da primeira Constituição do Império em 1823, quando “o controle dos desvios sexuais da enfraquecida Igreja [passou] para as delegacias de Polícia” (p.57). Sobre a influência das ideias iluministas neste período, do início de uma moral sexual mais repressora (vitoriana) e da assunção do poder do Estado sobre a Igreja no tocante à questão, observa o autor:

Os direitos humanos e o respeito à pluralidade ganham cada vez mais adeptos. A infância e a identidade infanto-juvenil adquirem foros de cidadania, tímidos ainda, porém, crescendo dia a dia. Cabe agora ao Estado zelar pela moral e inocência dos imaturos, tanto que é aos próprios presidentes das províncias que os cidadãos injuriados se dirigem para exigir justiça quando suas crianças são alvo de suposta corrupção por adultos. (Mott, 1995, p.57)

O problema das crianças abandonadas foi, desde o século XVIII, alvo de atenções por parte dos Estados das nações. A repercussão do problema durante a Idade Moderna revela uma maior preocupação com as despesas geradas com a pobreza e com a “ideia de que o aumento populacional embasava a riqueza das nações” (Mello e Souza, 1995, p.29). O problema do abandono de crianças se estendeu ao longo da história (não somente no Brasil), intensificando-se até virar “caso de polícia”, pois as condições de sobrevivência e o ambiente da rua expunham crianças e jovens a um

⁷ Não havia um sentimento de pudor ante a sexualidade infantil. Eram comuns “brincadeiras” entre pais, amas e empregados, como refere Ariès (1981) sobre a infância de Luís XIII: “Durante seus três primeiros anos, ninguém desaprova ou vê algum mal em tocar por brincadeira em suas partes sexuais” (p.126).

mundo permeado pela “vadiagem”, “mendicância” e “gatunice” (Londoño, 1995, p.140).

Trazidas ao Brasil no século XVIII, as Rodas dos Expostos foram concebidas como instituições capazes de dar conta do crescente número de crianças abandonadas, pretendendo salvar a vida dos recém nascidos e, posteriormente, encaminhá-las para os trabalhos forçados. A finalidade era a “de orientar a população pobre no sentido de transformá-la em classe trabalhadora e afastá-la da perigosa camada envolvida na prostituição e na vadiagem.” (Leite, 1995, p.99). Contudo, como observa Marcílio (1997), as Rodas foram responsáveis pelo maior contingente de mortalidade dentre todos os demais seguimentos assistenciais do Brasil.

O abandono de crianças, segundo Leite (1995), revelava certa indiferença na relação afetiva do adulto para com as crianças. Este aspecto, entretanto, não está isolado das condições de vida desta época. Havia dificuldade de diferentes ordens, como saúde e habitação, intensificadas durante o rápido e desordenado processo de urbanização das cidades. No Brasil, de acordo com a autora, a situação foi agravada pela escravidão, a exploração sexual das escravas e a exploração da criança e da mãe escrava que cedia o leite do próprio filho para oferecer-se como ama-de-leite.

As Companhias de Aprendizes foram instituídas a partir de 1840, representando “uma ruptura fundamental em relação ao atendimento dos meninos pobres maiores de sete anos de idade”. Foi a primeira instituição pública destinada ao recolhimento da criança pobre, abandonada, além de recolher “voluntários” à carreira e os delinquentes⁸ enviados pela polícia (Venâncio, 1999, pp.198-199).

Posteriormente, com a Guerra do Paraguai (1864-1870) as Forças Armadas passaram a recrutar, forçadamente, escravos, forros, prisioneiros e meninos (mesmo menores de 17 anos) das Companhias de Aprendizes, além daqueles que, porventura, estivessem perambulando pela rua:

Isso só foi possível graças à montagem de uma verdadeira máquina de recrutamento forçado, na qual a polícia desempenhava um papel de fundamental importância. O arsenal do Rio, por exemplo, no ano de 1864, pôs 116 meninos à disposição da Armada; um ano mais tarde, essa cifra foi de 169 recrutas. Pelo menos a metade desse contingente havia sido “caçada” nas ruas da capital brasileira, dando origem a centenas de ofícios nos quais as famílias solicitavam às autoridades a devolução do filho recrutado à força. (Venâncio, 1999, p.204)

⁸ Na definição trazida por Foucault (1987), o delinquente é aquele que “se distingue do infrator pelo fato de não ser tanto seu ato quanto sua vida o que mais o caracteriza”. Trata-se de uma biografia característica de um indivíduo que perpassa o que seria considerado perigoso e anormal, entendido como determinante de sua vida (p.211).

No século XIX, no tocante à escravidão, as ideias de libertação foram retomadas sob influência da pressão inglesa. Cabe observar que a promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871, pela princesa Isabel, apesar de alforriar os filhos nascidos de escravos, estes só atingiam a efetiva libertação aos 21 anos de idade. Explica-nos Mattoso (1995) que, ao completar oito anos, a lei concedia ao senhor o direito de escolher a forma de libertação da criança. Segundo a autora, poucos devem ter sido libertados, pois a indenização oferecida não compensava o trabalho de um escravo até seus 21 anos. Além disso, enfatiza:

Finalmente, nenhuma das crianças da Lei do Ventre Livre terá 21 anos em 1888; o destino, mais clarividente que a lei, neles terá reconhecido os escravos disfarçados que foram, e que são liberados da mesma forma e no mesmo tempo que os outros escravos. Para os legisladores da lei de 28 de setembro, atrás do “menor” a proteger escondia-se o bom trabalhador, útil a seu senhor. (Mattoso, 1995, p.92)

De acordo com Lima e Venâncio (1995), apesar do decreto do fim do tráfico em 1831 e de sua efetivação em 1850, ele somente foi concretizado a 13 de maio de 1888. Até esta data, muitas propostas foram criadas, mas sem êxito. Mesmo com a concretização da abolição, esta não foi igual nas diferentes regiões do Brasil. Deste modo, como salientam os autores, sabe-se que o impacto desta lei foi diferente nas cidades e nos campos.

Em decorrência do processo desordenado de libertação, sem um efetivo suporte por parte do Estado, muitas crianças negras foram abandonadas, elevando o número de enjeitados e aumentando a demanda por intervenções públicas. Observam os autores que “desde a década de 1870, começam a surgir, no Rio de Janeiro, instituições voltadas para o atendimento dos menores abandonados” sendo, no entanto, reservadas ao desenvolvimento de trabalhos agrícolas e artesanais (Lima & Venâncio, 1995, p.70).

Segundo Mauad (1999), o século XIX ratificou “a descoberta humanista da especificidade da infância e da adolescência como idades da vida.” (p.140). Neste contexto de reconhecimento, diferentes discursos passaram a girar em torno da criança e do adolescente. Presente na apropriação e difusão de termos, princípios e conceitos ao redor do desenvolvimento, da educação e instrução, o período foi considerado significativo na modificação da relação entre crianças e adultos. Em 1845, encontrava-se um maior número de médicos especializados, casas de brinquedos e livros voltados a esta população.

A educação das crianças da elite se assentava na diferença entre a valorização dos atributos intelectuais aos meninos e dos manuais e “dotes sociais” às meninas. De acordo com a autora, “os meninos da elite iam para a escola aos sete anos e só terminavam sua instrução, dentro ou fora do Brasil, com um diploma de doutor, geralmente, de advogado.” (Mauad, 1999, p.152). Outra carreira possível era a formação militar no Colégio Naval. Às meninas exigia-se, além da observância à vida religiosa e doméstica, a “perfeição no piano, destreza em língua inglesa e francesa, e habilidade no desenho, além de bordar e tricotar” (p.154).

No início do século XX, as estatísticas criminais revelavam que, dentre os inúmeros jovens e crianças que viviam nas ruas, havia aqueles chamados “pivettes”, responsáveis pelos furtos e vadiagens que assolavam os centros urbanos. Encontravam, segundo Priore (1999) e Santos (1999), na malícia e na esperteza, uma forma de sobrevivência numa sociedade em que a industrialização tardia e desorganizada aumentava o contingente de pauperização das camadas mais desfavorecidas, instigando a violência e a repressão nas cidades. Assim, complementa o autor:

Neste contexto, verifica-se o surgimento ou o agravamento de crises sociais que outrora eram pouco relevantes no cotidiano da cidade. A criminalidade avolumara-se e tornara-se uma faceta importante daquele cotidiano, quer pela vivência dos fatos materiais, quer pela interiorização da insegurança que em maior ou menor grau atingia as pessoas. O aumento da ocorrência de crimes é acompanhado pelo aumento e especialização dos mecanismos de repressão, gerando uma maior incidência de conflitos urbanos, numa clara manifestação do agravamento das tensões sociais. (Santos, 1999, pp.213-214)

Segundo o autor, entre 1900 e 1916, as estatísticas apontavam que as prisões de maiores e menores de idade eram quase equivalentes. Em suas palavras, a esta época “o coeficiente de prisões por dez mil habitantes era distribuído da seguinte forma: 307,32 maiores e 275,14 menores.” (p.214). Com as prisões, o principal instrumento de correção foram os trabalhos forçados; tal como Jorge Amado (1937/1971) em “Capitães da Areia” com propriedade retratou em seus personagens. As questões sociais passaram a ser vistas como questão de polícia e seu objetivo, através da repressão, era o enquadre dos “menores” na lógica do trabalho e da produção, fazendo do corpo um instrumento de força útil, produtivo e submisso (Foucault, 1987; Santos, 1999).

Com o início do processo de industrialização no país, crianças e adolescentes (muitos imigrantes como seus pais) passaram a ser utilizados como mão-de-obra barata,

especialmente no setor têxtil, gerando insatisfação e preocupação do setor operário⁹ e da comunidade. De fato, como constatou Moura (1995), a sociedade descobria a exploração desta população, cujos pais também eram explorados, e se chocavam com as notícias de jornais que traziam comumente as mortes, os feridos e mutilados nas fábricas onde as condições eram deploráveis.

Em princípios da década de 1910, o Departamento Estadual do Trabalho apurava que em estabelecimentos têxteis da cidade [de São Paulo], essa mão-de-obra era equivalente a 30%. Em 1919, o mesmo Departamento verificava que, considerado o total de trabalhadores absorvidos pelo setor têxtil no Estado, 37% eram menores, sendo que, em relação aos estabelecimentos da capital, essa mão-de-obra era estimada em 40%. (Moura, 1999, pp.265-266)

Com a expansão das ações governamentais no plano das políticas sociais, surgiram os dois Códigos de Menores¹⁰ (o primeiro em 1927 e o segundo em 1979). O primeiro foi um marco da intervenção estatal enquanto responsável pela situação e pelo encaminhamento dado ao “menor” abandonado e delinquente. A ideia que permeava esta intervenção era a de que a criança abandonada e desassistida tornar-se-ia, invariavelmente, delinquente. Nesta conjuntura, segundo Passetti (1999), escolas, internatos e, efetivamente, as prisões tornaram-se referências de uma direção política “cada vez mais centralizadora” e repressora (p.355). Apesar do reconhecido fracasso do sistema prisional, esta foi a resposta privilegiada de intervenção do Estado: “Mesmo considerando a prisão um ‘mal’, os reformadores, paradoxalmente, não se opuseram à introdução do seu modelo como corretivo comportamental ou como educador para jovens infratores.” (Passetti, 1999, p.356).

Ante o fracasso do “milagre econômico”, marcadamente após o golpe de 1964, a situação da criança - especialmente aquelas inseridas na categoria do “menor” - começou a ser noticiada regularmente pela imprensa. Nesta época, seguiram-se as políticas voltadas ao bem-estar da nação e do “menor”.

Sob a tutela do Estado, os pais perderam seu lugar de poderio e tornaram-se alvo de uma política coercitiva que os incapacitava. Ao mesmo tempo, a política de

⁹ Neste sentido, apresenta a autora: “Nesse contexto, o trabalho infanto-juvenil seria, para o movimento operário, fonte inequívoca de inspiração. Bastava olhar para a criança e o adolescente operários para perceber que à classe operária restara somente a miséria.” (Moura, 1999, p.279). E, posteriormente, sob outro prisma diz: “A concorrência que crianças e adolescentes faziam à mão-de-obra adulta em uma conjuntura na qual o mercado de trabalho na cidade estava pautado numa oferta crescente de mão-de-obra, levou a imprensa operária a manifestar-se contrariamente ao trabalho infanto-juvenil” (p.282).

¹⁰ Este assunto será retomado, mais detidamente, no próximo item deste capítulo: “De ‘menor’ aos direitos da criança e do adolescente”.

segurança assumia para si a responsabilidade pelos filhos da nação, mas que, entretanto, recaía sobre os filhos de famílias pobres. O autor complementa: “A sociedade dos incapazes caminha sob a instrução do Estado em direção à maioria política” e reflete em seguida: “É sabido que o Estado passa a considerar como problema nacional todo aquele acontecimento que, direta ou indiretamente, acarrete possibilidades de abalar a ordem.” (Passetti, 1995, p.154).

Priore (1999), neste sentido, atenta às consequências desta política de segurança e problematiza a questão através do “menor de rua”:

Eis porque acabaram por criar, a fim de transformá-la, instituições de confinamento em vez de encontrar mecanismos de integração, a criança “não ideal” achou os estigmas definitivos de sua exclusão. Ela passou de “menor da rua” para “menor de rua” com todas as consequências nefastas implícitas nesse rótulo. (Priore, 1999, p.15)

As influências internacionais no tocante às questões da infância e juventude e a Constituição de 1988 - que foi um marco no tratamento da questão pelo Estado - viabilizaram a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Novas propostas de intervenção no tocante às questões da infração, do abandono e da pobreza foram criadas. Dentre elas a chamada “nova filantropia”, fundamentada em torno de organizações não governamentais (organizações da sociedade civil) no atendimento de situações de violência doméstica, infração, abandono, etc., que se servem da redução de gastos governamentais¹¹.

Visando uma política de intervenção democrática, o ECA pretende ser um representante legal na visada pelo fim de um sistema totalitário e enclausurante – e, portanto, silenciador - da infância e juventude do país. Pois bem, vejamos mais detalhadamente como se deu a passagem do paradigma do “menorismo” para o da criança como sujeito de direitos humanos.

¹¹ Nas palavras do autor: “a nova filantropia funciona no campo do atendimento, como meio para a contenção de custos do Estado e, simultaneamente como geradora de empregos no âmbito privado.”. Apesar de constatar o sucesso de muitos projetos, noutro momento, atenta: “A criança, enfim, é o meio para a continuidade das burocracias pública e privada que, para tal, criam e recriam programas de atendimento, avaliações e premiações, montando e remontando o espetáculo das compaixões.” (Passetti, 1999, pp.368 e 370).

1.2. De “menor” aos direitos da criança e do adolescente

Na história do Brasil, encontramos sobre o termo “menor” a significação do adolescente e da criança pobre, abandonada e delinquente. Situadas no histórico de nossas leis desde o final do século XIX a partir de seus atos “desviantes”, encontraram na definição do “menor” o título de seu atemporal desprestígio (Amarante, Volpi & Santos, 2003, p.340).

Somente em 1988, quando da nova Constituição Federal, o termo foi definitivamente abandonado da letra jurídica nacional. Contudo, ainda nos dias de hoje, encontramos o uso recorrente do termo, difundido pelos meios de comunicação, especialmente quando se trata da relação entre o menor de idade e a infração. Tais veículos colaboram para uma visão, a do imaginário social, dicotomizada entre a criança de famílias “estruturadas” (boas e educadas) e o “menor” de famílias “desequilibradas” (pobre e perigoso) (Mattos & Torralba, 2002).

É possível dizer, entretanto, que todo homem pode ser considerado “menor” a partir de uma determinada referência. Destarte que, independente da intenção de seu uso, isto é, o da maioridade civil, o termo revela a atribuição de um valor. Neste sentido, como esboça a história dos “menores” no Brasil, até a sua efetiva atribuição de direitos (documentada pela Lei 8.069 de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente), a incapacidade e a inferioridade, ou a pobreza e a periculosidade, foram atributos conjugados em sua história (Amarante et al., 2003; Morelli, 1997).

A história do “menor” no Brasil perpassa a história de sua própria nação. Da criança portuguesa “abandonada, vendida, explorada, seviciada” vinda nas embarcações portuguesas, à indígena “encontrada, ludibriada, dominada, escravizada” e depois a negra escrava “já nascida filha da escravidão”, foram as que formaram o enquadre dos “menores” nos primeiros momentos da história do novo mundo (Kaminski, 2002, p.15). Mas foi especialmente no século XIX, durante o período da independência brasileira, que a questão do “menor” começou a ser problematizada no cenário jurídico nacional (Morelli, 1997; Oliveira, 2003; Bulcão, 2002).

Em 1822, com a declaração do príncipe regente, D. Pedro I, o Brasil tornou-se independente de Portugal, dando início ao período imperial no Brasil. No ano de 1823, com a primeira Assembléia Constituinte, José Bonifácio apresentou o primeiro projeto de lei nacional a versar sobre a liberdade do menor escravo. Na verdade, neste projeto,

não havia o interesse em assegurar os direitos do menor, mas o intuito de manter a mão-de-obra escrava. No mesmo ano, D. Pedro I dissolveu a Assembléia Constituinte - por esta lhe restringir poderes - e outorgou, no ano seguinte, a primeira Carta Constitucional:

Nomeando um Conselho de Estado, em 25 de março de 1824, outorgou, *sponte sua*, a nossa primeira Carta Constitucional em que, além dos três poderes consagrados pelo Princípio da Separação dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) do barão Montesquieu (*De l'Esprit des Lois*), fez integrar um quarto poder, o Poder Moderador, poder pessoal e exclusivo do imperador. Nesse sentido, rechaçando todas as propostas da Constituinte, a nossa primeira Constituição não fez nenhuma menção aos menores, nem ao escravo, nem ao desassistido. (Kaminski, 2002, pp.15-16)

Como salienta o autor, a presença do menor nas normas brasileiras teve início devido à sua conduta delinquente ou, mais exatamente, aos castigos necessários imputados ao menor criminoso. Diante disso, foi no Código Criminal do Império do Brasil, a 16 de dezembro de 1830, que o menor pela primeira vez apareceu numa legislação nacional.

Neste Código, regulamentou-se a diferenciação de penas por faixas etárias. Aos menores de 14 anos não lhes eram aplicadas penas criminais, entretanto, caso houvesse agido com “discernimento”, poderiam ser encaminhados às casas de correção¹² pelo tempo que o juiz achasse necessário, sem exceder a idade de 17 anos. Aos maiores de 14 e menores de 17 anos, poderiam cumprir penas como cúmplice e, somente aos maiores de 21 anos, penas mais “drásticas” seriam aplicadas (Kaminski, 2002; Bulcão, 2002). Quanto à Teoria da Ação com Discernimento, refere o autor:

Destacamos a utilização judicial da Teoria da Ação com Discernimento para o apontamento da responsabilidade do menor de 14 anos, o que dava à autoridade judiciária o poder de, por juízo próprio, avaliar o grau de consciência de uma prática criminosa, originando uma grande insegurança aos menores de 14 anos, que tinham no juiz um todo-poderoso. (Kaminski, 2002, p.17)

A primeira norma sobre a proteção do menor foi de 1862, quando da aprovação da lei de autoria do senador Silveira da Mota, sobre a proibição da venda de escravos em que se separasse o filho do pai e o marido da esposa. Em 1831 foi proibido o tráfico de escravos para o Brasil (Lei Antitráfico), sendo a lei de Eusébio de Queiroz de 1850, uma reafirmação desta. Já em 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre (ou Lei Rio

¹² De acordo com Bulcão (2002), até as casas de correção entrarem em funcionamento, “os menores condenados cumpriam suas penas em prisões comuns.” (p.63).

Branco) que versava sobre a liberdade de filhos nascidos de mães escravas. Os “novos livres” ou “riobrancos” passaram a compor uma nova categoria de menores.

Deste modo, como observa Kaminski (2002), a lei criou novas categorias de crianças: os menores criminosos e os “riobrancos” que, somados aos menores órfãos e abandonados, fez com que fosse necessário criar instituições de acolhimento, como as casas de correção, orfanatos e abrigos.

A Igreja Católica foi a primeira instituição que se encarregou de prestar assistência aos menores no Brasil. Seguiram-se as associações civis, as instituições da Coroa, os homens de “bom coração” e as famílias ricas na filantropia e caridade que, em troca, recebiam dos menores atendidos a prestação de serviços domésticos e, do governo, as verbas necessárias à manutenção dos estabelecimentos (Kaminski, 2002; Bulcão, 2002).

O segundo Código Penal (Código Penal dos Estados Unidos do Brasil) de 1890 adveio na República sob o lema positivista: “Ordem e Progresso”. O decreto afirmava que não eram considerados criminosos menores de nove anos de idade, nem os menores entre nove e 14 anos que tivessem atuado sem discernimento (Amarante et al., 2003). Caso houvesse agido com discernimento, ao menor “desviante” era designada a reclusão em estabelecimento disciplinar, nos moldes do Código Criminal do Império de 1830. Quanto a isso, explica o autor:

De fácil observância a similitude dos Códigos de 1830 e de 1890, sobretudo na questão da manutenção da Teoria da Ação com Discernimento, o que imputava à criança a responsabilidade penal em razão da avaliação judicial do seu grau de consciência no momento da prática da ação criminosa. A diferenciação entre os referidos códigos mostra-se unicamente em relação à exclusão absoluta da responsabilidade penal à criança com menos de nove anos de idade que... não pode sofrer nenhuma imputação, independente da avaliação judicial de seu discernimento na prática criminosa. Mesma sorte não tiveram, como antes não tinham, aqueles menores entre nove e 14 anos de idade... permaneceu a situação de insegurança jurídica, persistindo a subjetividade judicial no trato de suas questões. (Kaminski, 2002, p.20)

Diante da insuficiência assistencial, incapaz de dar conta da crescente demanda por atendimento, o Estado passou a intervir em situações que gerassem desajuste ou desarmonia social. Dessa forma, a questão do menor passou a ser entendida segundo a necessidade de garantir a ordem e o progresso da nação e, assim, a criança pobre ou abandonada passou a ser vista como um problema à manutenção da norma social:

Se no primeiro momento a introdução do menor na lei veio para inibir e responsabilizar penalmente os menores por seus atos de delinquência (que atingiam a sociedade e o Estado), no segundo momento a ideia da introdução dos menores na lei surgiu como uma forma de resguardo da ordem e do progresso social, contra o receio que tinham a sociedade e o Estado do potencial perigo que era uma infância pobre e moralmente abandonada. (Kaminski, 2002, p.21)

No tocante a este momento histórico, o menor passou a receber atenção não somente das instituições religiosas que pregavam fé, obediência e moral, mas também das ciências, como a Medicina, o Direito e a Pedagogia. Sob a influência do higienismo¹³, muitas disciplinas passaram a se ocupar dos problemas que envolviam a situação da criança pobre, da mendicância de crianças e jovens nas ruas, dos pobres desocupados, “vadios” e de famílias pobres e exploradas, cuja consequência se dava na ameaça social encarnada pelos menores enquadrados como delinquentes. Assim, como salientado anteriormente, surgiram asilos, reformatórios, instituições moralizadoras, onde o trabalho era um recurso pedagógico, isto é, buscava fazer do corpo obediente um corpo útil (Foucault, 1987; Moraes, 2000).

Surge, nesta época, sob o reflexo da racionalidade científica, a concepção de criança como “futuro da nação”. Nas palavras de Bulcão (2002), a criança passou a ser vista como o “futuro do homem e da pátria, devendo ser normatizada de acordo com a nova ordem disciplinar vigente para ser útil e produtiva ao país” (p.67).

À luz do pensamento positivista, difundido ao longo dos séculos XIX ao XX, da noção de “periculosidade” e do discurso médico higienista, tudo aquilo que poderia representar um “risco a funcionalidade das relações dominantes” passou a ser “encarado como anormal, antinatural, doentio, patológico” (Scheinvar, 2002, p.87).

Frente à necessidade de contenção de tudo o que representasse desajuste social, a categoria do menor distanciou-se ainda mais da romântica concepção de infância. Delinearam-se, deste modo, duas referências sobre o tema:

A primeira, associada ao conceito de menor, é composta por crianças de famílias pobres, que perambulavam livres pela cidade, que são abandonadas e às vezes resvalam para a delinquência, sendo vinculadas a instituições como cadeia, orfanato,

¹³ As propostas trazidas pela medicina higienista referiam-se ao “bom uso” dos corpos e aos cuidados com a saúde, de modo a reorganizar a família, especialmente a mãe em torno dos cuidados da criança. Às famílias ricas visavam intervenções que valorizassem o ambiente intimista, burguês, privativo do lar, para que pudessem afastar as crianças de ambientes e pessoas “maléficas”. Quanto às famílias pobres, a estas foi “introduzido um sentimento de incapacidade de cuidar dos filhos, já que seus modos de vida eram considerados propícios ao surgimento de doenças, perversão e vadiagem.” (Marques, Oliveira, Nascimento & Miranda, 2002, p.147).

asilo, etc. Uma outra, associada ao conceito de criança, está ligada a instituições como família e escola e não precisa de atenção especial. (Bulcão, 2002, p.69)

Diante destas distintas concepções, do advento das ciências e do interesse na assistência dos menores, surgiram os primeiros projetos de lei a respeito do menor, enquanto categoria jurídica. A terminologia “menor” (ou “menoridade”) passou a ser utilizada enquanto categoria distinta, como critério de idade no âmbito jurídico, para determinar a questão da responsabilidade penal (Kaminski, 2002; Oliveira, 2002; Bulcão, 2002).

O primeiro projeto de lei foi de 1902, o segundo em 1906 e o terceiro em 1917 sendo, contudo, abandonados. Somente em 1921 aspectos como o abandono, a suspensão do pátrio poder¹⁴, a inimputabilidade dos menores de 18 anos, o problema do “discernimento” e a necessidade de processos especiais, foram trazidos numa lei federal. Apesar de a irresponsabilidade ter sido atribuída aos menores de 18 anos de idade, a penalização, com a restrição de direitos e a privação de liberdade, passaram a representar a contrapartida oferecida pelos seus atos (Kaminski, 2002).

Com a influência do modelo de proteção do Estado, dos discursos higienistas e jurídicos e de movimentos internacionais (como o Primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Menores, realizado em 1922, em Paris), em 1923 foi criado o primeiro juizado de menores no Brasil (Juízo Privativo de Menores, no Rio de Janeiro). No mesmo ano, foi aprovado o Regulamento da Assistência e Proteção aos Menores Abandonados e Delinquentes.

Posteriormente, no ano de 1927, criou-se o primeiro Código de Menores do Brasil (Código Mello Mattos) que regulamentou as formas de assistência e proteção do menor. Seu objetivo, segundo Bulcão e Nascimento (2002), era a prevenção e a produção de novas formas de controle social, sob a lógica dos discursos médico higienista e dos “juristas da época, atentos ao grande número de crianças que perambulavam pelas ruas e inquietos com o aumento da criminalidade infantil.” (p.55).

Com a vigência do primeiro Código de Menores, a questão da delinquência passou a ser alvo de medidas do Estado que visavam à assistência e à reeducação do menor. Assumindo um caráter de sanção-educação, a letra jurídica abandonou as teorias referentes ao discernimento e as noções de culpabilidade e responsabilidade penal. A questão das idades foi reformulada: aos menores de 14 anos não lhes seriam atribuídas

¹⁴ Atualmente, utiliza-se “poder familiar”.

nenhuma espécie de processo e, aos menores entre 14 e 18 anos, haveria processo especial de julgamento (Kaminski, 2002).

Subtendia-se neste Código que o problema da pobreza e da criminalidade do menor era de origem familiar, isto é, uma decorrência da pobreza e do mal cuidado para com os filhos. A concepção de família “desestruturada” foi utilizada como a causa de todos os problemas do menor, até que intelectuais da época atentaram para o aspecto das condições intrínsecas à estrutura social.

De qualquer forma, como afirma Scheinvar (2002), o controle oferecido pela lei permaneceu sob a égide da vigilância e da correção, aplicado de forma hegemônica às classes mais pobres da população, cujo foco passou a ser a família “desestruturada”, o dispositivo privilegiado, a educação, e a via de “proteção” mais comum, a internação¹⁵.

A proibição do trabalho aos menores de 14 anos, do trabalho noturno aos menores de 16 e do trabalho insalubre aos menores de 18, foram trazidas na Carta Constitucional de 1934, do governo Getúlio Vargas¹⁶. Segundo Kaminski (2002), a Carta foi “a primeira a referir-se à criança e ao adolescente, à defesa e à proteção de seus direitos” (p.27).

Em 1937, durante o período ditatorial do Estado Novo, a nova Constituição dispôs sobre a responsabilidade do Estado na atenção e proteção do menor carente, ratificando sobre a proibição do trabalho do menor e impondo a obrigatoriedade do ensino público e gratuito. Em 1943, foi aprovada a Lei 6.026 que excluiu o termo “delinquente” que fora utilizado no Código de Menores de 1927.

A Constituição de 1946, apesar de não trazer muitas modificações às leis anteriores, versou sobre a obrigatoriedade do Estado na prestação de serviços à maternidade, infância e adolescência, a proibição do trabalho noturno aos menores de 18 anos e trouxe algumas inovações na esfera do menor autor de ato infracional:

Em relação ao menor de 14 anos que cometia infração penal, afastada a teoria da ação com discernimento, ficavam eles sujeitos à aplicação das medidas judiciais de assistência e proteção, conforme indicadas pelos motivos e circunstâncias do fato, bem como pelas condições pessoais do menor. Os menores entre 14 e 18 anos, tidos como perigosos, ficavam sujeitos ao juiz criminal e ao Código Penal, sendo os motivos de sua

¹⁵ Nas palavras de Foucault (1987), a prisão “é a detestável solução, de que não se pode abrir mão.” (p.196). Seu fracasso pode ser entendido pelo que ela denuncia, isto é, “manutenção da delinquência, indução em reincidência, transformação do infrator ocasional em delinquência” (p.226).

¹⁶ De acordo com Moraes (2000), apesar da proibição do trabalho infantil, as ruas continuaram cheias de crianças, até mesmo com menos de oito anos de idade que viviam como vendedores ambulantes ou à custa de esmolas.

delinquência apurados em processo simplificado, sem procedimentos rígidos, ao qual foi chamado de sindicância. (Kaminski, 2002, p.27)

Com a promulgação do novo Código Penal na década de 1940, ficou estabelecida a imputabilidade penal aos maiores de 18 anos. Em 1941, foi criado o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), responsável por crianças autoras de ato infracional e pobres, pela organização de serviços assistenciais e pelo encaminhamento a estabelecimentos de educação. Nas palavras de Marques et al. (2002), o serviço “seguia um modelo de assistência calcado nas ciências médica, psicológica e pedagógica, tendo por objetivo prevenir a criminalidade ou regenerar as crianças que nela se encontravam” (p.155).

Nos movimentos decorrentes do pós-Guerra, a infância ganhou destaque internacional, culminando com a Declaração dos Direitos da Criança em 1959. Para Scheinvar (2002), no Brasil, fez-se sentir a necessidade de revisões no antigo Código de Menores, bem como no SAM, cujas práticas eram consideradas arbitrárias e violentas. No início de 1960, formulou-se a proposta para a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor¹⁷ (FUNABEM). Considerada herdeira do SAM, foi concretizada no ano de 1964, durante a ditadura militar, e se expandiu pelo território nacional:

São criados escritórios da FUNABEM em todos os estados, estruturados em torno de uma política de convênios, graças à qual o governo federal cede recursos às entidades de atendimento e, dessa maneira, fortalece o poder dominante consolidando uma estratégia de controle. (Scheinvar, 2002, p.102)

De acordo com Ayres, Carvalho e Silva (2002), a FUNABEM tinha como objetivo criar uma Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) “mediante estudo do problema e planejamento das soluções, orientação, coordenação e fiscalização das entidades executoras dessa política”, além de trazer a “preocupação” com as instituições familiares no tocante às questões de desagregação familiar e o abandono de crianças (p.130).

Tal política, situada no auge da ditadura militar e do fortalecimento do Estado capitalista no Brasil, encontrava-se de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional que tinha por objetivo “combater as influências comunistas e ‘subversivas’ que poderiam pôr o regime capitalista em perigo” (Coimbra, Matos & Torralba, 2002, p.177). Tratava-se de reprimir o chamado “inimigo interno” representado não somente

¹⁷ As FEBEMs - atual Fundação Casa de São Paulo - estaduais decorreram da FUNABEM (Molaib, 2006).

pelos espíritos comunistas e “subversivos”, mas de todos aqueles que se encontrassem fora do modelo hegemônico da ordem vigente, de modo a preservar o “bem-comum” nacional. Neste contexto, os menores abandonados e órfãos e as famílias pobres, estritamente, continuaram a representar riscos à segurança e à ordem pública da nação.

Em 1967, no início do governo de Artur Costa e Silva, houve uma breve retomada, em forma de lei federal, da antiga Teoria do Discernimento do Código Criminal do Império. Além disso, na Constituição de 1967, a questão do trabalho infantil foi proibida somente aos menores de até 12 anos. Tais retrocessos foram restabelecidos em 1968. Entretanto, no ano de 1969, no Código Penal, a teoria do discernimento do menor voltou a ser aplicada, sendo que até os dias atuais o Código Penal Militar (de 1969) vigora sob a ideia do discernimento para menores entre 16 e 18 anos de idade (Kaminski, 2002).

Apesar do tema do menor já circular no meio jurídico e jornalístico, foi somente na década de 1970 que a questão passou a receber atenção no meio acadêmico nacional. Pesquisas sobre o tema da criança e do adolescente em situação de rua, internados e abandonados, bem como estudos sobre a família, ganharam destaque na produção acadêmica. Tais pesquisas vieram questionar a distinção difundida pela sociedade em geral, entre o menor e a criança de famílias abastadas (Morelli, 1997).

Sob a vigência da ditadura no Brasil, muitas frentes de contestação do sistema eclodiram neste período. Dentre estes movimentos, uma comissão levantou dados de múltiplas violências cometidas por policiais contra menores das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs) resultando, em 1976, na CPI do Menor e, em 1979, no Movimento de Defesa do Menor (Barbosa, Ayres, Princeswal, Carvalho & Oliveira, 2002).

Aprovado no Ano Internacional da Criança, o segundo Código de Menores de 1979, representou avanços no tocante aos direitos do menor. Com a nova lei, manteve-se a histórica concepção de criança como objeto dos interesses dos adultos, mas, ao mesmo tempo, abriu-se para uma visão de que o menor carecia de direitos. Na verdade, tratava-se da influência de ideias de movimentos internacionais, como as do juiz de menores parisiense Jean Chazal que, desde 1959, sinalizava a importância do reconhecimento do menor como pessoa carecedora de direitos; a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas de 1948 e a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos de 1969 (Silva, Cury, Almeida, Solari, Netto & Alves et al., 2003; Kaminski, 2002).

O segundo Código de Menores assentava-se na chamada “Doutrina da Situação Irregular do Menor”. Dirigia-se aos menores considerados em situação de irregularidade: abandonados (material, intelectual e juridicamente), vítimas (de maus-tratos, perigo moral, desassistência e exploração) e infratores (ou inadaptados). Entendia-se por “irregular” o menor que representava o problema para uma sociedade e/ou Estado considerados normais, ou seja, “regulares”. Traz o autor, na íntegra, a Doutrina:

Para efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor: I – privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; II – vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III – em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV – privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V – com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI – autor de infração penal. (Art. 2º Código de Menores, 1979 citado por Kaminski, 2002, p.31)

Segundo Kaminski (2002), o Código de 1979 não trazia uma política de garantia de direitos às crianças e adolescentes. Reservava-se, tão somente, a uma centralização do controle social, dado exclusivamente pelo juiz de menores.

Quanto aos infratores, a lei estabelecia que, tendo entre dez e 14 anos, seria encaminhado à autoridade judiciária (através de ofício) ou, na impossibilidade deste, à autoridade policial que poderia encaminhar à repartição policial especializada ou a estabelecimento assistencial que, em 24 horas, tinha de encaminhar o menor ao juiz. Ao juiz de menores caberia o julgamento e a decisão quanto às demais providências. Aos menores de dez anos, o juiz poderia determinar que a criança viesse para uma entrevista, que fosse ouvida e orientada por um técnico ou poderia dispensá-la de audiência presencial (Kaminski, 2002; Costa Junior, 1996).

Com o fim da ditadura militar e a vigência da nova Constituição Federal de 1988, a situação dos direitos de crianças e adolescentes começou a sofrer importantes modificações. A concepção da “prioridade absoluta” trazida nesta Carta Federal, a chamada “Doutrina da Proteção Integral” e o abandono do termo “menor” foram marcos de uma nova forma de legislação e, conseqüentemente, da mudança de paradigma sobre o tema. Traz o artigo 227 da nova Constituição:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, p.129)

Segundo Méndez (1991), a Doutrina da Proteção Integral dos Direitos da Infância é decorrente da Declaração Universal dos Direitos da Criança que fez referência aos Direitos Humanos e a um conjunto de instrumentos jurídicos internacionais “*que expressan un salto cualitativo fundamental en la consideración social de la infancia*” (p.185). Em suas palavras, a nova doutrina foi um marco da passagem da criança como objeto de compaixão e repressão para uma concepção de criança como sujeito de direitos.

Foi a partir do exposto na Carta Federal que a concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e deveres, credores de “proteção integral” e “prioridade absoluta”, independente de classe social, credo, etnia e gênero, passou a ser incorporado no cenário jurídico nacional. Sobre o assunto, complementa Molaib (2006):

Considerou o constituinte originário que as desigualdades sócio-econômico-culturais a que estão sujeitos os componentes da nação brasileira, mereciam a mediação da sociedade e do Estado para a obtenção da melhoria da qualidade de vida da população e, conseqüentemente, das crianças e adolescentes, mitigando os efeitos cruéis da má distribuição de renda. (p.4)

O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (Lei n. 8.069, de 13-07-1990), ratificou e ampliou o artigo constitucional, tendo como objetivo criar instrumentos para a sua efetivação e aplicação (Silva et al., 2003).

Os princípios contidos no Diploma Constitucional, genéricos, necessitavam de uma regulamentação ordinária para que pudessem realmente ser efetivados. Após longa discussão em que estiveram envolvidos a sociedade, diversas representações e instituições e o Poder Público, o Estatuto foi legislação aprovada por maciça maioria nas duas Casas do Congresso Nacional, tendo recebido sanção presidencial na íntegra. (Kaminski, 2002, p.34)

O Estatuto foi também resultado da influência direta de movimentos e normas internacionais, como as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing) de 1985, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos

Jovens Privados de Liberdade de 1990 e as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad) de 1990 (Silva et al., 2003)¹⁸.

Na letra trazida pela nova lei do Estatuto, às crianças e aos adolescentes são assegurados os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. É-lhes resguardada a proteção contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, tendo em vista sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (Arts. 4º, 5º e 6º do ECA). Decorrente deste novo paradigma, o menor de 18 anos de idade tornou-se prioridade legal, deixando de representar, ao menos sob a pena do Estatuto, o “menor” pobre, abandonado e infrator. Desse modo, é possível concluir com as autoras que:

É preciso dizer que não se trata apenas de uma alteração de nomenclatura. Tal mudança ocorre porque a lógica que trata toda criança como cidadã de direitos, proposta pelo Estatuto, se contrapõe àquela presente no Código, que distinguia dois tipos de infância. Uma primeira ligada ao conceito de menor, composta por crianças de famílias pobres e tidas como abandonadas e/ou delinquentes e uma outra associada a um modelo de criança que tem família, vai à escola e, portanto, não necessita da proteção do Estado. (Nascimento & Ribeiro, 2002, p.33)

De “menor” aos Direitos da Infância e Juventude, crianças e adolescentes passaram a ser – na letra da lei - prioridade absoluta, sendo dever da família, sociedade, comunidade e do Poder Público protegê-los integralmente enquanto sujeitos de direitos (Art. 4º). Trata-se, pois, de uma responsabilidade entendida como sendo “de todos”. Assim, como pudemos acompanhar, estas garantias estatutárias, tidas como base da nova doutrina, sinalizam o lugar – entendido como lugar de Direito - onde crianças e adolescentes estão, estiveram ou deveriam estar.

¹⁸ A estes instrumentos jurídicos internacionais chamou-se “Doutrina da Proteção Integral dos Direitos da Infância”.

2. CRIANÇA FORA-DA-LEI

Ali estavam mais ou menos cinquenta crianças, sem pai, sem mãe, sem mestre. Nada possuíam além da liberdade de correr as ruas. Levavam vida nem sempre fácil, arranjando o que comer e o que vestir, ora carregando uma mala, ora furtando carteiras e chapéus, ora ameaçando homens, por vezes pedindo esmolas. E o grupo era de mais de cem crianças, pois muitas outras não dormiam no trapiche. Se espalhavam nas portas dos arranha-céus, nas pontes, nos barcos virados na areia do Porto de Lenha. Nenhuma delas reclamava. Por vezes morria um de moléstia que ninguém sabia tratar.

(Jorge Amado, Capitães da Areia, 1937/1971, p.51)

2. CRIANÇA FORA-DA-LEI

Na época do extinto Código de Menores de 1979, a lei estabelecia ao “menor” infrator, órfão ou pobre a Doutrina da Situação Irregular. Em uma cultura considerada assistencial, tutelar e paternalista não havia muitos direitos ou garantias reservadas às crianças e adolescentes. Com a atual Doutrina da Proteção Integral, presente na Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, na Lei Federal 8.069 do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, crianças e adolescentes passaram a ser prioridade absoluta do Estado, da família, da sociedade e da comunidade, enquanto sujeitos de direitos (Art. 4º do ECA).

A categoria internacionalmente reconhecida como “criança”, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 1989), compreende todo ser humano menor de 18 anos de idade. Dessa forma, como é possível notar, as distintas categorias de criança e adolescente são uma inovação trazida na legislação de 1988, reiteradas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (Silva et al., 2003).

A distinção apontada pelo Estatuto entre criança (pessoa de zero a 12 anos de idade incompletos) e adolescente (pessoa de 12 a 18 anos de idade) tem sua especificidade sobre os atos fora-da-lei¹⁹. Dito de outra forma, não existe diferença perante a lei entre crianças e adolescentes no que tange aos direitos à proteção integral e à prioridade absoluta. Neste sentido, todos são considerados “crianças” (ONU, 1989). A diferença recai nas medidas aplicadas quando do ato infracional²⁰. Assim, aos adolescentes lhes são reservadas as medidas socioeducativas e às crianças, as medidas de proteção (Arts. 105 e 112).

Nosso objetivo, neste momento do trabalho, será o de trazer o conceito de ato infracional – dentro do panorama jurídico – bem como as características que definem e diferenciam as medidas aplicadas nestes casos. Como poderemos acompanhar, os adolescentes autores de ato infracional são submetidos às medidas de finalidade social e educativa, que podem ser mais rigorosas, como na privação de liberdade (Art. 112). No segundo caso, ficam sujeitas às medidas protetivas, cujo tratamento pode ser estendido aos pais ou responsáveis, sem haver privação de liberdade (Art. 98).

¹⁹ Neste momento, tomaremos por “fora-da-lei” o autor de ato infracional. Os desdobramentos no uso desta nomenclatura poderão ser acompanhados ao longo da leitura deste trabalho.

²⁰ Neste trabalho, consideramos esta diferença como sendo a mais importante. Afora, por exemplo, o direito facultativo de voto aos jovens a partir de 16 anos de idade.

Inclui-se nesta diferença a competência dos casos quando da prática de ato infracional. No caso do adolescente, as medidas socioeducativas são aplicadas pela autoridade judiciária e, no caso da criança, as medidas de proteção são da competência do Conselho Tutelar.

O Conselho Tutelar foi outra inovação trazida pelo ECA. Até sua implantação, as crianças e os adolescentes (chamados de “menores”) eram atendidos pela autoridade judiciária que, primeiramente, era representado pelo juiz extraordinário ou de competência comum e, a partir de 1923, pelo juiz privativo ou de competência especial (juiz de menores). Era da competência do juiz, além da sua função propriamente judicial, todas as atribuições administrativas e socioassistenciais (Kaminski, 2002; Soares & Carvalho, 2003).

Resultado da necessidade de ampliação da rede jurídica e social no atendimento de crianças e adolescentes, os Conselhos surgiram para atuar no cumprimento dos direitos definidos pela nova lei. Caracterizado por ser um órgão público permanente, autônomo e não jurisdicional, tem a função de atender em primeira instância todas as situações de ameaça ou violação dos direitos garantidos pelo ECA (Art. 131).

2.1. O ato infracional em sua acepção jurídica

Trazido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o ato infracional é considerado uma categoria inovadora no âmbito jurídico nacional. Trata especificamente da infração praticada por crianças e adolescentes e é definido pelos autores da legislação especial como sendo a conduta “descrita como crime ou contravenção penal” (Art. 103 do ECA).

Toda ação ou omissão que vai contra a lei e que pode resultar em danos a outrem define o que se chama em Direito, pelo Código Civil, de “ato ilícito” (Art. 159 do CC). O ato ilícito, também chamado de “crime” ou “delito”, pressupõe que haja uma relação de causalidade, ou seja, de causa e efeito em que ocorre prejuízo, perda ou dano (do latim, *damnu*) a alguém (Acquaviva, 1993). As sanções são definidas pelo efeito causado, podendo ser classificadas em civis ou penais.

Apesar de não possuírem distinção ontológica, pois crime e contravenção constituem “delito”, ou seja, são contrários a lei, a diferença entre os dois ilícitos é, para

alguns autores, quantitativa²¹. A título desta distinção, apresenta Acquaviva (1993) em seu dicionário jurídico: “Na lei brasileira, a diferença é dada pela sanção: a reclusão e a detenção aplicam-se ao crime *stricto sensu*; a de prisão simples, às contravenções.” (p.381).

Na definição trazida por Kaminski (2002), crime está relacionado ao ilícito penal, ou seja, aos ilícitos contemplados pelo Direito Penal e a contravenção está relacionada aos ilícitos civis. Segundo a perspectiva trazida por este autor, a diferença é dada pela consideração do fato, considerado ilícito penal ou civil, daí as diferentes sanções. Salienta que é a “valoração jurídica do interesse e a relevância do bem juridicamente protegido pela lei” e não estritamente a gravidade do fato que determina as sanções (p.53). O autor complementa:

Àqueles bens entendidos de alta relevância, merecedores de maior proteção, por exemplo vida, saúde, liberdade, etc., a lei estabelece uma garantia de resguardo, classificando de ilícitos penais os fatos contra eles atentatórios, merecedores de sanção penal. Logo a diferença entre eles é meramente formal, não sendo, como pensam alguns, pela gravidade do fato perpetrado. Dizemos isso, por exemplo, ao compararmos o ilícito civil de descumprimento da obrigação alimentar de um bebê e o ilícito penal de alguém cometer um furto de coisa de valor insignificante... Nada impede que o legislador mude de ideia de uma hora para outra, transformando o ilícito civil em penal ou vice-versa. (Kaminski, 2002, p.53)

A qualidade das sanções é diferente para ilícitos civis e penais. As sanções civis aplicadas às contravenções são: indenização, suspensão, restituição, nulidade e prisão simples (considerada mais branda). As sanções penais são: prisão, detenção e reclusão.

Segundo Costa Junior (1996), “pena” é a sanção imposta pelo Estado quando alguém vai contra o preceito estabelecido pelo ordenamento jurídico. Deste modo, observa Kaminski (2002), utiliza-se no Brasil o termo “infração” como categoria de gênero, que pode ser dividido nas espécies de crime, contravenção penal e, a partir do ECA, ato infracional.

Por ser uma categoria nova, o ato infracional encontra na literatura diferentes concepções acerca de sua especificação. Atualmente, discute-se se a categoria de ato infracional é do âmbito jurídico ou não. Ao lado do crime e da contravenção penal, o ato infracional seria considerado antijurídico, de ação ou omissão (conduta) típica e culpável. Sob outro ponto de vista, tem-se o ato infracional apenas como antijurídico e

²¹ Exemplifica Sêda (2007): “*contravenções* (perturbar o sossego público, ameaçar pessoas e ou submetê-las a perigo, praticar delitos de pequena monta, mas *puníveis*, porque são danosos ao meio social)... *crimes*, que são os delitos mais graves, previstos nas leis penais do país.” (p.23).

de conduta típica, ou seja, não culpável devido à população a que se aplica. Outra forma de conceituar o ato infracional, referencia-o apenas como fato típico (Kaminski, 2002; Frasseto, 1999; Garrido de Paula, 2006).

Tendo em vista a definição de ato infracional proposta pelo ECA, observa-se que esta nova espécie de infração, encontra-se na mesma categoria de crime ou contravenção penal que pode ser praticado por adulto e, portanto, pertencente à doutrina jurídica. Deste modo, o crime, a contravenção penal e o ato infracional encontram-se como sinônimos, por não haver diferença em sua estrutura ilícita, ou seja, em seus “elementos constitutivos” (Kaminski, 2002, p.52).

A diferença que interessa à definição de ato infracional refere-se à imputabilidade do agente. Disposto no artigo 228 da Constituição Federal encontra-se: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”. Semelhantes artigos e disposições encontram-se no Código Penal (Art. 27) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 104).

Os termos imputabilidade e inimputabilidade vêm de “culpabilidade” e “responsabilidade”. Isto é, o agente imputável é aquele “dotado de capacidade de culpabilidade” e por isso “poderá ser responsabilizado por seus atos”. O inimputável é aquele que não pode ser culpabilizado e responsabilizado por ser “incapaz... por não possuir capacidade de escolha.” (Costa Junior, 1996, p.114).

No que tange à inimputabilidade, o que a circunscreve é o critério biopsíquico, em que condições de doença mental e desenvolvimento psicológico (maturidade ou imaturidade) são analisados. Ao perito lhe é reservada a análise de causa biopsicológica e, ao juiz, a análise da compreensão da autodeterminação do sujeito. A justificativa, perante a lei, é a de que a pessoa somente poderá responder por seus atos se não possuir doença mental, deficiência intelectual ou desenvolvimento mental considerado incompleto (Costa Junior, 1996).

De acordo com Kaminski (2002), para que haja a determinação da culpabilidade, é preciso que se apresentem três condições: a imputabilidade do sujeito que pratica a infração, a consciência de que o ato é ilícito e a exigibilidade de conduta diversa, ou seja, se podia ter agido de forma diferente na situação do delito. A culpabilidade serve, portanto, à pena e não como requisito ao crime em si, pois diz da capacidade de entendimento do fato como sendo ilícito.

O ato infracional, como a própria palavra e a sua definição pelo ECA (crime ou contravenção penal) mencionam, implica em ação típica, antijurídica e culpável. Quanto ao primeiro aspecto, o da ação ou conduta, o autor apresenta:

Em nome da proteção e da segurança dos cidadãos, da conservação dos valores e interesses do corpo social, a lei penal estabelece como crime aquela conduta externa humana, positiva ou negativa, lesiva a bens juridicamente por ela protegidos. Então, fazendo-se o que não podia ser feito, ou não se fazendo o que tinha, a lei penal coíbe e pune. Há ações ou omissões que produzem resultados lícitos e aprováveis, outras, ilícitos e reprováveis. (Kaminski, 2002, p.53)

Trazido anteriormente, no que tange a tipificação da ação ilícita, temos o ilícito penal e o ilícito civil. A diferença é dada pelo legislador, ou seja, pelo juiz que sob o respaldo da lei julga um determinado fato ilícito. Além disso, como salienta este mesmo autor, deve ser observado se se trata de ação externalizada que tenha produzido danos a outrem. Não basta, portanto, a mera intenção sem a ação.

Outro aspecto a ser abordado quanto à ação é a tipicidade e, lembrando que o ato infracional é descrito como crime ou contravenção penal, é a ação ou a conduta “típica” que conferirá o caráter antijurídico e a culpabilidade da infração. Conforme vimos, para ser considerada ação típica pelo Direito Penal, é preciso que a conduta corresponda à descrição legal que ateste o fato como antijurídico, isto é, contra o direito ou a ordem jurídica, constituindo crime. Quanto a isso, complementa:

O conceito de antijuridicidade é presumido, sendo uma das garantias do tipo... O fato só deixará de ser típico e, assim, antijurídico, se a análise da prova mostrar que não há o elemento subjetivo do delito. Não havendo dolo ou culpa o comportamento não será típico – por falta de um de seus elementos constitutivos – e, conseqüentemente, não será antijurídico. São causas de exclusão da antijuridicidade: o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular de um direito. (Kaminski, 2002, p.55)

O último aspecto que caracteriza o ato infracional, de acordo com a descrição proposta pelo ECA, é a culpabilidade. Quanto a isso, cabe ao juiz realizar um juízo de valor sobre a conduta praticada. A partir da formulação do juiz, da reprovação do ato, poderão ser aplicadas as sanções ao infrator.

Como dito anteriormente, um dos requisitos do juiz na determinação de culpabilidade de uma ação, ou seja, ao conjunto de atos ou o ato isolado condizente a uma ação considerada ilícita, é a imputabilidade do autor ou agente da ação típica e antijurídica. No que tange à especificidade do ato infracional, encontramos um

paradoxo na definição descrita por crime ou contravenção penal, devido à inimputabilidade do menor de 18 anos de idade.

Por não ser possível atribuir, de forma estrita, responsabilidade ou culpa ao menor de 18 anos, a ele são reservadas as normas específicas estabelecidas pela legislação especial. O ato infracional pode ser, portanto, incluído nas categorias de fato típico e antijurídico, mas não pode ser incluído no tocante à culpabilidade²². Quanto a isso, Amarante et al. (2003) justificam:

Significa dizer que o fato atribuído à criança ou ao adolescente, embora enquadrável como crime ou contravenção, só pela circunstância de sua idade, não constitui crime ou contravenção, mas, na linguagem do legislador, simples ato infracional. O desajuste existe, mas, na acepção técnico-jurídica, a conduta do seu agente não configura uma ou outra daquelas modalidades de infração, por se tratar simplesmente de uma realidade diversa. Não se cuida de uma ficção, mas de uma entidade jurídica a encerrar a ideia de que também o tratamento a ser deferido ao seu agente é próprio e específico. (p.339)

A título de distinção conceitual entre crime, contravenção penal e ato infracional, retomamos que ao último são reservadas as normas específicas da legislação especial. Deste modo, segundo o Estatuto, aos adolescentes são determinadas as medidas socioeducativas e às crianças as medidas de proteção (Arts. 105 e 112).

Conforme se pôde apreender, a diferença recai sobre as consequências que, em se tratando de menores de 18 anos, recebe a específica terminologia “medidas”, ao invés de “sanções”²³. A distinção se dá na finalidade socioeducativa ou protetiva em que se apóiam as consequências (relação de causalidade) de um ato infracional. Portanto, é no tocante ao seu efeito que crime, contravenção penal e ato infracional podem ser distinguidos no âmbito jurídico. Entretanto, como expressa Frasseto (1999), a distinção feita entre respostas estatais punitivas e educativas é infundada, pois toda resposta deveria ser pautada na reintegração à sociedade de qualquer condenado, seja este adulto, criança ou adolescente:

²² Este assunto será retomado ao longo deste trabalho. Cabe salientar neste momento que há, contudo, autores que se posicionam a favor da responsabilização do adolescente autor de ato infracional. Nestes casos, admitem a necessidade de propostas educativas e preventivas da delinquência, e acreditam que as chamadas medidas socioeducativas comportam em seu cerne sanções penais (punitivas). Por este motivo, posicionam-se a favor do “devido processo legal” (garantias constantes no Direito Penal) nestes casos. Neste sentido, muitos autores concebem que o ECA, apesar de não deixar explícito, admite com suas sanções (medidas) uma espécie de “Direito Penal Juvenil” (Silva et al., 2003, pp.25-26).

²³ Garrido de Paula (2006), no entanto, defende que penas, sanções, interditos, medidas protetivas e socioeducativas são ordens distintas de consequências jurídicas.

A função da pena não é retributiva, reparatória ou expiatória. Não é compensar o mal. Ela não é castigo nem vingança. Se é expressão do poder estatal, não pode ter por fundamento um estado passional, o desejo de impor sofrimento àquele que faz sofrer. Desde o Iluminismo, não se concebe regule o Estado suas ações senão pela racionalidade. Se cabe ao aparato oficial aplicar e executar a pena, ela deve ter uma razão prática e útil... Como se trata de um programa reeducativo coercitivo, não deixa de ser aflitivo (impõe-se ainda que contra a vontade do apenado), atraindo a pena, assim, também um efeito de prevenção geral: a sanção é gravosa, e por assim ser, desestimula a transgressão. (Frassetto, 1999, p.166)

No que tange à especificidade do ato infracional, ou melhor, ao seu efeito, a consequência jurídica prioriza a pessoa que praticou o delito e não a correlação entre crime e sanção (como aplicado aos imputáveis pelo Código Penal). Dito de outra forma, na aplicação das medidas aos menores de 18 anos, “não vige um sistema que vincule determinada medida a determinado acontecimento delitivo”²⁴ (p.169). Assim, a resposta do Estado é uma “responsabilização especial” que vai estar assentada no julgamento da medida que “se verificar a mais adequada à reeducação do infrator” (Frassetto, 1999, p.169).

Este sistema, contudo, traz problemas à efetiva garantia de direitos, pois, segundo Frassetto (1999), ao “individualizar a reprimenda”, não se é possível de antemão garantir qual será a medida aplicada em caso de transgressão e não será possível garantir igualmente que em outros casos haverá a mesma decisão (contrariando o princípio legal da equidade) (pp.169 e 182).

Por esta razão, é importante que as decisões sejam avaliadas segundo critérios jurídicos específicos. Tais critérios, prima o autor citado, são assegurados pela Constituição e especificados pelo ECA: necessidade de averiguação da autoria e materialidade da infração (através de um procedimento de investigação), direito ao contraditório e à ampla defesa (incluindo a defesa técnica por advogado) e igualdade na relação processual. Tudo aquilo que diz respeito ao devido processo legal, que visa defender o acusado da discricionariedade da autoridade especial, além da necessidade de verificar as circunstâncias relativas ao infrator, como aspectos psicológicos e situação familiar e social.

²⁴ A exceção, conforme critério adotado pelo Estatuto, em seu artigo 122, é dado apenas à medida de internação (medida socioeducativa) que somente pode ser aplicada nos seguintes casos: grave ameaça ou violência contra pessoa, reiteração no cometimento de outras infrações graves e por descumprimento reiterado e injustificado de medida anteriormente imposta. Todavia, como apresenta o segundo parágrafo deste mesmo artigo, não se pode aplicar a medida de internação quando houver outra medida mais adequada.

2.2. Das finalidades socioeducativas

A natureza essencial da ação socioeducativa **é a preparação do jovem para o convívio social**. A escolarização formal, a educação profissional, as atividades artístico-culturais, a abordagem social e psicológica de cada caso, as práticas esportivas, a assistência religiosa e todas as demais atividades dirigidas ao socioeducando devem estar subordinadas a um propósito superior e comum: **desenvolver seu potencial para ser e conviver**, isto é, prepará-lo para relacionar-se consigo mesmo e com os outros, sem quebrar as normas de convívio social tipificadas na Lei Penal como crime ou contravenção. (Costa, 2006, p.449)

Dentro da categoria jurídica denominada “ato infracional”, encontramos o termo “medidas” quando o assunto refere-se às consequências oferecidas às crianças e aos adolescentes que praticaram infração. Esta terminologia, como se pôde acompanhar, faz referência à inimputabilidade do menor de 18 anos de idade. Diante disso, o ECA estabeleceu as finalidades denominadas “medidas socioeducativas” aos adolescentes (pessoa de 12 a 18 anos de idade) e as “medidas de proteção” às crianças (pessoa de zero a 12 anos de idade incompletos) (Arts. 2º, 105 e 112).

Apresentaremos, neste primeiro momento, uma descrição das medidas socioeducativas e algumas observações a partir de comentadores sobre o assunto. Tais medidas estão dispostas da seguinte maneira no ECA:

Art. 112 – Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviços à comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semiliberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacional;
- VII – qualquer uma das previstas no Art. 101, I a VI.

As medidas acima expostas são taxativas, ou seja, não se pode aplicar medida que não sejam as contempladas pelo ECA. Cabe a autoridade judiciária²⁵ fazer cumprir as medidas, levando-se em conta a capacidade do adolescente de cumpri-las, as

²⁵ Trata-se do juiz da infância e da juventude. Considerado diferente da Justiça Comum, apesar de ser também juiz de direito “é o indicado na organização judiciária local para julgar as causas decorrentes da invocação das normas da Lei 8.069” (Silva & Becker, 2003, p.485).

circunstâncias e a gravidade da infração e os antecedentes do adolescente; sendo proibida a prestação de trabalho forçado, atentando-se às necessidades de tratamento individual, especializado e em lugar adequado nos casos de doença ou deficiência mental (parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 112).

Cabe observar, como salientado anteriormente, que faltam às medidas socioeducativas melhor sistematização, pois a falta de critérios resulta numa prática muitas vezes arbitrária, calcada no “senso comum” ou na “intuição” dos magistrados:

Dirigida por parâmetros legais de aceção larga e conteúdo técnico pouco definido na doutrina, a imposição de medidas tem variado ao sabor da convicção pessoal de cada magistrado, sua peculiar leitura da lei e compreensão do tema, favorecendo a incômoda convivência de prestações jurisdicionais completamente distintas em face de situações de fato essencialmente assemelhadas. (Frasseto, 1999, p.160)

Para Frasseto (1999), faz-se necessário que o procedimento adotado na definição das medidas, tenha o respaldo de pressupostos lógicos determinados que possam resultar numa decisão pautada na lei. Apesar de serem medidas que levam em conta aspectos educacionais e sociais, é preciso que os procedimentos sejam compreendidos em sua natureza penal, pois a infração “legitima o Estado a invadir a esfera de autodeterminação do sujeito” (p.177).

Tais finalidades representam consequência jurídica, apesar de ser excluída a imputação de responsabilidade penal. As medidas socioeducativas são, portanto, consequências de atos que recebem um julgamento com a atribuição de uma limitação de direitos. Nas palavras do autor, a restrição de direitos se dá na medida em que “é a vontade estatal que se sobrepõe à vontade do cidadão, tolhendo-lhe o pleno exercício de seus direitos fundamentais naturais, obrigando-o a submeter-se a um determinado regime sem se importar com a sua anuência.” (p.168). Entretanto, como quer o Estatuto em sua finalidade não penal, são atribuídas medidas que englobam aspectos sociais e educativos. Explicita o autor:

A medida socioeducativa, enquanto resposta imediata à ação ilícita, vai cumprir este papel, impondo-se coercitivamente ao transgressor como instrumento para sua socialização ajustada. A inimputabilidade do adolescente simplesmente o exclui da resposta prevista no Código Penal, mas não o torna isento de qualquer responsabilidade, a qual se definirá segundo os critérios da lei especial, o ECA... interferindo em sua esfera de liberdade individual - a medida socioeducativa também terá um impacto aflitivo que funcionará na prevenção geral. (Frasseto, 1999, p.167)

Ao comentar as medidas apresentadas pelo ECA, Maior (2003) salienta que a medida socioeducativa representa um avanço da concepção tutelar e assistencialista do extinto Código de Menores de 1979. Na sua concepção, a Justiça de Menores da época oferecia uma visão em que o infrator era considerado responsável pela sua condição marginal, pois partia do “pressuposto irreal de que a todos são oferecidas iguais oportunidades de ascensão social, [o que] acabava permitindo difundir-se ideologicamente o raciocínio de ter havido opção pela vida marginal e delinquencial”, não havendo uma crítica da estrutura social do país (p.377).

Para este autor, o ECA assumiu a posição da “proteção integral”, reconhecendo a necessidade da prevenção e do tratamento da criminalidade. No tocante a esta questão, escreve que o disposto nestas medidas, fez entender que as condições adversas da vida de um adolescente podem impulsionar a prática de atos infracionais, como forma de reação individual frente às desigualdades sociais. Justifica:

A prevenção da criminalidade e a recuperação do delinquente se darão, como quer o Estatuto, com a efetivação das políticas sociais básicas, das políticas sociais assistenciais (em caráter supletivo) e dos programas de proteção especial (destinados às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social), vale dizer, com o Estado vindo a cumprir seu papel institucional e indelegável de atuar concretamente na área da promoção social. (Maior, 2003, p.378)

As medidas socioeducativas são consideradas, para este comentador, medidas não punitivas que visam oferecer ao adolescente autor de ato infracional condições ao seu desenvolvimento, à compreensão do ato delituoso e sua integração social como cidadão. Os objetivos destas medidas devem ser, segundo ele, a desvitimização e a oferta da possibilidade de se tornarem agentes transformadores da realidade em que vivem.

Aponta Silva et al. (2003), concordando com Frassetto (1999) e Méndez (2006), que a aplicação destas medidas implica, necessariamente, o reconhecimento da responsabilidade do adolescente, considerando-as sanções punitivas. Para estes autores, o reconhecimento de seu comportamento criminal e de sua respectiva consequência, somente poderá ser compreendido pelo adolescente, se houver a imputação de sua responsabilidade. Segundo Silva et al. (2003, pp.27 e 29), o Estatuto estabeleceu uma responsabilização penal “diferenciada” em que “as amplas possibilidades de alternativas não-penais de reparação e de mediação indicam uma tendência à adoção de um modelo

alternativo de Direito Penal”, o chamado “Direito Penal Juvenil”. Nas palavras de Amaral e Silva (2006):

Aos adolescentes (12 a 18 anos) não se pode imputar (atribuir) responsabilidade frente à legislação penal comum. Todavia, podendo-se lhes atribuir responsabilidade com base nas normas do Estatuto próprio, respondem pelos delitos que praticarem, submetendo-se a medidas sócio-educativas, de inocultável caráter penal especial. (p.56)

Para Frasseto (2001), o ECA reconheceu o caráter coercitivo e sancionatório destas medidas ao conceder a intervenção do Estado sobre a autonomia do adolescente autor de ato infracional. Por esta razão, discordando de Maior (2003), justifica que concebê-las como direitos a favor dos adolescentes, no intuito de proteger e tutelá-los, é uma concepção equivocada que compromete a aplicação destas medidas. Este equívoco faz com que as garantias processuais (garantias de origem constitucional) muitas vezes não sejam levadas a cabo, resultando em violações dos direitos do adolescente. Em suas palavras:

O fato de a evidente invasão do Estado na vida do indivíduo ser tomada como necessária, como salutar, em benefício do invadido e não do Estado, encobre as trincheiras abertas por lei para defender o cidadão do controle direto de seus passos pelas instâncias oficiais de poder. Em outras palavras, as garantias processuais balizadoras da pretensão estatal de controlar a vida do adolescente que infracionou, por vezes são vistas como obstáculos à intenção maior e mais nobre de beneficiar este jovem. Obstáculos a serem afastados, desprezados, ignorados. Esta equivocada intelecção do sistema do Estatuto, partilhada pelos operadores do direito, legitima incontáveis violações dos direitos de nossos adolescentes processados. (Frasseto, 2001, p.179)

Observando-se as garantias processuais, as medidas podem ser aplicadas de forma isolada, cumulativamente e substituídas a qualquer momento, levando-se em consideração as necessidades pedagógicas, os vínculos familiares e comunitários do adolescente (Arts. 99 e 100). Soma-se a isso, a necessidade da comprovação dos fatos (autoria e materialidade da infração) quando da aplicação das medidas II a VI (Art. 114) e a possibilidade de remissão do processo, isto é, exclusão ou suspensão processual²⁶ (Cap. V).

A medida de advertência pode ser aplicada sempre que for comprovada a materialidade da infração e de haver indícios suficientes da autoria²⁷. Segundo Lima

²⁶ Cabe observar, como o fez Frasseto (2001) que, nos casos em que haja situação de ilegalidade no processo, o instrumento mais comum de correção é o *habeas corpus*.

²⁷ Contrapondo esta garantia constitucional, posiciona Lima (2003), há duas exceções: “Poderá ser aplicada, pelo órgão do Ministério Público, antes de instaurado o procedimento apuratório, juntamente

(2003b), a medida pode ser aplicada ao adolescente, aos pais, responsáveis, guardiões, tutores, etc., incluindo-se “entidades governamentais ou não governamentais que atuam no planejamento e na execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes” (p.385).

Para este autor, quando há comprovação do ato infracional, a advertência compreende uma medida socioeducativa, em outros casos, entender-se-á como medida de proteção²⁸. Deste modo, expressa o artigo 115: “A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada”. De acordo com o mesmo autor, trata-se de uma medida que se assenta no “constrangimento”, mas que, entretanto, possui um valor “sociopolítico” enquanto “técnica de controle social” (Lima, 2003b, pp.385 e 386).

Sobre o item II, da obrigação de reparar o dano, o artigo 116 assim o exprime:

Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.
Parágrafo único – Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.

Se o ato infracional for causado por menor de 16 anos de idade, caberá aos pais ou responsável, a obrigação de reparar o dano. Se o jovem tiver entre 16 e 21 anos, este deverá, juntamente com os pais ou responsável, responsabilizar-se pela reparação (Arts. 156 e 1.521, I e II do CC).

No tocante a esta questão, como anteriormente apontado, a depender das circunstâncias do caso, o reparo poderá ser feito através da restituição da coisa subtraída, do respectivo ressarcimento ou de alternativa que compense o dano causado à vítima (Art. 116). O objetivo da medida, segundo Lima (2003), é oferecer ao adolescente autor de ato infracional a percepção dos “efeitos sociais e econômicos dos seus atos” (p.393). Nas palavras de Foucault (1987), trata-se de reanimar “o sentimento de respeito pela propriedade”, de reensinar, fazendo sentir “o que é perder a livre disposição de seus bens, de sua honra” (p.89).

com o benefício da remissão, e pela autoridade judiciária, no curso da instrução do procedimento apuratório do ato infracional ou na sentença final” (p.390). Entretanto, há opositores à advertência quando da inexistência de provas. Quanto a isso expressa o autor: “a fórmula colide com os direitos à presunção de inocência e ao devido processo legal, consagrados constitucionalmente.” (Silva et al., 2003, p.27).

²⁸ Entretanto, como poderemos acompanhar no próximo item deste mesmo capítulo, as medidas de proteção não contemplam a medida de advertência.

O item IV versa sobre a prestação de serviços à comunidade. Para Bergalli e Cavalcante (2003) o objetivo desta medida, apesar de “lembrar” práticas de controle e correção, é “educativo” e “socializante”. São atividades gratuitas realizadas por, no máximo, oito horas por semana e em dias que não prejudiquem a frequência escolar ou o trabalho. Devem considerar as “aptidões” do adolescente e podem ser realizadas em entidades assistenciais, hospitais, escolas, programas comunitários, etc. (Art. 117). Nas palavras de Liberati (2006), a medida “objetiva instigar o adolescente a reavaliar seus valores pessoais, seu comportamento na família, na comunidade, na escola, conduzindo-o à reflexão” (p.372).

A liberdade assistida (L.A.), conforme artigo 118, assim dispõe:

A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º - A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º - A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Maior (2003; 2006) valoriza o dispositivo da liberdade assistida. Segundo ele, esta medida oferece meios para o adolescente romper com a prática da violência, ao reforçar seus vínculos com os grupos de convivência, a família e a comunidade. Auxilia no estabelecimento de um projeto de vida, promovendo a inserção ou reinserção no sistema educacional e no mercado de trabalho. Nas palavras do autor, a L.A. tende a “resgatar, mediante apoio técnico, as suas potencialidades. O acompanhamento, auxílio e orientação, a promoção social do adolescente e de sua família” são aspectos deste dispositivo que fazem a “diferença”, segundo o autor, quando o assunto é a promoção do adolescente como sujeito cidadão (Maior, 2003, p.378).

Cabe salientar, como fizeram Freitas e Carranza (2003), que no disposto da L.A. foram acolhidas as regras de Beijing de 1985 e da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989. Para isso, segundo os autores, são analisados os princípios que referem a proporção da pena com a infração, as necessidades do adolescente e da comunidade, a existência de provas que comprovem autoria e materialidade da infração, além de entender que a liberdade é o elemento principal à socialização do adolescente.

Em 1927, no primeiro Código de Menores, a medida era chamada de “liberdade vigiada” (Molaib, 2006). Estabelecia o controle sobre o comportamento do então

chamado “menor” e entendia a violência como efeito da pobreza (Marino & Baptista, 2007). Em 1979, no segundo Código de Menores, passou a atual denominação, apesar de não alterar a função de vigiar e controlar o adolescente autor de ato infracional. Atualmente, tem como objetivo distanciar-se desta antiga concepção e fazer valer o acompanhamento, o auxílio e a orientação do adolescente.

A semiliberdade, assim como a internação, é considerada medida privativa de liberdade, ou seja, envolve institucionalização e garantias processuais (Arts. 110 e 111). Pela mesma razão, é-lhe assegurada a possibilidade de remissão. Segundo Baratta (2003), a diferença entre semiliberdade e a medida de internação é quantitativa sendo que, somente no primeiro caso, é possível a realização de atividades externas sem a aprovação judicial. Exprime o artigo 120 do ECA:

O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º - É obrigatória a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º - A medida não comporta prazo determinado, aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

A esta medida, aplicam-se os princípios de brevidade (máximo de três anos) e excepcionalidade (Art. 121). Cabe observar que, quando da transição da semiliberdade à medida de liberdade assistida, é preciso que se faça “cessar a primeira medida antes da decorrência do período máximo de duração desta (mas somente nos limites da duração máxima total de três anos)” (Baratta, 2003, p.411).

De acordo com os autores citados, o regime de internação, apesar de ser medida que deva obedecer a certos critérios para sua aplicação, não oferece, ao menos a princípio, a promoção do adolescente como sujeito cidadão. De acordo com Maior (2003), o que se constata é que no processo de segregação do jovem, ele dificilmente conseguirá superar as adversidades de seu cotidiano. Submetidos a conviverem em ambientes ruins e/ou nocivos, privados de sua liberdade, os adolescentes dificilmente encontram alternativas positivas quando de sua desinternação. Quanto a esta medida, o ECA (Art. 121) dispõe:

A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 1º - Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

§ 2º - A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses²⁹.

§ 3º - Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º - Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado fim regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º - A liberação será compulsória aos vinte e um anos e idade.

§ 6º - Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

Conforme Méndez e Costa (2003), a medida de internação, de acordo com as determinações de excepcionalidade, brevidade e o princípio do respeito à pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, atende ao estabelecido pelas regras de Beijing, da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e das Regras Mínimas das Nações Unidas para os Jovens Privados de Liberdade. Comentam os autores:

Três princípios que condicionam a aplicação da medida privativa de liberdade: o princípio da brevidade enquanto limite cronológico; o princípio da excepcionalidade, enquanto limite lógico no processo decisório acerca de sua aplicação; e o princípio do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, enquanto limite ontológico, a ser considerado na decisão e na implementação da medida. (Méndez & Costa, 2003, p.415)

Cabe salientar, como observado anteriormente, que a internação é uma medida que se aplica somente quando: I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa, II- por reiteração no cometimento de outras infrações graves e III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta (Art. 122).

No primeiro item deste artigo, observa-se que é preciso que o ato esteja restrito à específica modalidade de delito apontada. Em seguida, tem-se que a medida pode ser aplicada quando o adolescente persistir na conduta de infrações graves, o que, segundo Frassetto (2001), deve ser entendido como delitos praticados por imputáveis apenados com reclusão. Entretanto, como observa este autor, a aplicação da medida não deve estar relacionada somente ao cometimento de infração grave, é preciso, antes, que se observem os “múltiplos aspectos do caso”, sendo necessário a este juízo ir “além dos habituais automatismos lógico-dedutivos utilizados nas sentenças”, como pré-

²⁹ Quanto a este assunto é prevista a reavaliação do processo “no máximo a cada seis meses”, levando-se em consideração o comportamento do adolescente (Méndez & Costa, 2003, p.415). Neste momento, segundo Whitaker (2010), são requeridas as ferramentas da saúde mental (psicologia, psiquiatria), do serviço social e da pedagogia, que subsidiarão a decisão judicial.

concepções acerca de “passagens anteriores, vida ociosa, falta de respaldo familiar”, etc. (p.195). O último item salienta que é preciso justificar que houve descumprimento de medida anteriormente sancionada.

Em casos de descumprimento e reiteração, a medida de internação deverá atentar ao tempo máximo de três anos, respeitando-se, entretanto, o tempo e as necessidades individuais do caso, pois, nas palavras de Frasseto (1999), “o tempo da mudança é psicológico, individual, incapaz de ser padronizado ou previsto em termos cronológicos”, sendo condição que se faça a oitiva do adolescente antes da decisão e de ser observada que tal medida somente poderá ser aplicada em última instância, quando não forem reveladas outras medidas mais adequadas. (p.164).

Segundo Frasseto (2001), a medida é conhecida no meio forense por “internação-sanção” e não pode ser aplicada em casos de envolvimento do adolescente com tráfico de entorpecentes e porte de armas por não ser previsto nesta lei (p.187). Outros critérios também são apontados no artigo 123, que consta da necessidade de estabelecimento próprio à internação (diferente de abrigo³⁰) que contemple os critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Os direitos reservados aos jovens privados de liberdade podem ser divididos em três grupos. O primeiro diz respeito ao sistema da Justiça da Infância e da Juventude: I – entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público, II – peticionar diretamente a qualquer autoridade, III – avistar-se reservadamente com seu defensor e IV – ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada.

O segundo grupo versa sobre os direitos quanto à direção, aos técnicos e aos auxiliares da instituição de internação: V – ser tratado com respeito e dignidade, IX – ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal, X – habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade, XI- receber escolarização e profissionalização, XII – realizar atividades culturais, esportivas e de lazer, XV – manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade e XVI – receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.

O terceiro grupo versa sobre o vínculo do adolescente com a família e a comunidade: VI – permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável, VII – receber visitas, ao menos semanalmente,

³⁰ Atualmente, utiliza-se “instituição de acolhimento”.

VIII – corresponder-se com seus familiares e amigos, XIII – ter acesso aos meios de comunicação social e XIV – receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje (Art. 124; Méndez & Costa, 2003). A estes direitos somam-se os parágrafos seguintes:

§ 1º - Em nenhum caso haverá incomunicabilidade.

§ 2º - A autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente.

As duas últimas leis que tratam da internação dissertam sobre os direitos reservados aos adolescentes privados de liberdade e sobre o dever do Estado em zelar pela integridade física, psicológica e moral do adolescente, podendo ser adotadas medidas adequadas de contenção e segurança para este fim (Arts. 124 e 125). Além disso, cabe salientar que ao adolescente lhe é reservado, além do direito de ter um defensor, o de recorrer às medidas aplicadas (Arts. 207 e 198).

O último item das medidas socioeducativas versa sobre as medidas de proteção, contempladas no artigo 101³¹. Excluem-se apenas as duas últimas considerações dos incisos VII e VIII que tratam respectivamente do abrigo (acolhimento) em entidade e da colocação em família substituta. Tais medidas (de I a VI) podem ser aplicadas pela autoridade judiciária competente e também pelo Conselho Tutelar, quando for - pela autoridade judiciária - encaminhado, isolada ou cumulativamente, avaliando-se as necessidades do adolescente.

Como já apontado, é importante frisar que as medidas socioeducativas são reservadas aos adolescentes (12 a 18 anos de idade) e são da competência da autoridade judiciária. As medidas de proteção, como abordaremos a seguir, são aplicadas às crianças (0 a 12 anos de idade incompletos) e são da competência do Conselho Tutelar.

³¹ Para evitar repetição, as medidas de proteção serão apresentadas a seguir: “As medidas de proteção e o Conselho Tutelar”.

2.3. As medidas de proteção e o Conselho Tutelar

Diferente das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes, o ato infracional praticado por criança encontra no ECA as medidas previstas no artigo 101, denominadas “medidas de proteção”:

Art. 101 – Verificada qualquer das hipóteses previstas no Art. 98, a autoridade competente poderá determinar, entre outras, as seguintes medidas:

I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV – inclusão em programa comunitário ou oficial, de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII – abrigo em entidade³²;

VIII – colocação em família substituta.

Parágrafo Único – O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

Conforme o artigo 136 do Estatuto, estas medidas só podem ser aplicadas pelo órgão do Conselho Tutelar³³. Faz-se exceção, reservada à autoridade judiciária, somente quando não houver ou não estiver regularmente funcionando um Conselho Tutelar no Município (Art. 262).

Cabe salientar que, diferente do que ocorre com o adolescente autor de ato infracional, o ECA não estabelece nenhum procedimento a ser seguido pelo Conselho Tutelar (Kaminski, 2002). A lei estatutária apenas indica que sua atuação deve ser feita de forma colegiada, atentando-se ao ordenamento jurídico já consagrado, sendo que a aplicação das medidas deve levar em conta, conforme o artigo 100, “as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”.

Kaminski (2002) observa sobre este assunto que a legislação especial não contemplou garantias processuais à criança autora de ato infracional, por entender que

³² Como dito, atualmente utiliza-se “acolhimento” em “instituição de acolhimento”.

³³ Como detalharemos adiante, a medida protetiva de “colocação em família substituta” é da competência da justiça.

os procedimentos formais poderiam prejudicar o princípio da “proteção integral”. Ao comentar este mesmo aspecto, Lobo (1997) enfatiza que as medidas de proteção não são submetidas a “formalismos processuais” que possam dificultar ou impedir “o pleno exercício dos direitos da criança ou do jovem” (p.92). Dessa forma, diferente das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes, crianças autoras de ato infracional não passam por “acusação, processo, julgamento e punição” (Kaminski, 2002, p.52).

No entanto, como aponta Kaminski (2002), a atribuição do Conselho Tutelar nestes casos tem recebido críticas de inconstitucionalidade. O princípio da impugnação, presente na Constituição Federal (1988), garante a apreciação do Poder Judiciário em situações de lesão ou ameaça de direito, contra ilegalidade ou abusos de poder (Art. 5º da CF). Além disso, segundo a objeção nº 165, apresentada por Temporal (citado por Cavallieri, 1997), a atribuição dos Conselhos Tutelares na apreciação do ato infracional praticado por criança é, invariavelmente, uma função judiciária, “convertendo-se num órgão *sui generis*, no nosso sistema administrativo” (p.57).

Frente às críticas de inconstitucionalidade da atribuição dos Conselhos Tutelares nas situações de apreciação do ato infracional praticado por criança, o ECA, no entanto, não deixou de atribuir seu efetivo direito de acesso ao sistema judiciário. Em seu artigo 137, a lei apresenta a possibilidade de revisão das decisões dos Conselhos “pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse”. Neste sentido, posiciona Kaminski (2002): “apenas estaria a lei estatutária tratando de exigir o esgotamento das vias administrativas para que, em fase de revisão, pudesse haver a postulação judicial” (p.74). Este mesmo autor lembra que, conforme o artigo 198 do ECA, mesmo a revisão feita pela autoridade judiciária, poderá ser objeto de recurso por “superior instância”. Explica: “Assim, por exemplo, num caso de abrigo de uma criança, detém legítimo interesse os pais ou o responsável e o dirigente do abrigo (além do Ministério Público).” (p.104).

Ao problema da inconstitucionalidade ou não da apreciação destes casos pelo Conselho Tutelar, soma-se a competência dos atendimentos. Salienta Sêda (2001) que, segundo o artigo 203 da Constituição Federal³⁴ (1988), é da competência da Assistência

³⁴ “Art. 203 - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.” (CF, 1988).

Social o atendimento das necessidades básicas, consideradas direitos constitucionais, a quem delas necessite, priorizando-se crianças e adolescentes (Art. 4º da Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS)³⁵. O autor enfatiza a necessidade de o atendimento ser prestado por “profissional competente” (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados), de “alto nível de especialização” ou, quando da impossibilidade do atendimento por estes profissionais, por voluntário “treinado nas práticas da orientação e do apoio” (p.18).

Segundo este autor, portanto, somente quando há ameaça ou violação do direito de acessar programas - políticas públicas executadas por organizações governamentais e não governamentais registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), conforme artigos 86, 87 e 90 do ECA - de orientação e apoio social e familiar por profissional qualificado, é que o Conselho Tutelar tem competência para intervir³⁶. Em suas palavras, o acesso ao Conselho Tutelar é garantido quando há “ausência do serviço devido, por mau atendimento ou por negativa do atendimento devido”, implicando infração administrativa segundo o artigo 194 do ECA (p.69).

Dessa forma, salienta que o Conselho Tutelar não é responsável pela execução de programas, não substituindo, portanto, profissionais como assistente social, psicólogo, advogado, juiz, pedagogo, etc. Tal “desvio”, em suas palavras, levaria “à *contravenção* do exercício ilegal de profissão e ao *crime* de usurpação de função pública.” (p.45).

Somam-se aos delicados problemas levantados, o questionamento acerca da atribuição ou não de ato infracional praticado por menor de 12 anos; apesar da consistência do artigo 105 do próprio Estatuto: “Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no Art. 101”. Diferente do adolescente autor de ato

³⁵ “Art. 4º - A Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios: I – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.” (LOAS, Lei n. 8.742, de 7-12-1993).

³⁶ Complementa o autor: “Muita gente (principalmente da burocracia federal) vem agindo para *aumentar* o número de conselhos tutelares. Assim o fazem porque ainda não entenderam, ou não querem entender, dezessete anos depois de promulgado o Estatuto [texto de 2007], que a função que querem para conselheiros tutelares é *privativa*, é legalmente *exclusiva* de profissional especializado. Tal especialista, preparado na Universidade para agir sem imprudência, sem negligência e, principalmente, sem *imperícia*, é previsto no artigo quarto, III e V da Lei 8.662-93. Trata-se do *assistente social*, e sua atuação se dá no âmbito da política de Assistência Social, nos termos do artigo 203, I da Constituição Federal.” (Sêda, 2007, p.31).

infracional, que encontra garantias processuais pela lei estatutária, nos artigos 110 e 111, a criança está sujeita à ausência de formalismos processuais pelo órgão do Conselho Tutelar. A exclusiva aplicação de medidas protetivas pelos Conselhos Tutelares e a ausência de garantias processuais podem levar a uma compreensão de que a ação delitiva da criança possa não ser definida, estrito senso, como “ato infracional”.

Até a promulgação do ECA, era da competência da autoridade judiciária todas as situações jurídicas e sociais referentes às crianças e aos adolescentes. O sistema judiciário demonstrou, no entanto, insuficiência em suas amplas atribuições. Em decorrência disso e de movimentos nacionais e internacionais pela desjuridicalização do sistema de atendimento infantojuvenil, surgiram os Conselhos Tutelares:

A necessidade urgente do desafogamento do judiciário, que não conseguia uma eficiência em sua atuação jurídico-social, somada aos crescentes movimentos nacional e internacional de desjuridicalização das matérias referentes à criança e ao adolescente, fez com que o Estatuto inovasse em sua determinação de competências e atribuições para atuar sobre as situações jurídicas em que se encontravam envolvidas a criança e o adolescente. Assim é que, pelo Estatuto, nem toda situação jurídica envolvendo a criança e o adolescente é de competência do juiz da infância e da juventude, *que deixa de atuar notadamente como a primeira instância*. [itálicos nossos] (Kaminski, 2002, p.86)

O Conselho Tutelar é parte do Sistema da Garantia de Direitos³⁷, sendo um representante da sociedade. Caracterizado por ser um órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, é a autoridade municipal responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes em primeira instância (Art. 131).

Por ser permanente, deve ser duradouro e ininterrupto, indispensável aos propósitos de seu funcionamento. Ser autônomo significa, segundo Soares (Soares, Ramos & Marques, 2003), que tem liberdade na atuação de suas funções e competências, “não podendo suas decisões ficar submetidas a escalas hierárquicas, no âmbito da Administração” (p.445).

³⁷ São três os eixos constitutivos deste Sistema: a promoção, o controle social e a defesa de direitos. “O eixo da promoção de direitos compreende as políticas sociais básicas destinadas à população infanto-juvenil e às suas famílias. O eixo do controle social trata da participação da sociedade na formulação e acompanhamento das políticas voltadas para a criança e o adolescente, por meio da ação de organizações da sociedade civil ou por meio das instâncias formais de participação estabelecidas na lei, que são os Conselhos dos Direitos. E, por fim, o eixo da defesa dos direitos, que consiste em zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, por meio de intervenções onde e quando houver ameaça ou violação desses direitos. O Conselho Tutelar atua precisamente nesse eixo, junto com outras instâncias do poder público e da sociedade civil, tais como a Justiça da Infância e Juventude, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Segurança Pública e os Centros de Defesa.” (Centro de Empreendedorismo e Administração do Terceiro Setor da Fundação Instituto de Administração, CEATS/FIA, 2007, p.9).

O pedido de revisão de suas decisões, conforme o artigo 137, pode ser feito por quem tenha legítimo interesse à autoridade judiciária, mas não fere a essência da autonomia do Conselho Tutelar. No tocante a esta mesma questão, Kaminski (2002) salienta que a autoridade judiciária poderá atuar em casos de ato infracional praticado por criança, excepcionalmente, “quando provocado por alguém detentor de legítimo interesse, quando atuará de forma secundária, ou como um agente de revisão de medida aplicada” (p.87).

As funções exercidas pelos Conselhos Tutelares são de natureza administrativa (da Administração Pública) e fazem parte da Política de Atendimento do ECA (Molaib, 2006). Os Conselhos não possuem o mesmo poder que é atribuído à autoridade judiciária, como o de compor a lide (conflitos de interesses) ou estabelecer sanções para forçar o cumprimento de suas decisões (Soares et al., 2003). Exercem, no entanto, uma parte do Poder Público que tem função administrativa e a autoridade de “influir sobre a esfera jurídica de outrem” (Soares & Carvalho, 2003, p.455), isto é, “que interferem na liberdade das pessoas” (Sêda, 2001, p.161).

Com a vigência do Estatuto, portanto, a infração praticada por criança deixou de pertencer ao campo jurisdicional e passou para o campo administrativo. A distinção entre ambos é reconhecida com dificuldade, tanto nacional quanto internacionalmente, pois não diferem em sua essência material (Kaminski, 2002). Contudo, a diferença entre eles é fundamental, principalmente no tocante à questão da infração praticada por criança e a competência nestes casos.

Conforme já visto, apesar de ser um órgão não jurisdicional, o Conselho Tutelar é o responsável pela apreciação do ato infracional praticado por criança. Por esta razão, este órgão “se traveste, também, de uma neutralidade e imparcialidade de mesma qualidade e proporção que a jurisdição.” (Kaminski, 2002, p.92).

Diante da complexidade da autoridade competente nestes casos, Kaminski (2002) buscou distinções conceituais entre jurisdição e administração. Segundo o autor, a diferença se assenta no “modo de agir dos poderes”. A jurisdição e a administração possuem cada uma, ao seu modo, uma forma de aplicar as leis e de elaborar “normas singulares concretas” (p.95).

O poder jurisdicional é do juiz que tem o poder de julgar e aplicar a lei de forma secundária, imparcial, implicando a configuração de litígio e fazendo-o através das “formalidades do devido processo legal” (p.95). A jurisdição é uma função do Estado “exercida em nome do povo... É uma característica fundamental e abstrata do juízo, ou

uma capacidade subjetiva do juiz, de exercer o poder jurisdicional de que está investido.” (p.88). Sua organização é baseada em “independência funcional” e “seus atos fazem coisa julgada material, atingindo suas decisões terminativas o caráter da definitividade e da imutabilidade” (p.95).

A Administração, dentro do Sistema de Separação dos Poderes, presente na Constituição Federal do Brasil (1988), é aquela que precisa da lei para representar o interesse público. Por representar o bem-estar coletivo, a finalidade de sua ação não depende da “vontade pura do administrador”, a aplicação das leis pela administração pública é “parte envolvida, interessada e parcial” que utiliza “critérios políticos, de oportunidade e conveniência.” (pp.94-95). A aplicação desta lei se dá de forma primária, não precisa da configuração do litígio, podendo atuar por ofício (não necessita provocação). Sua organização é feita com “hierarquias e subordinações definidas”³⁸ e “seus atos não fazem coisa julgada material, podendo suas decisões terminativas ainda serem submetidas à prestação jurisdicional” (p.95).

O Conselho Tutelar, por receber permissão legal, isto é, ter competência no atendimento, em primeira instância, de situações de ameaça ou violação dos direitos de crianças e adolescentes, possui uma competência jurídica. Entretanto, não assume competência judicial, reservada somente às situações jurídicas dos juízes.

A particularidade deste órgão municipal administrativo é seu específico campo de atuação. Por corolário, o modo de agir do Conselho Tutelar está circunscrito ao artigo 98 do ECA que versa sobre situações em que crianças e adolescentes encontram-se sob ameaça ou violação em seus direitos. Explica Kaminski (2002):

Então, a partir do Estatuto, o juiz atenderá somente às questões jurídicas judiciais, ficando todas as demais situações jurídicas não judiciais, ou seja, as administrativas e socioassistenciais... sob a atribuição do Conselho Tutelar. (p.86)

Dessa forma, o autor reforça que o ECA pretendeu aliviar as vias de competências jurídicas judiciais. Ao atender situações jurídicas (da norma, relativo ao direito) não judiciais (relativos à jurisdição, à justiça), o Conselho Tutelar passou a ter autonomia na atuação administrativa quando os direitos de crianças e adolescentes são ameaçados ou violados.

³⁸ Como dito anteriormente, no caso dos Conselhos Tutelares, estes possuem “permissão legal” de autonomia e competência, não tendo suas decisões submetidas a escalas hierárquicas (Kaminski, 2002, p.88).

Segundo o artigo 132 do Estatuto, deve haver pelo menos um Conselho Tutelar em cada Município³⁹, formado por cinco membros, escolhidos pela comunidade para mandato de três anos e permitida uma recondução⁴⁰. Segundo Ramos (Soares et al., 2003), o artigo condiz com a diretriz de municipalização presente nos artigos 88 e 204 da Constituição Federal e “garante o atendimento personalizado a cada caso, adequando-se à realidade de cada bairro, distrito ou região”, aspectos fundamentais à democracia e à desburocratização dos sistemas de atendimento da população (p.448). Em outras palavras, reflete a proposta constitucional de descentralização político-administrativa, da municipalização do atendimento e da participação popular na atividade estatal (democracia participativa).

Os Conselhos propiciam a participação e a capacitação da comunidade e da sociedade como um todo, favorecendo o registro de casos, usados na implantação de políticas públicas municipais, estaduais e federais. Considerado por Marques (Soares et al., 2003) um “instrumento de pressão e prevenção”, representam avanços na política democrática nacional e tem o poder/dever de acionar a justiça visando garantir os direitos do Estatuto e a execução das políticas de atendimento (p.449).

Desde 2001, foi criado o chamado “Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente” (Conanda), que estabeleceu os parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares (Molaib, 2006). Os conselheiros são escolhidos segundo alguns critérios (Art. 133). O primeiro refere-se à idoneidade moral, que implica na atuação do candidato, como cidadão, no cumprimento de seus deveres públicos e privados. O segundo afirma que é preciso ter idade superior a 21 anos de idade e o terceiro requisito condiz com a necessidade de o candidato residir no Município, de modo a conhecer a realidade local. Sobre o assunto, explicita Marques (Soares et al., 2003):

O Estatuto diz que lei municipal estabelecerá o processo de escolha e também que este processo ficará sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Direitos [Art. 139]. Significa que a comunidade, o Poder Executivo e a Câmara Municipal deverão discutir amplamente os critérios e definir a forma de escolha, refletindo a realidade local, e deverão, ainda, ter a preocupação e o cuidado para que realmente sejam

³⁹ Quanto a isso, contrariando o exposto por Sêda (2007), escreve Soares (Soares et al., 2003): “Nada impede que haja mais de um Conselho Tutelar, funcionando em dias e horários diversos, no mesmo Município, ainda que no mesmo local. Mas é preciso que cada um tenha sua área de atuação, pois, do contrário, estaria sendo burlada a característica de autonomia de um e de outro” (p.451).

⁴⁰ Após o tempo de um mandato (três anos) sem a candidatura do conselheiro, ele poderá se candidatar novamente. Neste caso, não se trata de recondução, a qual somente é permitida uma vez (Soares et al., 2003).

escolhidas pessoas de reconhecida atuação na promoção e defesa da criança e do adolescente, que residam no Município já há algum tempo e que tenham um conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Conselho Municipal deverá, também, investir na capacitação dos candidatos, quanto ao papel e atribuições do Conselho Tutelar, estudos sistemáticos da nova lei e do novo reordenamento jurídico. (pp.450-451)

Suas atribuições são realizadas de forma coletiva e estão dispostas no artigo 136 do ECA. A primeira atribuição do Conselho Tutelar (inciso I do artigo 136) corresponde aos artigos 105 e 101, que dispõem sobre o ato infracional praticado por criança e as medidas de proteção, respectivamente, excluindo-se apenas o último item que refere sobre a colocação em família substituta (cujas competências, como trazido anteriormente, é da autoridade judiciária).

Conforme o artigo 98, as medidas de proteção são destinadas sempre que os direitos reconhecidos pelo Estatuto forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão de sua conduta, isto é, quando sua conduta não condiz com a lei determinada e garantida pelo Estatuto.

O Conselho Tutelar, ao receber casos em que crianças e adolescentes se encontram em situações de ameaça ou violação de seus direitos, decide sobre a aplicação das medidas de proteção, de acordo com a(s) necessidade(s) do caso.

A primeira medida (Art. 101, I) trata do encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade. Assim, a primeira medida do Conselho Tutelar é colocar a criança ou adolescente sob a guarda de seus pais ou responsável. Da mesma forma, conforme os incisos II e III do mesmo artigo, é preciso orientar, apoiar e oferecer acompanhamento temporário à criança, bem como acompanhar e providenciar a matrícula e a frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino.

Cabe ao Conselho, nestes casos, averiguar a situação econômica dos pais ou responsável. Nestas situações, aplica-se o inciso IV do mesmo artigo, que estabelece a inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente. Caso seja necessário, requisita tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial, e providencia sua inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos (Art. 101, V e VI).

Diante da importância das funções elencadas, aponta Scheinvar (Sêda et al., 2003), que o Conselho Tutelar “além de ditar as necessidades processuais [especificamente os procedimentos administrativos], tem a responsabilidade de pressionar e articular a geração de recursos adequados para o seu desempenho”, pois, “sem seu acompanhamento cioso e constante, as medidas aplicadas podem não ter o curso necessário para a superação dos conflitos em questão.” (p.326).

A última medida aplicada é o acolhimento em entidade (Art. 90). O abrigo (instituição de acolhimento) é considerado uma entidade de atendimento especializado que tem por objetivo o planejamento e a execução de programas de proteção e socioeducativos destinados às crianças e adolescentes. Sua função corresponde a uma “opção extrema, embora imprescindível, por ser uma retaguarda para a devida aplicação das medidas” (Sêda et al., p.325). Para a autora, eventualmente, a criança ou o adolescente podem se encontrar em situações de ameaça ou violação, tornando necessário seu acolhimento. No caso de constatarem que a criança ou o adolescente precise ficar na instituição por tempo prolongado ou permanente, o caso deve ser encaminhado à autoridade judiciária competente de modo a realizar o processo de “colocação em família substituta” (Art. VIII).

Na hipótese de ato infracional praticado por criança e a aplicação da medida de acolhimento em entidade, escreve Amarante (Amarante, Volpi & Santos, 2003):

Outra providência que cabe na hipótese de ato infracional praticado pela criança é a utilização do *abrigo em entidade*, a não implicar privação de liberdade. É sempre uma cautela excepcional e provisória (art. 101, parágrafo único), até a sua colocação em família substituta, que é, também outra medida possível de ser tomada quando for aquele protagonista do ato infracional, adstrita, entretanto, à competência da Justiça da Infância e da Juventude. (p.349)

Dessa forma, o Conselho Tutelar tem a competência para providenciar, quando necessário, o acolhimento em entidade à criança autora de ato infracional. Este autor, ao comentar o artigo, também salienta a possibilidade de colocação em família substituta (sob a competência da autoridade judiciária específica). Problematisa, contudo, Mousnier (Sêda et al., 2003) que a medida pode ser considerada pela criança, a depender da situação, como uma punição, representando uma espécie de “internação”.

A comentadora citada, ao apontar a especificidade desta medida em casos de criança autora de ato infracional, faz pensar na possibilidade da infração estar relacionada às condições de violação ou ameaça de direitos da criança por parte de

outrem⁴¹ (incisos I e II do Art. 98). Para esta autora, as medidas de proteção não podem ser consideradas como punição ou castigo, pois possuem caráter educativo, protetivo, emancipador e têm como objetivo as finalidades preventivas, de valorização da cidadania. São medidas que devem refletir “as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (Art.100).

Por ser da competência deste órgão zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes, outros procedimentos podem ser necessários. Além das medidas de proteção aplicadas à criança ou ao adolescente, são atribuições do Conselho (Art. 136): atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no artigo 129, incisos de I a VI⁴², promover a execução de suas decisões através da requisição de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, etc., e representar, junto à autoridade judiciária, os casos de descumprimento injustificado de suas deliberações, ou seja, suas decisões não podem ficar “no papel, como letra morta” (Soares & Carvalho, 2003, p.458).

Segundo os incisos IV e V, os Conselhos têm a responsabilidade de encaminhar ao Ministério Público informações sobre infrações administrativas ou penais contra os direitos estabelecidos pelo Estatuto, bem como encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, como pedidos de guarda, tutela, adoção, destituição do poder familiar, etc. (Soares & Carvalho, 2003). Deve providenciar também as medidas de proteção, como salientado anteriormente, a pedido da autoridade judiciária, nos casos de adolescente autor de ato infracional (VI), além de expedir notificações dando ciência aos envolvidos de suas determinações, atos ou ofícios (VII) e requisitar, quando preciso, certidões de nascimento e óbito (VIII).

Cabe a este órgão, em seu papel político, inclusive, assessorar o Poder Executivo local na elaboração de propostas orçamentárias para planos e programas de atendimento dos direitos estabelecidos (IX). Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos de crianças e adolescentes por meios de comunicação, conforme o artigo 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal (1988) (X). Representar ao Ministério

⁴¹ Neste mesmo sentido, observa Santos (Amarante, Volpi & Santos, 2003) que a exclusiva aplicação das medidas de proteção revela que a criança é “incapaz de refletir em profundidade” sobre seu ato (p.349).

⁴² Corresponde ao artigo 129 que versa sobre as medidas pertinentes aos pais ou responsáveis, excluindo-se, no tocante às competências do Conselho Tutelar, os três últimos incisos a seguir: I – encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; II – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; III – encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; IV – encaminhamento a cursos ou programas de orientação; V – obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar; VI – obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado; VII – advertência; VIII – perda da guarda; IX – destituição da tutela; X – suspensão ou destituição do pátrio poder.

Público, para efeitos das ações de perda ou suspensão do poder familiar, como nos casos de violência doméstica (XI) (Art. 136; Soares & Carvalho, 2003).

É importante salientar ainda que, além destas específicas atribuições, os Conselhos Tutelares, bem como o Ministério Público e o poder judiciário, recebem a incumbência de fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais no atendimento de crianças e adolescentes (Art. 95).

A partir dos problemas que puderam ser evidenciados até o momento, como sobre as questões envolvendo a competência dos Conselhos Tutelares nestes casos, a atribuição ou não de ato infracional praticado por criança, a relação entre punição *versus* proteção na aplicação destas medidas, remetemos o leitor à trajetória a seguir.

3. DESBRAVANDO UM CAMPO

E manda que Volta Seca vá andar no carrossel. E o menino toma o cavalo que serviu a Lampião. E enquanto dura a corrida, vai pulando como se cavalgasse um verdadeiro cavalo. E faz movimentos com o dedo, como se atirasse nos que vão na sua frente, e na sua imaginação os vê cair banhados em sangue, sob os tiros da sua repetição... E o cavalo corre e cada vez corre mais, e ele mata a todos, porque são todos soldados dos fazendeiros ricos. Depois possui nos bancos a todas as mulheres, saqueia vilas, cidades, trens de ferro, montado no seu cavalo, armado com seu rifle.

(Jorge Amado, Capitães da Areia, 1937/1971, p.77)

3. DESBRAVANDO UM CAMPO

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei. (Art. 131 do ECA)

A partir do levantamento teórico realizado sobre o conceito de ato infracional no âmbito jurídico, das características das medidas socioeducativas e, mais especificamente - por ser o foco de atenção deste trabalho -, no que concerne às medidas de proteção, ao ato infracional praticado por criança e a atribuição dos Conselhos Tutelares no atendimento destes casos, pudemos levantar alguns pontos considerados enigmáticos. Algumas questões, como a atribuição ou não de ato infracional praticado por criança, o entendimento destas medidas como sendo garantistas ou restritivas de direitos⁴³, bem como a questão da competência no atendimento de situações envolvendo o ato infracional praticado por criança, demandam aprofundamento e reflexão.

Como visto anteriormente, o Conselho Tutelar tem a função de atender, em primeira instância, todas as situações de ameaça ou violação dos direitos garantidos pelo ECA. Viu-se igualmente que, quando da prática de ato infracional por criança, este órgão pode fazer uso de suas demais competências a fim de buscar a execução dos encaminhamentos considerados necessários (já que as medidas de proteção, previstas no artigo 101 de I a VII, são congruentes com as demais atribuições do Conselho Tutelar).

Nesse ínterim, consideramos de fundamental importância conhecer como estão sendo aplicadas as medidas de proteção, investigar a função destas medidas e o lugar oferecido à criança autora de ato infracional, a partir da experiência dos conselheiros tutelares.

A pesquisa de campo com conselheiros tutelares teve como objetivo desvelar a temática da criança autora de ato infracional e a aplicação das medidas de proteção pelos Conselhos. Com isso, buscou-se trazer contribuições para a aplicação destas medidas, bem como trazer recursos (fundamentação) a uma discussão acerca dos temas envolvidos, como o ato infracional praticado por criança, a garantia e a restrição de

⁴³ Na medida em que as medidas influem na esfera jurídica, na liberdade individual. Neste sentido, apesar de serem chamadas “protetivas” e seu conteúdo visar à integridade das determinações legais de sua população, ao serem impostas pela autoridade da lei, interferem na autonomia individual. Pela interferência do arbítrio, as medidas de proteção podem ser impostas via regramento legal.

direitos da criança autora de ato infracional e as atribuições dos conselheiros tutelares nestes casos.

3.1. Roteiro de viagem: a pesquisa extramuros

Como transmitir uma experiência? Dito de outra forma, como trazer a uma dissertação de mestrado, que se propõe para isso, sistematizar “em linguagem científica da área o trabalho de investigação realizado”, algo da ordem da vivência singular? (Funaro et al., 2009, p.9). Isto é, como transmitir uma experiência, sem conceder uma licença àquele que a viveu, quando não for possível realizá-la de forma diferente, de se expressar na primeira pessoa?

Por esta razão, concederemos aqui uma licença à formalidade de uma dissertação, reconhecendo o esforço de transmitir como foi o trajeto percorrido nos Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo.

Entrevistar um conselheiro de cada Conselho Tutelar e, através desta empreitada, atravessar a cidade de São Paulo, foi uma decisão pautada numa visão política da cidade. O reconhecimento das diferenças existentes nas regiões desta cidade pôde ser verificado, apesar do foco da pesquisa não ter sido pré-determinado, estrito senso, pelas diferenças regionais.

O objetivo, como salientado anteriormente, foi conhecer como estão sendo aplicadas as medidas de proteção, averiguar a função destas medidas e o lugar oferecido às crianças autoras de ato infracional, a partir dos procedimentos e critérios adotados pelos conselheiros tutelares nas situações de atendimento e encaminhamento destes casos. Entretanto, como se pôde constatar, o lugar oferecido à criança fora-da-lei, invariavelmente, não se distancia da geografia na qual está inserida.

A amostra proposital desta pesquisa pode ser descrita da seguinte forma: dos 37 Conselhos Tutelares de São Paulo, gestão 2008 - 2011, foram realizadas 34 entrevistas presenciais, três entrevistas por telefone com conselheiros que, por sua vez, não quiseram ou não puderam dar a entrevista pessoalmente, e uma não realizada em que, apesar de ter sido agendada, os conselheiros não se encontravam na sede do Conselho Tutelar. Totalizam, dessa maneira, 37 entrevistas consideradas suficientes aos objetivos propostos.

A distribuição de cada Conselho Tutelar pode ser visualizada abaixo, conforme a divisão regional da cidade, os bairros compreendidos e seus respectivos endereços:

Figura 1: Distribuição dos Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo:

Centro	Sé (República, Brás, Bom Retiro, Aclimação, Consolação, Santa Cecília, Liberdade, Cambuci, Bela Vista) - Praça da República, 150 - Centro				
Zona Leste	Aricanduva (Vila Formosa, Vila Carrão) - Rua Eponina, 82 - Vila Carrão	Cidade Tiradentes - Rua Sarah Kubiteck, 165 - Cidade Tiradentes	Ermelino Matarazzo (Ponte Rasa) Avenida São Miguel, 5550 - Ermelino Matarazzo	Guaianases - Rua Ismael da Rocha, 79	Itaim Paulista (Vila Curuçá) Rua Carapê das Águas, 23/23 B
	Itaquera (Cidade Líder) Rua Tomaso Ferrara, 36 - Itaquera	Jardim Helena - Rua Mandobi, 32	José Bonifácio - Rua Sábado D'Angelo, 2085	Lajeado - Rua Professor Cosme Deodato Tadeu, 136	Mooca (Belém, Tatuapé, Água Rasa, Brás, Pari) - Rua João Tobias, 10 - Tatuapé
	Penha (Vila Matilde, Cangaíba, Artur Alvim) Rua Candapui, 492 - Vila Marieta	São Mateus (São Rafael, Iguatemi) - Avenida Ragueb Chohfi, 1400 - Parque São Lourenço	São Miguel Paulista (Vila Jacui) Rua Dona Ana Flora Pinheiro de Souza, 76	Sapopemba - Rua José de Queiroz Matos, 216	Vila Prudente (Parque São Lucas) Rua Elídia Maria de Jesus, 42
Zona Norte	Casa Verde (Cachoeirinha, Limão) - Avenida Ordem e Progresso, 1001	Freguesia do Ó (Brasilândia) Rua Conde de Barca, 69	Jaçanã (Tremembé) Rua Benjamim Pereira, 925 - Jaçanã	Santana (Tucuruvi, Mandaqui) Avenida Tucuruvi, 808 2º andar - sala 229	Vila Maria (Vila Guilherme, Vila Medeiros) Rua General Mendes, 111
Zona Oeste	Butantã (Rio Pequeno, Raposo Tavares, Vila Sônia, Morumbi) Rua Salvador Risolê, 231 - Butantã	Lapa (Vila Leopoldina, Barra Funda, Perdizes, Jaguaré, Jaguará) Rua Guaicurus, 1000 sala 52 - Água Branca	Perus (Anhanguera) Rua Padre Manoel Campelo, 156	Pinheiros (Alto de Pinheiros, Itaim Bibi, Jardim Paulista) Rua Professor Frederico Hermann Júnior, 595	Pirituba (Jaraguá, São Domingos) Avenida Mutinga, 1425
Zona Sul	Campo Limpo (Capão Redondo) - Rua Nossa Senhora do Bom Conselho, 59 - Jardim Laranjal	Capela do Socorro (Cidade Dutra) Rua Cassiano dos Santos, 270/499 - Jardim Cliper	Cidade Ademar (Pedreira) Rua Yervant Kissajikian, 416	Grajaú - Rua José Quaresma Júnior, 2	Ipiranga (Cursino, Sacomã) Rua Almirante Lobo, 495
	Jabaquara - Avenida Engenheiro George Corbisier, 839	Jardim São Luiz - Rua Jean de Brienne, 25	M'Boi Mirim (Jardim Ângela) Avenida Guarapiranga, 1265 - Parque Alves de Lima	Vila Mariana (Saúde, Moema) Rua Botucatu, 959 - Vila Clementino	Santo Amaro (Campo Grande, Vila Andrade, Campo Belo) - Rua Padre José de Anchieta, 646
	Parelheiros (Marsilac) Rua Tomás Sandrino, 108				

A partir da distribuição acima, fez-se um roteiro de viagem. Foram analisadas as melhores rotas e buscou-se organizar cada destino com a previsão de tempo de chegada e saída de cada local. Incluíram-se as previsões de clima-tempo e trânsito, pois, para

muitos destinos, o tempo estimado (a depender das contingências) era esperado ser duas horas cada.

O roteiro estava submetido ao agendamento das entrevistas. No entanto, conforme observou uma conselheira, o trabalho no Conselho Tutelar é “*sem previsão*”⁴⁴. Muitas vezes são solicitados em situações emergenciais e precisam deixar a sede do Conselho, o que não só dificultou o agendamento, mas a realização das entrevistas.

O contato inicial foi feito por telefone, em que se buscou agendar um horário que o conselheiro contatado pudesse estar presente no Conselho Tutelar, como no caso de estar em plantão no dia do agendamento. No entanto, muitas entrevistas não foram realizadas com os conselheiros contatados, mas com outros conselheiros que estavam no local e no horário marcado anteriormente para a entrevista.

Os conselheiros foram informados dos objetivos e procedimentos da pesquisa. As entrevistas foram realizadas mediante seu consentimento formal, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tendo sido a pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia (CEPH-IP) da Universidade de São Paulo (USP).

O convite oferecido se assentou no pressuposto ético de que estes conselheiros seriam sujeitos que poderiam dar seu testemunho⁴⁵, transmitindo um saber sobre sua experiência pessoal. Sob este pressuposto metodológico, o instrumento de investigação utilizado foi o da entrevista semidirigida⁴⁶. De acordo com Turato (2008), a entrevista consiste em um “encontro interpessoal estabelecido para obtenção de informações verbais ou escritas, sendo instrumento para conhecimento para assistência ou pesquisa” (p.309), o que permitiu escutar o que os conselheiros tinham a dizer sobre crianças autoras de ato infracional e a aplicação das medidas de proteção. Posteriormente, estas entrevistas foram registradas, através da sua transcrição, para que pudessem ser analisadas (não foram gravadas).

A previsão para a duração das entrevistas foi de uma a duas horas. Mas, por se tratar de uma previsão, algumas entrevistas não chegaram a durar uma hora e outras

⁴⁴ Constatação igualmente de Souza e Coutinho (2010): “até porque o CT é um espaço que tem por especificidade um não enquadramento numa rotina” (p.172).

⁴⁵ Sabemos que o conceito de testemunho está além dos limites e da proposta deste trabalho. No entanto, o uso do termo, como será possível constatar, não é aleatório, pois, como salienta Felman (2000): “a psicanálise repensa profundamente e renova radicalmente o próprio conceito de testemunho, ao sugerir e ao reconhecer, pela primeira vez na história da cultura, que não é necessário *possuir* ou *ser dono* da verdade para *testemunhar* sobre ela de forma eficiente; que o discurso, enquanto tal, é testemunhal sem o saber e que aquele que fala, constantemente testemunha uma verdade que, apesar disso, continua a lhe *escapar*.” (p.27).

⁴⁶ Na verdade, as questões iniciais tinham como objetivo propiciar a fala dos conselheiros tutelares.

duraram mais de duas horas. Cabe salientar que as entrevistas foram realizadas no local de trabalho do conselheiro, ou seja, no Conselho Tutelar de origem.

O *objetivo* foi refletir sobre a situação de crianças autoras de ato infracional sob medidas de proteção, através da pesquisa de campo com conselheiros tutelares e da fundamentação teórica da psicanálise freudo-lacanianana. Os questionamentos que permearam esta pesquisa foram: quais são os critérios utilizados na definição de ato infracional praticado por criança? Quais procedimentos são adotados quando da chegada destes casos? Como são feitos os encaminhamentos? Quais os critérios utilizados na aplicação das medidas protetivas? Como entende estas medidas?

A partir destes questionamentos e do levantamento teórico realizado, acabamos por submeter esta pesquisa à chamada “utopia da interdisciplinaridade”. Considera Turato (2008), em seu otimismo, que “o pesquisador, quando eclético, poderá dominar o suficiente de certas áreas do conhecimento para lançar mão de seus conceitos para lidar com seus dados.” (p.262). Pontuamos como “otimista”, pois é sabida a precaução freudiana no que tange à “aplicação” da psicanálise quando não instaurada a transferência (Freud, 1910/1996). Cuidado também necessário frente à proposta de interlocução de campos discursivos distintos, pois, como observa Lerner (2008, p.176): “Uma consequência comum é a aplicação de um discurso a outro. É o que acontece quando elementos de um discurso são postos a traduzir ou explicar elementos definidos por outro discurso” e, em seguida, complementa:

Isso não quer dizer que não há outras formas de trabalhar sob a mencionada tensão decorrente da heterogeneidade discursiva. Considero a *articulação* uma delas. Para tanto, é necessária, da parte do pesquisador, a disposição de não se deixar levar pela inexorável tendência totalitária do discurso. É necessário arrefecer o ânimo de usar uma única explicação para todos os problemas tomados em questão. É bastante óbvio, mas não é nada fácil. [itálicos nossos] (Lerner, 2008, p.176)

De qualquer forma, a proposta interdisciplinar ou, mais propriamente, a articulação, não foi uma consideração que se pode dizer ter sido feita a priori. Ela se deu no desenrolar do levantamento teórico realizado, conduzindo a um aprofundamento árduo em temas específicos do Direito e tornou necessária a apropriação de um discurso próprio, em grande parte, até então, distante da minha apropriação intelectual.

A fim de não se pretender reduzir um campo a outro, cumpre escolher alguns aspectos de cada um dos campos para serem aproximados. Não se trata de estender a explicação de um para recobrir a de outro, mas de propor uma aproximação que permita

um debate entre tais aspectos. É frequente que tais debates circunscritos venham a se mostrar profícuos a ponto de acarretar uma inflexão sobre um ou mais campos originais ou até mesmo inaugurar um novo campo discursivo. (Lerner, 2008, p.176)

Após este primeiro atravessamento, conforme o objetivo explicitado anteriormente, foi utilizado o referencial teórico da psicanálise de orientação freudolacaniana e como método de pesquisa, a abordagem qualitativa, tal como descrita por Turato (2008). No que tange à debatida discussão acerca da cientificidade da psicanálise, este mesmo autor observa que “a psicanálise instaurou sua autodeterminação epistemológica, isto é, criou métodos de investigação e delimitou um objeto inédito de estudo (o inconsciente)” (p.108).

Segundo este mesmo autor, o método qualitativo permite a realização do contexto com o particular ao enfatizar a diferença⁴⁷ presente em tudo aquilo que concerne ao ser humano. É justamente esta contextualização que define a clínica enquanto campo de investigação aberto. Dito de outra forma, a clínica é aquilo que aborda o humano em seu contexto.

Através deste método, é possível receber as interferências, o “ruído indesejável” e o não esperado durante qualquer investigação. Não por acaso, são justamente as intercorrências que se estabelecem entre o homem e seu meio que o qualitativo privilegia. Segundo o autor, os métodos qualitativos se confundem com a clínica, pois é justamente aquilo que não era esperado o que permite a uma pesquisa produzir algo “novo”. Nas palavras de Freud (1922-1923/1996, p.268), mais especificamente, a ciência dos processos mentais inconscientes – a psicanálise - tem como único objetivo “chegar a uma visão harmônica de uma parte da realidade”, mas que resta sempre incompleta e sujeita a revisões:

Pelo contrário, ela se atém aos fatos de seu campo de estudo, procura resolver os problemas imediatos da observação, sonda o caminho à frente com o auxílio da experiência, acha-se sempre incompleta e sempre pronta a corrigir ou a modificar suas teorias. Não há incongruência (não mais que no caso da física ou da química) se a seus conceitos mais gerais falta clareza e seus postulados são provisórios; ela deixa a definição mais precisa deles aos resultados do trabalho futuro. (Freud, 1922-1923/1996, pp.269-270)

No método qualitativo, as hipóteses são suspensas durante a pesquisa, justamente para que o objeto de estudo possa se manifestar. Este objeto pode ser “uma

⁴⁷ Nas palavras de Sauret (2003), “a pesquisa psicanalítica contribui para a incidência da psicanálise no laço social contemporâneo... Há, pois, uma aposta política”, na medida em que leva em conta a palavra do sujeito, não renunciando “àquilo que constitui sua particularidade.” (pp.94 e 102).

pessoa, um grupo, um informante, uma história de vida, um mito, uma religião, uma representação cultural...” enfim, tudo aquilo que é humano em toda sua complexidade⁴⁸ (Cassorla citado por Turato, 2008, pp.24 e 31).

Como explicitado, o objeto de estudo desta pesquisa foi a criança autora de ato infracional sob medidas de proteção. Por este motivo, foi dado privilégio à experiência dos conselheiros tutelares no atendimento e encaminhamento destas crianças.

No entanto, a primeira orientação que recebi foi: “*Você não vai encontrar nada sobre estas crianças nos Conselhos Tutelares, elas não vão pra lá.*”, dando indícios de que a proposta de realizar entrevistas com os conselheiros tutelares seria um fracasso. Seguir adiante foi uma decisão pautada em insistência ou particular teimosia. De certo, seria importante investigar esta primeira informação.

Ao reconhecer, através do levantamento teórico realizado, a competência no atendimento destes casos pelos conselheiros tutelares, tornou-se impreterível o seguinte questionamento: *onde* estão, portanto, estas crianças?⁴⁹

Veremos ao longo dos capítulos subsequentes, no entanto, que não será possível fornecer uma resposta simples, tampouco conclusiva, sobre esta questão, pois é neste contexto, aparentemente “fora do contexto”, que as entrevistas com os conselheiros tutelares revelam suma importância. Situar⁵⁰ a criança fora-da-lei pôde parecer, através da pesquisa realizada, um mal-estar cuja causa parece ser algo da ordem do impossível⁵¹.

Este trabalho, portanto, pretendeu ir a campo, pois se concebeu que se deveria privilegiar a experiência daqueles que atuam (ou atuariam?) com estas crianças. A escuta desses conselheiros foi feita dentro do panorama ético da psicanálise, o que, segundo Lacan (1959-1960/1997), condiz com a atenção flutuante do analista e, portanto, do pesquisador, da associação livre do sujeito. Nas palavras de Sauret (2003):

Não há pesquisa clínica sem encontro que mobilize a palavra. Dizendo de outra forma, todo ato de palavra que mobiliza um encontro entre um sujeito e um outro (quer o pesquisador seja o agente, o parceiro ou apenas testemunha da relação) é suscetível de uma avaliação com *os elementos de estrutura*. [itálicos nossos] (p.97)

⁴⁸ A “dificuldade” encontrada neste método é que, ao contrário do modelo de ciência positivista, sujeito e objeto de pesquisa interagem (como acontece numa entrevista), sendo esta interação “suspeita” nas chamadas ciências duras que objetivam resultados previsíveis.

⁴⁹ A hipótese foi assim construída sob a forma de uma questão.

⁵⁰ A palavra “situar” significa “colocar, estabelecer, pôr”, “determinar ou assinalar (lugar a)”, “estar ou ficar situado” (Ferreira, 2008, p.743).

⁵¹ Aspectos que serão discutidos nos capítulos finais desta dissertação.

Para Turato (2008), o método de investigação qualitativo condiz com a atividade de escuta e investigação analíticas, pois ambos privilegiam o que é particular ao ser humano e às relações humanas. Assim, é a ética psicanalítica que permitiu que a pesquisa pudesse se dar neste trâmite por excelência clínico (de escuta clínica), apesar de estar fora do contexto da clínica tradicional de consultório.

Consideramos que o presente trabalho poderia contribuir para as questões de ordem clínica e social apresentadas, pois, como salienta Rosa (2004), a psicanálise, desde suas origens, dedicou-se ao estudo dos processos sociais e políticos para compreender fenômenos individuais. Dessa forma, a pesquisa psicanalítica nos trâmites sociais e políticos, chamado de psicanálise “aplicada”, em “extensão” ou “extramuros”, sempre foi utilizada para se pensar a clínica e a própria teoria psicanalítica. Enfatiza a autora:

Inúmeros são os modos como se pode desenvolver, dentro dos fundamentos éticos e teóricos da psicanálise, uma investigação dos fenômenos sociais, contribuindo para a elucidação de sua eficácia no processo de alienação do sujeito e apontando os laços que possibilitem a sua inclusão como sujeitos do desejo (Rosa, 2004, p.340).

As entrevistas passaram por um processo de análise (análise de resultados), em que foram verificados aspectos que se repetiram no discurso dos conselheiros e dados que pudessem revelar algo sobre a situação destas crianças (elementos característicos). Estas informações puderam ser melhor apreendidas e transmitidas através de quatro itens que se mostraram relacionados: competência, procedimentos, interpretação e encaminhamentos.

3.2. Fragmentos de um diário de bordo

Papel e caneta nas mãos e o “imprescindível” GPS (*Global Positioning System*). Este aparelho consiste em um sistema que oferece ao navegante o rastreamento através de ruas e avenidas, das rotas para se chegar a um determinado local. A utilidade de um navegador portátil se justificou pela constatação das deficiências existentes no transporte público de São Paulo.

Mesmo possuindo um trânsito caótico, o transporte público da cidade não ofereceu melhor alternativa para a realização deste trabalho. Fora mais difícil chegar aos destinos através de ônibus e trens, do que de carro. A dificuldade apresentou-se, neste caso, por três razões: o tempo dos trajetos oferecidos, a necessidade de duas ou mais conduções do ponto de partida e o acesso a algumas regiões.

Os trens oferecem indicações através de mapas. O mesmo não se pode dizer dos ônibus que são, entretanto, fundamentais para se chegar a determinados locais da cidade. Assim, por duas vezes, peguei um ônibus errado e tive de contar com a ajuda de funcionários para poder mudar de plataforma.

Cabe salientar, no entanto, que o GPS não possui nenhuma ferramenta que possa reconhecer áreas consideradas de risco, como lugares controlados pelo tráfico de drogas. Inúmeras vezes foi preciso estar atenta para não entrar, quando não fosse necessário, em locais que pudessem oferecer algum perigo relacionado ao controle do tráfico. Convém observar, no entanto, que muitos Conselhos Tutelares localizam-se em regiões da periferia da cidade, em comunidades ou regiões próximas que carecem, àquele que se propõe seguir seu roteiro, de atenção aos locais de acesso controlados.

Segundo as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), São Paulo destaca-se como a unidade federativa mais populosa da nação e possui 41,4 milhões de habitantes, sendo a sua capital representativa desta população.

Percebe-se, a primeira vista, uma cidade repleta de atrativos, oportunidades de trabalho e oferta de serviços. Contudo, é possível constatar ao atravessar a cidade que estes aspectos são localizados, de modo que, nem toda região os possui de forma suficiente e condizente com a demanda de sua população. Esta “geografia separatista”, perceptível da cidade, fez Endo (2005) observar⁵²:

A tendência à separabilidade absoluta, à distinção clara e evidente, manifesta-se no traçado da cidade, nas suas divisões espaciais e geográficas. A distância, a fratura que o indivíduo quer impor entre si e os desiguais, executa-se inteiramente na cidade. Tal ruptura ocorre na medida em que a metrópole está dividida entre as áreas dos grandes proprietários, dos pequenos proprietários e dos sem propriedade; sendo que a

⁵² A pesquisa deste autor procurou demonstrar que “a expressão evidente de anseios expulsivos, segregacionistas e eliminacionistas radicados na produção de dicotomias” são parte da “herança viva das desigualdades e das formas de mantê-la, oriunda de nosso passado colonial, nas quais a violência endossa e determina os territórios desiguais, ordenando a sociedade e estabelecendo a divisão clara entre cidadãos e não-cidadãos... E, enquanto não-cidadão, sujeito a todo tipo de infortúnio e violência por parte dos cidadãos”, o que “implica que certos distritos da cidade de São Paulo, assolados pelas desigualdades, tornaram-se verdadeiros campos abertos onde se pratica a violência de modo cotidiano e corriqueiro e, portanto, onde, apesar da transição para a democracia na década de 1980, graves violações dos direitos humanos continuam a ocorrer.” (Endo, 2005, pp.24-27).

propriedade é a garantia da condição cidadina, a prova de que se é um habitante da cidade legal. (p.49)

Outra percepção possível é o aspecto cinza da cidade. São Paulo é repleta de avenidas, ruas e viadutos, aglomerados de prédios e casas que não seguem um único padrão ou estilo. A diferença não se dá somente na distância temporal de suas construções, mas também de classe econômica e social. Nas palavras do autor, certos espaços marcam “zonas de exclusão, nas quais a desigualdade e a violência determinam sua condição de não-cidade, de não-lugar” (Endo, 2005, p.27).

Conforme se atravessa a cidade, é possível ser atravessada por ela. Ao final do dia e após longas horas de viagem, foi possível ter a sensação, ou melhor, a constatação do atravessamento promovido pela “cinzatura” da cidade. Isto é, não somente o vislumbre de sua cor, mas a cisão que a cidade foi capaz de oferecer.

Apesar da disposição, o cansaço de atravessar a cidade teve suas consequências, pois serviu de motivação para continuar a empreitada. Foi preciso atravessar a cidade para poder chegar mais perto dos objetivos desta pesquisa, para dar voz a estes agentes da sociedade: os conselheiros tutelares. O trabalho dos conselheiros destina-se, em sua maioria, a uma população carente de serviços públicos. Em outro sentido, pode-se dizer que é a parte mais “carente” da população que solicita seus serviços, como educação, saúde, esportes, segurança e lazer.

Através de ofícios, forçam o cumprimento dos serviços públicos, para que haja efetivação e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Sua atuação, entretanto, encontra limites. Não somente aqueles encontrados devido à carência na oferta de serviços públicos, como também no que tange às suas próprias competências (atribuídas, por exemplo, à Justiça da Infância e Juventude ou à Secretaria de Educação).

Para ilustrar o limite de suas competências e demonstrar o alcance do Conselho Tutelar, enquanto referência para a população, encontra-se o seguinte cartaz em alguns dos Conselhos visitados:

OBSERVAÇÃO

O Conselho Tutelar não atende casos de:

- pensão alimentícia
- guarda de filhos
- divergências conjugais
- brigas de vizinhos
- internação de criança

- autorização para viagem
- pedido de bolsa família
- susto em crianças (não somos Bicho Papão)

O objetivo de apresentar o presente cartaz tem em vista trazer ao leitor a importância e o alcance do trabalho exercido pelos conselheiros tutelares. Eles são representantes da comunidade onde vivem e, dessa forma, são representantes da sociedade.

Como explicitado, nem tudo está ao alcance do conselheiro tutelar. Entretanto, acabam servindo como porta de entrada àqueles que buscam a solução de seus mais diversos problemas e, com isso, exercem um papel fundamental ao orientar a população, indicando, sempre que possível, quais os procedimentos que podem ser tomados. Nas palavras dos conselheiros:

“Fala-se muito e entende-se pouco, pois nem tudo é atribuição do Conselho. As atribuições são requisitar e encaminhar...”

“Conselho Tutelar é órgão de defesa e não ‘punidor’ que é o juiz da Vara da Infância e Juventude.”

“Pensam que Conselho só serve pra retirar criança dos pais... O Conselho visita, averigua se procede a denúncia, fala com a família antes de abrigar... Chegam casos que se diz ‘Não pode agredir, se não chamam o Conselho Tutelar’. Não pode espancar, mas corrigir sim, e não a ‘Deus-dará’! O Conselho Tutelar protege em tudo... dá proteção de tudo que precisa aqui.”

“Só com o ECA que mudou de natureza jurídica, sujeito de direitos e deveres... por isso foi criado o Conselho Tutelar, pra dizer, mostrar a eles seus direitos e deveres. O Conselho orienta, aconselha, encaminha, facilita o acesso aos serviços públicos e verifica se famílias e entidades estão atuando... Não é órgão técnico... Como não sou órgão técnico, encaminho.”

“Tem muita gente ainda que não sabe pra que serve o Conselho Tutelar e ameaça: ‘vou te mandar pro Conselho Tutelar!’.”

“Conselho Tutelar não tem resguardo de ninguém... é chamado pra um monte de situações que não é responsável e depois diz que [o Conselho Tutelar] não faz nada.”

“Não é ‘Bicho Papão’!”

Tive a ocasião de presenciar o dia a dia nos Conselhos Tutelares. Em sua maioria, a queixa trazida pelos pais ou responsáveis (geralmente a mãe ou a avó) era parte de uma árdua busca já realizada anteriormente. Isto é, a queixa trazida se referia à busca pela garantia de direitos e/ou orientações que, após inúmeras tentativas de

solução, restava inconclusiva. Pôde-se observar que a população busca na figura do conselheiro a alternativa primeira e última de solução para os seus problemas.

A maioria das queixas trazidas se referia a ausência de vagas em creches e escolas, que se intensificam no período de dezembro a março de cada ano, dado a época da realização das entrevistas. A queixa seguinte tratava da colocação de irmãos em escolas diferentes e no mesmo horário, inviabilizando, assim, que um dos irmãos pudesse estudar. Por fim, a colocação em lugares distantes da residência da criança ou adolescente, mesmo quando da existência de uma creche ou escola próxima. Nas palavras de um conselheiro, o Conselho Tutelar fica “*de mãos amarradas*”, pois a resposta nestes casos é que “*o Estado não está violando o direito, porque o Estado entende que a criança está na escola, mesmo sendo em escolas diferentes, no mesmo horário ou longe*”.

Na maioria das situações encontradas, apesar de requisitarem a vaga na creche ou escola através de ofícios, as famílias precisam esperar numa fila para a Secretaria da Educação organizar a sequência de distribuição ou redistribuição das vagas⁵³:

“Precisamos recorrer à justiça pra uma vaga na escola... é um absurdo as mães terem que vir aqui no Conselho pra isso.”

“Nós estamos aqui pra defender, mas muitas vezes isso não acontece... os pais ficam revoltados! É lei. Estudar próximo aonde mora é lei...”

Conforme outro conselheiro: “*o trabalho é de formiguinha*”. Encontram-se de “*mãos atadas*” quando necessitam encaminhar para programas sociais. A falta na oferta de serviços públicos, de equipamentos ou sua insuficiência em atender a demanda da região, foram aspectos trazidos nas 37 entrevistas:

“O Conselho Tutelar tem autonomia, mas não tem ferramentas pra trabalhar. Fica muito sem ter o que fazer. Não há interesse político na implementação de Políticas Públicas. Não dão tanta importância pra criança e adolescente. Um viaduto aparece mais... Não tem interesse político, o que é uma pena... Pra fazer os encaminhamentos, fica de mãos atadas. Não tem vagas nos núcleos, nas creches e escolas. Aqui [nome da região] tem poucos CAPS [Centro de Atenção Psicossocial] e superlotados. A

⁵³ Sêda (2001) comenta sobre este assunto: “Inexistindo oferta adequada do ensino obrigatório em escolas públicas sucessivamente mais próximas de sua residência, a criança tem direito de ser matriculada em escola particular, com a anuidade paga pelo Estado (município ou Estado membro, conforme a rede pública que pratica a omissão de não oferecer a vaga gratuitamente).” (p.108). O Conselho Tutelar também pode fazer valer o direito à educação através de ação civil pública, alertando os responsáveis pela política de educação, além de poder representar ao Promotor da Infância e da Juventude por via administrativa ou judicial.

Assistência Social, ao invés de ampliar, reduz. Não tem CAPS que tenha vaga, sempre tem fila de espera... Talvez não há interesse político.”

“Tem fila pra criança e adolescente ser atendido no posto. As ONGs [organização não governamental] ajudam, mas falta muito atendimento ainda. Não dá pra atender a demanda. Falta vontade do Poder Público de atender e fazer valer a lei de proteção pra criança e adolescente... Não existe, no Poder Público, uma preocupação com esta população... temos dificuldade de atender, prestar os atendimentos.”

“Em regra, não tem atendimento... O que o Conselho Tutelar faz é tentar garantir a oportunidade, é isso que o Estado deve fazer: oferecer escola, dar opção, ter acesso ao lazer, à educação, à saúde... Como garantir o acesso?”

“Aqui não tem muito pra onde encaminhar. Tem mais ou menos umas quatro ONGs, mas a demanda é grande aqui. Tem regiões da [nome da região] que não tem nada... Quê tem pra oferecer o Conselho Tutelar? É preciso de meios pra melhorar a vida das famílias. Aqui não tem nada que atraia o adolescente... Não tem CAPS pra encaminhar o adolescente pra tratamento, tem que encaminhar pro de referência que é em [nome da região]. Tem um núcleo de saúde mental, mas é pouco em comparação com a demanda... [nome da região] cresce todo dia e os serviços não.”

Muitos conselheiros possuem uma visão histórica acerca da comunidade, dos problemas nos bairros de sua região e se apresentam como representantes da comunidade onde atuam. Segundo um conselheiro, versando sobre seu dia a dia: *“Esse é o retrato da periferia”*.

“Diferente do prefeito, do subprefeito e dos que trabalham pra ele, o Conselho Tutelar é eleito pelo povo que conhece a região... eu fui eleito pelo povo. Eu posso ser um radical, mas o Conselho Tutelar conhece os costumes da região... se estão violando os direitos, estão violando os meus direitos e eu vou atrás dos meus direitos... Eu sou a ‘Vossa Excelência’, o juiz eu chamo de ‘dotô’.”

“Se diz ‘maloqueiro, vagabundo’ daquele que não cuida dos filhos, mas o Conselho diz: ‘vamos entender... chamar pra ver a realidade... tratar a mãe que é alcoólatra...’ o cuidador tem que estar cuidado. Doente não cuida de doente... Não executamos serviços. Recebemos situações de suposta violação de direitos, entendemos e encaminhamos.”

“É importante conhecer a cultura familiar. Numa denúncia que recebemos, a mãe tinha dito pro filho: ‘filho de uma égua’. Não pode ouvir isso e encaminhar pro juiz... Vi na televisão que os filhos de índio [de uma determinada tribo], fazia parte fazer cicatriz nos braços com tijolos ou coco... O trabalho, nestes casos, é orientar primeiro e não abrigar. Conhecer o bairro pra não ser injusto. Uma criança de família rica, os pais tiram a bicicleta, o computador, e no da criança filha de pobres, o que os pais tiram? Acaba gritando. É o mínimo quando a mãe vê a criança no tráfico.”

Pude conhecer um pouco sobre suas histórias de vida, suas escolhas profissionais anteriores e futuras e sobre a candidatura para o cargo de conselheiro tutelar. Além dos

problemas enfrentados nas regiões onde atuam, a questão das difíceis condições de trabalho foi sempre observada com pesar pelos conselheiros entrevistados⁵⁴:

“Foi feita uma estatística [dos conselheiros tutelares], 90% tinham curso superior ou estavam cursando... Achava que o trabalho no Conselho Tutelar era voluntário. Hoje vejo que é uma ajuda de custo mesmo... Muito ônus pra pouco bônus... Teve um Conselho que já foi fechado por causa de ameaça...”

“Não tem carteira assinada, férias, décimo terceiro, fundo de garantia. O salário, não tenho vergonha de falar, com os descontos dá mil e duzentos. Não se tem condições! Não sei se vou me candidatar nas próximas eleições, não tenho ligação com política.”

“Tem muito trabalho, muito trabalho! São quinhentas mil crianças pra cinco conselheiros!”

“Não recebemos atenção psicológica. Além disso, falta estrutura, por exemplo, não temos uma secretária e um sistema que ajude no trabalho, facilitando o acesso do processo...”

“O próprio Conselho Tutelar é um exemplo do descaso do poder público quanto à criança e o adolescente. Se a conselheira [nome da conselheira] ficar grávida, não vai receber o auxílio necessário que seria obrigatório. Já está sem direito!... Gostaria que fizessem um Globo Repórter sobre o dia a dia do Conselho Tutelar... não tem férias! Aí você pergunta: ‘então por que você é conselheiro?’ Porque gosta, aí sofre, enfrenta... Também tem maus conselheiros, como maus advogados, médicos... padres bons e padres pedófilos... Tem que investir pra eleição... Não existe divulgação. Você já ficou sabendo de alguma eleição?... Muita gente não sabe... não é obrigatório o voto... O trabalho do conselheiro só é reconhecido quando se precisa... Os casos passam na televisão, situações de violência, mas ninguém conhece o Conselho Tutelar... Não temos vale transporte, vale refeição... Em Santo André é diferente. O salário é de quatro mil e quinhentos, em São Bernardo, três mil e oitocentos... Aqui tem apenas um carro pra cinco conselheiros.”

Muitos nasceram e cresceram nas regiões onde atuam, outros tantos, relataram passagens de vida semelhantes às encontradas nas queixas dos usuários dos Conselhos Tutelares. Neste sentido, expressou um conselheiro:

“Só quem passou fome, sabe o que é a pobreza. Eu nasci aqui...”

De um extremo ao outro, passando por diferentes lugares, pelas maiores periferias e comunidades desta cidade cinza, experiências singulares e contatos

⁵⁴ Segundo pesquisa realizada pelo CEATS/FIA (2007), metade dos Conselhos Tutelares no Brasil apresenta uma “situação de relação trabalhista provisória, que não é contemplada com direitos, deveres e benefícios assegurados por lei”, inviabilizando muitas vezes a realização de suas funções e gerando uma “situação irregular e inconveniente, porque, na medida em que o vínculo trabalhista não está definido, não é possível estabelecer alguns parâmetros básicos, como: atribuições e responsabilidades, desempenho e avaliação do ocupante da função.” (p.209).

significativos foram marcantes nesta viagem. Fora preciso fôlego, pois o cansaço era físico e mental. Horas de trânsito, dificuldade para agendar os horários das entrevistas para poder, enfim, chegar mais perto do difícil trabalho destes agentes da sociedade, de uma grande parte da sociedade em que, como disse uma conselheira, “*falta tudo ou tudo falta*”. Sem dúvida, um atravessamento que deixou suas marcas. Cruzar São Paulo permitiu conhecer a pobreza relacionada à falta na garantia de direitos⁵⁵. Relação infeliz constatada nas narrativas dos conselheiros tutelares desta cidade.

Às 17h00min do dia 19 de março de 2010, sexta-feira, sob uma chuva digna de fim de verão, eu voltava para casa, atravessando a Brasilândia na direção da Parada Pinto, semi-alagada. Pude admirar um dos lugares que considero mais bonitos da cidade: o Horto Florestal. Havia finalizado a empreitada. A sensação, ao mesmo tempo, de missão cumprida e de missão ainda a cumprir, pois seria preciso novos esforços na tentativa de transmitir o que fora esta experiência.

Passemos agora à apresentação dos quatro itens que se mostraram relacionados nas entrevistas com os conselheiros tutelares: competência, procedimentos, interpretação e encaminhamento.

3.2.1. Competência: o lugar dos conselheiros tutelares

Ao partir do pressuposto ou, mais exatamente, da letra do artigo 105 do ECA – “Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no Art. 101” - seguida do inciso I do artigo 136 que versa sobre as atribuições do Conselho Tutelar em “atender as crianças e adolescentes⁵⁶ nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no Art. 101, I a VII”, o Estatuto estabeleceu uma competência específica do Conselho Tutelar.

Por ser o órgão responsável nas situações de ameaça ou violação de direitos, inclusive em razão de conduta descrita como ato infracional praticado por criança, o

⁵⁵ Nas palavras de Endo (2005): “A população pobre, com frequência abandonada ao crime organizado, isolada da rede urbana cidadã e dos eventuais benefícios de se viver numa grande metrópole, cresce ocupando as *zonas vazias, onde o Estado se ausentou...* não há como permanecer inteiramente e radicalmente do *lado de fora*, senão sob o jugo da violência e da barreira física.” [itálicos nossos] (p.85).

⁵⁶ Conforme inciso VI do artigo 136: “providenciar a medida estabelecida pela *autoridade judiciária*, entre as previstas no Art. 101, de I a VI, para o *adolescente* autor de ato infracional” [itálicos nossos] (ECA, 1990).

Conselho Tutelar é considerado competente para a aplicação das medidas de proteção, isto é, para requisitar e fazer cumprir os encaminhamentos considerados necessários. Isto posto, considera-se justificável, nos termos desta legislação e da maioria dos autores consultados, que nestas situações seja convocado o órgão competente bem como os pais ou responsável legal da criança, para que se apliquem as medidas protetivas conforme as necessidades do caso.

Considera-se o encaminhamento à Justiça, os casos que não são da sua competência. Assim, segundo o artigo 148 do ECA e o artigo 25 da Resolução 139 do Conanda (2010), respectivamente, a Justiça da Infância e Juventude é competente para:

VII – conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis.

Parágrafo único. Quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses do art. 98, é também competente a Justiça da Infância e da Juventude para o fim de:

- a) conhecer de pedidos de guarda e tutela;
- b) conhecer de ações de destituição do poder familiar, perda ou modificação da tutela ou guarda;
- c) suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento;
- d) conhecer de pedidos baseados em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do poder familiar;
- e) conceder a emancipação, nos termos da lei civil, quando faltarem os pais;
- f) designar curador especial em casos de apresentação de queixa ou representação, ou de outros procedimentos judiciais ou extrajudiciais em que haja interesses de criança ou adolescente;
- g) conhecer de ações de alimentos;
- h) determinar o cancelamento, a retificação e o suprimento dos registros de nascimento e óbito.

Art. 25. A atuação do Conselho Tutelar deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e dos adolescentes, ressalvado o disposto no art. 136, incisos III, alínea 'b', IV, V, X e XI, da Lei nº 8.069, de 1990.

Parágrafo único. O caráter resolutivo da intervenção do Conselho Tutelar não impede que o Poder Judiciário seja informado das providências tomadas ou acionado, sempre que necessário.

Ao longo das entrevistas, quando da exposição da proposta de pesquisa, buscou-se transmitir da melhor forma possível, que a pesquisa tratava de criança (menor de 12 anos de idade) e não de adolescente (maior de 12 anos) autor de ato infracional. Contudo, em algumas poucas entrevistas, a competência dos casos e a diferença entre medidas socioeducativas e protetivas não foram discriminadas. Amiúde, nestes casos, aludiram à competência como sendo da Justiça da Infância e Juventude e às delegacias

de polícia o encaminhamento de situações envolvendo ato infracional praticado por criança:

“Estes casos vão pra delegacia, não passa por nós.”

“Se a polícia pega, leva à delegacia, chama o responsável... O delegado lá faz os procedimentos dele...”

“Da delegacia de polícia vai direto pra Fundação CASA. É a mesma coisa.”

“O ato infracional cabe à justiça.”

Na situação abaixo, o conselheiro tutelar atribuiu a competência como sendo da Justiça e falou sobre a aplicação de medida restritiva de liberdade, mesmo salientando a responsabilidade dos pais, da “*família*” e a ausência de processo:

“Estas crianças devem ser e são encaminhadas pra Vara da Infância e Juventude, pois os pais são totalmente responsáveis por crianças até 11 anos... É o juiz especial, o da Vara da Infância e Juventude, que determinará os procedimentos cabíveis... Esse é o órgão que tem competência e autonomia. A Vara então atende a esta situação e, depois, caso seja necessário, a Vara encaminha pro Conselho Tutelar... Isso porque o ato infracional não é encaminhado pro Conselho Tutelar... O juiz que determina a proteção e a medida socioeducativa... Chega a ter restrição de liberdade, mas por ser criança não chega a ter um processo da criança, porque a responsabilidade é da família.”

Segundo Kaminski (2002), o Estatuto admite processo perante uma autoridade pública, mesmo sendo administrativo, pois, apesar de não ser atribuída a responsabilidade penal à criança autora de ato infracional, ela é “sujeito de direitos”, devendo ser aplicado “todos os princípios garantidores da proteção integral (Art. 1º do ECA), independente de sua idade.” (p.114).

A diferença entre criança e adolescente autor de ato infracional, bem como entre medidas socioeducativas e protetivas foi reconhecida, repetidas vezes, com dificuldade. Em geral, nestes casos, a diferença apresentou-se enleada no decorrer das entrevistas.

No fragmento a seguir, o conselheiro aludiu à aplicação de medidas socioeducativas, como a de privação de liberdade e depois se corrigiu. Manteve, entretanto, a possibilidade de aplicação de outras medidas socioeducativas, “*penas*” como a “prestação de serviços à comunidade” (Art. 112 do ECA) e atribuiu à competência dos casos como sendo do juiz da infância e juventude. Ver-se-á que a aplicação das medidas de proteção não apareceu relacionada às atribuições do Conselho

Tutelar no atendimento da criança autora de ato infracional, mas somente àqueles considerados em “*situação de risco*”, que remete ao artigo 98 (situação de ameaça ou violação de direitos) sem, no entanto, considerar o inciso III que versa sobre a “razão de sua própria conduta”:

“O juiz aplica as medidas socioeducativas... Se for assalto seguido de morte, vai pra Fundação CASA. Fica na mão da Vara da Infância. Depois que ele sai, o juiz encaminha pro Conselho Tutelar pro Conselho Tutelar acompanhar... [pausa] criança não pode ir pra Fundação CASA. É o juiz, em cima do relatório do Conselho Tutelar, que vai dar a medida socioeducativa... forma de cumprir uma pena: trabalho na escola... Se descumprir, o juiz pode entender que ela está descumprindo [?]. Conselho Tutelar aplica medida de proteção pra crianças e adolescentes se estiverem em situação de risco... Se não obedecer, manda pro Juiz que dá medida socioeducativa que é atribuição dele. Quando encaminha pra lá... 80% a gente não sabe o que acontece... Encaminha pra lá, porque o Conselho Tutelar tem trabalho de proteção... Pro juiz chamar em audiência pra tentar resolver o problema... Sempre vai pra Vara... Manda pra Vara pra explicar, porque o juiz tem que saber.”

Em outro relato, o conselheiro falou sobre a aplicação de medidas socioeducativas, a competência como sendo da Justiça da Infância e Juventude e a possibilidade de gerar processo através do Boletim de Ocorrência. Apesar de considerar que a “*criança tem que ser tratada*”, relacionou a competência da Justiça à ausência de “*punição*”:

“Se gerar processo em cima do BO [Boletim de Ocorrência], o juiz vai chamar o pai e a mãe. Mas que medidas vão aplicar a gente não sabe... se vai trabalhar, se paga multa. Vai pra Vara. Essa criança tem que ser tratada... Por isso alguns casos a gente encaminha pra Vara, não tem como punir!... e o Conselho Tutelar devia estar sabendo o que está acontecendo. Não dão [a Justiça da Infância e Juventude] retorno.”

Ao justificar a competência dos casos como sendo da Justiça da Infância e Juventude, uma conselheira disse:

“O certo é o encaminhamento pra Vara, via delegacia, porque o Conselho Tutelar é um órgão protetivo e não repressivo. Não tem porque ou o que fazer no Conselho.”

Segundo outra conselheira, a aplicação de medidas de proteção não são procedimentos cabíveis nestes casos, mas somente àqueles considerados em situação de “*vulnerabilidade*”. Amiúde, como em outras entrevistas, não considerou alguns procedimentos, como o encaminhamento para psicólogo ou o acompanhamento do caso,

como sendo medidas protetivas, e salientou que “*medidas*”, entendidas como punitivas, somente seriam atribuídas aos pais.

“Menor de 12 anos, medida de proteção? Se for medida de proteção pra criança que se encontra em estado de vulnerabilidade: na rua, maus tratos... Acho que não tem medida de proteção porque se cometeu ato infracional. Se roubou, esfaqueou uma criança, quem vai ser punido vai ser os pais. Pra ela é encaminhado pro psicólogo... não tem punição e [o Conselho Tutelar] faz o acompanhamento.”

Semelhante aos relatos anteriores, o próximo conselheiro não considerou os encaminhamentos sugeridos por ele como sendo medidas de proteção. Disse não haver “*medida pra criança*”, equiparando-as à punição e não atribuiu a responsabilidade como sendo do responsável legal:

“Menor de 12 anos pode matar, fazer o que for. Não pega nada. Não tem quem responda... [O Conselho Tutelar] acompanha, encaminha pra psicólogo, pra escola, núcleos socioeducativos [programas sociais] pra fazer coisas à tarde, porque medida pra criança não tem.”

Ao longo das entrevistas, a atribuição do Conselho Tutelar no atendimento da criança que praticou ato infracional não foi considerada uma competência inequívoca. Entretanto, a chegada destas situações ao Conselho Tutelar em parte pode ter influenciado a noção de competência. Assim, no relato dos conselheiros, incitada de forma dúbia ou equivocada, tais considerações merecem ser vistas dentro de contextos que são, por sua vez, igualmente diversos e complexos.

Acrescenta ao argumento, a ausência de procedimentos concretos a serem seguidos. Até o final desta pesquisa, o Manual de Procedimentos dos Conselhos Tutelares de São Paulo ainda não havia sido publicado, motivo de críticas por parte dos conselheiros que muitas vezes afirmaram “*não saber o que fazer*” em situações problemáticas, como nos casos de criança autora de ato infracional.

De certa maneira, como veremos a seguir, a ausência de procedimentos concretos a serem seguidos pode ter contribuído para a frequente indiferenciação entre medidas socioeducativas e protetivas, ato infracional praticado por criança ou por adolescente e competência do Conselho, da delegacia ou do juiz o que, como expressa com propriedade Kaminski (2001), trata-se da “*dificuldade que o Conselho Tutelar (e todos) tem, de entender o seu papel e a forma como deve agir diante da situação da criança que pratica um ato infracional*” (p.3).

3.2.2. Sobre os procedimentos

Até o final desta pesquisa, o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), bem como sua versão mais recente, o SIPIA-Web, não estavam em pleno funcionamento, inviabilizando assim qualquer informação quantitativa sobre o assunto⁵⁷. O sistema e seu devido funcionamento têm como objetivo fornecer dados para a implantação de Políticas Públicas na esfera da infância e juventude no país.

A quantidade de casos referida nestas entrevistas não pôde ser considerada enquanto panorama estatístico sobre o assunto. Tornaram-se relevantes, no entanto, em relação à chegada ou não destes casos ao Conselho Tutelar. Em muitas entrevistas, a frequência foi considerada relativa, por diferentes motivos, como mostram os fragmentos a seguir:

“Não tem muitos casos, ou não aparece.”

“Se vem poucos casos, acho que é porque vai pra Vara.”

“Vê-se que não existem poucos casos. Acho que é mais na região central, ou faróis na [nome da região]; acabam indo infracionar nestas regiões, isso acontece com os adolescentes daqui.”

“Não é tão comum, é mais adolescente. Tem número elevado, mas não na [nome da região]... [Nome de três regiões] mais periferia... Deve ter casos que não chegam... os pais pedem na escola pra não contar pro Conselho Tutelar.”

“À noite vai pra delegacia, porque geralmente [a criança] não mora aqui. Geralmente atravessou a cidade... talvez porque aqui tem mais doação de dinheiro e bens mesmo.”

Os procedimentos adotados pelos conselheiros entrevistados estão condicionados, como observaremos, à forma “como” e “quando” os casos chegam ao Conselho Tutelar. Conforme os relatos, a chegada destas situações, em sua maioria,

⁵⁷ Importante salientar, entretanto, que em pesquisa realizada pelo CEATS/FIA de 2007, a prática de ato infracional por criança apareceu ocupando o 10º lugar dentre mais de 30 itens entendido pelos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA's) no ranking de “Problemas e violações dos direitos das crianças e adolescentes X preparo das entidades de atendimento” no Brasil. O uso de álcool, drogas e substâncias ilícitas, a gravidez e paternidade precoces, a inadequação do convívio familiar e a ausência de condições materiais para convívio familiar apareceram como os problemas mais emergentes da situação de crianças e adolescentes no Brasil.

dão-se pelas delegacias, seguida das escolas, da família, da Guarda Civil Metropolitana (GCM) ou Polícia Militar (PM), de denúncias na comunidade, dos hospitais, da Justiça da Infância e Juventude e do Centro de Referência da Criança e do Adolescente (CRECA).

Os procedimentos variam conforme o encaminhamento inicial dado nas delegacias. Os seguintes diferentes procedimentos foram sinalizados: delegacia encaminha à Justiça da Infância e Juventude e envia um relatório para o Conselho Tutelar; delegacia envia um relatório ao Conselho Tutelar; delegacia encaminha à Justiça da Infância e Juventude; encaminha à Justiça da Infância e Juventude e dispensa o caso; encaminha ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); ao Núcleo de Proteção Psicossocial Especial (NPPE); encaminha ao Departamento das Execuções da Infância e Juventude (DEIJ); ao CRECA; delegacia chama os pais ou responsável da criança; chama os pais ou responsável para assinar termo de responsabilidade; chama o Conselho Tutelar; delegacia encaminha a criança e/ou a família ao Conselho Tutelar; delegacia chama o Conselho Tutelar quando não consegue localizar os pais ou responsável; delegacia chama o Conselho Tutelar quando os pais não querem comparecer à delegacia.

É importante sinalizar que, mesmo quando da chegada dos casos ao Conselho Tutelar, não existe um procedimento único a ser seguido. De acordo com Kaminski (2002), por se tratar de um processo administrativo, a criança tem direito à “legalidade do procedimento e o exercício do contraditório” que versa sobre o direito constituído de defesa e de obter defensor técnico. A não observação destes direitos, devido à ausência de um regulamento (de procedimento) a ser seguido pelos conselheiros, leva à “discrecionabilidade [do conselheiro tutelar] de adotar esse ou aquele ato, neste ou naquele momento, segundo sua oportunidade e conveniência.” (p.141).

Conforme as entrevistas realizadas, veremos que os procedimentos adotados possuem variações. As diferenças encontradas estão relacionadas à forma como cada conselheiro entrevistado compreende as situações atendidas. Os seguintes procedimentos foram sinalizados: o Conselho Tutelar encaminha à Justiça da Infância e Juventude quando a família não adere aos encaminhamentos realizados; o Conselho Tutelar comunica e/ou encaminha os casos à Justiça da Infância e Juventude como parte dos procedimentos adotados nestes casos; sempre encaminha à Justiça; aplica medidas de proteção à criança e/ou aos pais conforme as necessidades do caso (faz-se exceção aos relatos que afirmaram que as situações não chegam ao Conselho Tutelar).

No fragmento abaixo, a conselheira enfatizou a necessidade de a delegacia encaminhar e/ou comunicar o Conselho Tutelar, incluindo a solicitação de um relatório da escola e observou em quais condições considera o encaminhamento à Justiça da Infância e Juventude:

“Nos casos de criança infratora a delegacia deve encaminhar a família e a criança ao Conselho. O Conselho solicita um relatório à escola. Quando a família não adere ao encaminhamento realizado, quando precisa de outros encaminhamentos, encaminha pra Vara da Infância... É obrigação da delegacia comunicar o Conselho Tutelar. Fico ‘puta’ quando não encaminham, como quando um delegado chamou os pais da criança e fizeram com que assinassem um termo de responsabilidade. Esta não é a função da polícia. Muitos não sabem disso, deste procedimento. É diferente no caso do adolescente, onde se deve avisar a Fundação CASA, antiga FEBEM, e à Vara pra que eles tomem as decisões e os encaminhamentos necessários... A delegacia faz um BO e diz que os pais devem procurar o Conselho Tutelar. No BO tem um item que consta ‘encaminhamentos’ ou ‘providências’, onde a delegacia especificará se for adolescente: ‘Vara da Infância e Fundação CASA’ e, quando se tratar de criança: ‘Conselho Tutelar e Vara da Infância’.”

Nos excertos abaixo, os conselheiros falaram sobre a presença do Conselho Tutelar quando da ausência do responsável legal na delegacia:

“Sempre chamam o Conselho Tutelar pra acompanhar, quando não tem responsável legal.”

“... é os pais que são chamados na delegacia... quando tem 11 anos e 11 meses [e pratica] ato infracional... quando não encontram os pais, fazemos o papel... acompanha pra ver o porquê... tá assaltando. Chama os pais, se os pais estão lá [na delegacia] não precisa ir... depois mandam pra nós o relatório...”

“Na delegacia, se está os pais, não precisa ir até lá. Só quando não tem responsável lá... Há situações que a delegacia pode querer pedir o comparecimento [do Conselho Tutelar]...”

“Numa situação a conselheira foi chamada, porque não conseguiram localizar a família. O correto é a delegacia chamar os pais primeiro... se fosse chamar todos os casos! Mas também acho certo chamar o Conselho Tutelar pra tentar ajudar a família.”

“Geralmente vem da delegacia... Se os pais não estiverem, tem que comparecer à delegacia. O delegado, mesmo não chamando o Conselho Tutelar, deve remeter relatório pra nós, pra gente tomar conhecimento e a gente acompanhar...”

“A princípio, estas crianças somente serão encaminhadas ao Conselho Tutelar se não tiver responsáveis como, por exemplo, se forem de rua ou se não conseguem localizar os responsáveis.”

“Na delegacia, às vezes, os pais não vão. Chama o Conselho Tutelar. O pai é que responde... assina termo lá que [a criança] não vai mais fazer isso. Se não

comparece, chama o Conselho Tutelar... na madrugada... tenta localizar a família. Se não quer vai pro CRECA, se vem dá advertência e manda pra Vara explicando.”

“Se os pais não tiverem, tem que comparecer à delegacia. O delegado, mesmo não chamando o Conselho Tutelar, deve remeter relatório pra nós, pra gente tomar conhecimento e a gente acompanhar... termo de advertência e medida de proteção.”

Sobre este assunto, encontram-se duas interpretações diferentes. A primeira versa sobre o artigo 138 do ECA: “Aplica-se ao Conselho Tutelar a regra de competência constante do Art. 147”, que determina: “I – pelo domicílio dos pais ou responsável; II – pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável”, sendo congruente com a referida competência do Conselho Tutelar no atendimento e encaminhamento das situações envolvendo ato infracional praticado por criança. A segunda interpretação é da autoria de Sêda (2007) que, enfatizando o artigo 4º do LOAS (Lei n. 8.742, de 7-12-1993), refere: “eticamente, o assistente social é o *curador* natural por ser ele, previsto em lei, o profissional que adota *todas* as providências necessárias para *garantir direitos* de crianças e adolescentes, nunca conselheiro tutelar.”, pois enquanto garantia de direitos “do acusado, socialmente, o assistente social, nomeado pelo delegado, torna-se seu *curador* ‘ad hoc’ (ou seja, só para aquele ato de investigação), e encaminha as providências necessárias” (p.29).

Os próximos fragmentos apresentam o contexto exposto anteriormente e acrescentam que o encaminhamento dado à Justiça da Infância e Juventude ou ao Conselho Tutelar, deve-se às interpretações dos delegados:

“A delegacia chama a mãe, assina termo na delegacia... depende da situação, vai direto pra Vara da Infância... tráfico... não precisa ser flagrante. Grande maioria, o delegado que interpreta se vai pra Vara ou se pede pro Conselho Tutelar.”

“Quando o delegado observa que tem que ser acompanhado pelo Conselho Tutelar, os conselheiros fazem os encaminhamentos.”

“Vara recebe mais criança infratora. Hoje está mais claro por que criança não pode ser atendida pela delegacia. O que eu entendo é que se não vai para o Conselho Tutelar, imagino que vá pra Vara.”

“Acho que a delegacia acaba não entrando em contato. Na maioria, acredito que acabam dispensando.”

“Geralmente a delegacia liga porque algumas autoridades não sabem que criança não pode responder o BO.”

“Ficam sem base pra onde encaminhar. Como é pouco não sabem se ligam pro Fórum, pro Ministério Público, pro Conselho Tutelar. As delegacias e estes mesmos órgãos não ‘sabe’ quais são os procedimentos.”

O conselheiro a seguir relatou que o encaminhamento à Justiça da Infância e Juventude se deve a uma “*confusão*” na delegacia. Observou que o procedimento deveria ser o de “*pelo menos*” comunicar e informar o Conselho Tutelar e acrescentou a possibilidade da delegacia “*não fazer nada*” quando não se trata de casos graves ou quando a criança está na presença dos pais ou responsável:

“Na delegacia ocorre confusão. Por isso enviam pra Vara da Infância, mas o certo é pelo menos comunicar o Conselho Tutelar, informando a ocorrência. A delegacia envia pra Vara e envia um relatório pro Conselho Tutelar ou não faz nada. O escrivão tem preguiça. Só se a criança coloca a vida do outro em risco ou se a criança está acompanhada, se não, não dá nada. Se não pode prender nem punir a criança infratora, a polícia acha que não tem o que fazer.”

Semelhante ao fragmento anterior, no próximo excerto o conselheiro considerou o encaminhamento da criança à delegacia como um procedimento equivocado e enfatizou a necessidade do procedimento de localização dos pais e do encaminhamento ao Conselho Tutelar:

“Muitas vezes a criança é levada pra delegacia pelo policiamento. A delegacia já está equivocada neste caso também... O BO só pode ser feito pela família (diferente do adolescente). A primeira obrigação da polícia é localizar os pais... A criança, numa delegacia, deve ser encaminhada direto ao Conselho Tutelar. O conselheiro deve dizer, tem autonomia pra isso que, a partir daqui, ele vai dar a medida.”

No próximo relato, semelhante aos anteriores, o conselheiro refletiu sobre existir dúvidas quanto aos procedimentos a serem seguidos. Explicitou que a delegacia acaba tomando as seguintes distintas providências: aplica termo de responsabilidade aos pais; chama o Conselho Tutelar quando não encontra os pais ou responsável; encaminha à Justiça da Infância e Juventude; encaminha ao Conselho Tutelar; entrega para a família:

“Dependendo do delegado (muitos têm dúvidas), chama os pais e faz isso com os pais: [aplica] termo de responsabilidade... Geralmente, quando os delegados não conseguem localizar os pais acionam, aí, o Conselho Tutelar. Ficam muito perdidos e ligam pro Conselho Tutelar... Tem delegado que faz direto pra Vara, tem delegado que encaminha pro Conselho... há pouca informação. Geralmente entregam pra família e se não achar ligam pro Conselho... Há discussão sobre os procedimentos... criança foi pega furtando, roubando. Qual a posição do delegado? Não há um procedimento concreto a ser seguido... a posição da polícia, da Secretaria de Direitos Humanos, qual deve ser o procedimento?”

No caso abaixo foi dito que a delegacia sempre chama o Conselho Tutelar, o que pode ser justificado pela possibilidade dos procedimentos serem diferentes entre as próprias delegacias. Para este conselheiro, o encaminhamento à Justiça da Infância e Juventude está submetido a condições de negligência dos pais, quando do não cumprimento da medida de proteção anteriormente aplicada. Atribuiu a competência como sendo do Conselho Tutelar e a aplicação das medidas de proteção pelos conselheiros:

“Quando estas crianças são pegas em flagrante, vão pra delegacia... acionam a militar, a GCM, tentam entrar em contato com a família. Chegando lá [na delegacia], sempre chamam o Conselho Tutelar... mesmo se os pais estiverem lá, porque tem que ter alguma medida. Manda pro Conselho pra tá aplicando medida protetiva... Pra Vara só quando há negligência dos pais... se fizemos encaminhamentos e não foi feito, manda pra Vara, porque lá tomam as medidas cabíveis... até perder a guarda.”

Semelhante ao relato anterior, nos próximos excertos os conselheiros versaram sobre o encaminhamento à Justiça quando do não cumprimento das medidas de proteção anteriormente aplicadas; quando do reconhecimento da necessidade de encaminhamentos “maiores”; quando entendem que o trabalho do Conselho Tutelar não é suficiente; como uma medida de proteção:

“Chama a mãe, o pai, dá advertência, pois são os responsáveis. Encaminha pra Vara... se não cumprir vai pro juiz... mesmo sendo menor de 12 anos... Encaminha pra ajudar a família... por que esse menino fez isso? Encaminha pra eles ‘orientar’, pra encaminhamentos maiores.”

“Têm situações que fazemos de tudo, mas não dá! Ai, encaminha pra Vara, quando acabam nossos recursos... manda pra uma instância maior, pra Vara ou pra Promotoria Pública... situações em que precisamos pedir ajuda.”

“O que não pode é fechar os olhos, dizer: ‘não é nossa responsabilidade’... a medida de proteção é encaminhar pro judiciário... quando não tem mais o que fazer. Têm situações que são pingue-pongue, se volta [ao Conselho Tutelar] tem que encaminhar relatório pra Vara Especial.”

No que tange às questões expostas, elucida-nos novamente Kaminski (2002):

A função estatal da jurisdição é aquela a que se deve recorrer quando os direitos não estão sendo cumpridos, o que pode ser acionado também pelo Ministério Público, quando ciente de ofício ou comunicado pelo Conselho Tutelar. (p.155)

Pôde-se acompanhar que a competência do Conselho Tutelar nas situações de ato infracional praticado por criança não foi considerada uma atribuição inequívoca. Nos relatos dos conselheiros entrevistados, o encaminhamento dado inicialmente, em sua maioria, pelas delegacias, em parte determinou o curso e o discurso sobre os procedimentos dos conselheiros. Isso porque, como acompanhamos, em muitas situações os casos não chegam ao Conselho Tutelar, o que leva à constatação da hipótese destas situações serem encaradas como “casos de polícia”⁵⁸.

Na prática, portanto, a maioria das situações de crianças que praticaram ato infracional são primeiramente recebidas e atendidas pelo policiamento da cidade, podendo ser encaminhadas à delegacia, à justiça ou ao Conselho Tutelar, mesmo na ausência de critérios – de procedimentos - para esta condução. Manifesta-se assim o poder do policiamento em determinar, ao menos inicialmente, o “destino” destas crianças.

Tracemos parênteses para apresentar a oposição oferecida por Digiácomo (s. d.). Apesar de o autor reconhecer a aplicação das medidas de proteção como sendo uma atribuição do Conselho Tutelar, enfatiza que a “formalização da apreensão da criança” e a necessária apuração da infração, sempre cabem à polícia (p.1). Por outro lado, no que tange à garantia de proteção da criança, enfatiza que a comprovação é “irrelevante”, já que o Conselho Tutelar pode intervir sempre que houver qualquer das situações contempladas pelo artigo 98, “que deve ocorrer logo após a notícia da ocorrência, independentemente da conclusão das investigações, por parte da polícia judiciária, acerca da autoria e da materialidade da infração.” (p.2).

O autor condiciona a apreensão da criança ao “necessário” procedimento investigatório, dada a possibilidade de co-autoria (de participação de adolescente ou imputável), de situações de infração considerada grave ou crimes de ação penal pública incondicionada⁵⁹, além da necessária “formalização da apreensão das armas utilizadas e

⁵⁸ Situação e interpretação idênticas da pesquisa de Kaminski (2002) realizada em Porto Alegre (RS). O encaminhamento ao Conselho Tutelar pelas polícias e segurança privada representou 54,17% dos casos. Em suas palavras: “a criança que comete o ato infracional ainda continua sendo vista como um caso de polícia por grande parte da nossa sociedade e de nossas instituições.” (p.116).

⁵⁹ Conforme definição trazida por Náufel (1969), “ação pública” é aquela “promovida por denúncia do Ministério Público, dependendo, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo, e que tem por objeto pedir a repressão ou punição para aquele que haja infringido lei penal substantiva.” (p.78). São duas as modalidades: “ação pública plena ou independente” (incondicionada) que é “de iniciativa livre do Ministério Público” e a “ação pública condicionada ou dependente” que é “condicionada pela requisição do Ministro da Justiça ou pela representação do ofendido, nos casos expressos em lei” (p.78).

do objeto material da infração, eventualmente apreendidos em poder da criança (arts. 240 a 250, do Código de Processo Penal)” (p.3).

O autor, no entanto, enfatiza a necessidade de existir delegacias especializadas, pois não considera o ambiente das delegacias de polícia “ideal”. Sugere ser necessário ambientes que possam contar com profissionais capazes de “agilizar e otimizar o atendimento prestado a crianças acusadas da prática de ato infracional” e sintetiza (p.5):

Assim sendo, necessário alertar e orientar os órgãos responsáveis pela segurança pública e proteção à criança, no sentido de evitar a prática usual – porém equivocada – do encaminhamento da criança acusada da prática de ato infracional – notadamente quando correspondente a crime de ação penal pública incondicionada -, sem maiores cautelas e formalidades, direta e unicamente ao Conselho Tutelar, como se fosse lícito e/ou admissível a este órgão de defesa dos direitos infanto-juvenis, “substituir” o indispensável papel que cabe à polícia judiciária na investigação da infração em todos os seus detalhes. (p.5)

Contribui às considerações acima, o posicionamento de Sêda (2007): “A polícia, pois, *não pode* mais dizer que menor *não é* caso de polícia.” (p.23). Como pudemos acompanhar, este autor defende a concepção de que o atendimento deve ser prestado por profissional qualificado, prioritariamente quando crianças, adolescentes e suas famílias se encontrarem em situação de necessidade (entendida como direitos constitucionais), pela Assistência Social e, somente quando há ameaça ou violação do direito de acesso aos serviços, pelo órgão do Conselho Tutelar (que visará à garantia do serviço público devido), pois este “exerce o *controle externo* das políticas públicas que violam direitos individuais de crianças e adolescentes.” (p.56).

Em sua concepção, partindo do artigo 144 da Constituição (1988), a polícia é a autoridade competente para deter todo e qualquer sujeito que praticar delitos: “tratando, nessa repressão, o idoso como idoso, o adulto como adulto, o adolescente como adolescente e a criança como criança”⁶⁰, pois entende que “os policiais brasileiros, em sua maioria, são rigorosamente republicanos, zelosamente cumpridores dos direitos/deveres humanos.” (pp.21 e 26). Neste íterim, a polícia seria o órgão responsável por “reprimir” e encaminhar a criança à delegacia que, por sua vez, receberia a incumbência de seu encaminhamento à política de Assistência Social. O autor justifica:

⁶⁰ Complementa o autor: “Quando alguém reprime, reprime em nome da proteção à comunidade, à sociedade, ao bem comum, mas o faz (deve fazer), sempre, respeitando, rigorosamente, os direitos individuais. E sempre seguindo estritamente os critérios legais e éticos (princípios constitucionais da *legalidade* e da *moralidade*), constantes do artigo 37 da Constituição Republicana brasileira.” (Sêda, 2007, p.27).

A prática de contravenções/crimes é o limite da liberdade *de todos*, sejam seus autores crianças, adolescentes, adultos ou idosos. Quem tem direito à *liberdade*, é livre, mas não pode praticar delitos, pois há *ressalvas* à liberdade (não pode praticar nem contravenções, os pequenos delitos, nem crimes, os grandes delitos). Se praticar, será *reprimido pela polícia* que deve agir sempre de forma cristalinamente ética e republicana. O que difere, em relação aos autores de delitos, são as consequências: Crianças recebem – depois de *detidas* pela polícia - medidas oficiais *de proteção*, através da política de assistência social. [itálicos nossos] (Sêda, 2007, p.23)

E complementa a seguir:

Para evitar... *aberrações*, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de cada município deve emitir *resolução* organizando o programa (previsto no artigo 90, I do Estatuto) de orientação e apoio sócio familiar (numa linha de ação denominada *proteção jurídico-social*, nos termos do artigo 87, V do Estatuto), com assistente social e advogado intervindo *obrigatoriamente*, em *todos* os casos em que crianças e adolescentes forem vítimas ou forem acusados de serem... *vitimadores*. (Sêda, 2007, p.27)

Seguindo diferente raciocínio, a posição de Garrido de Paula (2006) é a de que após registrar administrativamente um boletim de ocorrência, a delegacia deva encaminhar à criança autora de ato infracional ao Conselho Tutelar, pois, segundo o autor, este é o órgão competente para a realização do atendimento e a aplicação das medidas de proteção.

Entretanto, conforme acompanhamos ao longo das entrevistas, há o relato de inúmeras variações na determinação dos encaminhamentos oferecidos pelas delegacias⁶¹. Desse modo, torna-se impreterível questionar se, efetivamente, seria da competência (ou é competente) da polícia a apreensão, ou mesmo a repressão, e da delegacia o encaminhamento da criança autora de ato infracional (à Justiça, ao Conselho Tutelar ou mesmo à Assistência Social). Apesar de não haver consenso entre os autores sobre o assunto, a maioria dos autores da área do Direito, assim como dos conselheiros entrevistados, afirma que a competência nestes casos é do Conselho Tutelar:

⁶¹ Conforme salientado anteriormente, os seguintes diferentes procedimentos foram sinalizados: delegacia encaminha à Justiça da Infância e Juventude e envia um relatório para o Conselho Tutelar; delegacia envia um relatório ao Conselho Tutelar; delegacia encaminha à Justiça da Infância e Juventude; delegacia encaminha à Justiça da Infância e Juventude e dispensa o caso; encaminha ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); ao Núcleo de Proteção Psicossocial Especial (NPPE); encaminha ao Departamento das Execuções da Infância e Juventude (DEIJ); ao CRECA; delegacia chama os pais ou responsável da criança; chama os pais ou responsável para assinar termo de responsabilidade; chama o Conselho Tutelar; delegacia encaminha a criança e/ou a família ao Conselho Tutelar; delegacia chama o Conselho Tutelar quando não consegue localizar os pais ou responsável; delegacia chama o Conselho Tutelar quando os pais não querem comparecer à delegacia.

O Estatuto da Criança e do Adolescente construiu um novo organismo para atender e acompanhar estas crianças. Este órgão chama-se Conselho Tutelar. O juiz parte do seu exercício da lei. A Polícia parte da ordem pública. O Conselho Tutelar parte e origina-se nos direitos da criança e do adolescente. É uma tarefa muito mais ampla que a do Poder Judiciário e da ordem pública. (Soares, Janssen, Janssen & Indlekofer, 2003, p.461)

E somente em casos considerados de extrema gravidade, em que sejam necessárias cautelas especiais, à Justiça da Infância e Juventude:

As medidas de proteção derivadas da prática de ato infracional aplicáveis às crianças são ordinariamente da alçada do Conselho Tutelar, exatamente em função da falta do componente defesa social... Em *casos gravíssimos*, que *saíam da rotina* e imponham *cautelas especiais*, até mesmo para a *preservação da integralidade* da criança, é de se admitir a apresentação do infante à autoridade judiciária que, ouvido o Ministério Público, deverá aplicar a medida de proteção mais adequada, agindo em razão da combinação dos artigos 101, 105 e 153 do Estatuto da Criança e do Adolescente. [itálicos nossos] (Garrido de Paula, 2006, pp.40-41)

Entretanto, na seção II “Dos crimes em espécie” da lei estatutária, encontram-se dois artigos que dão margem e contribuem para possíveis mal-entendidos:

Art. 230 - Privar a criança ou adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente:

Pena – detenção de seis meses a dois anos.

Parágrafo Único – Incide na mesma pena aquele que procede à apreensão sem observância das formalidades processuais.

Art. 231 – Deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada: Pena – detenção de seis meses a dois anos.

Segundo a crítica de Pontes Junior (Pontes Junior & Moroni, 2003), a apreensão em flagrante de criança é ilegal, pois sua medida é exclusivamente de proteção. Por este motivo, “sua passagem por delegacia de polícia ou internato implicaria o mesmo ato delituoso.” (p.759). Entretanto, no mesmo texto, o autor observa que a “condução” da criança autora de ato infracional pode ser feita mediante “mandato expedido por autoridade judicial competente” e acrescenta que “ainda assim, a criança deverá ser levada imediatamente ao magistrado”, o que discordaria da referida competência do Conselho Tutelar no atendimento destes casos e do encaminhamento aos pais ou responsável (p.759).

Soma-se aos problemas apresentados, a objeção nº 369 feita ao artigo 230 do Estatuto por Gouveia (citado por Cavallieri, 1997), ao mencionar que “O artigo inibe o encaminhamento referido no art. 101, I” que versa sobre o “encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade”, considerado procedimento cabível do Conselho Tutelar enquanto medida protetiva aplicável aos pais ou responsável em situações, dentre outras, de ato infracional praticado por criança (p.128).

Apesar da impossibilidade de apreensão, como mostra o texto deste autor, pode haver o que ele chamou de “condução” da criança autora de ato infracional. Sem justificar ou exemplificar a adoção do termo, ficamos sem poder aprofundar a questão, restando-nos o precioso testemunho dos conselheiros das diferentes práticas realizadas, muitas vezes explicitamente equivocadas, pelo policiamento e delegacias da cidade:

“O primeiro passo [da delegacia] é a advertência, dá chamada na criança e adverte os pais e encaminha pro Conselho Tutelar...” - “dá chamada na criança e adverte os pais” [itálicos nossos]

“... Só se a criança coloca a vida do outro em risco ou se a criança está acompanhada, se não, não dá nada. Se não pode prender nem punir a criança infratora, a polícia acha que não tem o que fazer.” - “não pode prender nem punir a criança infratora, a polícia acha que não tem o que fazer” [itálicos nossos]

“Dependendo do delegado (muitos têm dúvidas), chama os pais e faz isso com os pais: [aplica] termo de responsabilidade... Geralmente, quando os delegados não conseguem localizar os pais acionam, aí, o Conselho Tutelar. Ficam muito perdidos e ligam pro Conselho Tutelar... Tem delegado que faz direto pra Vara, tem delegado que encaminha pro Conselho... há pouca informação. Geralmente entregam pra família e se não achar ligam pro Conselho... Há discussão sobre os procedimentos... criança foi pega furtando, roubando. Qual a posição do delegado? Não há um procedimento concreto a ser seguido... a posição da polícia, da Secretaria de Direitos Humanos, qual deve ser o procedimento?” - “(muitos têm dúvidas)... termo de responsabilidade... há pouca informação... Qual a posição do delegado? Não há um procedimento concreto a ser seguido... a posição da polícia, da Secretaria de Direitos Humanos, qual deve ser o procedimento...” [itálicos nossos]

“Da delegacia de polícia vai direto pra Fundação CASA. É a mesma coisa.” - “É a mesma coisa” [itálicos nossos]

Os referidos artigos do ECA trazem, portanto, objeções aos artigos 105, 101 e 136 do Estatuto, promovendo certa consistência ao mal-entendido, refletido na atuação das polícias, delegacias e na prática dos conselheiros tutelares. Dessa forma, retomando o termo empregado por Pontes Junior (Pontes Junior & Moroni, 2003), consideramos que a “condução” da criança deva ser submetida a questionamentos, como por exemplo: seria da competência da polícia a apreensão (ou mesmo a repressão) e o

encaminhamento da criança à delegacia e desta ao Conselho Tutelar, à Justiça da Infância e Juventude ou mesmo à Assistência Social? Este poder não determinaria a perda da autonomia conferida ao Conselho Tutelar e, portanto, como quer o Estatuto, dos conselheiros, na competência para promover o(s) encaminhamento(s) necessário(s) aos casos?

Tavares (citado por Cavallieri, 1997) sintetiza esta objeção (nº 370), concordando que estes artigos (Arts. 230 e 231) violam outros artigos do ECA além de apresentar redação “defeituosa por englobar *criança* e *adolescente*, quando apenas este último é possível da apreensão referida. A *criança*, por força do art. 105, terá o tratamento do art. 101, que não prevê tal medida” (p.128).

Em suma, falar em apreensão de criança (menor de 12 anos de idade), mesmo em flagrante pela polícia, discorda dos artigos 105, 101 e 136 do ECA que determina a competência no atendimento destes casos pelo Conselho Tutelar, do encaminhamento aos pais ou responsável legal, mediante termo de responsabilidade e da exclusiva aplicação das medidas de proteção. No entanto, consideramos que os contrapontos levantados mereçam melhor atenção, mas, por ora, deixaremos estas questões em aberto⁶².

3.2.3. Interpretação das situações

Além do importante fator “como” e “quando” estes casos chegam ao Conselho Tutelar, soma-se a ausência de critérios objetivos na determinação de ato infracional praticado por criança. Como visto anteriormente, o ato infracional passou a ser objeto de “apreciação” pelo conselheiro tutelar, revestindo-se de uma função tipicamente judiciária, ou seja, não administrativa. Aspecto alvo de críticas de inconstitucionalidade por alguns autores (Temporal citado por Cavallieri, 1997).

Nos subcapítulos anteriores, pudemos acompanhar inúmeras e significativas diferenças nos procedimentos adotados pelas polícias, delegacias e conselheiros tutelares no atendimento das situações de criança autora de ato infracional. Pôde-se apreender, igualmente, que a prática dos conselheiros nestes casos pôde ser influenciada pela maneira como e quando os casos chegam aos Conselhos Tutelares. Veremos a

⁶² Aspectos retomados em “Pontos de chegada”.

seguir que o entendimento destas situações é parte importante no encaminhamento dado a estes casos e são, por sua vez, também diferentes e complexos.

Em algumas entrevistas os conselheiros discordaram da utilização conjugada dos termos “criança infratora” ou não concordaram com a possibilidade da prática de ato infracional por criança e/ou não consideraram o comportamento da criança como delito. Neste sentido, anota Garrido de Paula (2006): “A criança, ainda que no Estatuto da Criança e do Adolescente seja destinatária somente de medidas de proteção, objetivamente realiza os elementos descritos no tipo penal.” (p.26).

No caso abaixo, o conselheiro não considerou a possibilidade de existir “criança infratora” por não entender certos comportamentos como atos infracionais. Segundo o entrevistado, uma criança não teria “*habilidade*” para isso e aludiu, de maneira equivocada, à medida socioeducativa de internação (inciso VI do art. 112):

“Não tem criança infratora. O que tem é criança explorada no tráfico, que usa drogas. Criança não tem habilidade pra isso, como usar uma arma. O que acontece são os pequenos furtos, como em colégios, que roubam celular, etc. Mas isso não é considerado infração pra encaminhar pra Fundação CASA.”

A conselheira a seguir disse que o ECA não admitiu a existência de ato infracional por criança e não considerou a aplicação das medidas de proteção conforme os artigos 105 e 101 desta lei. Aludiu à aplicação destas medidas somente em situações de negligência, abuso e maus-tratos de crianças e, ao ato infracional, somente quando praticado por adolescentes. Não atribuiu seus procedimentos como sendo medidas protetivas e sugeriu que a delegacia devesse advertir os pais. Por fim disse que considerar o ato infracional praticado por criança, implicaria em “*reforçar*” a redução da maioria penal:

“O ECA é bem claro: não existe ato infracional pra criança... Ato infracional, não. A criança não pode... não que a criança não tenha cometido. Pra mim tem que ser registrado como ato infracional na lei pra ser válida... Não tem medida de proteção. A medida de proteção vai pro adolescente quando tem ato infracional... medida de proteção pra criança só quando sofre abuso, maus-tratos. Existe medida de proteção, mas não pro ato infracional... O ECA, a lei, garante o ‘não-ato infracional’ pra criança, chama os pais e instaura inquérito... quando o Conselho Tutelar é chamado acompanha, vê o meio...pra aquela situação. Se existe uma negligência, faz acompanhamento... Delegacia tem que advertir os pais. Tô de acordo com a lei... é reforçar a maioria penal... daqui a pouco vai ter ato infracional pra criança de 4, 5 anos...”

O próximo relato assemelha-se ao anterior. O conselheiro referiu-se ao ECA para dizer que não considera o ato infracional praticado por criança. Fez referência a um procedimento da delegacia de encaminhar a criança ao Departamento das Execuções da Infância e Juventude (DEIJ), onde, segundo ele, “*aguardaria*” um parecer judicial, incorrendo em julgamento a partir dos 12 anos de idade. No entanto, fez menção à aplicação de medida protetiva de orientação como sendo procedimento do Conselho Tutelar:

“Criança menor de 12 anos não pratica ato infracional perante o Estatuto. Não entra como ato infracional... os pais são chamados e orientados... Tem um delegado que insiste em dar como ato infracional... nós, conselheiros, não vemos como ato infracional... Quando é pego no ato infracional... dependendo da delegacia, da escola, for pego roubando, portando arma, vai pra delegacia, aí vai pro DEIJ que fica na Piratininga... é colocada num lugar pro parecer judicial. Vão ser julgados a partir dos 12 anos... No Conselho Tutelar tenta orientar, garantir medida de proteção...”

No próximo relato, o conselheiro estabeleceu uma relação entre a impossibilidade de atribuir ato infracional à criança devido a sua não responsabilização. Aludiu a responsabilidade como sendo dos pais ou responsável legal e disse que falar em ato infracional praticado por criança, “*dá impressão*” de estar se tratando de redução da maioridade penal:

“Pode cometer delito, mas dá impressão de querer mudar o Estatuto, mudar no sentido de responsabilidade penal... Criança não... adolescente, maior de 12 anos, pode cometer e responder pelo ato... o que não pode é responsabilizar. Até 11 anos, 11 meses quem é responsável são os pais e responsáveis... Complicado chamar de ato infracional, porque a criança não responde por ato infracional.”

A situação seguinte se aproxima da anterior. O conselheiro estabeleceu uma relação entre a impossibilidade de atribuir ato infracional às crianças por não haver responsabilização e apontou o encaminhamento dado pelas delegacias de polícia:

“Ato infracional não cabe à criança menor de 12 anos. O ECA entende que 11 anos, 11 meses e 29 dias é criança... a partir de 12 anos é o caso infracional, é o ato. Quando existe o ato infracional mesmo, concreto: furtando, roubando, traficando vai pra delegacia... Não tem, não existe ato infracional! Quando existe, são iniciadas pela delegacia, não tem como colocar em ato infracional, não respondem...”

O conselheiro abaixo questionou a conjunção dos termos “criança infratora” por entender que se trata de criança que violou seu próprio direito. Fez menção à

responsabilidade como sendo do Estado e da família e versou sobre a dificuldade da atuação do Conselho Tutelar nestes casos, por estarem representando uma função típica do judiciário:

“... não se trata de criança infratora, mas de criança que violou o seu próprio direito por alguma coisa que já está acontecendo por parte do Estado, da família... Quando a criança comete um ato infracional, é complicado pra nós conselheiros, pois estaríamos representando o judiciário.”

Em outras passagens os conselheiros versaram sobre o “*mau comportamento*” da criança, geralmente entendido como “*erros*”, “*indisciplina*”, “*transtornos*”, “*instinto de sobrevivência*”, “*forma de chamar atenção*” ou “*dificuldades*” de comportamento. Assim, muitos entrevistados disseram compreender infrações “*menos graves*”, que não chegaram a passar pelas delegacias, como problemas de comportamento e não como “*atos infracionais*”:

“Têm casos de criança que ‘apronta’. É mais violência na escola, infração mais séria, não. Acho que é mais transtorno de comportamento.”

“Não é muito comum... geralmente, trata-se de dificuldades dos pais quanto ao comportamento do filho, comportamento na rua ou em casa. Nunca atendemos criança infratora neste Conselho Tutelar. É mais adolescente infrator... Já atendemos crianças, mas nunca chegaram a passar pela delegacia.”

“Escola encaminha muito, indisciplina escolar... quando é criança ‘imperativa’... Cheguei lá [na escola], e [a criança] tava com a vassoura na mão! A gente percebe que ele é ‘imperativo’. De repente quer ser olhada.”

“Ato infracional... um erro. Com quem ela aprendeu? Ato infracional ou erro? As Comissões Permanentes [dos Conselhos Tutelares] estão discutindo esta questão. Criança comete erro...”

“Nesta região ocorre com frequência crianças que não são criadas, de cinco a sete anos, que desenvolvem instinto de sobrevivência. Geralmente só tem a mãe, mas há conveniência do adulto. São presas fáceis para o crime.”

À parte à interpretação dos atos como “*erros*”, “*indisciplina*”, “*transtornos*”, “*instinto de sobrevivência*”, “*forma de chamar atenção*” ou “*dificuldades*” de comportamento, os tipos de infração comumente praticados por criança, segundo as palavras dos conselheiros, são: “*pequenos furtos*”, “*situações menos agravantes*”, “*furtos em casa*”, “*roubo*”, “*furto*”, “*agressões*”, “*drogadição*”, “*porte de arma*” e “*homicídio*”.

O entendimento das situações são assim diferentes e revelam a ausência de critérios objetivos na definição de ato infracional praticado por criança. Apesar da definição trazida pelo Estatuto da “conduta descrita como crime ou contravenção penal”, alguns conselheiros ofereceram interpretações subjetivas, submetendo-as, muitas vezes, a seu crivo pessoal (Art.103 do ECA). Situação semelhante encontrada por Kaminski (2002) o fez notar:

Fizemos uma classificação entre três definições preponderantemente por eles adotadas: objetiva, subjetiva e negativa. Consideramos como uma definição objetiva aquela que levou em consideração apenas critérios objetivos para definir o enquadramento do caso apresentado, como a constatação da violação do direito de outro e a previsão da conduta em lei (legalidade). A definição subjetiva, ao contrário, levou em consideração todas as circunstâncias antes apontadas, sempre dependendo de uma avaliação pessoal, pelo que não significa estar simplesmente definido em lei ou ter causado dano ao direito de outrem. Por fim, a definição negativa é aquela em que o conselheiro entrevistado negou a existência de ato infracional para a criança, entendendo-a impossibilitada de praticá-lo. (p.129)

É digno de nota que em 30 entrevistas, os problemas de comportamento ou atos infracionais praticados por criança, foram relacionados à “situação de risco”. Tais situações, conforme veremos detidamente adiante, fazem menção à ameaça ou violação dos direitos: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e III – em razão de sua conduta (Art. 98 do ECA). A única conselheira a versar sobre o inciso III, apontando e, ao mesmo tempo, relativizando a “situação de risco”, ofereceu a seguinte interpretação:

“... não se trata de criança infratora, mas de criança que violou o seu próprio direito por alguma coisa que já está acontecendo por parte do Estado, da família. O Estado está ausente na vida dessa criança e na da família... Nem sempre a criança infratora está em situação de risco. Às vezes não está em risco na família... geralmente de classe pobre, mas não concordo com essa associação. É situação de violação do seu próprio direito... não vou generalizar...”

A seguir, são trazidos alguns fragmentos que revelam a preponderante interpretação acerca da “situação de risco”:

“... existe criança que comete infração... considerada em situação de risco. Geralmente apresenta problemas na família, por isso que se usa, mesmo como medida última, o abrigo...”

“O que é feito, na verdade, é nada. Geralmente é uma questão familiar, que traz a criança como ‘objeto’ pro Conselho Tutelar. É preciso orientar a família.”

“Precisa identificar qual é a estrutura que fez a criança infracionar tão cedo. Geralmente, nesta estrutura, o que ocorre é que existe familiar infracionando. A criança é geralmente vítima, sendo conduzida pro ato infracional. Assim, às vezes, é preciso isolar... que esteja sendo induzida direta ou indiretamente. Na maioria das vezes, a criança não é a primeira a ter cometido ato infracional... No caso da criança infratora, são casos em que a criança já sofreu uma série de violações, tanto pela família, quanto pelo Estado.”

“O problema é a cisão familiar que pode levar à violência... se não tiver um trabalho de prevenção [a criança] vai pra rua... é preciso de meios pra melhorar a vida das famílias... famílias sem referência. Muito problema com drogas.”

“Criança comete erro. Geralmente só tem a mãe, ficam nas ruas. Não tem vagas nos núcleos. Assim como em creches e escolas. Muitas vezes os pais são negligentes, outras não e a criança na rua aprende o que não deve. A questão é ampla: a culpa é do Estado?... Aqui é mais [criança de] nove anos que já é dependente de crack... têm mais casos de drogadictos, da mãe que trabalha o dia todo, da criança que não tem onde ficar. Não tem escola em tempo integral.”

“Devido à educação. A responsabilidade é dos pais. Hoje eles não estão educando. Não tem tempo pra educar... com 14, 15 anos traz aqui e fala: ‘dá um jeito porque não dá mais’. Principalmente crianças cuidadas por avós, que não ‘aguenta’ mais e pede pra abrigar por problemas com drogas, violência, não vai à escola... dá esses agravantes. Criança e adolescentes drogadictos. Não tem clínica de recuperação e é só se quiserem... A maioria se torna criminoso por causa das drogas, não tenho dúvida.”

“Pagar por crimes que a sociedade comete... a sociedade cometeu um erro, um pecado e coloca a criança e o adolescente como vilão... criança fora de CEI [Centro de Educação Infantil] e EMEI [Escola Municipal de Educação Infantil], como uma sociedade dessa acha que podem ser responsabilizadas? Não se consegue ajuda. Demora quatro, cinco meses pra inserir a família num programa. O maior está por trás das drogas que os menores usam. O tráfico alicia quando criança e quando adolescente, cai no 175, 155... vai pra medida socioeducativa... é tática que o tráfico usou. Manipula, alicia e a sociedade quer uma lei pra redução da maioridade penal. É uma inversão das coisas: da criança vítima pra criança vilã... é meu ponto de vista... é preciso de uma lei pra adultos... do traficante adulto que alicia crianças... Muitos pais estão fora do mercado de trabalho, pessoas imigrantes que vem pra cá, estão fora do mercado de trabalho. Também não tem como oferecer educação pro seu filho... É mais drogadição, têm casos de criança de 10 anos já...”

“Geralmente tem problema com drogas, familiar... a infração é uma consequência de todo um histórico familiar. Muitas vezes os irmãos estão já no crime. Toda uma história.”

“O efetivo risco começa na desestruturação, até financeira, na família. Já coloca a criança em situação de risco. Além da saúde, educação, etc.”

“O governo está violando. Como cobrar da família que muitas vezes sai pra trabalhar e as crianças não têm onde ficar...? Criança tem que defender totalmente. Criança no morro onde o quintal é permeado pelo armamento, pelas drogas. Não tem estrutura familiar. Não tem opção. Muitas vezes fazem-se de segurança de ‘boca’. A culpa é do Estado que viola o direito... é preciso que haja lugares pra encaminhamentos.”

“Recebemos com frequência [criança autora de ato infracional] de nove pra 10 anos. De 90 dias pra cá, tudo envolvido com drogas. Dá até medo... Tem um pouco do social, falta de recursos e também o fato dos pais ‘desaprenderam’ a conversar com os filhos... criança de oito, nove anos no ponto de drogas...”

“Sempre vai esbarrar. Criança em situação de risco, de rua, drogada. Infraciona pra comprar drogas ou pra comprar alguma coisa pra casa por falta de recursos.”

“[Situação de risco] tem... mundo em que elas vivem... Família: se veem o pai já fazendo coisa errada... amizades, desigualdades sociais ou apenas pra chamar atenção dos pais que também acontece.”

Dessa forma, segundo os conselheiros entrevistados, as situações de risco por parte dos pais ou responsável bem como pelo Estado, configuram irregularidades previstas como incitadoras das práticas delitivas da criança.

No que tange à responsabilização, a maioria dos entrevistados salientou como sendo dos pais ou responsável legal. Cabe salientar que esta responsabilização não foi, necessariamente, relacionada à impossibilidade da criança responder criminalmente pelo ato infracional.

Kaminski (2002), ao encontrar situação semelhante em sua pesquisa, alertou que é preciso não submeter a não responsabilização da criança (ausência de acusação, processo criminal e julgamento) a um regresso ao sistema tutelar assistencialista, presente no Código de Menores de 1979 que “entendiam-na como objeto de proteção social, sem garantir-lhe direitos, mas compensando as violações a que estava exposta”, o que acabava por manter uma “cultura da exclusão”. Segundo o autor, é preciso entender que a criança é sujeito de direitos de proteção e não de “práticas assistenciais” (pp.64 e 124). Soma-se a esta problemática, o princípio constitucional da personalidade (individualidade da pena, conforme art. 5º, inciso XLVI, da CF de 1988), como o autor enfatiza:

Exatamente neste sentido é que, o art. 105 do ECA prescreve, de forma taxativa e restrita, que “Ao ato infracional praticado pela criança, corresponderão as medidas do art. 101” (e ponto final!)... Não há oposição em relação à aplicação de medidas aos pais ou responsável – uma vez existente outros princípios, como o da responsabilidade e dos deveres dos pais ou responsável pelos atos de seus filhos ou pupilos –, desde que não sejam essas decorrentes, especificamente, da prática do ato infracional pela criança, e sim sejam aplicadas em decorrência de uma imperiosa necessidade de serem reafirmados os deveres parentais negligenciados. (Kaminski, 2001, p.12)

Muitas vezes, como visto nos excertos anteriores, este aspecto foi relacionado à “culpabilização” dos pais como por “falta de educação”, ser “desequilibrada”, “falta de firmeza”, “negligência” ou na “perda dos costumes familiares”. Soma-se a isso, como foi observado, as considerações feitas em algumas poucas entrevistas de “ausência de punição”, como “não existe punição” ou “não se faz nada nestes casos”. Em apenas uma entrevista, uma conselheira considerou de maneira objetiva a necessidade de punição e redução da maioria penal para os atos infracionais praticados por criança:

“Deveria ter alguma coisa a mais. A pena é muito leve pra menor de 12 anos. Chegam dizendo: ‘pra mim não pega nada mesmo’. Deveria o ECA mudar um pouco, dar algo mais pra menor de 12 anos. Tem criança de 10 anos que já sabe mais que a gente.”

Para finalizar a importante discussão acerca da interpretação do ato infracional, que passou a ser objeto de apreciação pelo conselheiro tutelar quando se trata de criança, é importante salientar que mesmo entre teóricos da área do Direito, é uma questão controversa. Segundo Kaminski (2002), por se tratar de um órgão administrativo que visa garantir medidas de proteção a esta população, torna-se inicialmente desnecessário a atribuição técnica do reconhecimento de ato infracional enquanto ação típica, antijurídica e culpável:

Neste sentido, não merece maior destaque a verificação dos elementos constitutivos do crime (ação, tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade), pois que não surgem como os que efetivamente protegem a criança em seu atendimento no Conselho. Isso não quer dizer que deixem de ser importantes, pois é claro que não pode ser qualquer ação da criança, tendo que ser conduta típica. Porém, sabemos, muitas vezes a lei ou a técnica dizem e não é feito, e noutras é feito sem se saber o que a lei ou a técnica dizem. Tratando-se de autoridades administrativas, em geral sem formação técnico-jurídica, é no campo do cotidiano que podemos verificar o exercício da proteção dos direitos da criança. A ressaltar, também, a análise do ato infracional sempre aparece em segundo plano em relação às condições pessoais da criança e às influências que a levaram a praticá-lo. O que importa é o sujeito e a sua proteção, e não o ato, que é verificado no mundo dos fatos, e não no mundo do direito. (Kaminski, 2002, p.132)

No entanto, a diversidade interpretativa apresentada pelos conselheiros pode deixar a criança exposta aos valores pessoais dos próprios conselheiros, o que, segundo o mesmo autor, somado à ausência de um procedimento concreto a ser seguido, podem ser “prejudiciais aos direitos da criança” (p.132).

Se cogitarmos de uma comparação de seu atendimento com o atendimento judicial prestado ao adolescente infrator denotamos, em favor deste, um explícito rol de direitos individuais e de garantias processuais que devem ser assegurados [Arts. 106 à 111 e 171 e 190]. Em sua apresentação, o adolescente tem direito à presença de seus pais ou responsável, ou de pessoa por ele indicada, que serão incontinentemente comunicados da apreensão e do local onde se encontra [Art. 107]. Tem direito também a um defensor técnico (advogado), ao cumprimento do devido processo legal, e ao exercício da ampla defesa, com todos os meios e recursos a ela inerentes [Art. 111]. A criança, como o adolescente e o adulto [no entanto], é um sujeito de direitos, os quais são conferidos de forma universal pela Constituição Federal (art. 5º, I). (Kaminski, 2001, p.10)

3.2.4. Encaminhamentos

A leitura do ECA, deixa entrever que alguns de seus dispositivos têm um sentido meramente retórico. Entre o que a lei pretende e aquilo que efetivamente ocorre, existe um fosso, uma vala tão profunda quanto aquela que separa a lei das Execuções Penais da realidade mortificante do sistema carcerário. (Objecção nº 9, Souza citado por Cavallieri, 1997, p.4)

Apesar da indiferenciação por vezes apresentada entre adolescente e criança autora de ato infracional, medida de proteção e socioeducativa, competência do Conselho Tutelar, da delegacia, da Justiça da Infância e Juventude ou, segundo Sêda, (2007) da Assistência Social, ato infracional e problema de comportamento, na maioria das entrevistas os conselheiros falaram sobre a aplicação das medidas de proteção. Amiúde não atribuindo a aplicação destas medidas como procedimento do Conselho Tutelar quando da prática de ato infracional por criança, a maioria dos entrevistados acabou por mencionar (direta ou indiretamente) a aplicação destas medidas⁶³.

Segundo as entrevistas, os encaminhamentos variam conforme as situações encontradas e as necessidades da criança e/ou da família. Na maioria dos casos, as medidas de proteção foram aplicadas tanto às crianças como aos pais ou responsável e partiram da compreensão (feita de maneira colegiada ou não) das situações. Em São Paulo, segundo informado nas entrevistas, os conselheiros levam os casos atendidos individualmente ou em dupla às reuniões de colegiado que ocorrem uma vez por semana (dia em que, geralmente, não abrem para atendimento público). A pesquisa, no

⁶³ Conforme bem trouxe um conselheiro: “Menor de 12 anos pode matar, fazer o que for. Não pega nada. Não tem quem responda... [O Conselho Tutelar] acompanha, encaminha pra psicólogo, pra escola, núcleos socioeducativos [programas sociais] pra fazer coisas à tarde, porque medida pra criança não tem.”

entanto, foi insuficiente para uma observação mais precisa sobre esta questão. Contudo, é importante frisar, como fez Kaminski (2002), que o atendimento individual é sempre problemático, pois:

a ação coletiva, a heterogeneidade, o exercício dialético das diferentes opiniões, a decisão e o encaminhamento conjuntos são questões que sempre devem ser garantidas como forma de evitar o retrocesso autoritário e arbitrário presente na antiga lei de menores. (Kaminski, 2002, p.172)

O encaminhamento pode ser feito para programas ou projetos sociais, núcleos ou instituições socioeducativos (equipamentos)⁶⁴: Centro para Criança e Adolescente (CCA), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Organizações não governamentais (ONGs), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Secretaria da Assistência Social (SAS), Centros de Referência da Criança e do Adolescente (CRECA), Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM), Unidade Básica de Saúde (UBS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi), instituições ou programas para dependentes químicos (como CAPS-AD), para especialistas (como psicólogo, fonoaudiólogo e advogado), abrigos (casas de acolhimento), inclusão e acompanhamento escolar (Secretaria da Educação), além da realização, segundo as palavras dos conselheiros, de “acompanhamento”, “averiguação”, “investigação”, “advertência”, “termo de responsabilidade”, “orientação” através de “entrevistas” e “escuta” das situações familiares e da criança envolvida em ato infracional.

A advertência, conforme inciso VII do artigo 129 do ECA, é considerada medida pertinente aos pais ou responsável. Não é, portanto, medida aplicável à criança segundo o Estatuto. O componente da admoestação verbal esteve presente em poucas entrevistas. No relato a seguir, o conselheiro versou sobre “ameaça” e disse não haver medida de proteção:

“O que ocorre é uma ameaça: ‘com 12 anos vai pra Fundação CASA’, mas medida de proteção não existe.”

⁶⁴ “As entidades de atendimento governamentais e não governamentais mantêm serviços, planejam e executam programas de atendimento. Cada programa deve ter sua estrutura e funcionamento formatados dentro de um dos sete regimes de atendimento estabelecidos no artigo 90 do ECA. São eles: I – Orientação e apoio sócio-familiar; Apoio sócio-educativo em meio aberto; III – Colocação familiar; IV – Abrigo; V – Liberdade Assistida; VI – Semiliberdade; VII – Internação.” (CEATS/FIA, 2007, pp. 108-109).

Quanto ao abrigamento (acolhimento em entidade), este somente deve ser considerado quando forem esgotadas todas as demais medidas, pois, “O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, *não implicando privação de liberdade*” [itálicos nossos] (Art. 101 do ECA). Cabe ressaltar que, quando aplicada pelo conselheiro, o abrigo deve comunicar imediatamente ou até o segundo dia útil, à Justiça da Infância e Juventude, pois o retorno à família natural ou ampliada, assim como o encaminhamento para a adoção, são procedimentos da competência do juiz (Art. 93 do ECA).

Nas entrevistas realizadas, não foi encontrado relato que fizesse menção à aplicação desta medida com intuito implícito de medida punitiva, como privação de liberdade. Ao contrário, na maioria das vezes, a medida foi considerada com ressalvas e críticas pelos conselheiros:

“O último recurso é o abrigamento.”

“Quando a família não reage aos encaminhamentos, faz-se o abrigamento. Quando a criança não reage, tenta fazer com que a família retome a situação. Se a família está disposta, não abriga. O abrigamento só é feito em casos excepcionais mesmo.”

“Mães chegam e diz: ‘não dou conta mais dessa criança, pode ficar aí que eu não dou mais conta. Se tem hiperatividade, questão de saúde, vamos cuidar. Mas aí, as mães preferem deixar, abrigar... é a lei do engano. Resgatar os valores familiares...”

“[Relata um caso] a família era desestruturada... Se a mãe é alcoólatra, drogada, se não fica com os filhos... o juiz é que vai determinar. Pobreza não significa que tem que tirar a criança, mas têm casos que precisa ser resguardada.”

Nos fragmentos a seguir, a medida de acolhimento em instituição foi relacionada ao problema com o tráfico e dependência de drogas. Cabe salientar, como mostrou um conselheiro, que nos casos em que a criança e/ou a família se encontrem ameaçados de morte, tem-se como possibilidade o encaminhamento para o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM):

“Um menino com nove, 10 anos, que estava ameaçado de morte por uso de drogas (não pagou). Nestes casos, o Conselho Tutelar abriga a criança. Apesar de ser num último caso. Costuma-se, por este motivo, chamar primeiro a família.”

“Tá começando, o traficante, a usar. Tão investindo [em crianças] pra aviãozinho... não tem Fundação CASA pra eles. Não tem como puni-los. [O Conselho Tutelar] procura tá tirando [a criança] longe do lugar, talvez longe do foco consiga resgatar ela novamente. Temos vários pontos de drogas... Estão optando por criança. É mão-de-obra barata e eficaz.”

“[Relata um caso] na hora de ir pra escola, os traficantes colocavam drogas na mochilinha dele e ele ia vender, ia entregar a droga... Até que ele tentou matar o filho do traficante... Colocamos ele num abrigo por um tempo. Acionamos o PPCAM, conseguimos encontrar um parente... mandamos ele e a família pra longe...”

No excerto abaixo, o conselheiro versou sobre a medida de acolhimento em instituição, expôs críticas à medida e observou que muitas vezes a aplicação se dá de maneira equivocada pelos próprios conselheiros. Outro aspecto importante, refere-se à aplicação desta medida pela justiça, aspecto que retoma as anteriores discussões sobre competência, procedimento e sobre o acolhimento ser utilizado como privação de liberdade:

“Fazemos encaminhamentos, mas acontece do juiz encaminhar pra abrigo... Não há política pra aplicar estas medidas [de proteção]... Muitas vezes a criança é pega roubando ou traficando e é equivocadamente abrigada. O judiciário deve encaminhar ao Conselho Tutelar, mas acaba mandando pro abrigo. Outras vezes o Conselho Tutelar também equivocadamente abriga. Devia ser a última opção. O abrigamento, nestes casos, [é] uma ‘transferência’ da Fundação CASA. Uma violação de novo pelo despreparo dos profissionais do judiciário.”

Semelhante ao relato acima:

“Tem criança que já cometeu ato infracional e o juiz manda pro abrigo. Começa com 10 pra 11 anos...”

No entanto, apesar de terem mencionado diferentes encaminhamentos, a atuação do conselheiro tutelar encontra dificuldades. Conforme visto em fragmentos anteriores, no momento em que precisam realizar os encaminhamentos que consideram necessários, como na requisição de serviços de educação, saúde, esportes, segurança e lazer - considerados garantias constitucionais dos direitos de crianças e adolescentes - encontram impasses que relevam, em seu cerne, críticas sociais e políticas.

Chama a atenção, neste sentido, que na pesquisa realizada pelo CEATS/FIA (2007), os conselheiros consideraram-se eficientes no atendimento de crianças e adolescentes quando da violação de direitos e a aplicação das medidas de proteção. No entanto, a principal dificuldade encontrada foi a falta de estrutura de atendimento⁶⁵,

⁶⁵ A qualidade e a quantidade de entidades governamentais e não governamentais responsáveis pelo atendimento, planejamento e execução dos programas de atendimento à infância e juventude, foi sinalizada por todos os Conselhos Tutelares e Municipais (CMDCA's) do país como insuficientes. Segundo os conselheiros municipais respondentes da referida pesquisa, os principais problemas destas entidades são: falta de conhecimento do Estatuto, dificuldade de promoverem sua sustentabilidade, insuficiência ou inexistência de metodologia para o trabalho com famílias e dificuldade de atuarem com

revelando tratar-se de um problema de alta complexidade no que tange à função de conselheiro tutelar, já que “a mera determinação de medidas não é suficiente para o ressarcimento e garantia dos direitos” (p.260). Dessa forma, conforme a mesma pesquisa, “Sem entidades e programas de atendimento, esta eficiência na aplicação de medidas fica sem efeito, e é difícil que o Conselho Tutelar consiga cumprir seus objetivos.” (p.260).

“Um plano de intervenção seria necessário. Não existe nenhum trabalho pra avaliar o que acontece com estas crianças e suas famílias e encaminhar. O certo seria a criança num período frequentar a escola e noutro período receber atendimento com psicólogo. Medidas protetivas que hoje não existem. Seria necessário uma série de medidas. Não tem nada e por isso há probabilidade de reincidência. Se a criança é induzida ao crime, ela continua sendo induzida. Se a criança comete infração por necessidade, ela vai continuar com a necessidade do ato. Em regra, não tem atendimento. O Estado, nestes casos, nem pune nem protege.”

“[Medidas de proteção] acabam não sendo atrativas, não atende a criança já violada. O núcleo [nome do núcleo] não está capacitado neste contexto... Não há política pra aplicar estas medidas. O Estado acaba ficando sem opção e manda pra internação [?]. Não temos delegacias especializadas, com pessoas especializadas, que é uma violação... Não sabe o papel de cada um, a rede não se conhece. É preciso todo um contexto. Os serviços sociais precisam estar interligados. ‘Olhar’ no contexto social, educacional e de saúde.”

“O Brasil é um ‘tratado de Tordesilhas’... O governo está violando, como cobrar da família? Muitas vezes a mãe sai pra trabalhar e as crianças não têm onde ficar... A culpa é do Estado que viola o direito... Escolas, creches... É preciso lugares pra encaminhamentos, na região não tem CAPSi... As mães correm pra creche, correm pra posto!... O Estado, a máquina, não ajuda. A Assistência Social não ajuda.”

“O CRECA, não sei no que isso ajuda, mas é onde temos que encaminhar... O Estado não ajuda. As escolas, apesar da lei, continuam sendo um problema... Tinha que mudar pra melhor. A gente luta. Vamos acreditar que as coisas vão melhorar no Brasil... Muitas crianças necessitadas, vão para a cracolândia, para o Vale do Anhangabaú.”

“A escola é um direito na Constituição... Não existe quantidade ideal pra atender como deveria... Situação de miséria, abandono, que falta tudo, qual o estímulo? Estado tem 90% de culpa no cartório... sem oportunidades ficam muito vulneráveis... Se propusessem Políticas Públicas, esportes, etc.”

“O Estado é bastante omissor com relação a equipamentos.”

“Vulnerabilidade social... Tá falho. Políticas Públicas pra criança e adolescente não existe. Falta verba no CRAS. As famílias ficam abandonadas... esta família [referindo-se a uma família que se encontrava no Conselho Tutelar] não tem cesta básica, vão passar fome.”

“Você não tem onde pôr pra tratamento... Clínica de recuperação, você não encontra. Acabamos sendo negligentes porque não conseguimos dar o encaminhamento necessário.”

“Há dificuldade porque a rede é fragilizada... Políticas Públicas na região, na cidade... Uma política pra criança e adolescente. Não precisa de programas que é ‘chuva de verão’, muda a cor, muda o partido. É política direcionada... Cidade de São Paulo, a Assistência Social tem dificuldade de resolver a situação, a Saúde também... Drogas: problema de Saúde Pública, a cracolândia tem adolescente de toda a cidade.”

“Projetos, núcleos socioeducativos, têm muito pouco na região...”

“Acompanhamento, prevenção... encaminhamentos mais efetivos, mais estrutura. Começando por aí, já ajudava. A rede de atendimento psicológico é precária. Na UBS tem um psicólogo pra atender toda aquela região... fica muito tempo na fila.”

“Os centros são pouquíssimos... [nome da região] é bem desprovido desse tipo de atendimento, não tem onde colocar... Porque não tem muitos parceiros. Faltam parceiros, realmente, faltam parceiros.”

“A falta de Políticas Públicas causa um temor tamanho. Precisamos de gente séria trabalhando nos direitos da criança e do adolescente. Precisamos de Políticas Públicas decentes... Mais fácil gastar dinheiro com prisão... do que com educação e um programa eficaz de orientação pra família.”

“Não há política pra aplicar estas medidas [de proteção]”

Nestes encontros de mobilização de palavras, pudemos verificar aspectos que se repetiram no discurso dos conselheiros tutelares entrevistados. Tais aspectos se apresentaram como uma série de dados reveladores da situação da criança autora de ato infracional sob medidas de proteção. Dentro dos limites da pesquisa realizada, a fala dos conselheiros referente à competência no atendimento destes casos, aos procedimentos adotados, às interpretações e encaminhamentos dados a estas situações, permitiram localizar elementos característicos considerados importantes para a apreensão desta referida situação.

Como salientado anteriormente, chama-nos a atenção que, apesar da indiferenciação por vezes apresentada entre adolescente e criança autora de ato infracional, medidas de proteção e socioeducativa, competência do Conselho Tutelar, da delegacia, Justiça ou Assistência Social, ato infracional ou problema de comportamento, a maioria dos conselheiros mencionaram a aplicação das medidas de proteção. Faz-se importante notar, portanto, que apesar das dificuldades apresentadas (que estão para além do órgão do Conselho Tutelar, como pudemos acompanhar pelos embates teóricos e pelas problemáticas sociais apresentadas), os conselheiros tutelares não escapam à

função de serem agentes sociais que têm como cerne de sua atuação a visada pela garantia de direitos.

Assim, o lugar dos conselheiros tutelares – lugar de sua competência - assemelha-se à função das medidas de proteção, isto é, partem da restrição de direitos e visam a sua garantia; seja esta visada em decorrência da ameaça ou violação por parte da família ou Estado, assim como em razão de sua própria conduta, como na prática de ato infracional por criança. Pois bem, para considerarmos a problemática da restrição e da garantia de direitos, encaminhamos o leitor aos desdobramos a seguir.

4. GARANTIA E RESTRIÇÃO DE DIREITOS

E como não encontrava meios, e sim uma barreira na sua frente (todos queriam tratar os Capitães da Areia ou como a criminosos ou como as crianças iguais àquelas que foram criadas com um lar e uma família), ficava como que desesperado. Por vezes ficava atarantado.

(Jorge Amado, Capitães da Areia, 1937/1971, p.123)

4. GARANTIA E RESTRIÇÃO DE DIREITOS

Se não houver no plano do ordenamento infra-constitucional essa distinção nítida de campos, abre-se a porteira para que o Estado – a exemplo do que ocorria sob o paradigma menorista – implemente mecanismos de controle social de natureza tipicamente penal, disfarçando-os de *proteção*; e, portanto, necessariamente violando todo o sistema de garantias da cidadania que a humanidade levou séculos para fazer positivar nos ordenamentos. (Machado, 2006, p.107)

Desbravar o campo da criança autora de ato infracional e a aplicação das medidas de proteção pelos conselheiros tutelares, permitiu que atingíssemos alguns dos pontos enigmáticos extraídos do levantamento teórico realizado⁶⁶. Diante disso, consideramos que é chegado o momento de concluir esta primeira parte deste trabalho. O objetivo deste capítulo será o de trazer alguns pontos considerados centrais da pesquisa de campo, retomando, sempre que necessário, os meandros teóricos para a compreensão da temática, e tecendo, sempre que possível, comentários que possam servir como contribuição à aplicação das medidas de proteção.

Num primeiro momento, pretendemos trazer algumas considerações acerca do contexto atual das medidas de proteção e a função destas medidas na sua relação com o lugar do conselheiro tutelar. Extrairemos um elemento característico da prática do conselheiro tutelar, ilustrando sua função como tendo início na restrição de direitos e como objetivo a garantia do direito ameaçado ou violado. Os conselheiros tutelares, como aspiramos demonstrar, são agentes da sociedade que se apresentam como se situando no *meio*, portanto, entre a restrição e a garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Após os desdobramentos acerca da relação entre a função das medidas de proteção e o lugar de conselheiro tutelar (entendido como elemento característico extraído da pesquisa de campo realizada), nosso objetivo será o de refletirmos sobre uma questão considerada fundamental, cuja pesquisa de campo *per se* não foi capaz de elucidar⁶⁷: “qual o lugar da criança autora de ato infracional sob medidas de proteção?”.

⁶⁶ Questões como a atribuição ou não de ato infracional praticado por criança, o entendimento destas medidas como sendo garantistas ou restritivas de direitos e a competência no atendimento dos casos envolvendo o ato infracional praticado por criança.

⁶⁷ Na verdade, entendemos que é possível ainda ampliar a discussão acerca deste assunto, por se tratar da hipótese-questão central deste trabalho.

Dessa forma, empreenderemos um estudo que problematize a garantia e a restrição de direitos no entendimento da situação da criança autora de ato infracional e a aplicação das medidas de proteção, por meio da reflexão sobre o lugar da criança fora-da-lei.

Como desenvolveremos, a criança autora de ato infracional encontra na lei estatutária a interpretação de que está fora-da-lei (ao ser infratora por cometer um delito) ou mesmo ao ser considerada em “situação de risco” (por estar fora daquilo que lhe é garantido pela lei, enquanto causa ou consequência de ato infracional). Entretanto, como poderemos igualmente acompanhar, as medidas de proteção revelam um lugar de acolhimento oferecido pela lei, já que, através do órgão do Conselho Tutelar, a criança pode ser recebida pelo dispositivo de intervenção legal (quando ameaçada, violada ou mesmo quando autora de ato infracional) pelos conselheiros tutelares que, ao aplicar as medidas protetivas, recebem *a priori* a incumbência de zelar pelos seus direitos. Nesse sentido, o *lugar* oferecido à criança “fora-da-lei” pode se revelar, ao mesmo tempo, fora e dentro da lei.

O tema da criança autora de ato infracional sob medidas de proteção chama atenção, portanto, para o eixo de suas entrelinhas, isto é, o “sob” onde se entrelaçam a criança autora de ato infracional e as medidas protetivas. Dessa forma, será possível refletirmos que, aos sujeitos considerados “fora”, isto é, fora daquilo que lhes é garantido pela lei, ao ser ameaçado, violado ou mesmo infrator, o ECA garante intervenções que visem os seus direitos (ao menos sob a pena da lei).

4.1. Pontos de chegada

O trajeto percorrido nos Conselhos Tutelares de São Paulo (gestão 2008-2011) trouxe a possibilidade de alcançarmos um dos objetivos deste trabalho: a função das medidas de proteção é ser um *lugar* de acolhimento oferecido pela lei a todos aqueles – crianças e adolescentes - em situação de ameaça ou violação de direitos⁶⁸. Estas medidas, portanto, são congruentes com o lugar dos conselheiros tutelares - e do

⁶⁸ Cabe lembrar que, quando da criação dos Conselhos Tutelares, buscou-se aliviar as vias de competências jurídicas judiciais. Ao atender situações jurídicas (da norma, relativo ao direito) não judiciais (relativos à jurisdição, à justiça), o Conselho Tutelar passou a ter autonomia na atuação administrativa quando os direitos de crianças e adolescentes são ameaçados ou violados.

Conselho Tutelar enquanto organismo público de defesa dos direitos de crianças e adolescentes - dentro do paradigma da Proteção Integral⁶⁹.

Por ser o órgão responsável, em primeira instância, nas situações de ameaça ou violação de direitos, inclusive em razão de conduta descrita como ato infracional praticado por criança⁷⁰, o Conselho Tutelar é considerado competente para a aplicação das medidas de proteção⁷¹, isto é, para requisitar e fazer cumprir os encaminhamentos considerados necessários e elegidos em colegiado. Pode-se dizer, portanto, que a função de conselheiro se origina da possibilidade da não garantia de direitos e tem como objetivo a garantia do direito ameaçado ou violado. Em outros termos, parte da restrição e busca a garantia, situando-se no *meio*⁷².

Este lugar, no entanto, por vezes se mostrou movediço quanto à competência nos casos de infração perpetrada por criança. Apesar da maioria dos conselheiros entrevistados e dos autores consultados⁷³ permitirem dar fundamentação a esta referida competência, consideramos as devidas oposições oferecidas por conselheiros e outros autores como carecedoras de atenção. As divergências apresentadas demonstram a necessária realização de debates sobre o assunto, pois, como salienta Kaminski (2001), trata-se da “dificuldade que o Conselho Tutelar (e todos) tem, de entender o seu papel e a forma como deve agir diante da situação da criança que pratica um ato infracional” (p.3).

Consideramos igualmente necessário, a extensão do debate quanto ao papel das polícias e delegacias no atendimento oferecido a estes casos; assim como quanto aos procedimentos de encaminhamento à Justiça da Infância e Juventude, ao Conselho Tutelar⁷⁴ ou mesmo à Assistência Social. Dessa forma, a pesquisa de campo mostrou ser

⁶⁹ A Doutrina da Proteção Integral no Brasil é decorrente da Constituição Federal de 1988, reiterada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, em que crianças e adolescentes passaram a ser prioridade absoluta do Estado, da família, da sociedade e da comunidade, enquanto sujeitos de direitos (Art. 4º, ECA).

⁷⁰ Artigos 98 e 105, respectivamente (ECA).

⁷¹ Presente na maioria dos relatos dos conselheiros tutelares entrevistados, em consonância com os artigos 98, 101, 105 e 136 do Estatuto.

⁷² Como pudemos acompanhar no relato dos conselheiros quanto ao dia a dia, as atribuições e as dificuldades encontradas no exercício de sua função: o conselheiro tutelar muitas vezes se apresenta como um “media-a-dor”.

⁷³ Autores que seguem o pressuposto da letra do artigo 105 do Estatuto: “Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no Art. 101”, seguida do inciso I do artigo 136 que versa sobre as atribuições do Conselho Tutelar em “atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no Art. 101, I a VII” (ECA).

⁷⁴ Insere-se nesta discussão, o caráter inconstitucional ou não da apreciação do ato infracional pelo órgão do Conselho Tutelar.

impreterível a discussão acerca do papel dos organismos públicos no atendimento e encaminhamento destes casos⁷⁵.

Apesar de representarem uma minoria significativa, alguns conselheiros não atentaram às diferenças entre medidas socioeducativas e medidas protetivas, a população a que se aplicam e em quais situações são aplicadas pelo Conselho Tutelar. De forma semelhante, a interpretação das situações, especialmente quanto ao conceito de ato infracional (por vezes entendido como critério para a redução da maioria penal), foram permeados por diferentes interpretações, muitas delas subjetivas, isto é, não respaldadas pelo conceito de ato infracional definido pela lei. Podemos considerar estes pontos como questões que carecem elucidação (o que poderia ser feito por meio de capacitação dos Conselhos Tutelares, o que entendemos como atividade que pode ser de formação e não de informação)⁷⁶.

Pudemos acompanhar que a geografia separatista da cidade segrega uma população carente de serviços públicos (serviços considerados garantias de direitos de crianças e adolescentes), sendo a não concretização dos planos de governos um dos fatores apontados pelos conselheiros entrevistados e pelo levantamento teórico, como provocadores desta marginalização. Neste sentido, foi digno de nota que, em 30 entrevistas, os problemas de comportamento ou atos infracionais praticados por criança, foram relacionados à “situação de risco”. Tais situações, como vimos, fazem menção à ameaça ou violação dos direitos: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e III – em razão de sua conduta (Art. 98 do ECA).

Importante retomarmos que é justamente nas periferias da cidade, o lugar onde se encontram o maior número de registros de violência contra os direitos humanos, já que, como salienta Endo (2005), certos espaços marcam “zonas de exclusão, nas quais a desigualdade e a violência determinam sua condição de não-cidade, de não-lugar” (p.27). Consideramos que uma política centrada na aspiração de controle, escamoteia sua ação vulgar de assassinar o marginal, como se se pudesse apagar a margem de uma folha de papel. A margem é, pois, quem faz a fronteira, sinalizando que algo está errado ou equivocado, ao mesmo tempo, com o dentro e o fora.

⁷⁵ A maior contribuição que este trabalho pretende trazer encontra-se, simultaneamente, na elucidação e constatação da necessidade do debate, preferencialmente democrático, isto é, realizado pela ampla gama dos atores envolvidos e interessados no tema da criança autora de ato infracional.

⁷⁶ Frente à ausência de discussões sobre o tema, entendemos com Brancher e Aginsky (2006) que “Nunca é demais lembrar: é na ausência de norma, em circunstâncias de desigualdade de poder, que prevalece como solução a imposição da lei do mais forte.” (p.471).

O Conselho Tutelar encontra limites em sua atuação, pois depende do bom funcionamento e da articulação da rede de atenção à infância e juventude. Mas o discurso dos conselheiros não se restringe à impotência. Ao contrário, revelam críticas sociais e políticas que apontam os furos nas medidas de proteção, reconhecendo a necessidade do bom funcionamento da máquina estatal no âmbito das políticas públicas. São agentes da sociedade cuja prática escapa a qualquer possibilidade de passividade, pois, ao forçar o cumprimento dos serviços públicos, visam à efetivação das garantias de direitos de crianças e adolescentes, dentro dos limites de sua própria competência.

Conforme a maioria dos relatos, reconhecem ainda que, diante do novo paradigma, o problema da infância e juventude não se restringe a um problema exclusivo do Estado (velho paradigma), mas a um problema de todos: família, sociedade e Estado. Assim, pode-se afirmar, com os autores que:

Tanto o texto legal do Estatuto quanto – e sobretudo – seus comentários pelos doutrinadores são permeados pela ideia de que a efetividade dos direitos ali dispostos dependem da absorção de um ética de co-responsabilidade, capaz de respeitar a realidade complexa do fenômeno social subjacente à operação da incidência da norma jurídica, para tanto considerando que a solução de cada caso concreto tem por pressuposto, no campo da apreensão da respectiva realidade, uma abordagem interdisciplinar, e, no campo das práticas intervenientes, de uma ação necessariamente interinstitucional e articulada. (Brancher e Aginsky, 2006, p.472)

Os conselheiros tutelares realizam o que fora dado a princípio: sua função origina-se da não garantia de direitos (fora), tendo como objetivo a sua garantia (dentro), sinalizando o que está errado com o dentro e o fora. E será sobre a situação “entre a garantia e a restrição de direitos”, que iremos nos debruçar na segunda parte deste capítulo conclusivo, ao retomarmos uma questão fundamental: “qual o lugar da criança autora de ato infracional sob medidas de proteção?”.

4.2. A letra da lei: da restrição à garantia de direitos⁷⁷

La crisis de interpretación se configura entonces como la relectura subjetiva, discrecional y corporativa de las disposiciones garantistas del ECA y de la Convención Internacional de los Derechos del Niño. Dicho de otra forma, la crisis de interpretación se configura en el uso en clave “tutelar” de una ley

⁷⁷ Importante observar que este item é de suma importância para o trabalho como um todo. No entanto, peço licença ao leitor se, por ventura, a leitura se mostrar densa.

como el ECA claramente basada en el modelo de la responsabilidad. (Méndez, 2006, pp.20-21)

A distinção apontada pelo Estatuto entre criança (pessoa de zero a 12 anos de idade incompletos) e adolescente (pessoa de 12 a 18 anos de idade) tem sua especificidade sobre os atos fora-da-lei. Conforme se pôde acompanhar, não existe diferença perante a lei, entre crianças e adolescentes no que tange à Doutrina da Proteção Integral. A diferença recai nas medidas aplicadas quando do ato infracional. Assim, aos adolescentes são reservadas as medidas socioeducativas e às crianças, as medidas de proteção (Arts. 112 e 105). Estas medidas são marcadamente diferentes, apesar de trazerem em seu cerne, intuito protetivo ou social e educativo.

Chama atenção, nesta distinção, aquilo que foi considerado por Sêda (Sêda et al., 2003), como sendo a “pedra angular do novo Direito” (p.317). Para este autor, as medidas de proteção representam o rompimento do legislador com a Doutrina da Situação Irregular do antigo Código menorista, adotando a doutrina preconizada internacionalmente, presente na Constituição Federal de 1988 e, a partir de 1990, no ECA.

Acompanhamos que o que determina a necessidade de aplicação destas medidas é aquilo que o artigo 98 da lei estatutária define como sendo situações em que os direitos de crianças e adolescentes são ameaçados ou violados: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e III – em razão de sua conduta. De acordo com Maior (2003), Molaib (2006), Oliveira (2008) e Soares et al. (2003), as “irregularidades” que configuram ameaça ou violação de direitos são chamadas de “situação de risco”, isto é, conferem risco às garantias de direitos que crianças e adolescentes têm⁷⁸. Tais irregularidades, invariavelmente, nos

⁷⁸ Chamam a atenção, neste contexto, as linhas do artigo 98 do projeto de lei do Estatuto (anterior a sua promulgação) que assim expressava: “Art. 98. Considera-se em *situação de risco pessoal e social* a criança ou o adolescente: I - que não tem habitação certa nem meios de subsistência, em virtude de falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; II - quando não recebe ou é impedido de receber o ensino fundamental e obrigatório, correspondente à sua idade, por ação ou omissão dos pais ou responsável; III - envolvido direta ou indiretamente com a prostituição ou utilizado em espetáculos obscenos; IV - que freqüente habitualmente ambiente prejudicial à sua formação moral, ou nele tenha a sua morada; V - vítima de maus-tratos, opressão, exploração ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável; VI - dependente de bebidas alcoólicas, substâncias entorpecentes, medicamentosas, tóxicas ou outras potencialmente prejudiciais à saúde, sem atendimento adequado pelos pais ou responsável; VII - com grave inadaptação familiar ou comunitária em virtude de ação ou omissão dos pais ou responsável; VIII - responsável pela prática de ato infracional.” [itálicos nossos] (Corregedoria dos Conselhos Tutelares do Município de Porto Alegre/RS, 2000, pp16-17).

remetem às descritas situações irregulares que se baseavam num suposto “superior interesse do menor” do Código de Menores de 1979⁷⁹.

Apesar da mudança de paradigma, ou seja, de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, a denominação referente à ameaça ou violação de direitos faz eco à antiga Doutrina da Situação Irregular. Pode-se dizer, desse modo, que a situação de risco pessoal ou social define as irregularidades hoje previstas no artigo 98 do ECA e determina a necessidade de intervenção da lei, através das medidas de proteção:

O princípio de exigibilidade, nesse caso, diz-nos que o *desvio da norma*, sempre que ocorram as três condições por ela referidas, autoriza à cidadania (através do direito constitucional de petição), ao Conselho Tutelar, através da requisição, ao Ministério Público, através da representação em juízo, e à autoridade judiciária, em decisão fundamentada, buscar os fins sociais a que o Estatuto se destina. [itálicos nossos] (Sêda et al., 2003, p.317)

Entretanto, cabe lembrar que existem diferenças no que tange à criança e ao adolescente autor de ato infracional. De um lado, temos as medidas de proteção e, de outro, as socioeducativas. Como se pôde apreender, o Estatuto demarca esta distinção, apesar de considerar ambos como sujeitos em situação de ameaça ou violação de direitos em razão de sua conduta (Art. 98).

Desse modo, o que distingue a criança do adolescente autor de ato infracional, se ambos são considerados em situação de ameaça ou violação de direitos? A hipótese que desenvolveremos é a de que existe um problema trazido na letra do artigo 98, onde não se é possível afirmar com exatidão, a quem se dirigem as finalidades protetivas das medidas de proteção.

Frente a esta dificuldade, o que pretendemos problematizar é que nem todo ato infracional, praticado por menor de 18 anos de idade, garante a interpretação pelo Estatuto de sujeitos ameaçados ou violados em seus direitos. Conforme os artigos 98, 101 e 105 do ECA, as crianças autoras de ato infracional são aquelas cuja própria conduta indica ameaça ou violação dos direitos determinados pela lei. De forma semelhante, dentre as medidas socioeducativas, encontramos no artigo 112, inciso VII, a possibilidade de aplicação das medidas de proteção (excluindo-se o acolhimento em entidade e a colocação em família substituta).

O disposto na letra do artigo 98, em seu inciso III, deixa margem a duas compreensões distintas: o próprio infrator ou outrem como autor da ameaça ou violação

⁷⁹ Quanto à Doutrina da Situação Irregular, vide citação p.41.

de direitos. A primeira concepção versa sobre a ameaça ou violação dos seus próprios direitos. Neste sentido, observa Engel (Sêda et al., 2003): “Surge, porém, na letra da lei, entre os responsáveis pela ameaça ou violação dos direitos da criança, um terceiro agente – ela própria (a criança), em função de sua conduta.” (p.318).

A autora aponta que o ato infracional praticado por criança ou adolescente recebe, pela lei, uma limitação, ou seja, uma consequência ao ato infracional que lhe confere restrição de direitos. Pode-se inferir, neste sentido, que o próprio artigo que versa sobre a garantia dos direitos de crianças e adolescentes que são ameaçados ou violados em seus direitos, ao mesmo tempo, pode voltar-se contra ela, isto é, o mesmo artigo diz que, em razão de sua conduta, a lei pode lhe auferir ameaça ou violação em seus próprios direitos. A guisa desta interpretação, complementa a autora: “Reconhece a legislação que a criança e o jovem, em função de uma dada conduta – crime ou contravenção – reconhecida como ato infracional, possam vir a ter direitos ameaçados ou violados” (p.318).

Para que se possa apreender a restrição de direitos quando da prática de ato infracional, é preciso que nos atenhamos às linhas de um artigo fundamental do Estatuto que versa sobre a interpretação da lei estatutária, a seguir:

Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais e a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento. (Art. 6º do ECA)

Para nos aproximarmos da primeira compreensão, isto é, a do infrator como sujeito às restrições (violação ou ameaça) em seus direitos, é preciso que nos voltemos ao supracitado artigo seis. Ao relacionarmos o artigo 98 a este artigo fundamental, podemos dizer que a criança ou o adolescente que comete uma infração, está em desacordo com os princípios norteadores a que a lei deve se basear, pois, ao praticar um ato infracional, vai contra os fins sociais e a que a lei se dirige, contra o bem comum, contra os direitos individuais e coletivos e contra aquilo que se entende por direitos de pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. A lembrar as palavras de uma conselheira, da “*criança que violou o seu próprio direito*”.

Sob esta perspectiva, podemos refletir que mesmo as medidas protetivas aplicadas à criança autora de ato infracional representam restrição de direitos. Assim, tratar-se-ia de uma resposta (consequência), da pretensão do Estado “entendida como

exigência de *subordinação* do obrigado à medida jurídica prevista em lei.” [itálicos nossos] (Garrido de Paula, 2006, p.30). Neste sentido, complementa o autor:

Crianças e adolescentes são *responsáveis* pelos atos infracionais que praticam. O são *desde o nascimento*, porque a prática de conduta descrita como crime ou contravenção penal tem a eficácia potencialmente de determinar movimento na máquina estatal de controle social da criminalidade (O crime, como desvalor social e independentemente da idade de seu autor, determina iniciativas tendentes a *coibi-lo*, variando os sistemas no que concerne à qualidade e à intensidade das sanções⁸⁰). A realização, ainda que parcial, de uma conduta típica leva ao desencadeamento da sua apuração ou à inação ditada pela consciência do mundo adulto de que o infante agiu sem dolo. Explico. Uma criança de oito anos de idade pode voluntariamente derrubar outra de um edifício, dando resultado à sua morte. Isto vai determinar, além da lavratura de um boletim de ocorrência (Controle administrativo de ocorrências policiais), providências judiciais ou jurisdicionais (Providências a cargo do Conselho Tutelar) que podem desaguar na aplicação de medidas em relação à criança. [itálicos nossos] (pp.30-31)

Segundo este autor, para não ser abusivo, o acionamento em justa causa da máquina do Estado é reservado aos casos em que há indícios de crime ou contravenção⁸¹, já que “responsabilizar significa impor resposta”, mesmo que esta resposta não seja a de impor sofrimento ou aflição. Assim, as medidas de proteção implicariam uma resposta jurídica⁸² diferente (da civil e da penal), em que há uma “interferência no processo de aquisição de valores e definição de comportamentos por meio da educação ou mesmo tratamento” (pp.32 e 34).

No entanto - insistimos para que possamos trabalhar a questão - a lei garante as medidas de proteção àqueles que forem ameaçados ou violados em seus direitos, mesmo em razão de sua conduta. O ato infracional, assim, encontra no Estatuto, em seu artigo 98, tanto restrição quanto garantia de direitos. Neste íterim, voltemos ao problema interpretativo deste específico artigo: qual a relação entre a ameaça ou violação de

⁸⁰ Isto é, “o que varia é a intensidade da responsabilização, entendida esta como a potencialidade de resposta incidente sobre o autor da ação geradora da intervenção estatal.” (Garrido de Paula, 2006, p.31).

⁸¹ Exemplifica: “um bebê pode dar causa a morte de outro, bastando que tenha empurrado seu igual com seus pezinhos, provocando queda aparentemente tola, mas com um resultado fatal. Neste último exemplo a exigência do sistema consiste somente na lavratura do boletim de ocorrência, de modo a registrar administrativamente a ocorrência e permitir até mesmo as providências necessárias ao registro do óbito e ao sepultamento, ou mesmo redundar em procedimento policial conclusivo evidenciando que os fatos passaram-se da forma como a descrita.” E continua a seguir: “É claro que o acionar da máquina estatal, na hipótese de condutas descritas como crimes ou contravenções realizadas sem dolo pelos infantes, reserva-se somente aos casos substancialmente graves, deixando o mundo adulto de provocar a atividade nos casos corriqueiros em que o resultado lesivo é absorvido pelos costumes educacionais, como uma briga entre irmãos pequenos com lesões leves entre os contenedores.” (p.31).

⁸² Amaral e Silva concordam: “A resposta, tenha o nome que tiver, seja medida protetiva, sócio-educativa, corresponderá sempre à responsabilização pelo ato delituoso. (p.57).

direitos (a qual se apóiam as medidas de proteção) e a razão de sua conduta (como na prática de ato infracional), presente nas mesmas disposições gerais do artigo 98?

Assim, tanto na letra do ECA, como dos comentadores consultados sobre o assunto, faz-se necessário apontarmos um paradoxo ou talvez, mais exatamente, uma dificuldade de entendimento. Parece-nos que o ato infracional, ao mesmo tempo em que implica uma restrição de direitos (por isso das medidas enquanto consequências jurídicas), aponta para uma garantia de direitos (representada também pelas medidas protetivas).

A lei determina medidas que devem levar em conta o fim social e a que elas se dirigem, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos e a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (Art. 6º). Engel (Sêda et al., 2003) enfatiza a contradição da restrição de direitos, a inimputabilidade do menor de 18 anos de idade e a diferença entre criança e adolescente, isto é, alude a “sanção” a sua específica população. A autora resolve da seguinte forma a sua questão:

Conciliando estas premissas aparentemente contraditórias, assegura-se à criança até 12 anos que comete um ato infracional a preservação de todos os direitos assegurados em lei, admitindo-se apenas para o adolescente infrator a restrição do seu direito à liberdade, e assim mesmo somente em casos considerados de extrema gravidade e em condições específicas. Cumpre ressaltar, finalmente, que mesmo nestes casos permanecem assegurados todos os seus demais direitos, não sendo admissível, por exemplo, negar-se escolaridade ou atendimento médico a uma criança em função de sua “má conduta”. (Sêda et al., 2003, p.318)

Ao escrever o texto acima, Engel apresenta a diferença no tratamento dado à criança e ao adolescente autor de ato infracional. Afirma, contrariando sua antiga citação que, no caso da criança autora de ato infracional, não se aplicam restrições de direitos. Entretanto, não observa a contradição presente no artigo 98 comentado, acerca da restrição e garantia de direitos da e na mesma lei.

No caso das crianças, o Estatuto apenas apresenta as medidas de proteção que não trazem em seu cerne, nenhum inciso que verse sobre uma restrição de direitos, ao menos, *implicitamente*. Com isso, podemos inferir que o artigo 98, ao tratar da relação entre as medidas de proteção, a ameaça ou violação de direitos e a conduta infracional, possa indicar outra interpretação.

Para tanto, é preciso que nos atenhamos novamente à letra da lei, de modo a reformular nosso questionamento: qual a restrição dada à criança autora de ato

infracional, se sua medida é exclusivamente de proteção, que não apresenta em seu cerne nenhuma restrição implícita de direitos?

Ao nos remetermos aos incisos das medidas de proteção, talvez não seja possível atribuir uma restrição implícita de direitos e, através desta leitura, poder-se-ia dizer que a criança autora de infração encontraria na letra da lei a situação de que está sendo ameaçada ou violada em seus direitos, em situação de risco, por parte de outrem.

Deste modo, frente às dificuldades apresentadas, apresentamos a segunda interpretação possível. A segunda compreensão é a de que o infrator está sendo ameaçado ou violado em seus direitos fundamentais, isto é, ao direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, etc. (Art. 4º). Seguindo a lei estatutária, nestes casos, a família, a comunidade, a sociedade em geral e o Poder Público não estariam assegurando, com absoluta prioridade, os direitos presentes na lei.

Diante desta perspectiva, as medidas de proteção podem ser consideradas essencialmente como não punitivas e, portanto, não restritivas de direitos⁸³. Como afirma Scheinvar (Sêda et al., 2003), os motivos da aplicação das medidas protetivas, pela “ótica do Estatuto, eximem o sujeito de qualquer ideia de punição, focalizando o Estado enquanto responsável por sua proteção.” (p.325). A observação desta comentadora faz com que questionemos, necessariamente, o que se entende por restrição de direitos, ameaça ou violação, por sua própria conduta. Torna duvidoso, no sentido desta hipótese, que a conduta infracional, no entendimento das medidas de proteção, indique restrição de direitos.

Nas pesquisas bibliográficas feitas sobre o tema, bem como nas entrevistas realizadas, encontramos a designação e a conjugação dos termos “situação de risco”. Para Soares et al. (2003), Oliveira (2008), Sposato (2006) e Molaib (2006), as crianças e os adolescentes em situação de ameaça ou violação de seus direitos são considerados em situação de risco pessoal ou social. Para estes autores, o infrator encontra-se em situação de irregularidade, ou seja, incluem na categoria de ameaça ou violação de direitos, aqueles cuja conduta foi descrita como crime ou contravenção penal.

⁸³ Concorde com esta aferição, Machado (2006). Segundo a autora, há ambiguidade na redação dos artigos 105 e 112 do Estatuto que conduzem a equívocos, como o de considerar as medidas protetivas como sendo medidas de “caráter sancionatório”, assim como considerar as medidas socioeducativas como tendo “caráter protetivo” (p.115). Exemplifica: “Assim é que, não raro, tem-se aplicado também a estes [adolescentes], em caráter sancionatório medidas que a lei menciona como de proteção. Veja-se, por exemplo, a tormentosa questão de imposição de tratamento psicoterápico ao adolescente que não padece de transtorno mental, contra a vontade dele e contra a indicação clínica dos profissionais da Saúde, como condição para a extinção ou abreviação da medida privativa de liberdade.”, denotando, assim, desvirtuamento no entendimento das medidas protetivas e socioeducativas (p.115).

A relação entre o infrator e a situação de risco pode trazer, portanto, outra interpretação. A situação de ameaça ou violação de direitos na esfera pública ou privada aproxima-se do exposto nos incisos I e II deste mesmo artigo (Art. 98), traduzindo-se como uma disposição aleatória do inciso III. Conforme objeção nº 151 oferecida por Viana (citado por Cavallieri, 1997), a disposição destes incisos oferecem imprecisões, em suas palavras: “Resultou *enumeração imprecisa*, incondizente com a pretendida proteção integral. A fórmula *em razão de sua conduta* é a imagem da imprecisão.” [itálicos nossos] (p.50).

De certa forma, podemos nos autorizar a seguir pela segunda linha interpretativa, contrapondo-se a primeira que versava sobre a restrição de direitos, quando se trata da aplicação das medidas de proteção à criança autora de ato infracional. Nas palavras de Kaminski (2002): “Correto, assim, definir à criança somente medida de proteção, pois pela proteção que lhe falta é que se dá a sua infração.” (p.155). Ao não restringir direitos, a criança encontraria na letra da lei, a efetiva ameaça ou violação de seus direitos por parte da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público.

Percebe-se, então, que a finalidade das medidas protetivas estabelecidas pelo legislador é de caráter compensatório em relação aos direitos que foram negados ou violados por força da ausência de direitos, quando não negados por um processo social esgarçado. (Nicodemos, 2006, p.74)

São diferenças que podem se mostrar no tratamento dado à criança autora de ato infracional por um lado, e ao adolescente autor de ato infracional por outro⁸⁴. No primeiro caso, encontram-se as atribuições do Conselho Tutelar de averiguar e requisitar aquilo que é da ordem da(s) necessidade(s) da criança, dos seus familiares ou responsável⁸⁵ (Arts. 98, 101 e 136). No caso do adolescente autor de ato infracional, cabe a autoridade judiciária julgar qual medida socioeducativa e/ou protetiva é a mais apropriada ao caso⁸⁶ (Arts. 112 e 148).

⁸⁴ Contribui Méndez (2006): “En todo caso, el principio general que interesa poner en evidencia es la diversidad del tratamiento jurídico con base en la faja etárea. Así, los niños no sólo son penalmente inimputables sino que además resultan penalmente irresponsables. En el caso de comisión por un niño, de actos que infrinjan las leyes penales, sólo podrán corresponder – eventualmente – medidas de protección. Por contrario, los adolescentes, también penalmente inimputables resultan, sin embargo, penalmente responsables. Es decir, responden penalmente.” (p.12).

⁸⁵ Nicodemos (2006), ao reforçar o caráter garantista das medidas de proteção afirma que além da aposta da legislação pelos “agentes de controle social informal, quais sejam, a escola, família, comunidade, tratamento médico, etc.” aponta que a referida competência do Conselho Tutelar nestes casos reforça e aprimora a concepção não restritiva de direitos “por efetivar as medidas protetivas *em favor da criança* na condição de autora de ato infracional.” [itálicos nossos] (pp.74 e 75).

Contribui para esta interpretação o fato de que, no caso da aplicação das medidas de proteção ao adolescente autor de ato infracional, são excluídas as medidas de acolhimento em entidade e colocação em família substituta, o que reforça a concepção de que a chamada “situação de risco” por ameaça ou violação de direitos por parte de outrem está, em certa medida, distanciada (na primeira interpretação) do ato infracional praticado por adolescente. Em suma, no caso do adolescente, este corre efetivamente o “risco” de ter seus direitos limitados.

Na segunda linha interpretativa, a da situação de risco, tem-se que a conduta social do infrator está diretamente ligada às mediações familiares, sociais e culturais. Assim como a maioria dos conselheiros entrevistados, alguns autores dissertam sobre o assunto da seguinte forma:

Acredita a lei que, ao se relacionar com sua realidade (subjetiva e objetiva), a criança vá construindo uma representação social do mundo e de si própria, constituída por conhecimentos, valores, crenças, mitos, normas, costumes, rituais e linguagem, que formam um sistema de significados, também chamado de cultura. Este conjunto de significados funciona como um gabarito, através do qual a criança não só percebe, compreende e julga a si própria e ao mundo, como também orienta a sua prática econômica e política e a sua conduta social. (Sêda et al., 2003, pp.326-327)

Antes, entendia-se que o menor estava em situação irregular, e o juiz tinha que aplicar-lhe medidas para tirá-lo dessa situação. Agora é bastante compreensível que a criança é um sujeito que se constrói das relações e influências sociais, e que a sua situação parte da irregularidade dos que deveriam protegê-la. (Kaminski, 2002, p.135)

Segundo Molaib (2006), a situação de risco demonstra que, apesar da legislação brasileira do ECA ser reconhecida como “uma das melhores do mundo”, existe “uma distância entre o que deveria ser e o que de fato é” (p.2). Apesar da lei, muitas crianças e adolescentes encontram-se abandonados, nas ruas, sem assistência, alimentação, educação, etc. A autora enfatiza o “processo de exclusão social a que está submetida grande parte da população brasileira” que contribuem para a promoção de condutas delitivas (p.2). A autora acredita que é preciso que se atenha ao fator de “co-culpabilidade” nestes casos.

⁸⁶ Tal diferenciação, como verificado anteriormente, não se dá sem consequências. Neste sentido, problematiza Nicodemos (2006): “Enquanto para a criança autora de ato infracional, o procedimento estatal desencadeado está conduzido pela máxima informalidade, gerando inclusive, em determinadas situações, vulnerabilidade a integridade física e moral da criança, no caso do adolescente autor de ato infracional, verificamos que o procedimento está baseado num aprofundamento das bases institucionais do Estado, o que levou a imperiosa necessidade de prever um conjunto de medidas assecuratórias de base constitucional.” (p.77).

De acordo com o artigo 208, o Estatuto garante a responsabilização dos pais ou responsável, da sociedade e do Poder Público por situações que possam colocar em risco tanto crianças quanto adolescentes. Entretanto, encontramos na sociedade brasileira, comumente, crianças e adolescentes submetidos a inúmeras situações de risco pessoal e social. Urge novo questionamento: o que determina que o ato infracional seja considerado situação de risco por estes autores? Efetivamente, a sua própria conduta ou a conduta de outrem?

Parece-nos que o questionamento destes problemas remete, necessariamente, a difíceis julgamentos. Por um lado, temos a infração como consequência de contextos familiares, sociais e culturais e, por outro, a infração como auto-posicionamento de risco, isto é, ao mesmo tempo em que se coloca em risco através do ato infracional, dirige o risco a outros (danos a outrem, característicos do ato de crime e contravenção), reservando-se a uma posição que poderá ser julgada como restritiva de direitos. Em suma, o ato infracional como causa ou consequência de ameaça ou violação de direitos.

Para que possamos continuar, sem esgotarmos o problema, consideraremos que a situação de risco pode ser entendida tanto como aquilo que causa o ato infracional, como aquilo que refere às consequências do ato infracional. De qualquer forma, como apresenta a letra do Estatuto, em seu artigo 98, assume-se a posição de que o infrator está em situação de risco, ameaçado ou violado em seus direitos, enquanto causa ou consequência de ato infracional.

Invariavelmente, no entanto, criança ou adolescente considerado em situação de risco pessoal ou social, encontra no Estatuto um lugar “garantido” ao exercício de sua cidadania, ao reconhecê-los enquanto sujeitos de direitos⁸⁷. Dessa maneira, as medidas de proteção conferem ao fora-da-lei um lugar dentro da lei, mesmo que este “dentro” implique, paradoxalmente, a restrição de direitos, isto é, a ameaça ou violação em seus direitos.

A partir do levantamento destas questões, podemos considerar que a situação de risco remete, necessariamente, a um lugar em que crianças e adolescentes podem estar inseridos, isto é, quando se encontram ameaçados ou violados em seus direitos fundamentais (mesmo em razão de sua conduta enquanto causa ou consequência de ato infracional). Assim, crianças e adolescentes que se encontram dentro da situação de

⁸⁷ Entendemos que o aspecto garantista de direitos (garantias de natureza penal dentro do sistema de responsabilização), presente na Constituição Federal, bem como o chamado “sistema terciário de garantias” do Estatuto, são aspectos que poderiam admitir o fim das questões anteriormente levantadas (Machado, 2006; Maior, 2006; Saraiva, 2006). No entanto, decidimos por deixá-las em aberto, mantendo dessa forma a cisão, a escansão, o “buraco” teórico.

risco estão, ao mesmo tempo, fora daquilo que lhes é garantido pela lei. Conforme o ECA explicita, “em razão de sua conduta” estão aqueles que estão *fora* da norma social (fora da norma da lei, infrator) e/ou *fora* daquilo que lhes é garantido pela lei (fora das garantias de seus direitos fundamentais). Assim, forjamos a noção do “fora-do-lugar” - daquele que se encontra entre a restrição e a garantia de direitos - neste lugar um tanto paradoxal do fora e dentro da lei. Passemos, neste momento, aos possíveis desdobramentos sobre o que se pode querer dizer sobre estes referidos “lugares”.

2º PARTE

5. A PSICANÁLISE E SEUS LUGARES DE DISCURSO

Fora atirado dentro da cafua. Era um pequeno quarto, por baixo da escada, onde não se podia estar de pé, porque não havia altura, nem tampouco estar deitado ao comprido, porque não havia comprimento. Ou se ficava sentado, ou deitado com as pernas voltadas para o corpo numa posição mais que incômoda. Assim mesmo Pedro Bala se deitou. Seu corpo dava uma volta e seu primeiro pensamento era que a cafua só servia para o homem cobra que vira, certa vez, no circo.

(Jorge Amado, Capitães da Areia, 1937/1971, p.221)

5. A PSICANÁLISE E SEUS LUGARES DE DISCURSO

A descoberta psicanalítica do inconsciente e de seu funcionamento deu-se a partir das inquietações clínicas de seu fundador. Na pena subversiva freudiana encontram-se os desdobramentos de sua implicação, daquilo que o causou enquanto pesquisador da subjetividade humana. Em suas palavras, a pesquisa científica sempre foi o “principal interesse” de toda a sua vida, fazendo com que a psicanálise deixasse de ser simplesmente um específico método terapêutico para ser reconhecida como a “ciência dos processos mentais inconscientes” (1925/1996, p.72). Ao fazer um retrospecto autobiográfico e, conseqüentemente, da história da psicanálise em 1925, Freud nos deixou o legado de um buscador e a marca de um questionador incomensurável.

Os acometimentos da vida pulsional, intrínsecos à descoberta do funcionamento do inconsciente, fez com que Freud rompesse com a noção narcísica de que o homem seria o senhor em sua própria casa. A ferida narcísica provocou resistências às suas subjacentes formulações, mas não foram suficientes para frear suas investigações. Permaneceu sensível às suas descobertas e à “aplicação” que estas revelavam ter nos distintos domínios do conhecimento. Para Freud, o inconsciente se mostrava presente em todas as manifestações humanas.

Em suas investigações, a aplicação (no sentido da extensão) da psicanálise sempre se achou imbricada em suas próprias formulações. Segundo o autor, estas tiveram início com Édipo e Hamlet, tragédias que serviram de sustentação para as descobertas acerca do funcionamento do inconsciente (presentes na obra inaugural da *Traumdeutung* de 1900). De forma semelhante, pôde encontrar fundamentos de sua teoria em obras artísticas, como o fez com uma lembrança da infância de Leonardo da Vinci e sua obra “Sant’Ana com a madona e o menino” em 1910 e com um conto de W. Jensen chamado “Gradiva” de 1907; além de “Moral sexual ‘civilizada’ e a nervosidade moderna” de 1908, que marcou o início das investigações psicanalíticas acerca do mal-estar social. Suas pesquisas se estenderam ao plano das práticas religiosas, dos mitos e lendas como no trabalho intitulado “Atos obsessivos e práticas religiosas” de 1907 e, posteriormente, “Totem e Tabu” de 1912-1913.

Após este período, Freud voltou-se para os temas da cultura, da sociedade e da história, que desde muito o fascinavam, por sua herança judaica e por ter vivido em

tempos de guerra. Foi assim com os trabalhos “Psicologia das massas e análise do eu” de 1921, “O futuro de uma ilusão” de 1927, “O mal-estar na civilização” de 1930 e “Moisés e o monoteísmo” de 1939. Freud foi um pensador da cultura, do mal-estar inerente à constituição humana, das massas, na medida em que se dispôs pensar tais fenômenos em sua relação com o inconsciente, a via por excelência da psicanálise.

Seguindo a linha freudiana, muitos autores, psicanalistas ou não, fizeram uso ou mesmo se apropriaram de suas descobertas. Desse modo, como Freud (1923-1922/1996) mesmo previu e constatou, a psicanálise expandiu-se e encontrou reconhecimento em diferentes áreas do conhecimento. As questões a que a psicanálise foi convidada refletir se transformaram e multiplicaram ao longo do tempo. Assistiu-se a uma série de pesquisas de diferentes áreas, abordando temas onde a psicanálise participa ou é fonte de conhecimentos.

Este método, que leva em conta o inconsciente presente em todas as manifestações humanas, será nossa aposta para abordarmos os problemas trazidos acerca da situação da criança autora de infração sob medidas de proteção. Para introduzirmos esta problemática, por meio do recurso da psicanálise, partiremos de um eixo teórico fundamental que concerne à noção de “lugar”. Este eixo será trazido à luz das considerações propostas por Jacques Lacan (psicanalista pós-freudiano) acerca dos “laços sociais”, que então formarão o enquadre para a articulação da investigação proposta (1969-1970/1992).

Inicialmente, traremos uma breve contextualização política, histórica e teórica acerca dos laços sociais propostos pelo autor. À luz do conceito de discurso (laço social) em psicanálise, pretendemos abordar alguns aspectos que permeiam esta dissertação. O primeiro, ao qual nos deteremos neste capítulo, refere-se ao lugar da criança, enquanto sujeito, nos diferentes laços sociais – nos discursos do mestre, do universitário, da histórica e do psicanalista – onde será possível igualmente apreender o que se entende por infantil em psicanálise. Deixaremos, dessa forma, para o capítulo seguinte, as considerações finais deste trabalho, onde pretendemos trazer à tona um quinto discurso proposto por Lacan, mas que, como veremos, não faz laço social: o discurso do capitalista.

5.1. O lugar da criança em psicanálise

Nesse momento, faremos um percurso cujo objetivo será o de trazer subsídios para se pensar sobre o infantil em psicanálise. Isso porque entendemos que uma clínica que interroga situações onde a criança é tomada como objeto de estudos e intervenção, independente de onde se localize um determinado fenômeno a ser investigado, é preciso antes, situar o lugar de onde parte a escuta da criança como sujeito em psicanálise. Neste sentido, o que se coloca é a necessária implicação do lugar da criança frente à posição daquele que a escuta.

A clínica com crianças sempre foi, em meu percurso, a maior referência no que tange à experiência que chamamos de “formação” em psicanálise. Enquanto desejo implicado na análise destes sujeitos, este lugar evidenciou uma experiência edificante, deferindo privilegio à minha formação, pois envolveu tacitamente aquilo que se chama por “desejo de psicanalista”⁸⁸.

Neste percurso singular, diante do questionamento sobre “como analisar crianças”, deparei-me com uma constatação que refere ao exato (no sentido de preciso) da posição do analista. Esta notória apreensão foi-me oferecida a partir de um ato de uma criança. Um dito que teve a dimensão de um ato. No contraste da aparente trivialidade de suas palavras, esta criança pôde dizer, com todas as letras, apesar da minha relutância, isto é, resistência, que ela “já” estava “falando”. Neste momento, ela acabava de entrar em análise, talvez sem se dar conta do que havia me ensinado⁸⁹.

O que se evidencia é justamente o avesso que a psicanálise com crianças pode oferecer ou, mais exatamente, o avesso das “adultices” como disse Mafalda, a personagem de Quino (1993, p.236). Inicialmente, como podem se revelar na figura das incessantes perguntas ou mesmo nas respostas, no comportamento por vezes intrigante e intransigente, na sua particular ou mesmo rudimentar forma de expressão, na evidência

⁸⁸ Apresenta Steffen (2005) sobre o desejo de analista: "Seu desejo é agora puro desejo, ou seja, pura falta. Ele atravessou todas as montagens que o protegiam da terrível visão do real: o nada", e continua: "Agora ele deseja o desejo, o nada que move a vida. Esse tipo de desejo é o chamado *desejo de analista*. Assim aparelhado, o sujeito passa a estabelecer relações com o outro, marcadas por essa nova posição" em que "o outro não é mais seu objeto. Seu desejo faz o outro desejar e assim encaminhar-se, também ele, para o momento de descobrir que não existe objeto para o desejo. O desejo vive de desejar, vive de nada ter" (pp.1-2).

⁸⁹ Em outras palavras, era preciso reconhecer o que ela estava dizendo na forma como ela dizia. Cabe salientar que este “dizer” não está sujeito ao problema do verdadeiro ou falso. A realidade que importa, desde Freud, é a realidade psíquica (que possui valor de uma verdade singular para o sujeito) (Freud, 1925/1996).

do sem sentido (presente no infinito das significações) ou mesmo na constatação do mal-entendido.

É aí que ela, a criança, convoca o psicanalista, provoca-o quando este se põe desatento. Chama a atenção daquele que se propõe psicanalisar, pois, invariavelmente, faz-dizer. A experiência analítica com crianças, portanto, revela-se como um “lugar privilegiado” onde não existe escapatória para o psicanalista.

A criança tem a propriedade de recuperar o jogo, jogo que produz um saber com sabor de *non-sense*, descansado de sentido. Suscita assim questões, exige respostas, joga com o recalcado do nosso desejo. Incontáveis discursos buscam insistentemente transformar esse imerso mundo, produzindo um saber que prova sua eficácia ao calar o que aí nos diz respeito, o que aí toca as reminiscências do infantil da nossa sexualidade. Dar voz à criança, escutá-la, fazer tentativas de articulações. Tudo isso como num jogo infantil no qual a busca de sentido possa ser desperdiçada, lançada adiante, no qual se possa voltar atrás, inovar nas regras, começar tudo de novo. (Teixeira, 1991, p.5)

Chamo “lugar privilegiado” à posição daquele que se dispõe à escuta de crianças, que se deixa implicar naquilo que faz e que busca a sustentação de sua clínica, aonde quer que esta se dê. Este emprego nocional busca transmitir uma acepção particular, não condizente a um suposto privilégio da posição do analista frente à criança. O emprego proposital desta conjunção de palavras é justamente uma provocação, na medida em que revela um mal-entendido contido na ambiguidade da conjunção de seus termos. A noção do sintagma “lugar privilegiado”, portanto, visa transmitir e considerar a clínica com crianças uma oportunidade de ensino, de formação para o psicanalista, na medida em que se trata do lugar da escuta do sujeito do inconsciente⁹⁰.

Ao situar a psicanálise com crianças como um “lugar privilegiado” para sua própria formação, põe-se em relevo a sua potência e o seu valor de transmissão. E, ao localizar o psicanalista, como o fez Lacan (1969-1970/1992) com o discurso analítico, a psicanálise encontra ferramentas clínicas para se pensar sobre o estatuto do sujeito.

Para investigarmos os específicos lugares aonde a criança - enquanto sujeito⁹¹ - pode ser localizada, traremos uma breve contextualização política, histórica e teórica

⁹⁰ Explica-se: os sentidos envolvidos no termo “infantil” variam; podem remeter a uma ideia pejorativa, a um comportamento geral das crianças, a uma definição de pouca idade ou de não aquisição de linguagem (*infans*), ou ainda ser entendido como correspondendo ao período da infância (Lévy, 2008). O conceito de infantil em psicanálise ultrapassa estas noções, especialmente quanto à perspectiva de evolucionismo ou da maturação intelectual do indivíduo. Trata-se de um conceito que revela o fundamento da constituição psíquica e, portanto, da constituição do sujeito do inconsciente.

⁹¹ Pois sabemos ser independente das idades da vida, já que à psicanálise interessa o sujeito. Trata-se, portanto, de um exercício de reflexão teórica e não uma suposta especificidade da clínica psicanalítica.

acerca da construção dos discursos em Jacques Lacan. Posteriormente, situaremos brevemente “a criança” nos quatro discursos propostos por este autor: como objeto dos saberes no discurso do mestre, como sujeito em constituição no discurso universitário e enquanto objeto de gozo no discurso histórico. Ao final deste percurso, pretendemos apresentar a criança enquanto “sujeito” no discurso analítico e o infantil como um lugar na fantasia.

Como se pode notar, pela maneira com que é abordado o início deste capítulo, seu trajeto envolve a noção de “lugar”, tomado enquanto condição ética⁹² para se pensar a experiência psicanalítica (seja dentro do consultório ou fora, para questionar e investigar os fenômenos sociais). Assim, ao lermos a fórmula freudiana *Wo Es war, soll Ich werden*, retomada por Lacan⁹³, é possível apreendermos que o que está colocado como princípio é justamente a questão do lugar, “qualquer que seja a forma imaginária de que ela se reveste: claustrofobia ou agorafobia, obsessão com o interior, brigas com a vizinhança, etc.”. Trata-se, neste percurso, de situar o lugar da falta a ser, do imperativo ético para a assunção do sujeito do inconsciente, isto é, “Ele deve se reconhecer em seu lugar, lá onde seu desejo se articula, ou seja, reconhecer no Outro esse buraco deixado pelo corte do objeto.” (Darmon, 1994, p.7).

Após este trajeto, como pretendemos mostrar ao capítulo que se segue, será possível situarmos então o “lugar da criança autora de ato infracional sob medidas de proteção”, entre a garantia e a restrição de direitos, isto é, no “fora-do-lugar”.

5.2. Antecedentes políticos e históricos sobre a noção de discurso

Para que se possa falar sobre estes referidos lugares, utilizaremos como texto de referência o Seminário 17 de Jacques Lacan: “O avesso da Psicanálise” dos anos 1969 e 1970. Ao longo deste Seminário, o autor dedicou-se à conceituação e à formalização dos discursos como aquilo que está para-além das palavras.

A estrutura dos discursos tem a propriedade de pertencer ao campo do gozo⁹⁴, como aquilo que excede o nível da linguagem, mas que se inscreve, isto é, escreve-se

⁹² Sobre o conceito de ética psicanalítica, vide segunda nota de rodapé na p.18.

⁹³ “*Wo Es war, soll Ich werden*, que retraduzo... lá onde isso estava, lá, como sujeito, devo [eu] advir.” (Lacan, 1966/1998, p.878).

⁹⁴ O conceito de gozo será abordado mais detalhadamente em “Considerações teóricas sobre a construção dos discursos em psicanálise”.

sobre a linguagem, como condição de um semidizer de onde parte nossas palavras e nossos atos.

Os aparelhos discursivos ou estruturas de discurso, mostram-se como formas de relações que são organizadas pela linguagem e se inscrevem como condição de sustentação da fala. Portanto, mesmo sendo um discurso “sem palavras”, como Lacan o formulou, é através da linguagem, do dispositivo languageiro dos discursos, que os ditos e os atos humanos adquirem a dimensão de um dizer essencial:

É que sem palavras, na verdade, ele pode muito bem subsistir. Subsiste em certas relações fundamentais. Estas, literalmente, não poderiam se manter sem a linguagem. Mediante o instrumento da linguagem instaura-se um certo número de relações estáveis, no interior das quais certamente pode inscrever-se algo bem mais amplo, que vai bem mais longe do que as enunciações efetivas. Não há necessidade destas para que nossa conduta, nossos atos, eventualmente, se inscrevam no âmbito de certos enunciados primordiais. (Lacan, 1969-1970/1992, p.11)

Os discursos propostos por este autor fazem menção ao que Freud (1930/1998) aludiu em o “Mal-estar na civilização”. Nesta obra, Freud salientou que a constituição subjetiva está atrelada aos laços sociais, nas relações ambivalentes estabelecidas com o outro na cultura, sob a influência do processo civilizatório que “convida” seus membros a uma renúncia pulsional⁹⁵ em prol da convivência social e da proteção. O que Lacan propôs neste Seminário, a partir do desenvolvimento sobre os conceitos de pulsão e linguagem, é que o mal-estar freudiano é o mal-estar dos laços de discurso.

O que se escreveu na pena subversiva freudiana, é que existe uma tendência pulsional do homem em destruir o outro, explorá-lo, assassiná-lo, abusá-lo sexualmente. No processo civilizatório o que ocorre é um enquadramento da pulsão pela linguagem, permitindo que as relações humanas sejam estabelecidas num campo de possibilidade. Dessa forma, segundo Quinet (2006), o que Lacan propôs é que os laços sociais são formas de “aparelhamento” do gozo pela linguagem.

Esta aparelhagem será fundamental para a conceituação dos discursos, pois o que passa a ser causa dos discursos é exatamente aquilo que escapa à ordem simbólica da linguagem (as leis, os códigos), o gozo será justamente o ponto “incômodo” onde os discursos emergem (Lacan, 1969-1970/1992).

⁹⁵ Em poucas palavras, o conceito de pulsão remete a uma noção de liame entre o somático e o psíquico; “Um processo dinâmico que consiste numa pressão ou força (carga energética, fator de motricidade) que faz tender [estado de tensão] o organismo para um alvo [um objeto]” que, diferente do instinto animal, não possui um objeto específico (Laplanche e Pontalis, 1976, p.506).

A formalização deste conceito se deu num panorama político e histórico que merece ser aludido. Na época deste Seminário, a França acabava de viver um movimento que ficou conhecido como a “Revolução de maio de 68”⁹⁶. Em junho de 1969, na ocasião da última aula do Seminário 16, Lacan tornou pública a notícia de que não poderia mais proferir seus seminários na Escola Normal Superior⁹⁷, a ENS, em decorrência das críticas do movimento às instituições universitárias. A justificativa dada fora a de que, para a ENS, seu ensino não condizia mais com as novas reformulações da Escola (Miller, 1984/2002).

Apesar de Lacan ter enfatizado no início do Seminário 17, que não atribuía a estes acontecimentos sua conceituação dos discursos (por conceber que o movimento tinha maior impacto às instituições do que à própria psicanálise), nota-se que os termos desta conjuntura não foram desprezados por ele que, a partir do ano seguinte, deveria então arranjar outro lugar para a realização deste seu particular ensino. Com isso, pôde perceber que a caracterização de seu discurso como um ensino não universitário, de todo modo apontava para outra forma de ensino, ou melhor, outra estrutura discursiva.

Importante observação a ser feita, de modo a contextualizar a construção dos discursos de Lacan, foi a sua participação como ouvinte na conferência intitulada: “O que é um autor?” de Michel Foucault em 1969, realizada na Sociedade Francesa de Filosofia. O que se pode dizer é que as considerações do conferencista sobre os discursos não passaram despercebidas por Lacan que, não por acaso, interveio ao final da conferência.

Nesta ocasião, Foucault (1969/1983) partiu de uma pergunta emprestada do dramaturgo irlandês, Samuel Beckett - Que importa quem fala? - para trazer apontamentos sobre a indiferença presente na escrita e no desaparecimento do autor contemporâneo. Segundo Foucault, estas manifestações seriam decorrentes de relações historicamente desenvolvidas entre o “homem-e-a-obra”:

⁹⁶ Esta Revolução percorreu toda a Europa e atingiu particular e fortemente a França. Foi um movimento de cunho político, marcado por forte crítica às instituições, atingindo principalmente as universidades. Nas palavras de Souza (2003), este movimento “se constituiu numa luta em defesa dos direitos à subjetividade... que ainda trazia como objetivo propiciar um certo hedonismo na cultura” e “buscava desenvolver uma não territorialidade e até mesmo uma falta de propriedade na aquisição do saber. Não deveria existir um caminho único para alcançá-lo.” (p.80). Segundo Roudinesco (2008), importa acrescentar aos “acontecimentos de Maio” que Lacan “sublinhava que a contestação conduziu à supressão na universidade da antiga função do mestre para substituí-la por um sistema tirânico fundado no ideal da comunicação e da relação pedagógica. Nada mais verdadeiro, já que se sabe hoje que a revolução das barricadas foi um dos momentos da substituição, na universidade, dos intelectuais pelos tecnocratas.” (p.471).

⁹⁷ A Escola Normal Superior foi a instituição onde Lacan passou a realizar seus seminários desde 1964, a convite de Louis Althusser, quando da segunda cisão do movimento psicanalítico (Roudinesco, 2008).

Essa noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também e na das ciências. Mesmo hoje, quando se faz a história de um conceito, ou de um gênero literário, ou de um tipo de filosofia, creio que aí não se consideram tais unidades menos como escansões relativamente frágeis, secundárias, e superpostas em relação a unidade primeira, sólida e fundamental, que é aquela do autor e da obra. (Foucault, 1969/1983, p.4)

Relacionou o autor como uma posição dentro dos diferentes campos discursivos (filosófico, científico e literário) que estariam ligados à noção de escrita⁹⁸. Para ele, há nisso que se escreve, na escrita do autor moderno, algo de uma exterioridade em que, em seu ato de escrever, o sujeito se apaga e desaparece:

O que quer dizer que ela [a escrita] é um jogo de signos ordenado menos por seu conteúdo significado do que pela própria natureza do significante; mas também que esta singularidade da escrita é sempre experimentada pelo lado de seus limites; ela está sempre transgredindo e invertendo essa regularidade que ela aceita e com a qual joga; a escrita se desfralda como um jogo que vai infalivelmente além de suas regras, e passa assim ao largo. Na escrita, não se coloca em causa a manifestação ou a exaltação do gesto de escrever; trata-se de alfinetar (*épinglage*) um sujeito dentro de uma linguagem; trata-se da abertura de um espaço em que o sujeito escrevendo não cessa de desaparecer. (p.4)

A escrita, como uma constante de desaparecimento, foi relacionada à noção de morte, tal como na consagração do herói das histórias gregas antigas, como uma forma de deixar para a posteridade, ou seja, a obra escrita na qualidade e tentativa de imortalização do autor. Dessa forma apontou que “o sujeito que escreve confunde todos os signos de sua individualidade particular; a marca do escritor não é apenas a singularidade de sua ausência; é preciso que ele represente o papel do morto no jogo da escrita.” (p.5).

O que ele pretendeu desenvolver em sua conferência foi exatamente a questão sobre como é possível que se configurem os diferentes tipos de discursos e mesmo a existência de um autor, quando não importa quem fala. A escrita como ausência, presente nos textos de diferentes obras é, paradoxalmente, o que preserva a existência do autor.

Diante deste paradoxo, Foucault aludiu ao “nome de autor”. Este nome corresponde àquilo que revela uma posição em relação aos discursos, onde se “assegura

⁹⁸ Cabe salientar que Foucault, nesta Conferência, dedicou-se especificamente ao autor de textos, de livros. Contudo, segundo ele, outras formas de autor podem ser referenciadas, na medida em que se trata de algo que envolve uma produção.

uma função classificatória” (p.8). Um nome de autor é uma atribuição digna em que se permite agrupar, delimitar e excluir uma série de textos numa obra. Nas suas palavras: “O nome de autor não está situado na pessoa física dos homens... não está situado na ficção da obra, ele está situado na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo de ser singular” (pp.7-9).

A partir disso, passou a situar o autor como uma função no campo dos diferentes discursos. Esta função seria uma “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade.” (p.9). Assim, a “função autor”, vai além do nome próprio ou da pessoa do autor. Enquanto “função”, o autor tem a função de produzir diferentes categorias de discursos, que podem ser classificadas de três formas: “literários”, “científicos” ou ter a qualidade de ser “fundador de discursividade” (pp.10-14).

Em sua aula inaugural no Collège de France em 1970, Foucault retomou e aprofundou o tema dos discursos e salientou que, atualmente, os autores no campo da ciência foram enfraquecidos e, em contrapartida, no campo literário, a função autor foi reforçada. O campo da discursividade (representado por Marx e Freud) seria caracterizado pela possibilidade destes autores em instaurar infinitos e diferentes discursos. Por este motivo, um autor no campo da discursividade encontrar-se-ia “em uma posição transdiscursiva.” (Foucault, 1969/1983, p.13).

O aspecto da discursividade foi ressaltado, na medida em que se realizaria pela condição de um “retorno à origem” (p.16). Este retorno seria responsável por produzir transformações, novos textos, conceitos antagônicos, etc., aspecto compartilhado por Lacan que, desde o início de sua obra, propôs-se a um retorno a Freud.

Este “retorno à”, ao qual Foucault se referiu quando da instauração discursiva, não quer dizer exatamente um processo de redescoberta ou de reatualização como ocorre nas ciências. Trata-se de um movimento que caracteriza e instaura a própria discursividade através de um princípio de “esquecimento essencial e constitutivo” do texto de origem. Tal esquecimento, que participa do processo de discursividade, caracteriza-se por um retorno aos furos do texto, em forma de costuras realizadas no texto e na obra do autor, onde são possíveis as modificações e transformações da discursividade.

Apesar de partirem de pressupostos diferentes, é possível notar nesta conferência, muitos dos termos utilizados no Seminário sobre os discursos. Soma-se a isso, como observou Roudinesco (2008), a minuciosa leitura que Lacan fez do texto de

Foucault “A arqueologia do saber” de 1969. No ano seguinte a este Seminário, em sua primeira aula, Lacan (1971/2009) escreveu na lousa: “De um discurso que não fosse semblante” (p.9). Ao introduzir este título, discorreu considerações acerca do sujeito como sendo um lugar em função dos diferentes discursos propostos, isto é, o discurso determinaria o sujeito antes de referenciá-lo (representando o sujeito em sua ausência)⁹⁹.

A justificativa encontrada por Lacan para a afirmação acima, deu-se através do próprio conceito de inconsciente freudiano (um saber que não se sabe). O inconsciente presente naquilo que é dito, um saber que se diz e que, por isso mesmo, não precisa ser dito por ninguém. Isto é: “O sujeito do discurso não se sabe como sujeito que sustenta o discurso. Que ele não saiba o que diz, ainda passa, sempre se o supriu. Mas o que diz Freud é que ele não sabe quem o diz.” (Lacan, 1969-1970/1992, p.73).

Quanto à característica dos discursos, Foucault disse que eles seriam organizados a partir de diferentes formas de relações, próprias a cada discurso. O que se propôs, em suma, é que o estabelecimento de diferentes formas de relações é o que define cada discurso. Pode-se dizer que encontramos esta mesma propriedade, isto é, a especificidade oferecida pelas diferentes formas de relações, na formalização dos discursos de Lacan. Além disso, podemos encontrar tanto em Foucault como em Lacan, a caracterização dos discursos como implicados numa relação com a história e com a cultura, como podemos observar, textualmente, abaixo:

Creio, por outro lado, que se poderia encontrar aí uma introdução à análise *histórica* dos discursos. Talvez seja tempo de estudar os discursos não mais somente em seu valor expressivo ou suas transformações formais, mas nas modalidades de sua existência: os modos de circulação, de valorização, de atribuição, de apropriação dos discursos variam em cada *cultura* e se modificam no interior de cada uma; a maneira pela qual eles se articulam nas *relações sociais* se decifra de modo, parece-me, mais direto no jogo da *função autor* e em suas modificações do que nos temas ou nos conceitos que eles realizam. [itálicos nossos] (Foucault, 1969/1983, p.18)

Mas *é fato, determinado por razões históricas*, que essa primeira forma, a que se enuncia a partir desse significante que representa um sujeito ante outro significante, tem uma importância toda particular na medida em que, *entre os quatro discursos*, ela se fixará no que iremos enunciar este ano como a articulação do *discurso do mestre*. [itálicos nossos] (Lacan, 1969-1970/1992, p.19)

⁹⁹ As elaborações deste Seminário (1971/2009) estão além dos limites impostos por este trabalho. Cabe observar, no entanto, que Lacan aprofundará uma questão crucial às discussões abordadas, versando acerca da determinação do sujeito no discurso, a ponto de afirmar que “nenhum discurso pode ser autoral”, pela aposta no princípio de que “Ali, isso fala” (p.12).

Outro aspecto trazido nesta conferência foi sobre o sujeito no discurso. Foucault levantou uma série de questões sobre como situar o sujeito nos diferentes discursos. Sem chegar a uma resposta, voltou à pergunta inicial para mantê-la em suspenso - “Que importa quem fala? -. Quanto a isso, pode-se dizer que Lacan trouxe uma contribuição bastante original em que, para cada discurso, definiu uma posição do sujeito nos diferentes laços sociais - nos discursos do mestre, do universitário, do histórico e do analista (que serão explicitados adiante).

Posteriormente, tendo em vista a origem dos discursos, Foucault tratou do vazio. Em suas palavras, um “certo vazio” é responsável pelo retorno à origem e, conseqüentemente, pela origem de novos discursos (p.16). Em Lacan (1969-1970/1992), encontraremos como causa dos discursos, aquilo que ele chamou de “furo” ou “buraco” na estrutura. Trata-se de um furo do campo do real¹⁰⁰ que permite que a cadeia significante emergja.

No entanto, suas concepções de discurso são diferentes. Foucault (1970/2009) aborda a dimensão da materialidade dos discursos em sua relação íntima com o desejo e o poder. Para ele, os discursos estão localizados na dimensão do significante, dos ditos, na forma “de coisa pronunciada ou escrita”. Nesta escrita o que está em jogo são os signos que se inscrevem “na ordem do significante” (pp.8 e 49).

Para Lacan (1969-1970/1992), apesar de também situar os discursos em sua relação com poder de dominação, configura-os numa dimensão sem palavras, isto é, ultrapassa o nível dos significantes e dos signos, pois o que está em causa é o real, ou seja, o campo do gozo como causa dos discursos.

As concepções destes autores se aproximam na medida em que ambos falam sobre os discursos em sua relação com o poder, com o desejo de dominação e por produzirem exclusões e interdições no plano de sua produção na sociedade. O poder de um discurso, seja em uma instituição de ensino ou no discurso do “louco”, é sempre um saber em forma de poder provido da relação com o outro. Dito de outra forma, os discursos que formulam verdades, desde os sábios de outrora aos laboratórios de hoje, criam saberes em que o que se esconde é a “vontade de poder” (Foucault, 1970/2009, p.19).

¹⁰⁰ Na voz de Chico Buarque, o real entoa: “O que será que me dá... o que não tem medida nem nunca terá, o que não tem remédio nem nunca terá, o que não tem receita. O que será que será...”. Nos termos de Lacan (1975/2003), trata-se daquilo que “não cessa de não se escrever”, mas que pode ser “transmissível pela escapada a que corresponde todo discurso” (p.556).

Pudemos acompanhar que, à época da construção dos discursos de Lacan, perpassaram movimentos políticos e históricos que estão (ao menos em sua abordagem temática), intimamente relacionados. Mas, para que se possa falar sobre o que este autor entendeu por laço social, isto é, por discurso como o que excede o nível da linguagem, mas que se inscreve, isto é, escreve-se sobre a linguagem¹⁰¹, é preciso que retomemos, mesmo que sucintamente, os meandros teóricos fundamentais desta elaboração. Afinal, qual a relação entre o gozo (o real enquanto causa) e a linguagem na formalização dos discursos em Lacan?

5.3. Considerações teóricas sobre a construção dos discursos em psicanálise

Para que se possa falar em discurso como aquilo que excede o nível da linguagem, é preciso que retomemos o que Lacan entendeu disso, ou melhor, como ele chegou a esta formulação. Isso porque certos axiomas, tomados como fins em si mesmos, podem contribuir para leituras equivocadas. Por este motivo, temos o cuidado e o empenho de fazer esta transmissão da forma mais clara possível, mesmo que isso comporte outros caminhos.

A obra de Lacan costuma ser dividida em três momentos que correspondem aos desenvolvimentos sobre os campos do imaginário, do simbólico e do real. A título de transmissão e tentativa de fazermos um percurso na conceituação dos discursos em Lacan, estes momentos serão divididos em quatro (sem que nos atenhamos a uma sequência estritamente cronológica). O primeiro de 1932 a 1953 (sobre o imaginário), o segundo de 1954 a 1964 (sobre o simbólico), o terceiro entre 1960 e 1974 (sobre o objeto “a” e o gozo) e o quarto, entendido como continuação do momento anterior, 1974 (sobre o real) (Miller, 1984/2002).

O primeiro momento foi chamado pelo próprio autor de seus “antecedentes”. Corresponde ao percurso iniciado por Lacan como médico psiquiatra (com sua tese de doutoramento sobre a psicose paranóica, em 1932) e seus desenvolvimentos sobre o campo do imaginário (Lacan, 1947/1998). O início da conceituação deste campo foi marcado por sua apresentação sobre o “estágio” do espelho em 1936, no Congresso da

¹⁰¹ Nas palavras de Quinet (2006): “Essas quatro formas de as pessoas se relacionarem entre si – governar, educar, psicanalisar e fazer desejar – Lacan chamou de discursos, pois os laços sociais são tecidos e estruturados pela linguagem.” (p.17).

Associação Internacional de Psicanálise (IPA) em Marienbad, até sua publicação em 1949, com o título modificado para “estádio” do espelho¹⁰². O período foi marcado pelo esboço de uma primeira divisão dos três registros (real, simbólico e imaginário) até a publicação de “Função e campo da palavra e da linguagem em psicanálise” em 1953 (Roudinesco, 2008).

O período de 1954 a 1964 marcou, segundo o autor, o início de seu ensino. Começou suas investigações em torno da conceituação do campo do simbólico, da linguagem, estabelecendo um retorno ao inconsciente freudiano sob a influência do movimento Estruturalista¹⁰³. Formulou, como condição para a psicanálise, o inconsciente enquanto estruturado como uma linguagem (Lacan, 1953/1998). Freud nunca disse, explicitamente, que o inconsciente era estruturado como uma linguagem, o que ocorre é que Lacan empreendeu a descoberta freudiana a partir da condição deste axioma, ou seja, para ele só era possível conceber o inconsciente freudiano por sua estruturação através da linguagem¹⁰⁴. Em outros termos, a linguagem é condição do inconsciente (Lacan, 1969-1970/1992; 1970/2003).

Este axioma, introduzido em 1953, decorreu da leitura que empreendeu dos textos da metapsicologia freudiana, bem como dos textos que referem a extensão da psicanálise, como Totem e Tabu de 1912-1913. Neste retorno à Freud, Lacan pôde observar que o que estava nas entrelinhas do legado psicanalítico era justamente o aspecto estrutural do inconsciente, a lógica do significante, tal como mostrou com a inversão da fórmula saussuriana, pela primazia do significante sobre o significado (S/s).

Situou as leis da fala como implicadas no reconhecimento e na autenticação do Outro (do inconsciente) e situou as leis da linguagem com a metáfora (substituição e condensação) e a metonímia (deslocamento) (Lacan, 1953/1998). Definiu, dentro do âmbito da linguagem, conceitos como o desejo que equivaleria à cadeia e à lei

¹⁰² O estágio do espelho versa sobre a formação do Eu da constituição do sujeito, do Eu enquanto função de desconhecimento. Parte de uma estruturação imaginária (Eu Ideal) por meio do simbólico (Ideal do Eu), donde se extrai a relação do sujeito com a realidade, o *Umwelt*, isto é, o mundo. É neste contexto de tensão/conflito interno que o autor situa a agressividade como constitutiva do Eu e inerente à relação com o outro semelhante; o despertar do desejo pelo desejo do outro retira o sujeito do campo dual, inserindo-o na cultura via palavra (mediação simbólica) (Lacan, 1949/1998; 1950/1998).

¹⁰³ Suas principais influências foram de Ferdinand de Saussure, Claude Lévi-Strauss e Roman Jakobson (Roudinesco, 2008).

¹⁰⁴ São, entretanto, inúmeras as passagens freudianas que aludem diretamente ao assunto. É possível notar a relação da linguagem com o inconsciente desde o início da psicanálise, como na passagem extraída da *Traumdeutung* a seguir: “Os pensamentos do sonho e o conteúdo do sonho nos são apresentados como duas versões do mesmo assunto em duas linguagens diferentes. Ou, mais apropriadamente, o conteúdo do sonho é como uma transcrição dos pensamentos oníricos em outro modo de expressão cujos caracteres e leis sintáticas é nossa tarefa descobrir, comparando o original e a tradução.” (Freud, 1900/1996, p.303).

metonímica, a demanda que estaria relacionada ao campo transferencial da fala em direção ao Outro do inconsciente, o sintoma como sendo uma metáfora vinda do Outro e o sujeito como aquilo que representa um significante para outro significante, ou seja, o sujeito dividido sendo o efeito da falta de um significante que possa dizer o que ele é (\$) (Quinet, 2006; Nasio, 1988).

Neste momento, seu ensino foi marcado pelo retorno ao Édipo freudiano. Teorizou sobre a metáfora paterna, o significante do Nome-do-Pai¹⁰⁵ e empreendeu desenvolvimentos acerca das estruturas clínicas (neurose, psicose e perversão). Aqui, sua concepção de discurso referia-se à linguística, a fala enquanto conjunção do dito (lado dos enunciados) com o dizer (lado das enunciações).

Em seguida, nos anos de 1960 a 1974, passou a investigar a noção de objeto “a”. Partiu também de um conceito de Freud, *Das Ding* ou a “Coisa” freudiana, enquanto *agalma*¹⁰⁶, o objeto para sempre perdido e à perdição do sujeito e, posteriormente, como objeto causa de desejo¹⁰⁷. O objeto “a” foi referido como o que não se deixa apreender totalmente por um objeto que possa ser encontrado na realidade, ou seja, é um objeto que tem a característica de pertencer ao campo do real.

Lacan retomou a noção da perda do objeto, aspecto este já salientado por Freud com relação às fases do desenvolvimento libidinal (oral, anal, genital, fálico) em que na passagem de uma fase para outra sempre decorre uma perda. A perda do objeto e a estrutura da linguagem tornaram-se fundamentais em sua teorização sobre a constituição subjetiva do sujeito. Retomou também o conceito de pulsão e elevou o efeito do significante no próprio corpo, evidenciando um corpo pulsional. Assim, o ser vivo falante é aquele que é, ao mesmo tempo, capturado pela estrutura significante e pela perda do objeto primordial (Miller, 1984/2002).

¹⁰⁵ O conceito do Nome-do-Pai será abordado ulteriormente em “O fora-do-lugar e o discurso do capitalista”. A título de introdução, cabe salientar que se trata de uma operação - chamada de metáfora paterna - que substitui o significante enigmático do desejo materno, tendo como resultado a produção de uma significação (significação fálica), que é o significante da falta e que introduz o sujeito numa sexualização (Dor, 1991). (Figura 2 – Metáfora Paterna):

$$\frac{NP}{DM} \cdot \frac{DM}{x} \longrightarrow NP \cdot \left[\begin{array}{c} A \\ \text{Falo} \end{array} \right]$$

¹⁰⁶ O conceito de *agalma* encontra sua referência no Seminário sobre a transferência de 1960-1961 (Lacan, 1960-1961/1992).

¹⁰⁷ O conceito de objeto “a” como causa de desejo, encontra sua referência especificamente no Seminário sobre a angústia de 1962-1963 (Lacan, 1962-1963/2005).

O campo do gozo, abordado com mais profundidade na década de 1970, é o que não se deixa apreender, o que escapa. Trata-se daquilo que se mostra na repetição freudiana, a repetição significativa que constitui o saber inconsciente. O gozo é mesmo o que foi descoberto no início da psicanálise, com a associação livre das histéricas, isto é, com o que se lida na exploração do inconsciente, o que se repete, como é evidenciado na articulação significativa ($S_1 - S_2 - S_n$).

Este termo, portanto, faz menção ao que Freud formulou em “Além do princípio do prazer” de 1920, com a noção de repetição e o conceito de pulsão de morte (Freud, 1920/1996). A repetição significa aquilo que caminha para a morte, espécie de retorno ao inanimado; é o que se mostra no desprazer (preponderância do prazer no desprazer) e no imperativo do supereu. Este retorno ao inanimado, o caminho para a morte, como formulou Lacan, implica em dizer que toda pulsão se dirige para a morte (Lacan, 1969-1970/1992).

Posteriormente, em meados de 1974, Lacan deteve-se com mais profundidade nas formulações sobre os três registros (real, simbólico e imaginário) e ressaltou o campo do real na psicanálise. Relacionou o conceito de objeto (o objeto pulsional) com o campo do gozo: “o que chamo de *deriva* para traduzir *Trieb* [pulsão], a deriva do gozo” (Lacan, 1972-1973/1985, p.153). O campo do gozo, considerado o “campo lacaniano” por excelência¹⁰⁸, foi fundamental para a conceituação dos discursos.

A passagem da estrutura da linguagem para a estrutura dos discursos, leva em conta a noção do objeto “a” como o que está fora do campo da linguagem e que justamente por estar fora, funda o campo da linguagem enquanto causa dos discursos. O real como causa foi a forma que Lacan encontrou para tratar o campo do gozo como o mal-estar da civilização (Quinet, 2006).

O gozo, enquanto ponto de emergência dos discursos, é a proposta de Lacan para tratar do mal-estar presente nas relações entre os homens. O objeto “a”, neste campo, adquire a dimensão de ser o elemento heterogêneo, isto é, “*hetero*” (outro) diferente do campo das identificações (“*homo*”) das formações grupais. Este objeto, ao mesmo tempo em que funda as relações sociais é o objeto da pulsão a que os membros da sociedade são convidados a renunciar (Quinet, 2006, p.28).

¹⁰⁸ É digno de nota que o que se chama de “campo lacaniano”, entendido por vezes como o “segundo Lacan”, não deve desprezar as articulações feitas anteriores a este período, pois, necessariamente, o inclui. Da mesma forma ocorre, como salientou Quinet (2006), com a primeira e segunda tópica freudiana.

Enquanto formas de laços sociais, os discursos são fundados por este objeto que tem a característica de ser da ordem do impossível, do real. Não é, portanto, da relação intersubjetiva, do nível dos enunciados, do diálogo entre as pessoas. Por ser desta outra ordem, os discursos são pautados num gozo da impossibilidade das relações entre as pessoas. Impossibilidade freudiana descrita pelos atos de governar, educar e psicanalisar. Diante do impossível da complementaridade entre os sexos (“não há relação sexual” no campo dos seres falantes, ou seja, não há plenitude ou harmonia) o que é possível é situar-se num discurso como aparelhamento e estabilização do gozo. Dessa forma, como salienta Quinet (2006), os discursos fundam como “fatos de discursos”¹⁰⁹ os laços sociais:

O sujeito do campo do gozo não é propriamente o sujeito da fala, e sim o sujeito implicado no gozo do laço social... O discurso é da ordem de um dizer. Um *dizer* é aquilo que, não sendo propriamente da ordem da fala, funda um fato. Os discursos fundam fatos, que são os laços entre as pessoas. Uma clínica derivada dos discursos é uma clínica do fato, ou melhor, uma *clínica do ato*. A definição do ato, segundo Lacan, é “um dizer que funda um fato”. (Quinet, 2006, p.30)

Dessa maneira, os discursos no campo do gozo seguem a via do ato ou, dito de outra forma, definem os atos e fundam os fatos de discurso que são inseridos como laços sociais. Esta clínica enfoca um dizer que está para-além do que é dito, sempre um semidizer.

Os quatro discursos propostos por Lacan (1969-1970/1992) partiram das três impossibilidades freudianas dos atos de governar, educar e psicanalisar, em que ele formulou uma quarta que refere ao fazer desejar do discurso da histérica. São formados pelo que ele chamou de “quarto de giro”, conjunção de termos aludido desde sua publicação de “Kant com Sade” de 1962:

Há então, entre cada discurso, uma operação de um quarto de volta, o que corresponde, na teoria dos grupos, a um gerador, termo empregado por Lacan, sendo esse gerador precisamente, aqui, a permutação circular. Em “Kant com Sade”, ele já havia feito atuar uma tal rotação em quarto de círculo numa estrutura quadripartida, sendo quatro termos exigíveis na construção de uma ordenação subjetiva. (Darmon, 1994, p.214)

¹⁰⁹ “O fato enunciado é, ao mesmo tempo, fato de discurso.” (Lacan, 1971/2009, pp.12-13).

Destes giros, partem quatro estruturas – lugares de discurso - que são definidas pelo ponto de partida, ao qual chamou de “agente”, e é deste primeiro termo que os demais são organizados formando uma constante de relações.

A partir do agente, os elementos de escritura (letras) que compõem os discursos (S_1 , S_2 , $\$$ e “a”), são definidos e passam a ter uma função dentro das operações lógicas, segundo a sua disposição (lugares na estrutura do quadrante), à direita ou à esquerda, como mostra a estrutura abaixo (Figura 3 – Montagem dos Discursos):

Lado direito

Lado esquerdo

Do arranjo desta estrutura quaternária, os elementos que a compõem produzirão efeitos sobre o sujeito (ao lado direito da estrutura). Isso porque cada letra, a depender de sua localização nos lugares denominados “agente”, “outro”, “produção” e “verdade”, adquirirá uma específica função.

É importante observar que esta estrutura quaternária faz referência ao chamado “Grupos de Klein”¹¹⁰. Os quatro discursos trazem lugares e funções e fazem parte da investida lacaniana na matemática e, especialmente, na topologia¹¹¹ (investimento considerado para a formalização e transmissão da psicanálise). Nos Grupos de Klein, os

¹¹⁰ Do matemático Felix Klein, nascido na Prússia (Alemanha). Outras influências para a construção destes “quadrípedes” foram a noção de “grupo quaternário” e as aulas que assistiu desde 1950, do amigo Georges Guilbaud (Roudinesco, 2008). O quadrângulo foi referência para a construção do Esquema L de Lacan e foi usado também, posteriormente, na construção do nó borromeano (Darmon, 1994). Na figura abaixo, pode-se observar as mudanças de forma, cor e forma/cor (Prates Pacheco, 2006). (Figura 4 – Grupos de Klein):

¹¹¹ Cujas raízes etimológicas significam lugar (*topos*, do grego), “estudo do lugar”. Nas palavras de Darmon (1994), a topologia “trata do espaço, não a partir de um ponto de vista quantitativo, métrico, mas de um ponto de vista qualitativo; ou seja, que estuda a relação entre diferentes lugares, as relações de vizinhança, de continuidade, de conexidade, ou, ao contrário, de fronteira, de separação e de borda, noções que... se impõem necessariamente quando se fala da linguagem.” (p.11).

elementos sofrem transformações e são organizados conforme são realizadas certas operações: permuta, inversão ou transformação. Em Lacan, entretanto, as operações não são como no grupo original (não são reversíveis), seguem uma “ordem circular estrita, S_1 , S_2 , a , $\$$, onde nenhuma comutação é permitida, ou seja, nenhuma troca entre dois termos no interior do círculo.” (Darmon, 1994, p.213).

Neste momento, vejamos como os elementos de escritura (representado pelas letras: S_1 , S_2 , $\$$ e “ a ”) servem aos discursos como forma de aparelhamento do gozo pela linguagem.

No campo do gozo, o significante mestre (S_1) tem a propriedade de ser um significante de comando, sendo oposto por sua natureza à propriedade da equivocidade significante. Ele tem a função de ser Um¹¹², o que significa que ele não pode ser partido. Trata-se de um traço de identificação e de distinção (traço unário¹¹³ como matriz da identificação simbólica do sujeito); um significante que representa um sujeito para outro significante. No processo da constituição subjetiva, o que se transmite com a falta significante é a falta de objeto, o que faz com que a unicidade deste significante primordial (S_1) esteja em função da falta deste objeto, como escreve Quinet (2006):

O traço unário (matriz da identificação simbólica) extrai sua unicidade, a marca do Um, do objeto a , que é um objeto feito de gozo. A unicidade significante é relativa à unicidade do objeto coordenador de gozo. (Quinet, 2006, p.31)

O significante binário (S_2) é a repetição do significante mestre (S_1) que, como nos lembra a lição freudiana acerca da primeira experiência de satisfação, é uma repetição condenada ao fracasso. É exatamente isso que Lacan quer dizer com o impossível da plenitude de gozo, o objeto perdido da constituição do sujeito¹¹⁴. Por isso, quando se repete o S_1 encontraremos o S_2 , é disso que se trata no paradoxo da repetição.

¹¹² A propriedade da unicidade significante refere-se ao que Lacan formulou com a expressão “Há Um!” (Lacan, 1972-1973/1985, p.34). Cabe salientar, contudo, que ele vai diferenciar este Um do campo da linguagem de duas formas. A primeira corresponde ao Um de *Enheit* que reúne, sintetiza, o significante da norma e da Lei e o Um de *Einzigket* que faz a exceção, a distinção do sujeito, que pode ser múltiplo, mas que assegura a “relação do sujeito com o saber” e com o “pensamento”. Já no campo do gozo, este Um corresponde ao S_1 do trauma (recalcado), do “excesso” que “não domina o gozo”, que “transborda” e que só se deixa apreender pelos objetos mais-de-gozar (Quinet, 2006, pp.93-95).

¹¹³ O traço unário tem a qualidade de ser um traço que marca uma diferença, mas que pode ser usado como traço de identificação por várias pessoas ao mesmo tempo, como o bigode de Hitler. Quinet (2006) salienta que o aspecto da unidade “é encontrada e generalizada por Lacan com o ‘traço unário’ (relativo ao segundo tipo de identificação descrito por Freud no texto ‘A Psicologia das massas e análise do eu’): o traço unário é o traço distintivo que está na base de toda identificação” (p.91).

¹¹⁴ O que causa e define o sujeito é a sua divisão subjetiva ($\$$). O sujeito é a cisão em que o simbólico e o imaginário tentam dar conta (como num nó) deste impossível de significar (do ser do sujeito) que é da ordem do real (Lacan, 1975/2003).

Diante deste paradoxo, o que se repete é o gozo, ou melhor, o “reencontro com a falta de gozo [pleno]” (Quinet, 2006, p.31). Desta repetição fracassada, encontra-se a cadeia ou a rede significante, o infinito das significações, por não existir um único significante que possa definir o que é o ser do sujeito. No campo psicanalítico, “x” não é igual a “x” como nas ciências. No campo do inconsciente, portanto, “x” é diferente de “x”, ou seja, um significante não tem a propriedade de significar a si mesmo. Por isso a unicidade no campo psicanalítico marca a distinção e não a unificação (Souza, 2003; Quinet, 2006).

O S_2 , tal como descoberto através das manifestações do inconsciente, é identificado ao saber inconsciente, ou seja, são manifestações que se evidenciam na articulação entre significantes como um saber próprio do inconsciente. Nas palavras de Lacan (1969-1970/1992): “o saber é coisa que se diz, que é dita. Pois bem, o saber fala por conta própria – eis o inconsciente” (p.73). No campo do gozo, o saber presente no inconsciente (como o que não se sabe, mas que se sabe) indica também uma forma que o sujeito encontra de gozar com o saber, ou seja, o saber é um meio de gozo.

O sujeito do inconsciente (\$) é aquele que não se deixa apreender pela cadeia significante. Ele se mostra na cadeia sendo a resposta do real como aquele que insiste por ex-sistir na rede metonímica¹¹⁵. Ele tem a função de organizar o buraco da estrutura real do objeto “a”, organização esta que somente é possível pela repetição da articulação significante, ou seja, só pode ser organizado através do saber inconsciente. Nas palavras de Quinet (2006), o sujeito “é aquele que é produzido retroativamente pela insistência da cadeia significante como repetição” (p.32).

O objeto “a”, neste campo, passa a ser definido como objeto “mais-de-gozar”, uma aproximação que Lacan efetuou com a noção de perda localizada na mais-valia de Karl Marx. Aborda o fracasso do gozo na busca de reencontrar o S_1 da primeira satisfação, aquele significante que viria supostamente representar definitivamente o ser do sujeito. Esta busca repetitiva implica uma despesa de energia (de uma economia que é pulsional), uma perda decorrente de uma busca fracassada, como na entropia, isto é, o gasto de energia resultante do funcionamento de uma máquina. O que sobra desta operação é o objeto “a”, que cai desta repetição. Este objeto é o que sobra de um gozo fracassado que, entretanto, não é contabilizado como perda, assim como na mais-valia da formulação marxista.

¹¹⁵ Nas palavras de Lacan (1972/2003): “Essa ex-sistência é dizer, e o comprova por ficar o sujeito à mercê de seu dito, quando ele se repete; ou seja, ao encontrar aí... seu *fading* (esvanecimento).” (487).

O que se mostra no campo lacaniano do gozo é que os elementos de escritura, as letras que compõem os discursos, são modos de gozo do sujeito (\$) dentro dos laços de discurso. Formas que o sujeito encontra para poder fazer laço, estabelecendo, mesmo com tento, suas relações através deste aparelhamento do gozo pela linguagem.

Nos discursos, portanto, o papel da linguagem é a de estabilizar, pacificar aquilo que perturba o sujeito em seu próprio corpo (campo pulsional). É através da linguagem, da articulação significante em movimento (também chamada de desejo) que este ponto perturbador de gozo pode receber tratamento, ou seja, oferecer um limite ao gozo (Nogueira, 1999).

O discurso toca nisso [no gozo] sem cessar, posto que é dali que ele se origina. E o agita de novo desde que tenta retornar a essa origem. É nisso que ele contesta todo apaziguamento. (Lacan, 1969-1970/1992, p.73)

Seguiremos agora, estabelecendo uma leitura destes laços sociais - do mestre, do universitário, da histórica e do analista – e atentando às relações sobre os possíveis lugares da “criança” nestes discursos. Cumpre ressaltar que faremos apenas um exercício de reflexão, pois é sabido e já foi dito que em psicanálise não importa as idades da vida, da lógica de Khrónos, mas do sujeito do inconsciente que não conhece ou se importa com o tempo cronológico.

5.4. A “criança” no laço dos discursos

A primeira forma de laço social ao qual iremos nos remeter é o discurso do mestre (matriz dos quatro discursos), como esboça os elementos abaixo¹¹⁶:

$$\frac{S_1}{\$} \quad \xrightarrow{\quad} \quad \frac{S_2}{a}$$

//

¹¹⁶ Para acompanhar, vide Figura 3 “Montagem dos Discursos” na p.152.

Neste discurso, Lacan (1969-1970/1992) empreendeu uma leitura da dialética hegeliana (de Kojève) do senhor e do escravo para dizer que o significante do senhor (S_1), no lugar de agente, dirige-se ao saber do escravo (S_2) para poder fazer uso deste saber. Isto é, o significante mestre dirige-se ao saber técnico, ao *savoir-faire* do escravo “para que esse saber se torne um saber de senhor” (p.21). O mestre é a figura daquele que nada quer saber e tem por objetivo “mostrar que o escravo sabe, mas, ao confessar isto... o que se oculta é que trata-se exclusivamente de arrebatar do escravo sua função no plano do saber” (p.21).

A dialética hegeliana aborda, invariavelmente, um saber que é absoluto, colocado no lugar da verdade. Este saber, que está na origem da articulação significativa ($S_1 - S_2$), faz com que surja um resto que se evidencia no fracasso daquele que se propõe governar. O resto configura, tanto para o senhor quanto ao escravo, um meio de gozo, uma perda que se apresenta no que o autor chamou de “dialética com o gozo” (p.36).

O que aparece nesta dialética é que tanto o mestre quanto o escravo estabelecem uma relação com o gozo. O saber-fazer do escravo comporta um meio de gozo que tem como produção um resto decorrente de seu “mais-de-trabalho”, assim como na mais-valia de Karl Marx. No caso do mestre, o gozo está situado no uso do saber que era originalmente do escravo.

A este “mais-de-trabalho” Lacan (1969-1970/1992) efetuará uma equivalência com o que ele chamou de mais-de-gozar. Contudo, como vimos anteriormente, a plenitude de gozo é uma impossibilidade para todo ser falante, a repetição é falha, ou seja, comporta um fracasso. Dessa forma, se o gozo fálico (pleno) é interditado a todo ser falante, como surge o mais-de-gozar? Esta é a pergunta de Lacan:

E é por isso mesmo que na investigação analítica o que interessa é saber como aparece, em suplência à interdição do gozo fálico, algo cuja origem definimos a partir de uma coisa totalmente diversa do gozo fálico, que é situada e, por assim dizer, mapeada, pela função do mais-de-gozar. (Lacan, 1969-1970/1992, p.78)

Para resolver esta questão, Lacan retomou as questões freudianas sobre o sexo nos casos Dora e da bela açougueira e pôde concluir que Freud teria problematizado a visão biológica do sexo, da diferença anatômica, quando propôs ressaltar a função do objeto perdido. O que o autor apontou é exatamente aquilo que remete à função do desejo no Homem, enquanto “presentificação da falta” na condição da “exclusão fálica no grande jogo humano de nossa tradição, que é o do desejo” (p.80). Isso significa que é

uma condição para todo ser falante que o gozo pleno seja uma impossibilidade. Dessa forma, como acompanhamos, o gozo se mostra numa economia, ao que o autor articulará com o campo da termodinâmica para falar em termos de economia de gozo, dos meios de gozo que é aquilo que “sabe-se como fazer” (p.80).

No discurso do mestre a dominante é o significante mestre (S_1) que representa a Lei e que caracteriza a ação de governar. No lado do outro, temos o dominado, onde se situa o escravo. No lugar da produção temos os objetos de gozo (“a”) do mestre (S_1) e no lugar da verdade, o que está escondido e, ao mesmo tempo, sustentando este discurso, o sujeito (\$).

Este discurso tem uma função reguladora e organizadora da sociedade, é aquele que promove a renúncia pulsional. O problema que esta estrutura discursiva apresenta é que, ao governar, produzem-se os restos da civilização ou, como salienta Quinet (2006): “produz os dejetos da civilização – o que escapa à simbolização. Ao se tomar a civilização através do que ela produz, a própria civilização é o dejetto” (p.37).

Interessante ressaltar, como fez Prates Pacheco (2006), é que a criança, neste discurso, será tomada por “um saber sobre a ‘Criança’” (p.307). Objetificando-a neste lugar, serão produzidos diferentes tipos de conhecimento, de especialidades e disciplinas que tentarão dar conta de governar o impossível do desejo. Neste sentido, observa a autora:

A consequência mais explícita de tal agenciamento é o aparecimento de uma série de disciplinas e especialidades cujo objeto de conhecimento é “A Criança”: a pedagogia, a pediatria, a pedopsiquiatria... A psicologia infantil, bem como a psicologia do desenvolvimento, também são consequências *a posteriori* desse discurso. (Prates Pacheco, 2006, p.307)

A criança, enquanto sujeito, encontra-se recalcada. Sua divisão, “como sintoma revelador da verdade da criança no lugar de objeto” causa a vontade de saber que está do lado do agente (p.307). Neste lugar, o S_1 marca um Universal onde “toda criança” é vinculada a um saber que a signifique (S_2). É um discurso que evidencia uma dominação e, se quisermos retomar o emprego nocional do início deste capítulo, de uma relação onde o “lugar privilegiado” é a lei do mestre (S_1).

Outro impossível é a tentativa de se educar o desejo, como mostra o discurso universitário:

$$\frac{S_2}{S_1} \xrightarrow{\quad} \frac{a}{\$}$$

O educar está na base das relações que se estabeleceram e se estabelecem com as crianças. Neste discurso, o saber (S_2), no lugar de agente, dirige-se ao aluno (“a”) por seu ato de educar. O que fica escondido, no lugar da verdade, sustentando este discurso, é o significante mestre (S_1) que é representado pelo autor. Com isso temos como produção o sujeito (\$), “que se revolta ou sintomatiza ao ser tratado como objeto a” (Quinet, 2006, p.36).

Toda relação que trata o outro como objeto do saber, tendo em vista a produção de um sujeito “formado” e “in-formado” corresponde ao discurso universitário. Dito de outra forma, todos os atos que estabelecem uma relação com o outro como sujeito em formação ou em constituição são aí localizados. O educar – tal como vige a ciência moderna - está na base da articulação em que o S_2 (tudo-saber) se dirige à criança enquanto objeto, na condição de não estar “pronta”. Assim, por não estar pronto, o sujeito do inconsciente encontra-se recalcado, sob a barra. Aqui, o lugar privilegiado é o da burocracia.

Segundo Prates Pacheco (2006), retomando o conceito de “dispositivo de sexualidade” de Foucault¹¹⁷, na atualidade deste discurso encontramos o “dispositivo de infantilidade” de Corazza¹¹⁸. A criança (objeto) localiza-se num espaço-tempo do “eduque-se!”, donde passará da condição de *infans* a adulto, portanto, formado, educado, capaz, desenvolvido, adaptado e maduro.

É importante salientar que foi justamente graças aos estudos realizados no âmbito do desenvolvimento psicológico, biológico e social do período da infância, que tornou possível a concretização da criança como sujeito de direitos humanos (Prates Pacheco, 2006). De forma semelhante, pode-se dizer que foi sob os auspícios destas manifestações discursivas, que tornou possível a criação e a concretização das necessárias intervenções oferecidas no âmbito das políticas públicas (voltadas aos direitos humanos, como educação, saúde, habitação, lazer, etc.) a esta parcela da população.

¹¹⁷ Referência ao trabalho “História da Sexualidade I: a vontade de saber” de 1985.

¹¹⁸ Referência ao trabalho de Sandra Corazza, “História da Infância sem fim”, 2000.

No discurso histérico o que está escondido no lugar da verdade, sustentando o sujeito, é o objeto “a” (gozo). No lugar do dominado, temos o significante mestre e, na produção, o saber (S₂) fabricado pelo mestre. “Assim, a histérica busca um mestre para dominá-lo” (Darmon, 1994, p.222). No agente, o sujeito do inconsciente com o seu sintoma (a divisão do sujeito como lugar privilegiado) “faz desejar”:

$$\frac{\S}{a} \quad \longrightarrow \quad \frac{S_1}{S_2}$$

Para Lacan (1969-1970/1992), esta forma de laço caracteriza-se por ser um dos avessos da civilização. A justificativa para isto é que este discurso, assim como o do analista, leva em conta o objeto “a”. Não por acaso, é uma estrutura discursiva provocada pelo discurso analítico quando da entrada em análise. Assim, através da transferência, torna-se possível a produção de um saber sobre o objeto (que está no lugar da verdade). Nas palavras do autor:

O que o analista institui como experiência analítica pode-se dizer simplesmente – é a histerização do discurso. Em outras palavras, é a introdução estrutural, mediante condições artificiais, do discurso da histérica. (Lacan, 1969-1970/1992, p.33)

Pode-se pensar que, neste discurso, a criança seria tomada como um objeto que viria responder sintomaticamente ao “*Che vuoi?*”, isto é, à demanda de saber quem se é (S₁). Na reflexão proposta por Cohen (2001), através da leitura evocada pela articulação entre o S₁ (lado esquerdo) e o objeto “a” (lado direito, sob a barra): “No discurso da Histérica, “a” criança habitaria o lugar da verdade recalcada, da pergunta freudiana: ‘O que quer uma mulher?’. Seu objetinho “a”, seu filho?” (p.20).

O discurso analítico traz uma experiência que convoca o real e que é da ordem de outro impossível, o psicanalisar:

$$\frac{a}{S_2} \quad \longrightarrow \quad \frac{\S}{S_1}$$

Neste discurso, temos o psicanalista que faz semblante do objeto causa de desejo (“a”). Seu ato tem relação com o desejo de analista e, por isso, faz-se semblante de objeto:

É ao analista, e a ele somente, que se endereça essa fórmula que tantas vezes comentei, *Wo es war, soll Ich werden*. Se o analista trata de ocupar esse lugar no alto e à esquerda que determina seu discurso, é justamente porque de modo algum está lá por si mesmo. É lá onde estava o mais-de-gozar, o gozar do outro, que eu, na medida em que profiro o ato analítico, devo advir. (Lacan, 1969-1970/1992, p.55)

O saber (S_2), situado no lugar da verdade, será o da construção da fantasia numa análise. Segundo Quinet (2006), esta construção refere-se a um “saber sobre a castração, a falta e a inexistência da relação sexual” (p.33). No lugar do outro, temos o sujeito do inconsciente que está causado pelo desejo de saber sobre a sua divisão subjetiva. O significante mestre, que está no lugar da produção, é um S_1 , ou seja, apenas um significante que “não precisa necessariamente ser encarnado por ninguém” (p.35). O Um neste discurso é um traço, mas é um traço de “desidentificação aos ideais do Outro” onde “o sujeito é liberado das amarras do mestre do significante” (p.42).

Prates Pacheco (2006) observa que, neste discurso, o que se despona é a ética psicanalítica que leva em conta a divisão subjetiva, o desejo e o fantasma¹¹⁹, portanto, o sujeito do inconsciente. Tal formulação aponta para uma lógica específica que é a do “não-todo” (conforme as fórmulas da sexuação desenvolvidas por Lacan). Assim, com relação à criança tomada como sujeito (\$), trata-se de privilegiar a passagem do *infans* à sexuação o que, segundo esta lógica, corresponde à inscrição do sujeito na partilha dos sexos, ou seja, a posição do sujeito frente à castração:

Só é possível tratar o *infans* por um saber que se acrescenta ao Real, um saber no lugar da verdade. A verdade que, como sabemos, tem estrutura de ficção. Assim, o trauma é verdadeiro porque, como diz Lacan “o verdadeiro visa ao real”. Quanto ao tratamento desse real pelo simbólico – que chamamos de psicanálise – Lacan, nos diz: “recorrer ao não-todo...” isto é, aos impasses da lógica, é mostrar a saída fora das ficções de mundanidade, *fazer outra ficção do real*, isto é, do impossível que o fixa pelas estruturas de linguagem. (Prates Pacheco, 2004, p.133)

A partir das contribuições lacanianas, segundo Prates Pacheco (2004), pode-se dizer que o infantil é um lugar onde, na fantasia, localiza-se uma operação de encontro

¹¹⁹A fantasia é uma resposta do sujeito ao encontro traumático com o significante. Este significante do desejo, ou seja, da falta no Outro, atravessa a constituição do sujeito. É um ponto de balança, uma operação significativa que gera um resto impossível de significar. A constituição do sujeito atesta que a fantasia está neste instante em que se é sujeito, aquele que passa a pertencer à cadeia metonímica que o define, num sem fim do discurso ($S_1 - S_2 - S_n$) (Prates Pacheco, 2004).

traumático com o significante, com o impossível de significar. É uma operação que atravessa a concepção das fases da vida, pois refere um resto que é inacessível à consciência, constituindo o inconsciente. Portanto, o infantil como o que há de estrutural no sujeito.

Da infância como uma fase da vida a ser superada ao longo de seu desenvolvimento psicológico, biológico e social (discurso universitário), da infância como objeto de atenção dos diferentes saberes (discurso do mestre) à criança como objeto de gozo (discurso histérico), a psicanálise questiona a concepção de *infans* para fazer falar a criança que tem “direito”, acima de tudo, à fala. O infantil da estrutura, o sujeito do inconsciente, tem um lugar privilegiado na psicanálise.

6. A PSICANÁLISE DIANTE DO FORA-DO-LUGAR

OUVINDO O DIRETOR DO REFORMATÓRIO

O diretor do Reformatório Baiano para Menores Abandonados e Delinquentes é um velho amigo do “Jornal da Tarde”. Certa vez uma reportagem nossa desfez um círculo de calúnias jogadas contra aquele estabelecimento de educação e seu diretor. Hoje, ele se achava na polícia esperando poder levar consigo o menor Pedro Bala. A uma pergunta nossa respondeu:

-Ele se regenerará. Veja o título da casa que dirijo: “Reformatório”. Ele se reformará.

E a outra pergunta nossa, sorriu:

-Fugir? Não é fácil fugir do Reformatório. Posso lhe garantir que não o fará.

(Jorge Amado, Capitães da Areia, 1937/1971, p.217)

6. A PSICANÁLISE DIANTE DO FORA-DO-LUGAR

O que aprecio antes de tudo naqueles que querem entrar nessa onda é o modo como eles a pegam, é a autenticidade de sua navegação. (Lacan, 1975, p.177)

Após a leitura dos lugares onde a criança, enquanto sujeito, pode vir a se situar - por meio da formulação dos quatro lugares de discurso em psicanálise – buscaremos, neste momento, localizar a criança empreendida por este trabalho. Conforme se pôde acompanhar na primeira parte, pode-se dizer que o elemento característico da situação da criança autora de ato infracional é que ela encontra na lei estatutária a interpretação de que está, ao mesmo tempo, fora-da-lei ao cometer ato infracional e/ou fora daquilo que lhe é garantido pela lei, ao ser considerada em situação de risco¹²⁰, isto é, por sofrer ameaça ou violação (enquanto causa ou consequência de ato infracional) em seus direitos fundamentais.

Atentando para o conectivo “sob” onde se entrelaçam a criança autora de ato infracional e as medidas protetivas, descortina-se um lugar de acolhimento oferecido pela lei por meio da intervenção do conselheiro tutelar. A função de conselheiro encontra fundamento nas medidas de proteção, já que se originam da não garantia de direitos e têm como objetivo a garantia do direito ameaçado ou violado. Como é possível notar, estamos sob o mesmo eixo teórico, ou seja, referimo-nos a um lugar¹²¹. Dessa forma, aos sujeitos considerados “fora”, isto é, fora daquilo que lhes é garantido pela lei, ao ser ameaçado, violado ou mesmo infrator, o Estatuto garante intervenções que devem visar seus direitos, mesmo que nesta visada emergja o paradoxo da restrição. Trata-se da estrutura de um lugar, portanto, fora e dentro da lei.

¹²⁰ A situação de risco remete, como se fez constatar, a um lugar onde crianças e adolescentes podem estar inseridos, isto é, quando se encontram ameaçados ou violados em seus direitos fundamentais (mesmo em razão de sua conduta enquanto causa ou consequência de ato infracional). Assim, crianças e adolescentes que se encontram dentro da situação de risco estão, ao mesmo tempo, fora da lei.

¹²¹ Cabe salientar que, desde o início, ao fazermos nossa imersão histórica com o propósito de apreendermos as atuais medidas de proteção, a criação dos Conselhos Tutelares e a situação das crianças autoras de ato infracional, em seu contexto social e político, falou-se durante todo o tempo sobre “lugares”. Assim, descortinou-se a criança no lugar de *infans*, no lugar de “menor” e mesmo nas leis, nas medidas socioeducativas e de proteção. Portanto, é importante constatar que a questão dos lugares acabou por determinar o percurso deste trabalho. Não à toa, também conduziu-nos aos desdobramentos sobre os lugares de discurso em psicanálise.

Assim, foi a título de transmissão que forjamos, no final da primeira parte, a noção do “fora-do-lugar”, isto é, daquele que está entre a garantia e a restrição de direitos. Esta noção permitirá que alcancemos os desdobramentos pretendidos sobre este tema em sua dimensão estrutural. Trata-se de irmos além dos possíveis desdobramentos assentados no registro imaginário sobre o assunto, reforçando o eixo teórico introduzido anteriormente - os lugares de discurso em psicanálise – por entendermos como determinante aquilo que possa ser da ordem da estrutura¹²².

Retomemos. Ao longo do trabalho uma questão fundamental foi extraída e formulada pela conexão de dois termos: “criança ‘infratora’” *sob* “medidas de proteção”, e esta fórmula encontrou, no desenrolar teórico e da pesquisa de campo, um problema central que versa sobre a complexidade do lugar desta criança, a saber: “entre a garantia e a restrição de direitos”, o que entendemos como sendo a estrutura de um lugar extraído da relação destes termos conectados.

Entendemos que, ao selecionarmos esta questão, o que se pretende é, simplesmente, não reduzir a complexidade da temática. De qualquer forma, seria impossível, dentro dos limites deste trabalho, debruçarmo-nos sobre toda a sua complexidade. Trata-se de uma redução necessária para que possamos, portanto, não fechar o assunto. Este trabalho foi um *start*; um começo para as discussões que se mostraram necessárias sobre o assunto. Por isso entendemos que a maior contribuição que este trabalho pode trazer, encontra-se na elucidação e constatação da necessidade de debates sobre a complexidade do tema da criança autora de ato infracional.

Após a construção destas formulações sobre o lugar da criança autora de ato infracional sob medidas de proteção, pretendemos com este capítulo a conclusão do trabalho. Realizaremos, dessa maneira, uma inflexão teórica por meio de um lugar de discurso chamado por Lacan (1969-1970/1992) de “discurso do capitalista”. Um discurso que não faz laço social¹²³.

As formalizações dos discursos por este autor revelam-se estruturas marcadas pelo real e pelo significante. Assim, há nisso que é da ordem do ato e do destino do sujeito, a determinação significante que, enquanto tal, sempre relançará a outro

¹²² A formalização dos quatro discursos salienta que, no campo analítico, trata-se de escapar ao imaginário via articulação significante para alcançar seu real. Nos termos de Lacan: “A estrutura é o real que vem à luz na linguagem.” (1972/2003, p.477).

¹²³ Seria prudente abordarmos esta afirmação com mais rigor. Apesar dos limites impostos por este trabalho, faz-se importante questionar o que se quer dizer com “não faz laço social”. É possível conjecturar tratar-se de estar fora do laço encarnado no corpo, aspecto de virtualização dos ideais, ao mesmo tempo em que ocorre a “publicização” do gozo, isto é, o gozo tomado como algo público, fora do campo privado (uma espécie de gozo a céu aberto).

significante não representando, portanto, um significado¹²⁴. Ao não representar um significado, encontramos o aporte para entregarmos este trabalho às futuras investigações, como Freud (1922-1923/1996) mesmo previu:

Pelo contrário, ela [a psicanálise] se atém aos fatos de seu campo de estudo, procura resolver os problemas imediatos da observação, sonda o caminho à frente com o auxílio da experiência, acha-se sempre incompleta e sempre pronta a corrigir ou a modificar suas teorias. Não há incongruência (não mais que no caso da física ou da química) se a seus conceitos mais gerais falta clareza e seus postulados são provisórios; ela deixa a definição mais precisa deles aos resultados do trabalho futuro. (pp.269-270)

A partir dos argumentos teóricos do discurso do capitalista e da noção de lei simbólica em psicanálise, pretende-se produzir e transmitir um saber – que é sempre um “não saber” de uma verdade “não-toda” e semi-dita - sobre as questões envolvidas no tema da criança autora de ato infracional sob medidas de proteção - enquanto sujeitos situados entre a garantia e a restrição de direitos – no “fora-do-lugar”.

6.1. O “fora-do-lugar” e o discurso do capitalista

Não devem as suposições que determinam nossas regulamentações políticas serem chamadas também de ilusões? E não acontece que, em nossa civilização, as relações entre os sexos sejam perturbadas por ilusão erótica ou um certo número dessas ilusões? E, uma vez despertada nossa suspeita, não nos esquivaríamos de também perguntar se nossa convicção de que podemos aprender algo sobre a realidade externa pelo emprego da observação e do raciocínio no trabalho científico, possui um melhor fundamento. (Freud, 1927/1998, p.43)

A categoria instituída pelo ECA, em seu artigo 98, de crianças ameaçadas ou violadas em seus direitos, remete-nos à antiga concepção de criança em “situação irregular” do extinto Código de Menores de 1979. A esta época, o Código estabelecia ao

¹²⁴ Nas palavras de Lacan (1975): “Não há nenhuma esperança de atingir o real pela representação”, o que implica dizer que “Não há ‘todos os elementos’, só há conjuntos a determinar em cada caso... Meu S₁ só tem o sentido de pontuar isto aí, este significante – letra que escrevo S₁, significante que só se escreve fazendo isso sem nenhum efeito de sentido. O homólogo, em suma, do que acabo de dizer do objeto ‘a’.” (p.181). Em outros termos: “O essencial que há no jogo de palavras, é isso que nossa interpretação deve visar para não ser aquela que alimenta o sintoma de sentido.” (Lacan, 1975, p.186).

“menor” infrator, órfão ou pobre, a doutrina de uma cultura considerada assistencial, tutelar, paternalista e reservada ao controle social.

Diante daquilo que saía do controle, do progresso e da ordem da nação, cabia ao juiz de menores aplicar sanções a todos àqueles “menores” que desviassem do “normal” e do “natural” progresso nacional. A lei desta época não trazia uma política de garantia de direitos às crianças e adolescentes, reservando-se, tão somente, a uma centralização do controle social pelo Estado. Visava-se prevenir as desordens causadas pela situação da pobreza e da orfandade que, de forma determinante, era considerada causadora da delinquência (Bulcão & Nascimento, 2002).

A Doutrina da Proteção Integral, presente na Constituição Federal (1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), trouxe uma mudança de paradigma, isto é, o de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e deveres. No entanto, apesar das variações ocorridas na história, as medidas institucionais destinadas à criança e ao adolescente pobre, abandonado ou infrator pouco se modificou: “Asilos e orfanatos para os menores abandonados, institutos disciplinares ou correccionais para os infratores... Mais ou menos autoritárias... de conter ou minimizar os riscos.” (Moraes, 2000, p.76).

Apesar da mudança de paradigma e da proposta trazida pelo Estatuto de representar e atuar em função dos direitos desta população, o lugar de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, nem sempre foi ou é assegurado conforme determina a lei. Como observam Nascimento e Ribeiro (2002), a integração e a ressocialização dos excluídos da cidadania têm funcionado como “dispositivo de camuflagem do problema, pois as políticas de inserção se limitam a atender os excluídos, predominando propostas de assistência com componentes de moralização, culpabilização e tutela” (p.25).

Desde a intervenção estatal no tocante às questões sociais, do final do século XIX e início do XX, o que se evidenciou foi que o Estado passou a encarar “os indivíduos como ‘valor de uso’, como mercadorias que valem pelo que produzem, por sua utilidade” (Coimbra & Neves, 2002, p.41). Nesta mesma lógica, como se pôde apreender, difundiram-se as dicotomias da “situação irregular” e a exclusão dos que se localizavam fora do discurso hegemônico capitalista burguês. Deste modo, os “desviantes” e os “desestruturados” passaram a se situar fora e à contramão do esperado “milagre econômico” e do “bem-comum” da nação, restando-lhes medidas assistenciais, caritativas, paternalistas e repressoras, que acabavam por reforçar a sua exclusão (Barbosa et al., 2002).

Na sociedade brasileira, como pudemos acompanhar, a diferença existente entre classes sociais implica no diferente acesso aos direitos como saúde, educação, lazer, etc. Segundo Rosa (1999; 2002), esta diferença se assenta no Capitalismo avançado neoliberal¹²⁵, onde apesar de vigorar a lei do mercado e a igualdade de direitos e oportunidades, esta última não impera. É o sistema capitalista regido pelo consumo de massa quem dita aquele que pertence ou não à atual igualdade de direitos da democracia neoliberal.

Diante desta desigualdade, as relações humanas são inseridas em diferenças dadas por esta configuração social. A importância das identificações, desejos e ideais são, segundo a autora, bases fundamentais na articulação do sujeito aos diferentes grupos sociais. Entretanto, inseridas neste contexto, as relações humanas são marcadas pelo enaltecimento do Eu, onde o investimento do outro é sucumbido pelo individualismo, como se fosse possível prescindir do outro e excluir a intermediação dos laços sociais. Assim, retomamos a questão levantada por Soler (1998):

A questão que se coloca é a de saber: os direitos do Homem, desenvolvidos com muita legitimidade contra o mestre-tirano e as espoliações das massas, o que podem eles contra os mandamentos do mercado e a infernal produção de necessidades de artifício? (p.287)

Neste sistema, os sujeitos que aí se inserem, encontram-se numa estrutura marcada pela perversidade das desigualdades sociais. Segundo Lacan (1967/2003; 1969-1970/1992), é da ordem do dia o questionamento sobre as implicações do progresso das ciências em todas as estruturas sociais, mais propriamente, de seus efeitos de “segregação”. Trata-se de uma problemática apontada nos laços sociais contemporâneos, chamado pelo autor de “discurso do capitalista”. Neste discurso o que impera é a lógica do ter e do individualismo. O Eu da dimensão imaginária, torna-se uma instância privilegiada em que o que se visa é o sucesso individual engendrado pela quantidade do ter dos objetos-mercadoria oferecidos pelo Capitalismo.

Ao prescindir do outro e excluir a intermediação dos laços sociais, os sujeitos aí inseridos são reconhecidos pelo seu poder de consumo. São os objetos oferecidos pelo capital, os *gadgets*, que permitem engendrar o lugar a ser ocupado ou não na sociedade,

¹²⁵ O neoliberalismo rege um “*imperativo de liberação*”, em que se pretende o “desaparecimento de barreiras ao livre comércio, desregulamentação e abertura de mercados com a dissolução de fronteiras nacionais”, o liberalismo “torna-se um imperativo... sob a égide do *dever*” (Gonçalves, 2000, p.108).

pois, via marca de uma alienação distorcida, “não é o ser que faz o *jeans*, mas o *jeans* que faz o ser” (Volnovich, 1993, p.31).

Neste embate, como observou o frankfurtiano Marcuse (1964), tanto burguesia como proletariado se unem na preservação do *status quo* do sistema capitalista. O público e o privado são obliterados, a identificação se dá de forma imediata e automática (mimetizada), a razão tecnológica institui novas formas de controle social, a recusa e a subversão são sucumbidas, as necessidades se dão via “produção e o consumo do desperdício” e o totalitarismo¹²⁶ adquire consistência mesmo numa sociedade que se crê livre (p.28).

Ao promover a segregação, uma parcela da população se apresenta de forma clandestina ou periférica - formas de estiramento dos laços sociais - isto é, manifestações oriundas das desigualdades sociais promovidas pelo Capitalismo de mercado avançado. Dessa maneira, ocupar um lugar de marginalidade no imaginário social contemporâneo conduz ao enfraquecimento das relações humanas e fomenta diferentes manifestações de violência¹²⁷ (Fagundes, 2004).

Na perspectiva de Ianni (2002), a problemática da violência na sociedade contemporânea é complexa, ultrapassa as ciências sociais e revela “dimensões insuspeitadas da realidade social, ou da história, em suas implicações político-econômicas, sócio-culturais, objetivas e subjetivas”. Em um sentido geral, a violência tem relação com a “destruição do ‘outro’, ‘diferente’, ‘estranho’” em que se busca a “purificação da sociedade” e o fim de qualquer conflito (p.8). O Capitalismo, enquanto “modo de produção e processo civilizatório”, engendrou, ao longo do tempo, novas formas e técnicas que se refletem em novas formas e técnicas de violência (p.9).

Entretanto, de modo a relativizar o que poderia conduzir a uma visão determinista acerca da problemática da violência - mais especificamente, aqui, o caso da infração penal - interessa ressaltar que, como dito anteriormente, o que entendemos por determinante remete à estrutura do sujeito – sujeito dividido, enquanto determinado pelo inconsciente - e, assim, desalojamos este entendimento da via determinista de uma relação entre segregação e criminalidade. Em outros termos, trata-se de salientar a

¹²⁶Para este autor, da Teoria Crítica, o totalitarismo não se dá somente sob uma organização política terrorista, mas em organizações sociais que operam “através da manipulação das necessidades por interesses adquiridos... um sistema específico de produção e distribuição” (Marcuse, 1964b, p.25).

¹²⁷ Neste sentido, como salientado anteriormente, a palavra exerce uma função importante de mediação. Segundo Lacan (1953/2005), “Ela permite, entre dois homens, transcender a relação agressiva fundamental com a miragem do semelhante” (p.31).

dimensão da responsabilidade subjetiva dentro de um contexto sociopolítico que pode promover ou sustentar manifestações de violência (Vicentin, 2006).

Desse modo, entendemos com Whitaker (2010), que é na relação que se “trava com o Outro social que se configuram suas escolhas, resultantes de suas exigências pulsionais e de seus ideais” (p.111). O Outro aqui entendido como alteridade do sujeito. Portanto, a relação entre a infração e a situação de risco, apontada pelos conselheiros entrevistados, pode ser entendida pela via desta alteridade, onde a falta de serviços considerados garantia de direitos de crianças e adolescentes, podem promover ou sustentar manifestações de violência. Retomando Endo (2005), no extremo, a condição de não-lugar na não-cidade, faz com que aqueles situados à margem, sejam refletidos na morte de seus corpos não-faliciados (sem valor).

Estar “fora-do-laço”, no entanto, não é sinônimo de estar “fora-da-massa”, pois, apesar das modificações dos laços sociais produzidas por este discurso, o que a ciência proclama com seus produtos é justamente a universalização (Soler, 1998). Conforme salientou Foucault (1987), a visada por um corpo social homogêneo tem como correlato a distribuição de lugares que conduzem à individualização dos diferentes da norma. Os dispositivos disciplinares, desde há muito, levam em conta técnicas corretivas que têm como objetivo ligar o singular e o múltiplo marcando com isso exclusões. Trata-se de universalizar o normativo sob a lógica do lucro. Nos termos deste autor:

A criminalidade não nasce nas margens e por efeito de exílios sucessivos, mas graças a inserções cada vez mais rigorosas, debaixo das vigilâncias cada vez mais insistentes, por uma acumulação de coerções disciplinares. (p.249)

Seguindo esta mesma lógica, na perspectiva de Lacan (1950/2003), os “criminosos do Eu” são “as vítimas sem voz de uma crescente evolução das formas diretivas da cultura rumo a relações de coerção cada vez mais externa”, servindo de bodes expiatórios ao realizar a intenção de todos (p.129).

Por este motivo, quando o laço de mercado se sobrepõe ao laço social, via alienação do sujeito, restam os efeitos perversos da marginalização social, resta, nas palavras do autor, a “miséria” (Lacan, 1974/2003). Mas, pode-se pensar que, “se tais efeitos são considerados ‘marginais’, é porque se cultiva a ilusão de que eles possam permanecer quietos ‘à margem’” (Gonçalves, 2000, p.127). O discurso do capitalista é, portanto, um discurso que não se sustenta, ou melhor, que se sustenta à custa de um curto-circuito; onde a questão da responsabilidade subjetiva pode ser entendida como

sendo a de um posicionamento do sujeito no discurso que o captura, dentro ou fora, cabendo-lhe questioná-lo ou até modificá-lo.

Nas palavras de Rosa (2006), o que ocorre é que “a verdade do sujeito e de seu objeto de gozo nos sujeitos do Capitalismo avançado é a do atravessamento da lei do mercado na lei do desejo”, na medida em que se tornam sujeitos consumidores, fundidos aos objetos de consumo, ao invés de sujeitos divididos, da demanda e do desejo (p.106). Tais objetos são envoltos, imaginariamente, de uma falsa completude; mascaram a real ex-sistência do sujeito, ou seja, marcado pela castração, pela perda do objeto (“a”) primordial, incompleto por estrutura, devido à incidência do Nome-do-Pai (Pacheco Filho, 2005; Souza, 2003; Quinet, 2006).

Nas palavras de Lacan (1975), o único sintoma¹²⁸ que se pode dizer “social”, refere-se ao indivíduo como “proletário”, pois “ele não tem nenhum discurso com que fazer laço social, em outras palavras semblante [\$]” (p.182). Ao usar o termo indivíduo, o que sobressai não é o sujeito dividido do inconsciente, mas sim o sujeito completado por seu mais-de-gozar, que “se contabiliza, se totaliza” via acumulação de capital (1969-1970/1992, p.189). E, neste ínterim, as drogas¹²⁹ são emblemáticas, pois se trata de um objeto que antes de satisfazer até a morte, é fonte de gozo na fissura que leva à repetição. O gozo com a droga “recalca a submissão ao Outro... e esse seria um modo de impugnar a exigência do Outro e da cultura.” (Rosa, 2006, p.107). Neste contexto, analisa Freud (1930/1998):

O serviço prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tanto indivíduos quanto povos lhes concederam um lugar permanente na economia de sua libido. Devemos a tais veículos não só a produção imediata do prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois sabe-se que, com o auxílio desse “amortecedor de preocupações”, é possível, em qualquer ocasião, afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade. (p.86)

¹²⁸ O sintoma, em psicanálise, não se “com-funde” com a visão patológica empregada pela psiquiatria, mas sim aquilo que faz referência a não complementaridade entre os sexos. Em outros termos, o sintoma é uma forma de gozo que substitui “isso” que é inerente ao inconsciente, disso que é da ordem do real, da falta, da não proporção entre os sexos. Inerente, portanto, à concepção de sujeito do inconsciente, de sua divisão subjetiva e constitutiva (\$). Nas palavras de Lacan (1975), “o sintoma é irrupção dessa anomalia em que consiste o gozo fálico, na medida em que aí se mostra, se desabrocha essa falta fundamental que qualifico de não relação sexual.” (p.190).

¹²⁹ Estendido de forma semelhante aos psicofármacos, drogas que o discurso médico-psiquiátrico e a propaganda têm o poder de banalizar com permissão legal.

Contudo, a posse do objeto não satisfaz o sujeito. A repetição é necessária, posto que a captura do objeto de satisfação é apenas parcial e imaginária, pois, segundo Lacan (1959-1960/2997; 1960-1961/1992) é da natureza do objeto (“a”), sua impossibilidade de reencontro, pois, perdido para sempre, à perdição do sujeito. O sintoma enquanto metáfora é assim construído a fim de que o sujeito não se perceba faltante.

Por meio de uma modificação no discurso do mestre - engendrado a partir dos efeitos do avanço das ciências no discurso do mestre antigo - o sujeito (\$) passa para o lugar do agente, e o saber (S_2) ao lugar do outro. As flechas também são modificadas, revelando que o sujeito, ao invés de comandar o objeto é comandado pelo mais-degozar (agora condensado em mercadorias e numa relação direta de conveniência). O saber (S_2) está submetido ao saber da ciência (assujeitado ao saber e às técnicas especializadas da ciência, da economia e da informação) que busca tamponar o desejo, a falta do sujeito (Lacan, 1972/1978; Soler, 1998; Gonçalves, 2000):

O sujeito individualizado, enquanto proletário no discurso do capitalista, é consumido pelos produtos em massa das indústrias e serviços de massa. Vigora a lógica de “produzir sempre mais, produzir sempre melhor”, mas que “se sustenta da impotência para satisfazer, a qual relança o ciclo sem limite” (Soler, 1998, pp.286 e 260). O sujeito, aí engendrado, goza da renúncia ao gozo, donde a super voz do supereu - “Goza!” - aqui se revela como um imperativo a não se consumir, para que haja falta-de-gozar sempre (Lacan, 1970/2003).

O mal-estar na civilização, o conflito pulsional do sujeito no mundo, é parte de sua constituição subjetiva e é inerente às relações humanas. A constituição subjetiva está atrelada aos laços sociais, nas relações ambivalentes estabelecidas com o outro na cultura, sob a influência dos discursos que vigoram na sociedade. É o princípio da ambivalência, a partir da prevalência da pulsão de morte, que caracteriza a subjetividade humana (e não o princípio da integração, isto é, a harmonia). A civilização convoca renúncias, donde se extrai uma parcela de prazer, em prol de uma parcela de segurança (Freud, 1930/1998).

Freud (1927/1998) nos alerta, entretanto, que esta parcela de segurança resta sempre insuficiente à satisfação do sujeito. Nenhum método de “busca de felicidade” traz toda a segurança de satisfação ou toda a garantia contra o sofrimento. Freud (1930/1998) cita três fontes do sofrimento humano: “o poder superior da natureza”, “a fragilidade de nossos próprios corpos” e “a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade”. (p.93). As duas primeiras são entendidas como inevitáveis, aos quais os homens devem se submeter. A terceira, no entanto, é fonte de inegável conflito, pois remete à relação entre o complexo paterno, o desamparo e a necessidade de proteção do homem.

Mesmo a distribuição das riquezas do mundo não resolveria o impasse. Todos são virtualmente inimigos da civilização, na medida em que é difícil conciliar ou acomodar as reivindicações do indivíduo e as reivindicações da civilização. Entretanto, os desprivilegiados da cultura, os oprimidos no acesso pleno aos objetos oferecidos pelo capital, encontram-se numa posição propícia para “destruir a própria cultura”, que se volta, entretanto, novamente contra eles, em forma de punição (Freud, 1927/1998, p.22).

No discurso do capitalista, portanto, a infração da lei pode ser entendida como uma manifestação de um direito de gozo, já que adquire uma dimensão de correlação ao ideal de liberdade e de livre-comércio que se atualizam no consumo (Melman, 2000). O ato infracional, descrito como crime ou contravenção penal (Art. 103 do ECA) participa, dialeticamente, dos ideais de liberdade e individualismo difundidos pelo Capitalismo, na medida em que este discurso proclama o acesso ao objeto¹³⁰, o saciar do desejo, isto é, o gozo.

Isso não quer dizer que estejamos sob a égide do declínio do Nome-do-Pai¹³¹. Apesar da influência que possa ter na fantasia de um sujeito, a figura do pai na família, em sua história de vida, ela não é condição para a existência do Nome-do-Pai enquanto função estruturante e organizadora da subjetividade. Para a psicanálise, o pai condiz com a função de agente da castração simbólica e pode ser exercido por diferentes personagens¹³². Por se tratar de uma função, o conceito revela um lugar simbólico onde

¹³⁰ Como na forma dos atuais “Eu-podes” (em alusão ao iPod), o discurso do capitalista diz: “você precisa deste objeto para ser feliz” e mais: “você pode tê-lo”.

¹³¹ Diferente de um “declínio social da paternidade” como desenvolveu Julien (1997, p.37). Este trabalho, como será possível acompanhar, aborda outra dimensão do pai, a da função paterna.

¹³² O significante do Nome-do-Pai é um conceito trazido por Lacan (1957-1958/1998) para tratar da função paterna, que une o desejo à lei. Trata-se de uma operação que incluirá o sujeito no registro simbólico, ou seja, fará com que a criança deixe de ser objeto passivo do desejo materno, constitua sua subjetividade (castração) e se insira no mundo da linguagem, dos discursos, na cultura. Para tanto, o autor é categórico ao dizer que não se trata do papel forte ou fraco, presente ou ausente do pai (da “realidade”), para que se faça valer sua presença na estrutura.

as questões de autoridade, poder, Lei do Outro, moral, Deus e controle de gozo se impõem (Quinet, 2005).

O Nome-do-Pai, enquanto significante, tem como resultado estrutural e lógico a produção de sujeitos submetidos ao código da linguagem e, portanto, submetidos à Lei fálica. Se a significação fálica decorre desta incidência significante, o discurso do capitalista revela-se numa problemática social, na medida em que somente poucos poderão ter acesso às mercadorias de consumo; outros ficarão de fora, sob a dialética exclusão-indiferença, onde a infração pode ser entendida como a via de uma saída fálica¹³³ (uma saída que remete ao simbólico).

Trata-se, portanto, de levarmos a sério os conceitos de estrutura e sintoma em Lacan, bem como os conceitos de neurose e civilização em Freud. O sintoma neurótico pode adquirir diversas formas, assim, um ato perverso não implica necessariamente uma estrutura perversa. O sintoma revela àquilo que escapa à ordem, marca a falta e revela os furos da organização social.

Neste sentido, é interessante refletirmos que o ato infracional, enquanto faz referência à instância simbólica (saída fálica), ao mesmo tempo faz correspondência aos próprios ideais de liberdade e individualismo difundidos pelo Capitalismo, na medida em que o discurso do capitalista proclama o acesso ao objeto, o saciar do desejo, o gozo. Nesse discurso, portanto, a infração pode ser entendida como uma manifestação de um direito de gozo, pois adquire uma dimensão de correlação à liberdade de ter para ser e de livre-comércio que se atualizam no consumo.

O ato infracional pode ser falho por ser significante, na medida em que busca anular a instância terceira correspondente ao pai simbólico; faz oposição ao discurso do mestre que proclama pelo trabalhador ideal e pela ordem do coletivo para seu funcionamento. Toda ação leva em conta o Outro na medida em que o sujeito busca responder, através de uma maneira “imaginada”, uma forma que ele acredita poder ser desejado. Esta resposta, como pudemos acompanhar, chamada de “fantasma fundamental”, é uma construção imaginária diante da não resposta do Outro - que não existe – e que marca a vida do sujeito em sua forma de se posicionar subjetivamente. Nas palavras de Lacan (1969-1970/1992), em suma, quer dizer: “seu próprio gozo sob a forma do gozo do Outro” (p.68).

Segundo Rosa (1999), o ato delinquente é uma forma de laço onde a alienação é atravessada pela relação pervertida dos objetos oferecidos pelo Capitalismo (de

¹³³ Concepção semelhante proposta por Whitaker (2010).

mercado), que perdem o seu caráter de troca (via simbólica). Assim, pode-se dizer que os atos-fora-da-lei caracterizam uma manifestação de um direito-fora-da-lei que atravessa de forma perversa – sem fazer questão - a função simbólica.

Daí o sujeito fazer de sua causa não o seu desejo, mas os objetos, o que não deixa espaço para a falta, e por isso, ele é um discurso [discurso do capitalista] que rejeita a castração. É um discurso sem lei, que não regula, mas segrega (imposição do mercado que delimita os que têm e os que não têm acesso aos produtos da ciência). Por isso, as relações não estão centradas nos laços com os pares, e sim com os objetos. (Whitaker, 2010, p.28)

Diante da lei, cuja causa se desconhece porque ficou esquecida, resta obedecer ou infringir e, neste caso, sofrer as consequências sociais da transgressão. Aquele que infringiu a proibição se torna ele próprio tabu, ameaçando os demais ao oferecer-lhes a tentação por realizar um dos pólos da pulsão. Para Freud (1912-1913/1996), “O fato mais estranho parece ser que qualquer um que tenha transgredido” adquira “ele mesmo, a característica de ser proibido – como se toda a carga perigosa tivesse sido transferida para ele.” (p.40).

À infração, portanto, é preciso punição¹³⁴. Neste sentido, pode-se dizer que, diante do ato infracional, a lei precisa fazer-se valer para que se mantenha o controle social¹³⁵. Esta é, pois, a função da lei. Mas qual é o seu fundamento? A lei, como dito anteriormente, se funda num desconhecimento. Ela não é feita para ser entendida ou questionada; é isso o que Freud nos ensinou sobre o tabu (ou *sacer* na terminologia dos antigos romanos), é uma proibição que serve para ser obedecida. Esta primeira lei de regulação inibe o retorno ao estado de horda¹³⁶, permitindo a instituição da organização social, aonde as leis são regidas por contratos, pelo poder de coação e coerção do Estado.

¹³⁴ Lê-se: “neste contexto de desenvolvimento teórico”.

¹³⁵ Em sua carta a Einstein, Freud (1932/1996) alerta que o Direito é resultado de um poder equiparado à violência. A lei passa a ser a violência representada pela força da comunidade. Em 1927 explicava que “A insegurança da vida, que constitui um perigo igual para todos, une hoje os homens numa sociedade que proíbe ao indivíduo matar, e reserva para si o direito à morte comunal de quem quer que viole a proibição. Aqui, então, temos justiça e castigo.” (1927/1998, p.49).

¹³⁶ O mito do pai da horda sugere que, num tempo primitivo, existira um macho que possuía todas fêmeas e expulsava os filhos à medida que cresciam. Certo dia, os irmãos revoltados resolveram assassiná-lo e, após este ato, comeram a carne do macho-chefe. Após o banquete, adveio a culpa e o remorso, pois o pai odiado era também amado (fonte de ambivalência); dando origem às proibições (interditos do incesto e do assassinato fraterno) que seriam transmitidas de geração a geração. Com as restrições-tabus, advindas desta ficção freudiana, tem-se a origem da organização social, da consciência moral (supereu) e da religião (Freud, 1912-1913/1996).

O tabu, segundo o autor, tem a capacidade de “excitar a ambivalência dos homens e de *tentá-los* a transgredir a proibição.” (1912-1913/1996, p.49). A gênese da lei, colocada sob o assassinato do pai (equiparado ao totem, enquanto “instituição social”), é esquecida, restando da ambivalência, a culpa (p.83). Deste recálque, o sistema penal revela-se no litígio, pois é a função da lei¹³⁷ (cuja figuração do Direito, segura a balança correspondente da justiça) que estabelece a possível relação entre aquele que será julgado merecedor de garantias ou restrições de direitos, ou seja, se inocente ou culpado. O sistema penal situa-se num lugar por excelência de ambivalência, reflexo das pulsões humanas:

Na verdade, este é um dos fundamentos do sistema penal humano e baseia-se, sem dúvida corretamente, na pressuposição de que os impulsos proibidos encontram-se presentes tanto no criminoso como na comunidade que se vinga. Nisto, a psicanálise apenas confirma o costumeiro pronunciamento dos piedosos: todos nós não passamos de miseráveis pecadores. (p.84)

A comunidade invejosa e vingativa do homem-tabu se dá pelo mecanismo da projeção. Este mecanismo inibe a hostilidade intrapsíquica, do superego introjetado pela culpa do assassinato do pai. A projeção assim dribla a pulsão de morte que tem como objeto primordial o Eu, elegendo um objeto externo e hostilizando-o. Por este motivo, “A hostilidade, da qual os sobreviventes nada sabem e... nada desejam saber, é expelida da percepção interna para o mundo externo... desligada deles e empurrada para outrem.” (p.76).

Entretanto, apesar de o assassinato ter sido esquecido, o pai morto não o pode, é um luto impossível de ser totalmente realizado. Mesmo não tendo sobrevivido ao ataque mortal dos irmãos, este pai se torna mais forte do que fora em vida¹³⁸. Freud antevê, neste estudo, a conhecida ambivalência emocional do complexo paterno (edípico) que Lacan (1963/2005) retomou para “falar” do Nome-do-Pai. Segundo este autor, para falar do pai é preciso falar do Nome que, paradoxalmente, é aquilo que não se pode falar, não pode ser pronunciado.

¹³⁷ A natureza do tabu e, por conseguinte, como sinaliza o mesmo autor, do sistema penal, é religiosa. A lei opera da mesma forma, ou seja, propaga crenças e valores cujas razões são desconhecidas. Expressa o autor sobre o tabu: “Em alguns casos têm um significado compreensível e visam claramente a abstinências e renúncias. Mas em outros casos o motivo central é inteiramente incompreensível; estão relacionadas com detalhes triviais e parecem ser de natureza puramente cerimonial.” (1912-1913/1996, p.40).

¹³⁸ Versa o autor: “A cena da sujeição do pai, de sua maior derrota, tornou-se o estofado da representação de seu triunfo supremo.” (1912-1913/1996, p.152).

Deste impossível, o autor salienta que se está no campo do real, como na voz toda poderosa daquele que diz: “Eu sou aquele que *sou*”¹³⁹. Trata-se da ordem de um real (do que não tem Nome) no campo do Outro (morto e, portanto, castrado e desejante). A voz, como “quinto termo da função do pequeno *a*” do Outro é a “testemunha de que o lugar do Outro não é apenas o lugar da miragem”, isto é, comporta algo do real. Com o quinto termo extraído do Outro, Lacan dirá que o “O Outro é o lugar onde *isso fala*.” (Lacan, 1963/2005, pp.70-71).

Diante deste impossível, a lei só alcança seu objetivo pelo viés frágil da crença na autoridade protetiva e ordenadora, no amor ao censor. Representado por figuras paternas, como o próprio pai, Deus, o Papa, os reis e as instituições jurídicas, o amor ao censor se dá pela via da crença de que, através de seu ordenamento, poder-se-ia dar cabo ao mal-estar.

Quando o indivíduo em crescimento descobre que está destinado a permanecer uma criança para sempre, que nunca poderá passar sem proteção contra estranhos poderes superiores, empresta a esses poderes as características pertencentes à figura do pai... Assim, seu anseio por um pai constitui um motivo idêntico à sua necessidade de proteção contra as consequências de sua debilidade humana. É a defesa contra o desamparo infantil. (Freud, 1927/1998, p.33)

A Constituição, herdeira da Revolução Francesa, através dos ideais coletivos de liberdade, igualdade e fraternidade foi feita para justamente fazer valer este voto (que não seria possível sem o furo real para advir seus Nomes). O Direito, assim, adquire sua função numa estrutura ficcional, mas que tem função de ordenamento psíquico e, portanto, de realidade por meio de uma “metáfora” paterna (Barros, 2005).

O Nome-do-Pai é um nome-tabu. Seguindo Lacan (1969-1970/1992), o pai totêmico é o “ex-combatente”, canibalizado, denunciado e ao mesmo tempo idealizado do discurso histórico. A verdade que o pai morto comporta é que “o mestre é castrado” (pp.100 e 101). Neste sentido, curiosamente, a raiz da união dos irmãos após o assassinato, a fraternidade, é justamente a segregação (cuja promoção se dava pela exclusividade do pai em ter todas as mulheres). Por esta razão afirma: “Nenhuma outra fraternidade é concebível (...) se não é por estarmos isolados juntos, isolados do resto.” (p.121).

A origem demarca que, na sociedade, e, primeiramente, na fraternidade, está-se convocado, desde a origem, a uma segregação cujo ordenamento jurídico tenta dar

¹³⁹ Ou, mais propriamente, designando o Ente: “Eu sou aquele que *é*” (Lacan, 1963/2005, p.78).

conta. Isso mostra que à morte do pai, “*nada mais é permitido*”, o que serve bem ao postulado de lembrar o assujeitamento de todo sujeito imerso no simbólico ordenamento da castração (p.126).

O assassinato do pai, ao longo desta obra freudiana, deixa de ser um simples mito e passa a ter fundamento, adquirindo consistência nodal, fazendo valer seu ato na dimensão social. Por ser a lei ambivalente, será ela capaz de dar conta daquilo que ela se propõe? “Os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle, que, com sua ajuda, não teriam dificuldades em se exterminarem uns aos outros” (Freud, 1930/1998, p.147). A ameaça do retorno ao estado de horda, de um mundo sem validade das leis, pelas massas, é decorrente do mal-estar cuja origem é o assassinio. Assim, vejamos um pouco melhor, aonde isso pode nos levar.

6.2. Para finalizar

Nunca se terminou completamente com a segregação. Posso dizer a vocês que ela vai sempre reaparecer com mais força. Nada pode funcionar sem isso – que acontece aqui, na medida em que o *a*, o *a* sob uma forma viva, por mais aborto que ela seja, manifesta que ela é efeito da linguagem. (Lacan, 1969-1970/1992, pp.189-190)

O mito do pai da horda e o complexo edípico da obra freudiana complementam-se em dois tempos lógicos. Tempos que marcam a passagem da natureza à cultura, ou seja, do homem como um “desnaturado”. A função paterna, que regula a estrutura da linguagem, tem justamente a função de impedir um retorno à natureza (estado de bestialidade, de horda) e o faz servindo de metáfora, enquanto substituto do desejo da mãe. Assim é que o sujeito “incorpora” os significantes paternos (Nomes-do-Pai) que definem a castração e permitem a constituição do humano como um sujeito dividido, portador de desejo e de uma herança mal-dita. Neste momento, reafirma-se o mal-estar como herança do assassinato do pai.

A ilusão consistiria na crença de que houvesse um Outro capaz de responder e dar conta daquilo que o sujeito deseja e demanda, pois, ante à função paterna, o que o sujeito encontra é sua divisão. Nos termos de Freud (1927/1998), a ilusão consiste numa economia psíquica em que se devota à ciência, à religião ou à justiça um “governo

benevolente de uma Providência divina”, o “estabelecimento de uma ordem moral mundial” que viesse assegurar a “realização das exigências de justiça” e o “prolongamento da existência terrena” (p.39). Para o autor, estes são desejos do sujeito, calcados no infantil de seu desamparo constitucional, mas que não encontram respaldo na realidade da civilização. Tal é a impossibilidade na execução do princípio do prazer¹⁴⁰: a constituição do sujeito como castrado, a preponderância da pulsão de morte e a própria civilização.

Dessa forma, refletindo acerca das medidas de proteção - consideradas o instrumento de garantia de direitos egrégio do Estatuto e que representam a súmula da cartilha que outorga direitos humanos aos menores de 18 anos de idade -, pode-se dizer que “pensar no interesse maior da criança é inseri-la neste mundo complexo sabendo que não há uma receita que garanta o processo normalizador”, por isso a impossibilidade de responder à demanda que sempre se trata da demanda de outra coisa (Barros, 2005, p.20). Em outros termos, segundo a autora:

Não há nada na realidade que garanta ao ser humano um lugar de proteção e amparo diante das dificuldades do mundo cotidiano, das injustiças corriqueiras e da morte inevitável como condição humana, mas, mesmo assim, o homem não cessa de reinventar a todo instante instâncias de proteção. (Barros, 2005, p.18)

Dessa maneira, podemos refletir que, ao dizer “o Estado, a família, a comunidade e a sociedade como um todo devem proteger as crianças e os adolescentes”, o que se revela é sua mensagem invertida: “as crianças e os adolescentes devem ser *objeto* de Sua proteção”¹⁴¹. No entanto, como queremos salientar, a criança e o adolescente são *sujeitos* de direitos. A alteridade desta mensagem permite escapar à ânsia pelo reconhecimento do Outro – como refere Lacan (1974/2003) em sua crítica à

¹⁴⁰ O princípio do prazer refere-se a um dos princípios do funcionamento psíquico. Assenta-se em uma economia psíquica que tende a evitar ou suprimir o desprazer, isto é, o aumento de tensão pulsional (Laplanche e Pontalis, 1976).

¹⁴¹ Formulação do Esquema L: “o sujeito (S) se endereça ao outro (a’), o seu semelhante, mas sua palavra visa, por detrás desse outro, um Outro... que ele coloca, que ele reconhece, nessa posição absoluta de garantir a certeza do que ele introduz via essa palavra. Há uma mensagem que, sob uma forma invertida de sua própria mensagem, lhe retorna do Outro e o situa” (Darmon, 1994, pp.35-36). Nisso, extrai-se um equívoco que marca o inconsciente como o discurso do Outro que chega ao sujeito por meio do eixo imaginário (a-a’) sobre o eixo simbólico (S-A) (Figura 5 – Esquema L):

justiça distributiva - que não existe¹⁴², permitindo que o sujeito se insira nos laços sociais não como objeto de proteção, mas como sujeito de direitos e, por isso, também de deveres.

É por conta deste seguimento lógico que demos preferência ao termo “autor de ato infracional”, isto é, para salientar a dimensão da posição do sujeito que, em psicanálise, é sempre responsável (quanto ao seu desejo, portanto, não se trata da culpabilização de um indivíduo) (Lacan, 1966/1998). Em outros termos, é preciso “manter a ideia de responsabilidade sem a qual a experiência humana não comporta nenhum progresso” (Lacan, 1950/2003, p.131).

Assim, entre garantias e restrições de direitos, situamo-nos na via da ambivalência contida numa lei cuja causa (matriz de sua aplicação, conforme artigos 98, 101 e 105 do Estatuto) está a infração da lei. Neste sentido, apesar da população a que se aplicam, as medidas protetivas situam-se num liame paradigmático dos problemas que assolam os sistemas sociais, administrativos (como no caso do Conselho Tutelar) e jurídicos. Conforme inciso III do artigo 98 do Estatuto, “em razão de sua conduta”, estão sempre aqueles num campo permeado pelo real – nos termos freudianos, um desamparo fundamental - seja por estarem *fora* da norma social e/ou por estarem *fora* das garantias da lei.

Por isso, as atuações escondem os interesses ideológicos que se esgueiram, vendendo a embalagem da preocupação com o sujeito, quando, no fundo, querem sua normalização. Enlace social não se confunde com docilidade subserviente. (Rosa, 2006, p.292)

Se existe algo de errado com o dentro e com o fora, isso se deve, primeiramente em sua determinação, à estrutura do sujeito que o determina. Não existe o que possa ser universal – e, portanto, para todos - ao inconsciente. A igualdade – entenda-se: a universalização - de direitos é uma aspiração justificada sob o prisma da ética das ciências¹⁴³ (Soler, 1998). Entretanto, o que pomos em relevo, é que existe uma desigualdade original e irreduzível que concerne ao sujeito do inconsciente, em que qualquer forma de restrição ou garantia universais não conseguirá dar conta daquilo que fica de fora. Dessa maneira, sob este prisma, em qualquer aspiração de universalização sempre haverá o fora-do-lugar. Parafraseando Lacan (1967/2003):

¹⁴² Como explicitado anteriormente: porque barrado, isto é, também castrado.

¹⁴³ Se os direitos humanos não existissem... é possível imaginar o que seria de pior para o nosso tempo. É claro que ante o idealismo cientificista, a solução do problema do crime será o lazareto, isto é, o encarceramento, donde cabe sempre sua problematização (marcas da *perversion* institucional) (Lacan, 1950/2003).

Eis o que assinala a entrada de um mundo inteiro no caminho da segregação. Não é por ser preciso responder a isso que agora entrevemos porque, provavelmente, Freud sentiu que era seu dever reintroduzir nossa medida na ética através do gozo? (p.367).

Não é nossa intenção resolver qualquer paradoxo, notadamente, àquele que remete à problemática entre a garantia e a restrição de direitos da e na mesma lei (como trouxemos via problematização da criança autora de ato infracional por meio do artigo 98 do Estatuto). O fora-do-lugar pode ser pensado, portanto, em qualquer realidade discursiva na forma com que cada discurso confessa querer dominar (Lacan, 1969-1970/1992). Mas talvez não seja demasiado imprudente ressaltarmos nisso os “furos” das medidas de proteção, conforme elucidado pelas entrevistas realizadas com os conselheiros tutelares, já que a própria função de conselheiro se origina da não garantia de direitos (fora), tendo como visada a sua garantia (dentro), sinalizando aquilo que está errado com o dentro e o fora, e que se revela por meio do fora-do-lugar, isto é, o fora e dentro da lei.

Mas será que há nestes furos algo de próprio ao contexto contemporâneo específico do discurso do capitalista? Isto é, para retomarmos a questão trazida por Soler (1998), os direitos humanos “desenvolvidos com muita legitimidade contra o mestre-tirano e as espoliações das massas” poderão dar conta daquilo que se é convocado pelos “mandamentos do mercado e a infernal produção de necessidades de artifício?” (p.287). Ao partirmos de uma possível leitura deste discurso, enquanto desdobramento do discurso do mestre, é possível dizer que ao discurso do capitalista não bastaria o fora-do-lugar, mas sim a produção de miséria e de miseráveis, o que pode ser entendido como aquilo que sobraria (“a”), dos restos da segregação.

Então aí o círculo se fecha sobre o que acabo de lhes dizer há pouco: o futuro da psicanálise é algo que depende do que advirá desse real, ou seja, se as enghocas, por exemplo, ganharão verdadeiramente a dianteira, se chegaremos a ser, nós mesmos, verdadeiramente animados pelas enghocas. Devo dizer que isso me parece pouco provável. Não chegaremos a fazer com que a enghoca não seja um sintoma, pois ela o é, por enquanto, muito evidentemente. É bem certo que se tem um automóvel como uma falsa mulher, faz-se questão absoluta de que isso seja um falo, mas isso não tem relação com o falo senão pelo fato de que é o falo que nos impede de ter uma relação com alguma coisa que seria nosso respondente sexual. É o nosso respondente parassexuado, e todos sabem que o "para" consiste em que cada um fique do seu lado, que cada um fique ao lado do outro. (Lacan, 1975, p.203)

O discurso do psicanalista, como o disse Lacan, é o único que pode fazer frente/obstáculo ao discurso do capitalista (1969-1970/1992; 1972/1978). A via política da psicanálise se assenta no sintoma¹⁴⁴ como aquilo que sempre se opõe à adaptação de qualquer realidade que é sempre discursiva (Lacan, 1972-1973/1985). Diante disso, pode-se dizer que existe clínica no extramuros de um psicanalista, e que sua clínica sempre trata de privilegiar o sujeito. Pois, onde quer que haja escuta de um sujeito, seja este adulto ou criança, dentro ou fora-da-lei, dentro ou fora-do-lugar, eis o psicanalista.

Sua aposta política centra-se na emancipação do sujeito, donde se possa dizer: “Passe” - passar da impotência à impossibilidade. A psicanálise diria, então, ao fora-do-lugar: “bem-diga o seu sintoma”.

¹⁴⁴ Para retomar, o sintoma é justamente aquilo que é próprio do sujeito (\$); “Isso quer dizer que não existe sujeito sem sintoma: o sintoma é universal [sua fixação de gozo é que é singular a cada sujeito]. Não consiste na infelicidade que alguns suportam, mas antes em uma estrutura que faz suplência à relação sexual. O sintoma não deve ser confundido com um processo patológico; ao contrário, é um efeito de linguagem sobre o ser falante.” (Soler, 1998a, p.449).

Atravessados

Fugir? Não é fácil fugir do Reformatório. Posso lhe garantir que não o fará. (Jorge Amado, Capitães da Areia, 1937/1971, p.217)

O campo da criança autora de ato infracional *sob* medidas de proteção mostrou-se como cicatrizes assentadas no mal-estar nosso de cada dia. Mas não se trata de fazer apologias à desilusão, faz-se necessário, ainda, boas doses para nossa eterna insatisfação. É preciso esforço para darmos conta da criança como sujeito de direitos, para que seja possível resguardá-la contra situações de ameaça ou violação de seus direitos, situações chamadas “de risco” e que conferem à criança o seu silenciamento.

Fomos atravessados por questões históricas que atravessaram o tempo. A visão dicotomizada do “menor” de famílias “desestruturadas” e da “criança” de famílias abastadas foi uma delas. Imagens que podem embaraçar certas visões de “infância”. Mas elas estão aí, atravessando nosso cotidiano. São concepções que fazem parte de uma lógica que as condena a diferentes propostas de intervenção, tantas vezes assentadas no anseio de reeducação, nos moldes dos antigos Reformatórios do Código menorista.

É assim que certas concepções dicotomizadas persistem e veem facilmente assolar nossos sistemas sociais, assistenciais e jurídicos. Não bastam os ditos, é preciso que haja um certo “dizer” implicado na promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Isso para lembrar que não basta a mudança de uma nomenclatura ou a criação de novos programas ou instituições para mudar o discurso, já que os discursos produzem atos e fundam os fatos.

Foi preciso atravessar a cidade para chegar mais próximo destes agentes da sociedade - protagonistas desta história - os conselheiros tutelares. Dar voz, possibilitando que um sujeito possa falar sobre sua experiência, é o recurso possível para tratarmos daquilo que fica sempre de fora. É por meio da fala, no encadeamento dos significantes, que se apresenta o inconsciente em todas as manifestações humanas.

Ficamos atravessados ante o paradoxo da garantia e da restrição de direitos. O mal-entendido está contido na lei, escrito e em suas múltiplas interpretações. A fala dos conselheiros pôde elucidar a necessidade de iniciarmos os debates sobre a temática da

criança autora de ato infracional e a aplicação das medidas de proteção. Crianças situadas num lugar um tanto paradoxal, no “fora-do-lugar”. De certa forma, por razões agora ditas, é preciso que tratemos deste assunto.

São marcas que revelam algo da ordem do impossível. Seriam reflexos da miséria a qual estamos sujeitos quando imersos em um certo discurso? A miséria que o discurso do capitalista a todos designa é que qualquer um pode ser descartado, trocado ou assassinado. Assim, o mais rico pode ser um miserável. O que queremos dizer, portanto, quando falamos nesta miséria, é que humano está como que “descartado”, como cartas que se jogam numa mesa.

“Atravessados” implica dizer “a-travessados”, isto é, certos cortes demandam atravessamentos. Será que existe uma lógica, tal como na figura topológica de um toro, em que esteja contida a garantia e a restrição de direitos do “fora-do-lugar”? São passos para o mais-além deste trabalho. E foi assim que Pedro Bala fugiu do Reformatório.

REFERÊNCIAS

Acquaviva, M. C. (1993). *Dicionário Jurídico Brasileiro Acquaviva*. São Paulo: Jurídica Brasileira.

Amado, J. (1971). *Capitães da Areia*. (30a ed.). São Paulo: Martins. (Trabalho original publicado em 1937)

Amaral e Silva, A. F. (2006). O Estatuto da Criança e do Adolescente e sistema de responsabilidade penal juvenil ou o mito da inimputabilidade penal. In ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. (pp.49-59). São Paulo: ILANUD.

Amarante, N. X., Volpi, M. & Santos, R. J. (2003). Da prática de ato infracional: capítulo I – Disposições Gerais. In M. Cury (Coord.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. (6a ed.). (pp.337-350). São Paulo: Malheiros.

Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. (2a ed.) Rio de Janeiro: LTC.

Ayres, L. S. M., Carvalho, M. S. & Silva, M. M. (2002). Olhares sobre a instituição adoção: família e pobreza em questão. In M. L. Nascimento (Org.), *PIVETES: a produção de infâncias desiguais*. (pp.128-143). Rio de Janeiro: Oficina do Autor.

Baratta, A. (2003). Do regime de semiliberdade. In M. Cury (Coord.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. (6a ed.). (pp.407-412). São Paulo: Malheiros.

Barbosa, C. S., Ayres, L. S. M., Princeswal, M., Carvalho, M. S. & Oliveira, Q. B. M. (2002). Problematicando as redes que tecem as práticas dos especialistas no juizado da infância e da juventude. In M. L. Nascimento (Org.), *PIVETES: a produção de infâncias desiguais*. (pp.198-216). Rio de Janeiro: Oficina do Autor.

Barros, F. O. (2005). *Do direito ao pai*. (2a ed.). Belo Horizonte: Del Rey.

Bergalli, R. & Cavalcante, A. C. L. (2003). Da prestação de serviços à comunidade. In M. Cury (Coord.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. (6a ed.). (pp.397-401). São Paulo: Malheiros.

Brancher, L. & Aginsky, B. (2006). Juventude, Crime & Justiça: uma promessa impagável? In ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. (pp.469-493). São Paulo: ILANUD.

Bulcão, I. & Nascimento, M. L. (2002). O Estado protetor e a “Proteção por Proximidade”. In M. L. Nascimento (Org.), *PIVETES: a produção de infâncias desiguais*. (pp.52-60). Rio de Janeiro: Oficina do Autor.

Bulcão, I. (2002). A produção de infâncias desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos de ‘criança’ e ‘menor’. In M. L. Nascimento (Org.), *PIVETES: a produção de infâncias desiguais*. (pp.61-73). Rio de Janeiro: Oficina do Autor.

Canguilhem, G. (1982). *O normal e o patológico*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

Cavallieri, A. (Org.). (1997). *Falhas do Estatuto da Criança e do Adolescente: 395 objeções*. Rio de Janeiro: Forense.

Chambouleyron, R. (1999). Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In M. D. Priore (Org.), *História das Crianças no Brasil*. (pp.55-83). São Paulo: Contexto.

Centro de Empreendedorismo e Administração do Terceiro Setor da Fundação Instituto de Administração (CEATS/FIA). (2007). Pesquisa: conhecendo a realidade. Conanda e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR). Recuperado em cinco de janeiro de 2011 de, www.promenino.org.br/Portals/0/docs/ficheros/200707170012_15_0.pdf.

Cohen, R. H. P. (2001). A criança objeto “a” nos quatro discursos de Lacan. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 14(148), 12-25.

Coimbra, C. M. B. & Neves, C. A. B. (2002). Potentes misturas, estranhas poeiras: desassossegos de uma pesquisa. In M. L. Nascimento (Org.), *PIVETES: a produção de infâncias desiguais*. (pp.34-51). Rio de Janeiro: Oficina do Autor.

Coimbra, C. M. B., Matos, M. & Torralba, R. (2002). Especialistas do Juizado e a doutrina de Segurança Nacional. In M. L. Nascimento (Org.), *PIVETES: a produção de infâncias desiguais*. (pp.166-197). Rio de Janeiro: Oficina do Autor.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Resolução n. 139 (2010, 17 de março). Dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Brasil, e dá outras providências. Recuperado em 6 de abril de 2011 de, www.promenino.org.br.

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988, 5 de outubro). (2008). (4a ed.). São Paulo: Saraiva.

Corregedoria dos Conselhos Tutelares do Município de Porto Alegre/RS. (2000). *Cadernos de Assessoria aos Conselhos Tutelares. É tempo de refletir*. Recuperado em 10 de abril de 2010 de, www.mp.rs.gov.br.

Costa, A. C. G. da (2006). Natureza e essência da ação socioeducativa. In ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. (pp.449-467). São Paulo: ILANUD.

Costa Junior. P. J. (1996). *Comentários ao código penal*. (4a ed.). São Paulo: Saraiva.

Darmon, M. (1994). *Ensaio sobre a topologia lacaniana*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Digiácomo, M. J. (s. d.). Criança acusada da prática de ato infracional: como proceder. *Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Recuperado em cinco de abril de 2010 de, www.jij.tj.rs.gov.br/jij_site/docs.

Dor, J. (1991). *O pai e sua função em psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Endo, P. C. (2005). *A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo*. São Paulo: Escuta/Fapesp.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei n. 8.069 (1990, 13 de julho). (1997). São Paulo: Atlas.

Fagundes, J. O. (2004). A psicanálise diante da violência. In P. C. Sandler (Org.), *Leituras Psicanalíticas da Violência*. (pp. 21-40). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Felman, S. (2000). Educação e crise, ou as vicissitudes do ensino. In A. Nestrovski & M. Seligmann-Silva (Orgs.), *Catástrofe e representação*. (pp.13-72). São Paulo: Escuta.

Ferreira, A. B. H. (2008). *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. (7a ed.). Curitiba: Positivo.

Foucault, M. (1983). *O que é um autor?* (M. Gatto, & C. Gatto, trads.) Conferência pronunciada na Sociedade Francesa de Filosofia em 22 de fevereiro de 1969. Republicada na revista francesa Littoral, (9), Paris: Ères, 1-27. (Inédito)

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis (RJ): Vozes.

Foucault, M. (2009). *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. (18a ed.). São Paulo: Edições Loyola.

Frasseto, F. A. (1999). Esboço de um roteiro para aplicação das medidas socioeducativas. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 7(26), 159-195.

Frasseto, F. A. (2001). Ato infracional, medida sócio-educativa e processo: a nova jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 9(33), 177-202.

Freitas, M. C. & Kuhlmann, M. J. (Orgs.). (2002). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez.

Freitas, A. M. G. & Carranza, E. (2003). Da liberdade assistida. In M. Cury (Coord.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. (6a ed.). (pp.401-407). São Paulo: Malheiros.

Freud, S. (1996). A interpretação dos sonhos. In S. Freud. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol.4, pp.13-363). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900)

Freud, S. (1996). A interpretação dos sonhos. In S. Freud. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol.5, pp.371-777). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900)

Freud, S. (1996). Psicanálise 'silvestre'. In S. Freud. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol.11, pp.229-239). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1910)

Freud, S. Totem e Tabu. (1996). In S. Freud. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 13, pp.13-168). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912-1913)

Freud, S. (1996). Além do princípio do prazer. In S. Freud. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol.18, pp.11-76). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920)

Freud, S. (1996). Dois verbetes de enciclopédia. Psicanálise. In S. Freud. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol.18, pp.251-274). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923 [1922])

Freud, S. (1996). Um estudo autobiográfico. In S. Freud. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol.20, pp.11-78). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1925)

Freud, S. (1996). Por que a guerra? (Einstein e Freud). In S. Freud. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 22, pp.191-210). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1932)

Freud, S. (1998). O futuro de uma ilusão. In S. Freud. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 21, pp.15-65). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1927)

Freud, S. (1998). O mal-estar na civilização. In S. Freud. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 21, pp. 65-149). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930)

Funaro, V. M. B. de (Coord.). (2009). *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso Parte II (APA) / Sistema Integrado de Bibliotecas da USP*. (2a ed.). São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP.

Garrido de Paula, P. A. (2006). Ato infracional e natureza do sistema de responsabilização. In ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. (pp.25-48). São Paulo: ILANUD.

Góes, J. R. de & Florentino, M. (1999). Crianças escravas, crianças dos escravos. In M. D. Priore (Org.), *História das Crianças no Brasil*. (pp.177-191). São Paulo: Contexto.

Gonçalves, L. H. P. (2000). *O discurso do capitalista: uma montagem em curto-circuito*. São Paulo: Via Lettera.

Ianni, O. (2002). A violência na sociedade contemporânea. *Estudos de Sociologia*. (12), 7-28.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2009). Estimativas das populações dos Municípios em 2009. Recuperado em cinco de abril de 2010 de, www.ibge.gov.br.

Julien, P. (1997). *O manto de Noé: ensaio sobre a paternidade*. Rio de Janeiro: Revinter.

Kaminski, A. K. (2001). A criança e o ato infracional. *Seminário Virtual Âmbito Jurídico*. Rio Grande: Departamento de Ciências Jurídicas da Fundação Universidade Federal de Rio Grande. Recuperado em cinco de abril de 2010 de, www.ambito-juridico.com.br/aj/eca0015.htm.

Kaminski, A. K. (2002). *O Conselho Tutelar, a criança e o ato infracional: proteção ou punição?* Canoas, RS: ULBRA.

Lacan, J. (1975). A Terceira. In J. Lacan. *Lettres de l'École freudienne*. (16), 177-203.

Lacan, J. (1978). Discours de Jacques Lacan à l'Université de Milan le 12 mai 1972, paru dans l'ouvrage bilingue: Lacan in Italia 1953-1978. In *Italie Lacan* (pp.32-55). Milan: La Salamandra. Recuperado em dezoito de maio de 2011 de, <http://www.ecole-lacanianne.net/documents/1972-05-12.doc>. (Trabalho original publicado em 1972)

Lacan, J. (1985). *O Seminário, livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1972/1973)

Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 8: A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1960/1961)

Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1969/1970)

Lacan, J. (1997). *O Seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1959/1960)

Lacan, J. (1998). De nossos antecedentes. In J. Lacan, *Escritos* (pp.69-76). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1947)

Lacan, J. (1998). O estágio do espelho como formador da função do eu. In J. Lacan, *Escritos* (pp.96-103). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1949)

Lacan, J. (1998). A agressividade em psicanálise. In J. Lacan. *Escritos*. (pp.104-126). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1950)

Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In J. Lacan, *Escritos* (pp.238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953)

Lacan, J. (1998). A lógica da castração. In J. Lacan *O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957/1958)

Lacan, J. (1998). A ciência e a verdade. In J. Lacan. *Escritos*. (pp.869-892). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1966)

Lacan, J. (2003). Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia. In J. Lacan. *Outros Escritos* (pp.127-131). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1950)

Lacan, J. (2003). Alocução sobre as psicoses da criança. In J. Lacan. *Outros Escritos*. (pp.359-368). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1967)

Lacan, J. (2003). Radiofonia. In J. Lacan. *Outros Escritos*. (pp.400-447). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1970)

Lacan, J. (2003). O aturdido. In J. Lacan. *Outros Escritos*. (pp.448-497). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1972)

Lacan, J. (2003). Televisão. In J. Lacan. *Outros Escritos*. (pp.508-543). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1974)

Lacan, J. (2003). Introdução à edição alemã de um primeiro volume dos Escritos. In J. Lacan. *Outros Escritos*. (pp. 550-556). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1975)

Lacan, J. (2005). O simbólico, o imaginário e o real. In J. Lacan. *Nomes-do-pai*. (pp.9-54). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953)

Lacan, J. (2005). *O Seminário, livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1962/1963)

Lacan, J. (2005). *Nomes-do-pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1963)

Lacan, J. (2009). *O Seminário, livro 18: De um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1971)

Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (1976). *Vocabulário da psicanálise*. (3a ed.). São Paulo: Moraes.

Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Lei n. 8.742 (1993, 7 de dezembro). (s.d.). Guarulhos, SP: Secretaria da Assistência Social e Cidadania.

Leite, M. L. M. (1995). O óbvio e o contrário da roda. In M. D. Priore (Org.), *História da Criança no Brasil*. (3a ed.). (pp.98-111). São Paulo: Contexto.

Lerner, R. (2008). Relato de casos na clínica psicanalítica e em pesquisas: considerações quanto às condições discursivas. In R. Lerner & M. C. M. Kupfer (Orgs.), *Psicanálise com crianças: clínica e pesquisa*. (pp.173-178) São Paulo: Escuta.

Lévy, R. (2008). *O infantil na psicanálise: o que entendemos por sintoma na criança*. Rio de Janeiro: Vozes.

Liberati, W. D. (2006). Execução de medida socioeducativa em meio aberto: prestação de serviços à comunidade e Liberdade Assistida. In ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. (pp.367-395). São Paulo: ILANUD.

Lima, L. L. G. da & Venâncio, R. P. (1995). O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. In M. D. Priore (Org.), *História da Criança no Brasil*. (3a ed.). (pp.61-75). São Paulo: Contexto.

Lima, M. M. A. (2003). Da obrigação de reparar o dano. In M. Cury (Coord.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. (6a ed.). (pp.391-397). São Paulo: Malheiros.

Lima, M. M. A. (2003b). Da advertência. In M. Cury (Coord.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. (6a ed.). (pp.385-390). São Paulo: Malheiros.

Lobo, L. (1997). *O que é esse tal de Estatuto? O novo direito da criança e do jovem*. São Paulo: Lidador e Instituto Ayrton Senna.

Londoño, F. T. (1995). A origem do conceito *menor*. In M. D. Priore (Org.), *História da Criança no Brasil*. (3a ed.). (pp.129-145). São Paulo: Contexto.

Machado, M. T. de (2006). Sistema especial de proteção da liberdade do adolescente na Constituição brasileira de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente. In ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. (pp.87-121). São Paulo: ILANUD.

Maior, O. S. (2003). Das medidas sócio-educativas. In M. Cury (Coord.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. (6a ed.). (pp.376-385). São Paulo: Malheiros.

Marcílio, M. L. (1997). A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil: 1726-1950. In M. C. Freitas (Org.), *História social da infância no Brasil*. (pp.51-76). São Paulo: Cortez.

Marcuse, H. (1964). A paralisia da Crítica: sociedade sem oposição. In H. Marcuse. *A ideologia da sociedade industrial*. (G. Rebuá, trad.). (pp. 13-20). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Marcuse, H. (1964b). As novas formas de controle. In H. Marcuse. *A ideologia da sociedade industrial*. (G. Rebuá, trad.). (pp. 23-37). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Marino, A. S. & Baptista, M. T. D. S. (2007). A história como paradigma na construção de sujeitos de direitos. *Mnemosine*, 3(2), 194-221.

Marques, A. E. A., Oliveira, F. G., Nascimento, M. L., Miranda, P. C. (2002). Mecânicas de exclusão no espaço do Juizado de Menores: reflexões acerca das práticas e discursos do comissário de vigilância. In M. L. Nascimento (Org.), *PIVETES: a produção de infâncias desiguais*. (pp.144-165). Rio de Janeiro: Oficina do Autor.

Mattos, M. & Torralba, R. (2002). Intervindo nas práticas de alguns personagens que atuam na área da infância e juventude. In M. L. Nascimento (Org.), *PIVETES: a produção de infâncias desiguais*. (pp.74-82). Rio de Janeiro: Oficina do Autor.

Mattoso, K. Q. (1995). O filho da escrava. In M. D. Priore (Org.), *História da Criança no Brasil*. (3a ed.). (pp.76-97). São Paulo: Contexto.

Mauad, A. M. (1999). A vida das crianças de elite durante o Império. In M. D. Priore (Org.), *História das Crianças no Brasil*. (pp.137-176). São Paulo: Contexto.

Mello e Souza, L. de (1995). O Senado da Câmara e as crianças expostas. In M. D. Priore (Org.), *História da Criança no Brasil*. (3a ed.). (pp.28-43). São Paulo: Contexto.

Melman, C. (2000). *Alcoolismo, delinquência, toxicomania: uma outra forma de gozar*. (2a ed.) São Paulo: Escuta.

Méndez, E. G. (1991). La Convencion Internacional de los Dererechos de la Infancia: del menor como objeto de la compasion-represion a la infancia-adolescencia como sujeto de derechos. *Capitulo Criminologico: revista de las disciplinas del control social*, 18-19, 177-193. Maracaio, Venezuela.

Méndez, E. G. & Costa, A. C. G. (2003). Da internação. In M. Cury (Coord.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. (6a ed.). (pp.412-424). São Paulo: Malheiros.

Méndez, E. G. (2006). Evolução histórica do Direito da Infância e Juventude. In ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. (pp.7-23). São Paulo: ILANUD.

Miller, J. A. (2002). *Percurso de Lacan: uma introdução*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1984)

Molaib, M. F. N. (2006). Crianças e adolescentes em situação de risco e suas relações com a instituição Conselho Tutelar. *Jus Navigandi*, (1015), 1-28. Recuperado em três de setembro de 2009 de, <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8231>.

Moraes, C. S. V. (2000). A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: Amped, (15), 70-96.

Morelli, A. J. (1997). A criança e o “menor”: pequeno balanço bibliográfico. *Revista Diálogos*. Universidade Estadual de Maringá, PR, 1(1), 83-98.

Mott, L. (1995). Pedofilia e pederastia no Brasil Antigo. In M. D. Priore (Org.), *História da Criança no Brasil*. (3a ed.). (pp.44-60). São Paulo: Contexto.

Moura, E. B. B. de (1995). Infância operária e acidente do trabalho em São Paulo. In M. D. Priore (Org.), *História da Criança no Brasil*. (3a ed.). (pp.112-128). São Paulo: Contexto.

Moura, E. B. B. de (1999). Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In M. D. Priore (Org.), *História das Crianças no Brasil*. (pp.259-288). São Paulo: Contexto.

Nascimento, M. L. & Ribeiro, R. S. T. (2002). Percurso do PIVETES: a construção coletiva de um grupo de pesquisa. In M. L. Nascimento (Org.), *PIVETES: a produção de infâncias desiguais*. (pp.23-33). Rio de Janeiro: Oficina do Autor.

Nasio, J. D. (1988). *A criança magnífica da Psicanálise: o conceito de sujeito e objeto na teoria de Jacques Lacan*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Náufel, J. (1969). *Novo dicionário jurídico brasileiro*. (5a ed.). Rio de Janeiro: José Konfino.

Nicodemos, C. (2006). A natureza do sistema de responsabilização do adolescente autor de ato infracional. In ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. (pp.61-85). São Paulo: ILANUD.

Nogueira, L. C. (1999). O campo lacaniano: desejo e gozo. *Psicologia USP*, 10(2), São Paulo, 93-100.

Oliveira, R. L. Q. (2003). O menor infrator e a eficácia das medidas sócio-educativas. *Jus Navigandi*, (162), 1-11. Recuperado em 16 de setembro de 2008 de, <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4584>.

Organização das Nações Unidas. (1989, 20 de novembro). Convenção sobre os Direitos da Criança. Nova Iorque, EUA.

Passetti, E. (1995). O menor no Brasil Republicano. In M. D. Priore (Org.), *História da Criança no Brasil*. (3a ed.). (pp.146-175). São Paulo: Contexto.

Passetti, E. (1999). Crianças carentes e políticas públicas. In M. D. Priore (Org.), *História das Crianças no Brasil*. (pp.347-375). São Paulo: Contexto.

Pontes Junior, F. & Moroni, J. A. (2003). Dos Crimes em espécie: artigo 230. In M. Cury (Coord.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. (6a ed.). (pp.758-762). São Paulo: Malheiros.

Prates, A. L. (2004). O trauma é o infantil – cena primária: verdade e ficção no caso do “homem dos lobos”. *Stylus: Revista de Psicanálise*, 9, 105-117.

Prates Pacheco, A. L. (2006). *Da fantasia de infância ao infantil na fantasia – a direção do tratamento na psicanálise com crianças*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Priore, M. D. (1995). O Papel Branco, a infância e os jesuítas na Colônia. In M. D. Priore (Org.), *História da Criança no Brasil*. (3a ed.). (pp.10-27). São Paulo: Contexto.

Priore, M. D. (1999). Apresentação. In M. D. Priore (Org.), *História das Crianças no Brasil*. (pp.7-18). São Paulo: Contexto.

Priore, M. D. (1999b). O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In M. D. Priore (Org.), *História das Crianças no Brasil*. (pp.84-106). São Paulo: Contexto.

Quinet, A. (2005). *As 4 + 1 condições da análise*. (10a ed.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Quinet, A. (2006). *Psicose e laço social: esquizofrenia, paranóia e melancolia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Quino. (1993). *Toda a Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes.

Ramos, F. P. (1999). A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In M. D. Priore (Org.), *História das Crianças no Brasil*. (pp.19-54). São Paulo: Contexto.

Rocha, J. M. da (1996). Introdução à história da Puericultura e Pediatria no Brasil. In A. Aguiar & R. M. Martins (Eds.), *História da Pediatria Brasileira: coletânea de textos e depoimentos*. (pp.85-122). Sociedade Brasileira de Pediatria. Rio de Janeiro: Nestlé.

Rosa, M. D. (1999). O discurso e o laço social dos meninos de rua. *Psicologia USP*, 10(2), 205-217.

Rosa, M. D. (2002). Adolescência: da cena familiar à cena social. *Psicologia USP*, 13(2), 227-241.

Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Mal-estar E Subjetividade*. Universidade de Fortaleza, CE. 4(2), 329-348.

Rosa, A. M. (2006). Imposição de medidas socioeducativas: o adolescente como uma das faces do Homo Sacer (Agamben). In ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. (pp.277-302). São Paulo: ILANUD.

Rosa, M. D. (2006). Gozo e política na psicanálise: a toxicomania como emblemática dos impasses do sujeito contemporâneo. In A. M. Rudge (Org.), *Traumas*, 6(4). (pp. 101-111). São Paulo: Pulsional.

Roudinesco, E. (2008). *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia de Bolso.

Santos, M. A. C. dos (1999). Crianças e criminalidade no início do século. In M. D. Priore (Org.), *História das Crianças no Brasil*. (pp.210-230). São Paulo: Contexto.

Saraiva, J. B. C. (2006). As garantias processuais e o adolescente a que se atribua a prática de ato infracional. In ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. (pp.175-206). São Paulo: ILANUD.

Sauret, M. -J. (2003). A pesquisa clínica em psicanálise. *Psicologia USP*, 14(3), 89-104.

Scarano, J. (1999). Criança esquecida das Minas Gerais. In M. D. Priore (Org.), *História das Crianças no Brasil*. (pp.107-136). São Paulo: Contexto.

Scheinvar, E. (2002). Idade e proteção: fundamentos legais para a criminalização da criança, do adolescente e da família (pobres). In M. L. Nascimento (Org.), *PIVETES: a produção de infâncias desiguais*. (pp.83-109). Rio de Janeiro: Oficina do Autor.

Sêda, E. (2001). *A criança e a mão do gato: guia do Conselho Tutelar dos direitos da criança e do adolescente*. Rio de Janeiro: Adês. Recuperado em dois de agosto de 2010 de, <http://www.edsonseda.com.br/CriaGato.doc>.

Sêda, E., Castro, L. M. X., Vasconcelos, A. A., Mousnier, C., Scheinvar, E., Engel, W., et. al. (2003). Das medidas específicas de proteção. In M. Cury (Coord.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. (6a ed.). (pp.319-336). São Paulo: Malheiros.

Sêda, E. (2007). *A Criança, a Polícia e a Justiça: crime, prevenção, repressão e ética*. Rio de Janeiro: Adês. Recuperado em dois de agosto de 2010 de, <http://www.edsonseda.com.br/acripojus.doc>.

Silva, A. F. A. & Becker, M. J. (2003). Da justiça da infância e da juventude. In M. Cury (Coord.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. (6a ed.). (pp.483-495). São Paulo: Malheiros.

Silva, A. F. A., Cury, M., Almeida, D. L. M., Solari, U. C., Netto, S. P., Alves, R. B., et al.(2003). Das disposições preliminares. In M. Cury (Coord.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. (6a ed.). (pp.15-55). São Paulo: Malheiros.

Soares, J. J. B., Ramos, M. E. F. & Marques, A. O. (2003). Do Conselho Tutelar: capítulo I – Disposições Gerais. In M. Cury (Coord.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. (6a ed.). (pp.445-453). São Paulo: Malheiros.

Soares, J. J. B. & Carvalho, R. M. (2003). Das atribuições do Conselho. In M. Cury (Coord.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. (6a ed.). (pp.453-461). São Paulo: Malheiros.

Soares, J. J. B., Janssen, A. M., Janssen, H. S. & Indlekofer, R. (2003). Capítulo III – Da competência. In M. Cury (Coord.), *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. (6a ed.). (pp.461-462). São Paulo: Malheiros.

Soler, C. (1998). Parte 4 - Política. In C. Soler. *A psicanálise na civilização*. (pp.257-308). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

Soler, C. (1998a). Parte 5 - Finais de análise. In C. Soler. *A psicanálise na civilização*. (pp.309-474). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

Souza, A. (2003). *Os discursos na Psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Souza, A. M. P. de & Coutinho, A. P. C. (2010). Desafiando e tecendo práticas em um Conselho Tutelar: da individualização-totalização à coletivização-singularização. In M. L. Nascimento & E. Scheinvar. *Intervenção socioanalítica em Conselhos Tutelares*. (pp.157-174). Rio de Janeiro: Lamparina.

Sposato, K. B. (2006). Princípios e Garantias para um Direito Penal Juvenil Mínimo. In ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (Orgs.), *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização*. (pp.247-276). São Paulo: ILANUD.

Steffen, R. (2005). A formação do analista. *A CARTA*, Campinas, SP, 1-2.

Teixeira, A. B. R. (1991). Apresentação desta coleção. In A. B. R. Teixeira (Org.), *Coleção Psicanálise da Criança: Coisa de Criança*. Salvador: Ágalma-Psicanálise, 1(1), 5.

Turato, E. R. (2008). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. (3a ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.

Venâncio, R. P. (1999). Os aprendizes da guerra. In M. D. Priore (Org.), *História das Crianças no Brasil*. (pp.192-209). São Paulo: Contexto.

Vicentin, M. C. (2006). A questão da responsabilidade penal juvenil: notas para uma perspectiva ético-política. In ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (Orgs.), *Justiça*,

adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização. (pp.151-173). São Paulo: ILANUD.

Volnovich, J. (1993). A criança, a família e a história. In J. Volnovich. *A psicose na criança.* (pp. 19-41). Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Whitaker, C. (2010). *O campo infracional: sistema de justiça e a prática judiciária à luz da psicanálise.* São Paulo: Casa do Psicólogo.